

UNIVERSIDADE ABERTA



Os Retornados de África

Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira

Odete Mendonça Henriques Souto

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

2017

UNIVERSIDADE ABERTA



Os Retornados de África

Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira

Odete Mendonça Henriques Souto

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

Orientação Científica: Professor Doutor Lúcio Manuel Gomes de Sousa

Professor Doutor Paulo Manuel Costa

2017

Resumo

A descolonização portuguesa em África, após o 25 de Abril de 1974, deu origem ao maior êxodo de portugueses de que há memória, e um dos maiores da Europa, no contexto das migrações de retorno pós-coloniais.

Estima-se que Portugal tenha recebido, entre os anos de 1974 e 1976, cerca de meio milhão de pessoas provenientes das ex-colónias, comumente designados como retornados. Entre estes, calcula-se que oito mil tenham vindo para a Madeira.

Esta dissertação de mestrado é um estudo de caso qualitativo, de cariz exploratório, que tem como principal objetivo analisar os percursos de vida de um grupo de retornados chegados ao território madeirense, através do relato das suas vivências pessoais, procurando compreender como decorreu o seu processo de integração.

Recorreu-se a diversas técnicas de pesquisa para a sua elaboração, como a análise documental e o recurso a entrevistas semiestruturadas, efetuadas a quatro informantes qualificados e vinte e três retornados. Foram examinadas a partida, trajeto, acolhimento e a existência de apoios institucionais ou outros, as dificuldades sentidas durante o processo de integração e os contextos e estratégias pessoais adotados para superá-las.

Os resultados indicam que a família foi a principal base de acolhimento dos participantes no estudo, ficando inicialmente alojados em casa destes. O apoio institucional foi feito por parte da autarquia de Machico e do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN).

Este processo desenrolou-se de forma natural, com esse apoio familiar e a sua própria resiliência. As principais dificuldades de integração foram sobretudo a nível económico e cultural, superadas através do regresso à vida ativa: trabalho e estudos.

É possível concluir que, apesar do drama vivido e das grandes dificuldades experienciadas, a integração dos retornados entrevistados decorreu sem perturbação social, considerando os mesmos que estão plenamente integrados na sociedade madeirense.

Palavras-chave: Migração; Descolonização; Retorno; Acolhimento; Integração

Abstract

The Portuguese decolonization in Africa, after 25 April 1974, gave rise to the largest exodus of Portuguese, and one of the largest in Europe, in the context of postcolonial return migration.

It is estimated that between 1975 and 1976 Portugal received about half a million people from the former colonies, commonly referred to as returnees. Of these, it is estimated that eight thousand have come to Madeira.

This master's dissertation is a qualitative exploratory case study whose main objective is to analyze the life paths of a group of returnees arriving in Madeiran territory, through the reporting of their personal experiences, trying to understand how their process proceeded Of integration.

A number of research techniques were used to prepare them, such as documentary analysis and the use of semi-structured interviews, carried out to four qualified informants and twenty-three returnees. The departure, transit, reception and existence of institutional or other support were examined. Also analyzed were the difficulties experienced during the integration process and the personal contexts and strategies adopted to overcome the difficulties experienced.

The results indicate that the family was the main host base of the participants in the study, being initially housed in their home. Institutional support was provided by the municipality of Machico and the Institute of Support to the Return of Nationals (IARN).

This process unfolded naturally, with this family support and their own resilience. The main difficulties of integration were mainly economic and cultural, overcome by the return to active life: work and studies.

It is possible to conclude that, despite the drama experienced and the great difficulties experienced, the integration of the returnees interviewed took place without social disturbance, considering the same ones that are fully integrated in Madeiran society.

Keywords: Migration; Decolonization; Returnees; Reception; Integration

Agradecimentos

A presente investigação resultou de uma grande vontade em seguir em frente concretizando os objetivos propostos, apesar das dificuldades surgidas ao longo deste processo. Para isso, contei com o apoio de algumas pessoas a quem não poderia deixar de prestar os meus sinceros agradecimentos.

Aos meus orientadores, Professor Doutor Lúcio Sousa e Professor Doutor Paulo Costa, agradeço pela Vossa orientação e ensinamentos. Agradeço também por todas as sugestões, críticas e por me fazerem ir mais além, apontando caminhos novos que me obrigaram a uma maior reflexão e empenho.

A ti Dinarte, grande companheiro que me vem acompanhando ao longo da vida, agradeço-te por me teres trazido para este projeto, como em tantos outros na nossa vida. Meu porto de abrigo, meu grande amor, obrigada por acreditares em mim mesmo quando eu própria hesitei, não deixaste nunca de apoiar, dar força e confiança.

Aos meus filhos pela paciência, porque nem sempre tiveram a mãe quando precisavam ou com a disponibilidade que mereciam. Quero vos dizer que foi também por vós que embarquei neste projeto e que nada na vida se consegue sem esforço e disciplina. Contudo, os frutos colhidos através da superação das nossas dificuldades e consequente realização dos nossos projetos sempre serão compensadores. Nunca desistam de lutar pelos vossos sonhos e objetivos!

Agradeço também a todas as pessoas que participaram neste estudo, e com quem falei, os entrevistados e informantes qualificados, sem vós este trabalho não seria possível!

Um agradecimento especial ao Sr. Manuel Nicolau que facultou quatro fotografias do seu espólio e por ter tido uma voz amiga de encorajamento que muito me motivou.

Índice geral

Resumo	I
Abstract	II
Agradecimentos	III
Índice de Tabelas	VI
Índice de Gráficos	VII
Índice de Figuras.....	VII
Índice de Fotografias.....	VII
Siglas usadas	VIII
Introdução	1
Parte I - Enquadramento teórico.....	6
1.1 – Conceito e teorias das migrações internacionais	9
1.2 - Tipos, causas e motivações das migrações internacionais	14
1.3 - Clarificação de conceitos: retornados, repatriados, deslocados, refugiados e/ou desalojados	19
1.4 - Acolhimento e (re) integração	27
1.5 - (Re) construção identitária e influências culturais no processo de integração	35
1.6- Rememorar o retorno.....	38
Parte II - Estratégias metodológicas	41
2.1 – Metodologia	43
2.2 - Etapas da pesquisa	44
2.2.1 - Pesquisa bibliográfica	44
2.2.2 - Trabalho de campo.....	45
2.2.2.1 - Informadores qualificados.....	46
2.2.2.2 - Entrevistas aos retornados.....	48
2.2.2.3 – Pressupostos éticos	48
2.2.3 – Análise do material recolhido	49
2.2.4 – Dificuldades de investigação.....	50
2.3 - Identificação e seleção da amostra	50

Parte III - Contexto histórico: O mundo e Portugal	53
3.1 - Emigração / Imigração Portuguesa.....	55
3.2 – Migração portuguesa para as Colónias Ultramarinas	58
3.3 - Emigração e retorno de Madeirenses à Região	59
3.4 - O fim das colónias portuguesas	63
3.5 - Retornados portugueses de África.....	72
3.6 - Integração dos retornados na sociedade madeirense	80
3.7 - A opinião dos informadores qualificados acerca do tema	82
3.8 - A Madeira nos anos 70	83
Parte IV - Apresentação e discussão de resultados	87
4.1 - Percursos migratórios e integração na Madeira.....	89
4.2 - Breve apresentação dos inquiridos	90
4.2.1 - Retornados nascidos em Portugal	90
4.2.2 - "Retornados" nascidos em África	92
4.3 - Caracterização sociodemográfica do grupo.....	93
4.4 - Experiência de vida em África	98
4.4.1 - Motivações de saída de Portugal com destino às províncias ultramarinas	98
4.4.2 - "Terra de fartura" - Adaptação e vida em África	100
4.4.3 - Relações interpessoais em África	102
4.4.4 - Vivências em ambiente de guerra e o pós-independência	105
4.4.4.1 - Experiência de quem vivia em Angola	105
4.4.4.2 - Experiência de quem vivia em Moçambique	110
4.4.4.3 - Ao serviço da pátria	114
4.4.5 - Reflexões acerca da experiência de vida em África em período de guerra e pós-independência	115
4.5 - Experiência do "retorno"	116
4.5.1 - Local de destino: Madeira.....	116
4.5.2 - Ponte aérea Angola - Portugal	116
4.5.3 - Saídas de África no ano de 1974	118
4.5.4 - Saídas de África nos anos de 1975 e 1976	119
4.5.4.1 - A fuga de Angola (1975 e 1976).....	120

4.5.4.2 - A fuga de Moçambique (1975 e 1976)	125
4.5.5- Saídas de África no ano de 1977	127
4.5.6 - Reflexões gerais acerca das principais dificuldades do retorno	129
4.6 - Chegada à Madeira: A dura realidade	131
4.6.1 - A família: Principal fonte de acolhimento	131
4.6.2 - Apoios Institucionais	133
4.6.3 - Forte de São João Batista: O alojamento temporário que durou cerca de três décadas.....	137
4.6.4 - Diferenças sentidas e principais dificuldades	140
4.6.5 - Acolhimento da sociedade madeirense	147
4.6.6 - Regresso à vida ativa: trabalho e integração.....	150
4.6.7 - Reflexões acerca da integração na Madeira.....	154
4.7 - Relações com África.....	156
4.8 -Descolonização portuguesa sob o ponto de vista dos entrevistados.....	157
5 – Reflexões finais	159
Bibliografia	167
Bibliografia online	179
Índice de tabelas	
Tabela N.º 1 - Entrevistados por género	94
Tabela N.º 2 - Entrevistados por naturalidade	94
Tabela N.º 3 - Entrevistados por país de residência em África.....	95
Índice de gráficos	
Gráfico N.º 1 - Entrevistados por género (%).....	94
Gráfico N.º 2 - Entrevistados por naturalidade (%)	94
Gráfico N.º 3 - Entrevistados por país de residência (%)	95
Gráfico N.º 4 - Entrevistados por faixa etária.....	95
Gráfico N.º 5 - Ano da vinda para Portugal.....	96

Gráfico N.º 6 - Distribuição geográfica na Madeira	96
Gráfico N.º 7 - Habilitações literárias dos entrevistados	97

Índice de figuras

Figura N.º 1 - Mapa de distância entre Malanje - Luanda e Lobito – Luanda.....	117
--	-----

Índice de fotografias

Fotografia N.º 1 - Duas traineiras usadas por retornados para sair de África rumo à Madeira (Anica e Manelinha), ano de 1975	124
Fotografia N.º 2 - Interior da Capela de S. Roque, ano de 1975 (já ocupada por retornados após a autorização do Sr. Padre Martins)	135
Fotografia N.º 3 - Vista para o pátio do Forte S. João Batista, ano de 1975	137
Fotografia N.º 4 - Forte de São João Batista no ano de 1975	138
Fotografia N.º 5- Vista do mar para o forte de São João Batista na atualidade.....	139

Índice de anexos

Anexo N.º 1 – Notícias:	
Recorte N.º 1 - Diário de Notícias de 1/11/1975 " <i>Terminada Ontem. A Ponte Aérea Luanda - Lisboa evacuou 300.000 Portugueses</i> "	181
Recorte N.º 2 - Diário de Notícias de 5/5/1976 " <i>De Angola e Moçambique chegaram ao Funchal 35 Traineiras</i> "	181
Recorte N.º 3 - Diário de Notícias de 5/5/1976 " <i>Entraram Ontem no Porto do Funchal 35 Traineiras de Angola e Moçambique</i> "	182
Anexo N.º 2 – Mapas	
Mapa N.º 1 - Trajetos para voo da ponte aérea no território Angolano, com base na proveniência dos inquiridos.....	183
Mapa N.º 2 - Mapa de trajeto para voo de Moçambique - Luanda	184
Anexo N.º 3 - Quadro Geral dos Entrevistados	185
Anexo N.º 4 - Guião de entrevista aos retornados	186
Anexo N.º 5 - Guião de entrevista aos "retornados" nascidos em África.....	191
Anexo N.º 6 - Protocolo de consentimento informado	195

Lista de siglas e abreviaturas usadas

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

BAD – Banco Africano para o Desenvolvimento

CAAD – Centro de Apoio e de Assistência aos Desalojado

CAR - Comissão para o Alojamento de Refugiados

CATU – Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos

CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico

CIFRE - Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados

FICO – Frente Independente de Convergência Ocidental

FLAMA - Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GADU – Gabinete de Apoio aos Desalojados do Ultramar

GUMO – Grupo Unido de Moçambique

IARN - Instituto de Apoio ao Regresso de Nacionais

MSF - Médicos sem Fronteiras

MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MOLIMO – Movimento de Libertação de Moçambique

MPLA – Movimento pela Libertação de Angola

OE - Observatório da Emigração

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização de Unidade Africana

PALOP – Países de Língua Oficial Portuguesa

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PREC- Processo Revolucionário em Curso

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

UPA – União das Populações ao Norte de Angola

Introdução

De acordo com Rocha-Trindade (1995:139), uma das principais características da história da Humanidade é a sua permanente mobilidade, quer seja por vontade própria (normalmente ligada a questões económicas), quer seja resultante de guerras e conflitos locais que forcem grande número de pessoas a se deslocar. Já Archdeacon, citado por Castles, refere "O crescente interesse pelas migrações que se tem vindo a observar nestes últimos anos obscurece o seu lastro histórico: desde sempre, as migrações de diversos tipos foram importantes no colonialismo, na industrialização e na construção das nações" (Castles, 2005: 46).

Castles & Miller (2009: 6), também em relação ao tema das migrações, referem-se ao período em que vivemos como "Age of Migration", referindo-se à forma como os acontecimentos importantes no mundo estão cada vez mais interligados entre si, por exemplo, as ocorrências num determinado espaço geográfico, sejam elas naturais ou por influencia humana (catástrofes, epidemias, guerras, etc.), acabam por repercutir efeitos no resto do planeta. Em resultado, fenómenos como os movimentos das populações passaram também a atingir todas as regiões do mundo. Já segundo Portes (2004: 74), a migração não é um fenómeno novo, no entanto, assume características novas derivadas das novas tecnologias na área de transportes e telecomunicações que provocaram um encurtamento de distâncias e levam ao transnacionalismo¹.

Igualmente, Ramos (2015:267) refere que a mobilidade é um marco do mundo contemporâneo e fator essencial do desenvolvimento humano, que vem provocando contínuas mudanças espaciais, territoriais e identitárias, contribuindo para a formação de sociedades multiculturais, transnacionais, diversificadas e com características de heterogeneidade cultural e identitária.

Deste modo, o estudo dos fluxos migratório constitui um tema de grande atualidade e importância, ampliado (ainda mais) pela grave crise de refugiados que, diariamente, tem

¹ Transnacionalismo neste caso são ações levadas a cabo por pessoas, a nível individual, que implicam relações para além das fronteiras do país onde reside (Portes, 2004:75)

feito chegar à Europa um vasto número de pessoas em busca de asilo. Apesar do número destes pedidos ter atingido grandes proporções nos últimos anos, a história mostra-nos que não é a primeira vez que ocorrem situações idênticas na Europa. De facto, na sequência da independência das colónias de países europeus, na sua maioria após a II Grande Guerra Mundial (até aos anos 60), verificaram-se fluxos de retorno às metrópoles². No caso português, mais tardio, o retorno de pessoas a viver nas colónias em África ocorreu após a revolução de Abril de 1974, durante sobretudo o ano de 1975 (ano em que se dá a independência naqueles territórios). Segundo dados de Oliveira (2008:7), a Madeira terá recebido cerca de 8.000 pessoas, ou seja, uma percentagem equivalente a 3,2% da sua população.

Atendendo aos novos desafios que se impõe à Europa, que se refletem também em Portugal, quanto a procedimentos, políticas e medidas a adotar na questão dos refugiados, interessa rever o passado, até porque estudos mostram que “a integração dos "retornados" na sociedade portuguesa parece ter sido, em geral, relativamente fácil e rápida” (Pires, 1987: 15).

Não obstante a existência de diferenças entre ambos os fluxos aqui em comparação, verificam-se também algumas semelhanças entre eles, nomeadamente o facto de maioritariamente os retornados de África estavam a regressar para o país de origem (ou de origem dos seus ascendentes), bem como, o facto de falarem a mesma língua, fatores esses não verificados em relação aos refugiados que chegam atualmente à Europa, vindos de países árabes e africanos não PALOP. Quanto às semelhanças entre os dois fluxos, devemos considerar que em ambos os casos as pessoas vêm fugidas da guerra, tendo muitas delas passado, entretanto, por situações traumáticas antes e no decorrer da sua fuga.

Deste modo, tendo como objetivo de investigação o estudo dos percursos de vida dos retornados de África vindos para a Região Autónoma da Madeira, parafraseamos José Ferreira que diz "Escrever sobre a descolonização é operar num domínio ainda sacralizado da história nacional" (Ferreira, 1993: 53). Talvez por isso, apesar da dimensão do fenómeno,

² Fonte: <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/asia-and-africa>

e passadas, entretanto, quatro décadas, a descolonização e integração dos retornados na sociedade madeirense não se encontra estudada a nível académico.

Como tal, o principal motivo que nos levou a querer investigar este tema foi precisamente essa carência de trabalhos que analisem a experiência do retorno daquelas pessoas para a Madeira, acrescido da grande importância que julgamos ter este assunto numa perspetiva histórica e ao facto de ser muito importante reconstruir e fazer preservar as memórias desse acontecimento vivido pela sociedade madeirense.

Para além disso, pensamos também com este trabalho poder contribuir para o debate académico sobre políticas de receção e acolhimento de migrantes forçados, através da facultação de elementos que permitam contextualizar as atuais políticas de acolhimento.

Posto isto, o nosso trabalho centrou-se nos percursos de vida dos retornados que vieram residir para a Madeira, entre os anos 1974 e 1977, o seu processo de integração na Região e as suas principais dificuldades sentidas, particularmente no seu modo de vida, cultura e identidade.

Tomamos como ponto de partida para o trabalho as seguintes questões:

- a)** Como decorreu a experiência de fuga das ex-colónias e quais foram os impactos que tiveram na vida destas pessoas?
- b)** Quais foram as medidas de integração adotadas pelas autoridades portuguesas e madeirenses para acolher e integrar os retornados?
- c)** Quais foram as dificuldades de integração por eles sentidas?
- d)** Que diferenças existem entre o percurso dos naturais e dos que nasceram nas ex-colónias?
- e)** Que estratégias adotaram os retornados para se integrarem na sociedade madeirense?
- f)** De que forma conciliaram a memória da vida passada em África com a vida na Madeira?
- g)** Que influencia teve na sua integração as práticas e redes socioculturais herdadas do período pré-retorno?

Explicados os fundamentos deste trabalho, passamos a apresentar a organização do mesmo. A presente dissertação divide-se em cinco partes estruturadas da seguinte forma:

A primeira parte destina-se ao enquadramento teórico do tema, através de uma análise crítica da principal bibliografia existente na matéria, dividindo-se em seis capítulos. O primeiro capítulo centra-se na análise concetual do tema migração e principais teorias existentes. No segundo capítulo, falamos acerca dos vários tipos de migração mais frequentemente utilizados na literatura científica, causas e motivações das migrações internacionais. No terceiro capítulo, procedemos ao debate e clarificação conceptual sobre as diferentes designações que podem ser atribuídas a movimentos de migrações forçadas, nomeadamente em resultado de processos de descolonização: retornados, repatriados, deslocados, refugiados, desalojados e retornados. No quarto capítulo, analisamos a questão do acolhimento e as diferentes dimensões da integração de pessoas quando provenientes de outros espaços geográficos e, a nível micro, mais especificamente a forma como os retornados de África foram acolhidos e integrados na sociedade portuguesa. O quinto capítulo é utilizado para analisar a existência de uma (re)construção identitária e influências culturais no processo de (re)integração. E por fim, no sexto capítulo discorremos sobre a questão da memória e do rememorar do passado, que se apresentam como pontos fundamentais para se poder realizar a parte prática deste trabalho.

Na segunda parte, começamos por definir o tipo de trabalho elaborado, bem como, a metodologia utilizada. É também nesta parte do trabalho que procedemos à explicação das várias etapas que o compõem, damos a conhecer o papel que os informantes qualificados tiveram na nossa investigação e os pressupostos éticos seguidos. Mostramos também como foi constituída a amostra da população a entrevista e nomeamos as dificuldades de investigação.

Na terceira parte, procedemos a um enquadramento histórico sobre o tema, de forma a compreender melhor como se processaram os fluxos migratórios em Portugal, nomeadamente a migração para as ex-colónias portuguesas em África. Seguidamente, discorremos acerca da emigração e retorno de madeirenses à Região. O fim das colónias portuguesas e o retorno de portugueses de África é também aqui falado. Seguidamente, analisamos, de forma geral, a questão da integração dos retornados na sociedade madeirense

e deixamos uma breve descrição da Madeira nos anos 70, nomeadamente, em termos económicos, sociais e políticos (no ano em que recebeu cerca de 8.000 pessoas regressadas de África). Apresentamos também o testemunho de dois informantes qualificados, os quais nos revelam as suas memórias sobre este acontecimento.

A quarta parte é dedicada à análise dos dados obtidos no terreno, incidindo sobre o percurso de vida dos retornados e principais dificuldades por eles vivenciadas, nomeadamente, no modo de vida, cultura e identidade, através da perceção dos próprios. Para isso, começamos por fazer uma breve apresentação das pessoas que constituem o grupo de trabalho, e procedemos, sucintamente, à sua caracterização sócio-demográfica. De seguida, revelamos os testemunhos pessoais dos retornados entrevistados. A apresentação das narrativas na primeira pessoa permitirá mostrar a sua experiência e confrontá-la com os elementos teóricos trabalhados anteriormente.

Por fim, efetuaremos as reflexões finais do trabalho, procurando articular os dados do terreno com os quadros conceptuais analisados, verificando as principais coincidências e dissemelhanças apuradas em relação aos retornados em geral, e indicando pistas de aprofundamento desta temática.

Parte I – Enquadramento teórico

Capítulo I

Neste primeiro capítulo iremos proceder ao enquadramento teórico, procurando refletir acerca dos temas cruciais deste trabalho. Deste modo, o tema migração (conceito, teorias, tipologia e motivações) é aqui analisado. Seguidamente, procedemos ao debate e clarificação conceptual acerca das designações: retornados, repatriados, deslocados, refugiados, desalojados e retornados. As diferentes dimensões da integração, a (re)construção identitária e influências culturais no processo de (re)integração são também analisados neste capítulo. Por fim falamos acerca da questão da memória e do rememorar do passado.

1.1 Conceito e teorias das migrações internacionais

Na literatura acerca desta temática, constata-se a existência de variadas definições para a migração, avançadas por teóricos das várias áreas das ciências sociais (sociologia, história, geografia ou antropologia, entre outras). Recorremos à opinião de Castles, que diz que a migração é "o resultado da integração das comunidades locais e as economias nacionais em relações mundiais. Ao mesmo tempo, é uma das principais causas de transformação social em ambos os países de origem e países de acolhimento dos migrantes" (Castles, 2000: 17).

Outro autor, Lee, define a migração como sendo "uma mudança permanente ou semipermanente de residência" (Lee, 1969: 285 in Pires 2003: 57). Segundo Pena Pires, a mudança de residência enquadrada neste âmbito só aparece recenseada nas estatísticas demográficas quando implica o atravessamento de uma fronteira administrativa interna ou internacional (Pires, 2003:57).

Já Rocha-Trindade (1995:31) lembra-nos que o fenómeno migratório se constitui por dois fluxos: a emigração e a imigração, sendo que a emigração representa o movimento de saída do país de origem e a imigração representa o movimento de entrada no país de acolhimento. Complementa esta autora dizendo que emigrar significa "deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estranho". (Rocha-Trindade, 1995:31). Neste processo, o migrante torna-se, simultaneamente, emigrante e imigrante. Ambas as características o definem, contudo, representam tanto para ele como para a sociedade onde se insere diferentes estatutos sociais.

Relativamente às migrações, é de referir a existência de muitos estudos e teorias que não abrangem, contudo, as relativas, especificamente, à migração em contexto colonial e que são do interesse deste nosso estudo. Posto isto, passamos agora a fazer um breve enquadramento teórico acerca das principais teorias existentes sobre as migrações.

De acordo com Arango (2003: 3), a “Teoria Neoclássica” seria a mais utilizada para explicar as razões dos fluxos migratórios, tendo a vantagem de combinar uma perspetiva macro com uma perspetiva micro na análise das migrações. De acordo com esta teoria, existem determinantes estruturais (macro), como sejam a desigual distribuição dos fatores de produção, do capital e do trabalho, que originam fluxos de saída de grande número de cidadãos de determinados países, em direção a outros onde existem melhores salários, maiores ofertas de trabalho e / ou outros benefícios não existentes no país de origem. Por outro lado, esses mesmos fatores revelam também uma perspetiva micro, visto implicarem uma escolha pessoal (ato voluntário, espontâneo e individual), que leva à decisão de emigrar. Esta teoria foi dominante nos anos sessenta e início de setenta, resultante também do período conjuntural que se vivia na época.

Já a “Teoria do Desenvolvimento Económico com Oferta Limitada de Trabalho”, cunhada pelo economista W. Arthur Lewis, explica as migrações europeias numa ideia de economias duais onde a migração tem um papel fundamental. De acordo com Arango (2003) estas economias duais são as economias em desenvolvimento, onde um setor moderno coexiste com um setor tradicional dependente da agricultura de subsistência. Segundo esta teoria, quando o setor moderno expande, atrai trabalhadores do setor tradicional onde a produtividade marginal é zero. Neste modelo, a migração é vista como um mecanismo crucial de desenvolvimento para a economia, capaz de amenizar as disparidades económicas existentes entre diferentes regiões (Lewis in Arango, 2003: 7).

Posteriormente, no último quarto do sec. XX, surge a “Teoria da Dependência”, que advogava que a evolução do capitalismo tinha feito emergir uma ordem internacional, caracterizada pela distinção entre um núcleo de países industrializados, em contraste com uma periferia de países agrícolas, que levavam a relações assimétricas e desequilibradas e que estariam na origem de movimentos migratórios (Arango, 2003: 7).

Ainda de acordo com Arango uma das principais teorias da migração na atualidade, deriva

da perspectiva neoclássica, é a "New Economics of Labor Migration", atribuída a Oded Stark. Esta teoria vem corrigir algumas das limitações da primeira, que colocava as questões económicas como ponto fulcral na decisão de emigrar. Perante esta nova perspectiva, as diferenças salariais não são fatores proeminentes na decisão de emigrar, podendo as motivações ligar-se a outros fatores tão diversificados como as remessas de emigrantes, o acesso à informação e as interdependências entre migrantes e o contexto no qual a migração ocorre (ibidem: 11).

Outra teoria das migrações é a designada "Teoria do sistema mundial", atribuída a Piore, que se resume na ideia de que as economias altamente desenvolvidas necessitam de mão de obra estrangeira para determinados setores produtivos, bem como, evidencia os desequilíbrios gerados pela penetração do capitalismo nos países menos desenvolvidos (ibidem: 16).

Complementando esta análise, acerca das teorias explicativas das migrações, recorreremos ao trabalho de Peixoto (2004), que se debruça acerca das teorias micro e macro-sociológicas. De acordo com este autor, a teoria implícita de Ravenstein acerca das migrações "está na base de todos os modelos modernos de atracção-repulsão - ou, na sua denominação mais vulgar, os modelos de push-pull" (Peixoto, 2004: 5). Segundo estes modelos, o projeto migratório surge em consequência de uma decisão racional de alguém que, estando na posse de informação acerca das características de outra Região que não a sua, refletindo acerca da sua situação e das condições e perspectivas de vida futura do seu local de residência, opta por emigrar.

O raciocínio de Ravenstein foi prolongado por autores subsequentes. Os modelos de Zipf e Stouffer ou a generalização teórica de Lee apresentavam como ponto comum a ideia de que era a conjugação individual dos factores de atracção e repulsão (incluindo as "oportunidades" existentes), em conjunto com uma série de "obstáculos" ou inércias à deslocação (como a distância), que explicavam a migração.

(Peixoto, 2004:14)

De acordo com Peixoto, as teorias micro-sociológicas têm em comum o facto de atribuir relevo ao papel do indivíduo na decisão de emigrar, que é visto como agente principal na promoção da mobilidade e cujas motivações normalmente assentam numa base económica (Peixoto, 2004:13).

Relativamente às teorias macro-sociológicas, estas privilegiam "a acção de factores de tipo colectivo, ou estruturante, que condicionam, sob formas diversas, as decisões migratórias

dos agentes sociais” (Peixoto, 2004: 22). A exemplo destas teorias temos a do mercado de trabalho segmentado e a economia informal, que realça os motivos de trabalho como fatores de atração, que desempenham um papel importante na decisão de emigrar (ibidem: 23).

Posto isto, apesar do fenómeno migratório não ser algo novo na história da humanidade, verifica-se, porém, uma mudança de perspectiva sobre o mesmo, no sentido de que a ideia prevalecente no passado, de que as migrações internacionais teriam carácter transitório sem afetar a soberania dos Estados, encontra-se ultrapassada (Castles, 2005: 47).

O grande aumento dos contactos, encontros, importações e trocas culturais, propiciados por uma facilitação da mobilidade internacional, quer em termos do desenvolvimento dos meios de transporte, quer em termos de custos, bem como, pela abertura das fronteiras e mesmo ao nível da evolução nas telecomunicações, tem-se repercutido na constituição das sociedades. Estas, passaram a se caracterizar por um pluralismo cultural e diversidade étnica que é bem visível através da multiplicidade de crenças, costumes, religiões, línguas e formações diversas dentro do seu espaço.

Com efeito, Antony Giddens diz-nos que as relações entre local e global provocaram uma interdependência de tudo e todos a nível mundial e que a "globalização está a mudar a forma como o mundo se nos apresenta e a maneira como olhamos para o mundo" (Giddens, 2008: 51). Igualmente, Ramos refere que

a crescente diversidade cultural e interculturalidade, nas sociedades actuais, faz com que as mulheres e os homens do século XXI mantenham múltiplas pertenças e redes transnacionais, desenvolvam novas formas de relações sociais e interculturais e novas práticas de cidadania, tenham conquistado novos direitos, mas conheçam, igualmente, novos conflitos, novos problemas identitários e de comunicação e novas formas de discriminação e de exclusão.

(Ramos, 2009: 11)

Na opinião de Arango (2003: 22), torna-se necessário atualmente proceder-se a estudos não só da mobilidade, como da própria imobilidade, ou seja, procurar compreender o motivo da existência de uma taxa tão reduzida de migração, numa época em que a mobilidade está mais facilitada do que nunca a uma grande parte da população mundial. A este propósito, Portes indica que o número total de migrantes no final do milénio não ultrapassava os 200 milhões, ou seja, apenas 5% da população mundial. Apesar disso, diz-nos também este autor, a migração contemporânea “tem vindo a tornar-se, cada vez, mais num movimento Sul-Norte, em que os cidadãos de terras menos venturosas assumem o encargo de melhorar a sua

situação procurando aceder ao Norte da abundância” (Portes, 2006: 15). Isto leva a um desequilíbrio, que tem provocado, por um lado o esvaziamento de zonas e cidades em países que detêm um grande volume de emigração e, por outro lado, a uma maior sobrecarga dos países do Norte (ibidem).

Segundo Perista & Baptista (2010: 3-4), a decisão de emigrar pode ser afetada pela pobreza, visto que esta acaba sempre por levar à exclusão social. Dimensões como a saúde, a educação, o emprego, as relações sociais e mesmo as questões de participação social são afetadas pela pobreza. Consequentemente, o livre acesso à opção por emigrar poderá também ser afetado pelo nível de pobreza, uma vez que os indivíduos com muito baixos recursos não conseguem sequer reunir as condições necessárias a poder embarcar nesse projeto. Na verdade, a emigração acarreta normalmente despesas iniciais (com a viagem, estadia inicial e despesas básicas) que o indivíduo tem de estar apto a suportar. Assim sendo, podemos concluir que a pobreza tem um duplo efeito, por um lado impulsiona a emigração que é vista como uma saída para a situação em que o indivíduo se encontra, por outro lado, pode impedir o indivíduo de emigrar devido à sua falta de recursos necessários a iniciar o processo migratório.

Na análise dos fluxos migratórios existem alguns obstáculos à sua compreensão, ligados à multiplicidade do fenómeno, King (2012: 6) chama-nos à atenção para alguns deles:

- a)** Os critérios para definir quem é ou não imigrante variam de país para país, podendo se basear em diferenças de cidadania e local de nascimento ou em diferenças relacionadas com a residência anterior. Por exemplo, através da naturalização um estrangeiro torna-se num cidadão nacional, enquanto uma pessoa nascida no país, mas filho de pais imigrantes, torna-se também ele imigrante sem que nunca, no entanto, tenha saído do local de nascimento;
- b)** A existência de uma grande quantidade de imigrantes indocumentados, irregulares ou ilegais, que dificulta o correto levantamento de dados estatísticos para os trabalhos de estudo do fenómeno e da sua real dimensão.

Outra dificuldade é referida por Timur (2000: 2-7), quando diz que a migração se tornou mais diversificada na sua composição, englobando agora os migrantes altamente

qualificados, os requerentes de asilo, as migrações ilegais, as migrações temporárias e os movimentos de deslocados que, de acordo com o autor, começam a se confundir entre si dificultando a distinção entre os diferentes tipos de migração.

Dada a importância atual para os Estados (tanto os de origem como os de acolhimento dos imigrantes), Nascimento (2011: 2) refere a necessidade crescente de se proceder ao estudo das novas dinâmicas migratórias que surgiram nas últimas décadas e das suas causas, nomeadamente, sobre o crescimento do fluxo de deslocados em resultado das guerras, da degradação dos recursos terrestres e dos processos de descolonizações (ibidem). Em relação aos últimos, ligam-se ao nosso objeto de estudo e resultaram em grandes fluxos de deslocados na Europa. Iniciando-se na Ásia, onde as regiões colonizadas alcançaram a independência mais cedo (devido aos movimentos nacionalistas serem mais antigos e sólidos do que em África), seguiu-se a China que foi libertada em 1943, as Filipinas em 1946 e a Índia e o Paquistão em 1947. Já a Indonésia foi declarada independente em 1949, e no norte de África a França concedeu a independência aos protetorados de Marrocos e da Tunísia no ano de 1956. Na Argélia o conflito armado prolongou-se até o ano de 1962, altura em que se tornou independente. Relativamente às colónias portuguesas, foi com o 25 de Abril de 1974 que se iniciam os processos de descolonização nos seus territórios, conforme iremos ver mais adiante neste trabalho.

1.2 Tipos, causas e motivações das migrações internacionais

Verificamos que, tal como os conceitos atribuídos ao tema migração são bastante diversificados, nos impedindo de adotar um único capaz de definir o fenómeno em causa, igualmente a possibilidade de se conceber uma tipologia para a sua compreensão é também bastante dificultada pela grande diversidade de critérios utilizados pelos teóricos para distinguirem vários tipos de migrações.

Não sendo objetivo deste trabalho se fazer um levantamento exaustivo sobre o tema migração, procuraremos nas próximas secções concetualizar e diferenciar os principais tipos de migrações existentes, atendendo às suas causas e/ou motivações, por forma a melhor podermos compreender a migração (dada a sua ligação ao nosso objeto de estudo).

Assim, de acordo com Rocha-Trindade (1995: 44), é possível dividir-se os fluxos migratórios em dois tipos atendendo à legalidade da ação. Usando este critério, podem ser distinguidas a emigração legal da clandestina. Ambos estes tipos de migração são muito frequentes na atualidade, tal como o eram no passado, contudo, é difícil calcular a verdadeira dimensão da emigração ilegal, atendendo precisamente à sua natural omissão por parte de quem a pratica.

Segundo Costa, há que considerar que, associados aos fluxos migratórios legais, surgem também sempre fluxos migratórios ilegais e que por isso “é perfeitamente possível que os fluxos clandestinos ou ilegais aumentem quando as condições legais de acesso ao território se tornam mais restritivas” (Costa, 2004: 170). Também segundo este autor, ao aumentar-se o número de pessoas ilegais num país, criam-se problemas de inserção social, que depois tentam-se resolver através da legalização dessas pessoas, mas que por sua vez faz aumentar o volume de entradas ilegais no país (com a pretensão de também elas serem um dia legalizadas). Deste modo, da migração clandestina ou ilegal forma-se um ciclo vicioso de difícil resolução.

Quanto ao critério ligado às motivações de partida, que será um dos mais utilizados pelos teóricos que estudam os fluxos migratórios, de acordo com Rocha-Trindade (1995:41-43), os fluxos são divididos atendendo aos seguintes fatores:

- a) As **motivações de ordem económica** (ligadas à teoria da repulsão/atração) - relacionam-se muito com a procura de melhores condições de vida, para investimento no estrangeiro, ou para ascender na carreira;
- b) As derivadas de **motivações políticas** - são normalmente relacionadas com ajustes graves entre um sistema político e a sua aceitação pela maioria dos cidadãos do país. Podem ser também um escape à participação num conflito armado, o receio de perda de certos privilégios, ou ainda a existência de ameaças ao património, à liberdade, ou à segurança física das pessoas;
- c) As **motivações étnico-culturais** - tem levado, ao longo da história da Humanidade, a grandes movimentos populacionais. Por exemplo, a prática de uma crença religiosa quando não é aceite pela maioria no país (ou por quem detém o poder) originam fluxos

migratórios;

d) As motivações de emergência - derivam sobretudo de questões políticas (guerras, perseguições, violência e outras) ou desastres ambientais. Estes problemas obrigam as populações a fugir por questões de sobrevivência e levam à formação de fluxos de deslocados, asilados e refugiados;

e) As motivações derivadas de uma atividade profissional - são muito mais frequentes na atualidade e, como o próprio nome indica, relacionam-se com o trabalho, na medida em que leva muitos trabalhadores a mudar-se temporariamente de país por forma a levar a cabo (ou prosseguir) a sua atividade profissional. Por vezes, esses profissionais mudam frequentemente de país pelo mesmo motivo.

Assim, atendendo a este critério das motivações de partida, consideramos que o caso aqui em estudo (retornados de África) enquadrar-se-á nas motivações de emergência, que resultaram da guerra que se instalou naqueles territórios, obrigando as populações a fugir.

Outro critério frequentemente utilizado para distinguir os fluxos prende-se com o tempo de permanência no estrangeiro e permite separar a emigração permanente da emigração temporária. Este critério distintivo não é facilmente utilizado na atualidade, uma vez que "o século 21 é considerado como uma época de fluidez e abertura, em que as mudanças nos transportes, tecnologia e cultura tornam normal que as pessoas pensem além das fronteiras e as cruzem com frequência" (Castles, 2010: 15).

Segundo Rocha-Trindade, o facto de se deixar o seu próprio país por tempo longo ou indeterminado representa, em geral, uma experiência radical e frequentemente traumática de rutura com o quotidiano conhecido, em favor de um novo espaço geográfico, social e cultural, de um novo emprego e quem sabe de uma nova profissão. Diz-nos ainda esta autora que através da análise da intencionalidade, por parte de quem emigra, é possível distinguir a migração voluntária da migração forçada (Rocha-Trindade, 1995: 35-45). Neste caso, as migrações voluntárias ligam-se a uma "intenção de partir, para a qual conflui um complexo de dados, tais como informação recebida, sobre o país de destino, insatisfação com a situação presente, formulação de expectativas de futuro, balanço de alternativas de decisão" (Rocha-Trindade, 1995: 37). Já as migrações forçadas acontecem quando fatores externos e alheios

à própria vontade forçam os indivíduos a abandonar o seu local de residência. Motivos como os “resultantes da ação humana ou de fenómenos naturais, sendo, à luz do direito internacional, refugiados os que atravessaram uma fronteira internacional e deslocados internos os que permanecem dentro do país” (Schiefer &, Almeida 2010: 1). A migração forçada liga-se, portanto, à anteriormente referida migração por motivo de emergência.

De acordo com Nascimento, existe uma "linha ténue que separa migrantes forçados e espontâneos, e a confluência de razões económicas, políticas, étnicas, religiosas e ambientais no processo de deslocamento" (Nascimento, 2011: 2), levando a uma dificuldade na uniformização de procedimentos das instituições com responsabilidade na proteção dos migrantes forçados, provocando maiores vulnerabilidades nesse grupo de pessoas.

Normalmente, o surgimento de novos fluxos migratórios, de forma repentina e inesperada, costuma ser um indicador de alterações bruscas das condições de determinada sociedade, podendo relacionar-se com cataclismos ambientais, guerras, revoluções, entre outros, caraterísticos de uma migração forçada. Este tipo de migração tem por isso características que o distinguem das migrações voluntárias, que resultam normalmente de questões económicas, da procura de emprego ou de melhores salários, entre outros, que já referimos anteriormente. Estas migrações voluntárias são, geralmente, decisões ponderadas e planeadas adequadamente, o que não acontece com a migração forçada que, como o próprio nome indica, apela a uma urgência de ação.

A propósito da migração forçada, Castles refere que “O termo migração forçada é mais abrangente do que a velha noção de refugiado, que supunha perseguição individual, nos termos estabelecidos pela Convenção de Genebra de 1951, adequando-se melhor às atuais realidades” (Castles, 2005: 59). Este tipo de migração inclui, para além dos refugiados, pessoas deslocadas internamente, "retornados" em situações de pós-conflito, pessoas deslocadas por questões ambientais ou de desastres naturais, entre outros.

Assim sendo, o fluxo que analisamos neste nosso trabalho pode também ser enquadrado na migração do tipo forçado, pois as pessoas foram obrigadas a fugir de África devido aos conflitos e guerra que se instalaram naqueles territórios. Para além da população branca, que maioritariamente fugiu em direção aos países ocidentais, calcula-se também que cerca de 400.000 angolanos e 2 milhões de moçambicanos se refugiaram nos países vizinhos e muitos

milhões foram deslocados, em resultado das guerras civis subsequentes à descolonização (Schiefer & Almeida, 2010:189).

Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) - relatório de 2015 - divulgam que a deslocação forçada no mundo é constituída por cerca de 65,3 milhões de pessoas, destes, 21,3 milhões são refugiados, 40,8 milhões são deslocados internos e 3,2 milhões são requerentes de asilo (ACNUR, 2015c: 2).

Também é frequente se utilizar o critério relativo ao atravessamento ou não das fronteiras de determinado país, que faz a distinção entre a migração interna e a migração internacional. Segundo este, a migração interna corresponde à deslocação de uma zona geográfica (província, distrito ou município) para outra dentro do mesmo país, já a migração internacional implica o atravessamento das fronteiras do país (Castles 2000:17). De acordo com Ramos, "As migrações ocorrem, sobretudo, no interior dos países, estimando-se que haja aproximadamente 740 milhões de migrantes internos" (Ramos, 2009: 2).

Tanto a migração interna como a internacional são fenómenos que sempre sucederam na história da humanidade, sendo que a migração internacional tem tido um maior crescimento nas últimas décadas, concomitantemente com o desenvolvimento dos transportes, tecnologias e telecomunicações. Talvez seja por esse motivo, aliado ao facto deste tipo de migração ser mais complexo e trazer consequências para mais do que um país / Estado, que a maioria dos estudos da atualidade acerca da temática das migrações incide sobre este tipo de migração.

Verificamos, porém, que apesar de normalmente se utilizarem as fronteiras dos Estados como forma de distinguir estes dois tipos de migrações, este critério não está isento de dificuldades e nem sempre permite uma clara distinção dos casos. Por exemplo, fazendo-nos valer desse conceito, acabamos por incluir na migração internacional deslocações de curta distância e entre cidades culturalmente semelhantes (só porque existe uma fronteira a separar essas cidades), assim como, na migração interna podemos incluir deslocações de grandes distâncias e ligando culturas muito diferenciadas entre si (King, 2012: 7).

Um exemplo demonstrativo da desadequação daquele conceito é o que diz respeito ao caso vivenciado pela antiga União Soviética, onde milhões de migrantes internos, após a

fragmentação daquele império, "transformaram-se" automaticamente em estrangeiros. Temos ainda a situação dos turistas e empreendedores que, apesar de atravessarem as fronteiras do seu país, deslocando-se para outro Estado e lá permanecendo por um determinado período de tempo, não devem ser, no entanto, incluídos como migrantes internacionais, pois a sua situação é breve e transitória (ibidem:18).

De acordo com Carmo (2001:151), as migrações internas podem ser de caráter definitivo ou sazonal, nas primeiras inclui-se o êxodo rural (saída dos campos para as cidades) e nas segundas temos as saídas temporárias, durante determinados períodos do ano por motivos de trabalho (por exemplo, para trabalhar no turismo nas estações altas ou para participar em atividades sazonais como as vindimas).

A este respeito, Rocha-Trindade refere que a diminuição dos períodos de ausência e a manutenção de contactos permanentes com os países de origem faz com que as migrações entre países europeus quase adquiram características típicas das migrações internas (Rocha-Trindade, 1995: 31-32). Atualmente, este fenómeno da migração entre países da União Europeia pode mesmo ser incluído na migração do tipo interna, atendendo a uma perspetiva europeia que evoluiu no sentido de uma maior liberdade de circulação de pessoas e de abertura de fronteiras, bem como, à existência de um projeto comum europeu.

Dados estatísticos de 2013, sobre a dimensão da migração internacional, apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), revelam que atualmente existem cerca de 232 milhões de migrantes internacionais no mundo (ONU, 2013: 4), e que, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, esse número tem vindo a crescer anualmente na ordem dos 5 milhões/ano (King, 2012: 5). Esses mais de 200 milhões de pessoas (volume global da migração internacional) representam um valor percentual de pouco mais de 3% da população mundial.

1.3 Clarificação de conceitos: Retornados, Repatriados, Deslocados, Refugiados e/ou Desalojados

Retornados, repatriados, deslocados, refugiados e desalojados são termos muitas vezes utilizados para se referir à vaga de pessoas chegadas a Portugal após a descolonização

portuguesa em África. Inclusivamente, muitas vezes se confundem estes conceitos entre si, mantendo-se uma certa dificuldade em se chegar a um consenso quanto à forma correta de se classificar o movimento populacional antes referido. Só assim se explica o facto de termos encontrado na literatura especializada sobre o tema, a utilização de todas essas designações com referência ao mesmo (as pessoas vindas de África nos anos 70, após a descolonização portuguesa), por vezes até misturados na mesma obra, facto esse que nos obriga a uma clarificação quanto ao significado de cada termo empregue, distinguindo a sua aceção legal do seu uso no contexto da situação vivida em Portugal e o emprego das denominações enunciadas.

De acordo com Costa (2002: 25), o maior movimento de retorno para o país deu-se entre os anos de 1974 e 1985 e deveu-se à descolonização portuguesa em África. A este propósito, Rocha-Trindade (1995:47) descrevia os retornados, em 1995, como pessoas que haviam invertido o projeto migratório que iniciaram quando saíram do seu país de origem ou de residência. Igualmente, Castles (2000:20) diz que o retorno acontece quando as pessoas voltam para o seu país de origem após passar algum tempo em outro local.

Segundo Cassarino (2013: 24), existe um entendimento da abordagem neoclássica de que “a migração de retorno diz respeito unicamente aos trabalhadores migrantes que calcularam de forma errada os custos da emigração e que não alcançaram o aumento esperado da própria renda”. Segundo o mesmo autor, esta versão é contestada pela *New Economics of Labour Migration*, que defende que o regresso muitas vezes não está relacionado com o fracasso mas sim, pelo contrário, com o sucesso de quem tinha previamente estabelecido como objetivo ficar durante um determinado período de tempo emigrado, como forma de acumular rendimentos (enviando parte dos ganhos à família), para depois então regressar livremente (*ibidem*).

Verificamos que ambas as teorias incidem apenas sobre o retorno do tipo voluntário, consciente e programado atempadamente pelo retornado, não sendo, portanto, aplicável ao nosso tema em estudo, atendendo às características do retorno dos portugueses das ex-colónias (durante aquele período de descolonização portuguesa), que se enquadrarão mais no retorno do tipo forçado. Isto porque, na verdade, os portugueses tiveram que vir devido à instabilidade e perigo eminente que se viveu em Angola e Moçambique a partir do ano de

1974. Os perigos referidos derivavam tanto da guerra pela independência daquelas ex-colónias, quanto da guerra civil que se seguiu naqueles territórios após as suas independências (em Angola a guerra civil inicia em Novembro de 1975 e em Moçambique começa em Maio de 1977).

Ainda Cassarino (2013:45), considera que o fenómeno do retorno, quando em situações normais, é muitas vezes visto com agrado pelo país de origem, uma vez que quem regressa normalmente traz novos conhecimentos e experiência que poderão beneficiar o desenvolvimento do país. Contudo, este retorno para ser bem-sucedido necessita ser preparado com tempo, recursos e vontade por parte do migrante, condições essas que não existiram no retorno dos portugueses das ex-colónias na década de 70.

Devemos também considerar que "o retorno deverá ter tido tradução na difusão de novos valores e comportamentos em virtude da inserção passada dos retornados em sociedades com características muito diferentes das da formação social portuguesa" (Pires, 1987: 15), sendo que, para Neto "Quando dois grupos culturalmente diferentes entram em contacto, há uma tendência para se influenciarem um ao outro ao nível de instâncias sociais, institucionais, políticas e dos sistemas de valores" (Neto, 2002: 242). Assim, existindo uma diferenciação cultural entre ambas as sociedades (que procuraremos inferir sobre a sua veracidade), a de acolhimento e a de partida (neste caso Portugal e África), os resultados do contacto intercultural podem se manifestar através de diferentes comportamentos que de acordo com Bochner (citado por Neto, 2002: 244-245) são:

- a)** Quando a segunda cultura tem um estatuto considerado superior, pode-se rejeitar a cultura original e adotar a nova cultura;
- b)** Pode-se rejeitar as influências da nova cultura e voltar-se para a sua cultura de origem;
- c)** Pode-se ficar indecisos balanceando entre as duas culturas, ou;
- d)** Algumas pessoas conseguem sintetizar as várias identidades culturais, tornando-se genuinamente multiculturais.

Outra designação muito utilizada em referência ao fluxo em estudo é o repatriamento. Como o próprio nome indica refere-se a um voltar à pátria e implica uma ação de terceiros, normalmente o Estado e/ou entidades humanitárias (como por exemplo o ACNUR). Parecido com o conceito de retornados, muitas vezes até confundidos, é definido por Pena

Pires como "movimentos migratórios de refugiados, mais ou menos forçados, em direção ao território do seu estado nacional" (Pires, 2003: 190), resultando normalmente de alterações de fronteiras, processos de descolonização e de expulsões de minorias étnicas (ibidem, 190). Relativamente ao caso aqui em estudo, o repatriamento é associado ao regresso compulsivo dos portugueses que tinham fixado residência em África antes da independência daqueles territórios.

Após a segunda Guerra Mundial, verifica-se na Europa intensos movimentos migratórios que resultaram sobretudo de processos de repatriamento. Um deles, o de maior magnitude, foi o que envolveu cerca de 13 milhões de pessoas de nacionalidade ou origem alemã, durante os anos de 1945 e 1955 (logo após a II Guerra Mundial), fruto da sua expulsão de países como a Polónia, Checoslováquia e Hungria, naquele que foi o maior fluxo de repatriamento intraeuropeu. A partir dessa altura, os principais processos de repatriamento na Europa resultaram das descolonizações, calculando-se que o seu volume tenha sido na ordem dos 4 milhões de pessoas (Pires, 2003: 191), vindas das várias colónias, na altura sob administração de países europeus: França, Itália, Bélgica, Inglaterra, Espanha, Holanda e também Portugal.

No caso em estudo, verifica-se também que houve uma fação de portugueses que fugiram de Angola e Moçambique, refugiando-se em África do Sul, e que, após um determinado período, foram repatriados para Portugal.

Quanto ao conceito de deslocados, as Nações Unidas (ONU, 1998) definem os deslocados internos como pessoas, ou grupos de pessoas, que por motivos alheios à sua vontade (normalmente questões ligadas a violência generalizada, conflitos armados, catástrofes naturais e violações dos direitos humanos) foram obrigadas a fugir, abandonando as suas casas ou locais de residência habitual, sem que para isso tenham atravessado a fronteira do seu país.

As estatísticas da ACNUR (2012) relativas ao fenómeno apontam para a existência de cerca de 26 milhões de deslocados internos no mundo (abarcando 28 países)³, sendo a Síria, a

³ Dados do ACNUR relativos às estatísticas do ano de 2014
Fonte: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>

Colômbia e o Congo os três países com o maior número de pessoas nessas condições. Esta entidade caracteriza os deslocados internos como sendo:

pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, muitas vezes são erroneamente chamadas de refugiadas (...) não atravessaram uma fronteira internacional para encontrar segurança, mas permaneceram em seu país natal. Mesmo se fugiram por razões semelhantes às dos refugiados (conflito armado, violência generalizada, violações de direitos humanos), legalmente os deslocados internos permanecem sob a proteção de seu próprio governo, ainda que este governo possa ser a causa da fuga.

(ACNUR, 2012)

Desta forma, existem dois elementos fundamentais no conceito de deslocados, um será o seu caráter de movimento forçado e o outro é o facto de estas pessoas permanecerem no seu país de origem, movimentando-se apenas entre Regiões do mesmo Estado.

Quanto à designação de refugiados, de acordo com a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, um refugiado é uma pessoa que reside fora do seu país de nacionalidade, não podendo para lá voltar devido ao "receio fundado de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política" (Art.º 1, n.º 2). Mais de uma década seguinte, a Organização de Unidade Africana (OUA) alarga o conceito de refugiado, passando também a se considerar no contexto africano todos aqueles cujos motivos de abandono do seu país resultem de "agressões externas, por ocupação estrangeira e por eventos que perturbem a ordem pública (artigo 1.º n.º 2 da mencionada Convenção), quer por perseguições que resultem em violações dos Direitos Humanos (artigo 1.º n.º 1 da mencionada Convenção)" (Silva, 2015: 15). Aos refugiados, assim reconhecidos de acordo com os termos da Convenção, é concedido o direito de asilo em países onde venham a requerer essa condição, sendo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) a entidade responsável por garantir esse direito, traduzido em assistência: alimentos, abrigo, cuidados de saúde e proteção contra a violência.

Os anos sessenta são marcados pelo aparecimento de múltiplos casos de refugiados no denominado Terceiro Mundo, ou Mundo em Desenvolvimento. As causas deste fenómeno são varias: descolonização, formação de novos Estados, subdesenvolvimento, conflitos étnicos e de classe e as rivalidades entre as superpotências.

(Sousa, 1999: 32)

De acordo com Sousa, embora a maioria daqueles refugiados procure asilo nos países vizinhos, é a partir dos anos 70 que começa a surgir uma afluência em direção aos países ocidentais, como foi o caso dos vietnamitas vindos de campos de refugiados no sudoeste

Asiático para países ocidentais, sobretudo Inglaterra, França e EUA (Sousa, 1999: 33).

Em relação a Portugal, não é muito procurado por pessoas que buscam asilo fora do seu país de origem, no entanto, com as descolonizações houve um volume significativo de pessoas vindas para Portugal conjuntamente com portugueses e que poderiam se enquadrar nesta categoria. Os últimos dados do SEF são relativos ao ano de 2015 e dão conta de um aumento significativo de pedidos de asilo no nosso país, na ordem dos 100,4% em relação ao ano anterior, atingindo o volume de 896 pedidos, ano em que se atingiu o seu número mais elevado dos últimos 15 anos (SEF, 2015: 41)

Já desalojados “são classificados como aqueles que foram obrigados a abandonar suas habitações, temporária ou definitivamente, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria do imóvel” (Valenci, Siena, Marchezini e Gonçalves, 2009: 53). Normalmente, este conceito vem associado a catástrofes, sejam elas ambientais ou provocadas pelo homem. O número de pessoas nesta situação é atualmente muito elevado e apesar dos desalojados não serem contemplados pela Convenção de Genebra de 1951, calcula-se que “em 2013, 22 milhões de pessoas abandonaram as suas terras devido a catástrofes naturais, calculando-se que, em 2050, serão 200 milhões” (Santos, 2016: 227).

De acordo com Marcelino (2006:130), apesar da história da humanidade ser recente, já foram registradas em todo o globo grandes catástrofes naturais que deixaram milhares de mortos e desalojados.

Diz-nos Rocha-Trindade:

Repatriação, Retorno, Regresso: as palavras podem designar a mesma situação dinâmica de movimento de quem está fora de um âmbito ou de um contexto e nele volta a inserir-se. Mas os conceitos variam no tempo, no espaço geográfico e, sobretudo, no campo psicológico das mentalidades, das emoções, dos sentimentos.

(Rocha-Trindade, 1983: 87)

Apesar da variedade de designações usadas na literatura do tema, verifica-se que o termo mais frequentemente utilizado para se referir ao grupo de pessoas aqui em estudo é o de retornado que "apareceu associado ao regresso maciço de nacionais residentes nas antigas colónias ultramarinas, após o seu acesso à independência" (Rocha-Trindade, 1995: 48). Igualmente, Vieira refere que o termo retornado foi utilizado "na fase inicial do êxodo, no âmbito da criação do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN) em março de

1975. Em simultâneo, esta foi a palavra que se vulgarizou nos meios de comunicação social e na sociedade de então e que chegou aos dias de hoje" (Vieira, 2013: 11).

No entanto, a utilização desse termo não foi bem vista por muitos dos visados pois "o termo «retornado» adquiriu uma conotação incómoda, associada a dramas reais da descolonização, tanto como à reacção dos residentes perante uma perturbação social e cultural" (Rocha-Trindade, 1995: 48). Para além disso, de acordo com Marques, mais de 1/3 dessas pessoas não tinha quaisquer redes familiares em Portugal, e mesmo entre os nascidos cá, muitos deles tinham ido para África ainda muito jovens (não tendo quaisquer ligações ou conhecimentos acerca do país) e 75% dos jovens com menos de 20 anos já nasceram em África. Entretanto, ainda havia os africanos naturalizados portugueses através do casamento, filiação ou assimilação e até mesmo estrangeiros casados com portugueses que foram incluídos sob o mesmo rótulo de retornados (Marques, 2013: 49-50). Dessa forma, Marques conclui que o termo retornado não é "adequado para descrever os milhares de sujeitos que desembarcaram pela primeira vez num país que não era sentido como pátria" (Marques, 2013: 49).

Falando particularmente do caso português, Machado (2011: 2) diz também que seguindo um critério político e jurídico, o retornado seria todo aquele que tendo residido numa das ex-colónias portuguesas possuía uma das seguintes condições:

- a) Havia nascido na metrópole;
- b) Tendo nascido em África possuía, contudo ascendentes até ao terceiro grau nascidos na metrópole.

Na opinião de Marques, houve uma intencionalidade de índole política na opção do Estado português em relação ao termo retornado "Ao utilizar nos documentos oficiais o termo «retornado», o Estado português evitou propositadamente usar a designação de repatriado, deportado, expulso ou deslocado, responsabilizadora ou mais culpabilizante" (Marques, 2013: 51). Não obstante isso, segundo esta autora, era frequente essas outras designações serem utilizadas em documentos militares e diplomáticos antes de se iniciar o êxodo de portugueses, e apesar de em África serem considerados deslocados ou desalojados "desde que em Portugal lhes começaram a chamar retornados, o rótulo colou-se-lhes à pele como um adesivo" (Marques, 2013: 51).

Para além do anteriormente exposto, os dados existentes acerca deste movimento

populacional mostram que as pessoas vindas durante esse período específico de tempo não o fizeram de forma voluntária, mas sim compulsiva, devido aos conflitos e guerra existentes nos territórios africanos de sua residência. É isso que também nos dá conta Marques, “a partida de África terá constituído uma experiência traumática, motivo pelo qual muitos destes sujeitos se assumiram como deslocados ou refugiados de guerra no seu próprio país de origem ou de nacionalidade” (Lucassen, Lucassen, 1999: 12 em Marques, 2013: 50).

Relativamente à designação de "desalojados", conforme nos esclarece Vieira (2013: 11-12), passou a ser utilizada após a criação do Comissariado para os Desalojados, em Setembro de 1976 (Decreto-Lei 683-B/76 de 10 de Setembro) também porque, de acordo com Marques, lhe estava “inerente um carácter transitório e não possuir uma conotação tão estigmatizante como a anterior” (Marques, 2013: 49). Mas, são sobretudo os próprios que se autodenominam como "refugiados" e “desalojados”, porque eventualmente era assim que se sentiam, a forma como tiveram de abandonar todos os seus pertences e vir embora assim o justifica.

Compreendemos, deste modo, a utilização do termo “desalojados” atendendo à forma como as pessoas tiveram de abandonar as suas casas devido ao perigo e clima de tensão vivido nas ex-colónias, factos que vão ao encontro da definição de desalojados de Valenci et al (2003:53) já anteriormente referida.

Quanto ao termo refugiado, justifica-se a utilização deste sobretudo por parte de quem viveu a situação (obrigados a fugir, deixando para trás a sua residência e todos os seus pertences na colónia portuguesa), uma vez que em sentido amplo este conceito pode ser aplicado a todos os migrantes nestas circunstâncias, contudo, no sentido estrito este termo apenas diz respeito às pessoas abrangidas pela Convenção de Genebra - requerentes de asilo. Igualmente, Marques parece concordar com essa avaliação feita pelos próprios quando refere "assemelhavam-se em muitos aspetos a outros refugiados: tiveram de deixar o território onde viviam num curto espaço de tempo ou, nalguns casos, repentinamente, perante uma situação de caos social, e sem poderem voltar" (Marques, 2013: 51).

Alguns testemunhos transcritos no artigo de Marques são reveladores do referido, como o senhor que diz "Nasci em Angola, vivi lá toda a minha vida, exceto os poucos anos que passei no liceu em Lisboa, e nunca conheci outra casa. Eu não deixei Angola, fui expulso"

(Ovalle-Bahamón, 2003: 162-168, em Marques 2013: 53), ou outro testemunho que afirma "Quando chegamos a Portugal deram-nos um autocolante para pormos na roupa, que nos identificava como retornados de África (...) Dormi meses em cima de um cartão, sem dinheiro. Fui uma refugiada, não uma retornada" e outra ainda que declara "Perdemos tudo! Nossas casas, nossos bens, nossos amigos, nossa identidade, nossa raiz" (Marques, 2013: 55).

Já em relação ao termo repatriado, não se pode considerar errado para todos aqueles que, tendo nascido na metrópole, estavam regressando assim à pátria de forma compulsiva, com o apoio do próprio Estado português. Igualmente, percebemos a utilização do termo deslocados, atendendo à sua característica de mobilidade, uma vez que se tratou de um fluxo de deslocação massiva de pessoas residentes nas ex-colónias portuguesas para Portugal (antiga metrópole).

Após a clarificação dos conceitos, constatamos que, praticamente todos os termos encontrados na literatura sobre o tema podem ser utilizados, de uma maneira ou de outra, em menção ao fluxo de pessoas vindas de África, após a descolonização portuguesa.

Neste trabalho optamos por utilizar o termo "retornados", para nos referir ao fluxo de entrada de pessoas provenientes das ex-colónias portuguesas em África (após a descolonização portuguesa), visto constatarmos que esta é a designação mais utilizada em referência a este movimento populacional, tendo-lhes inclusivamente ficado associado até aos dias de hoje por todos os meios, quer seja políticos, académicos, jornalísticos e/ou científicos.

1.4 Acolhimento e (re) integração

De acordo com Costa (2015:57) existem dois modelos de integração: o modelo integracionista e o modelo assimilacionista. O modelo assimilacionista consiste na aquisição por parte do imigrante das práticas e valores característicos da sociedade de acolhimento. Em relação ao modelo multiculturalista, neste ninguém necessita de renunciar à sua cultura de origem, dá-se reconhecimento aos grupos minoritários para a preservação dos seus princípios e práticas na esfera pública (ibidem).

No caso em estudo existia no Portugal da época, segundo Marques (2013), uma vivência

social e cultural, aliada à conjuntura histórica em que se processou a descolonização portuguesa que, conjuntamente com as mudanças repentinas ocorridas durante a transição para as independências, acentuou nos retornados um "sentimento de estranheza e deslocamento semelhante à que experimentaram os indivíduos que integram processos de diáspora" (Marques, 2013: 52). No sentido inverso, contudo, existia também uma estranheza e um olhar de desconfiança para com os retornados e para a própria situação envolvente. Para além disso, Portugal atravessava um processo de transição política complicado e desconhecido para a generalidade das pessoas, aliado ao facto consumado da perda do seu império colonial.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, todos os anos mais de cinco milhões de pessoas atravessam as fronteiras internacionais para viver num país desenvolvido. Um número ainda maior de indivíduos (tanto nos locais de origem como nos de destino) é afetado por estas deslocações, seja através de conhecimento, como de mudanças sociais e económicas (PNUD, 2009). Esta aceleração do crescimento dos fluxos migratórios faz-se acompanhar por um aumento da diversidade étnica nas sociedades dos países de acolhimento. No entanto, apesar da diversidade poder trazer aspetos positivos para as sociedades de países multiétnicos, pode também contribuir para a sua vulnerabilidade face a convulsões sociais internas e ameaças externas. Aspetos culturais, religiosos ou mesmo linguísticos podem também conduzir a posições antagónicas entre os diferentes grupos de minorias étnicas, ou mesmo a uma situação de confronto com a cultura dominante (Giddens, 2001).

A esse respeito Penninx e Martinello dizem que "os recém-chegados a uma sociedade são frequentemente considerados como o caso clássico do Outro, aquele que não pertence" (Penninx e Martinello, 2010: 129). Desta forma, se o outro é aquele que não pertence, será necessário integrar procurando inverter essa situação, sendo que, de acordo com Papademetriou, "Integration is the process through which, over time, newcomers and hosts form an integral whole" (Papademetriou, 2003: s.p.). Para além disso, diz também este autor que existem algumas razões por detrás da dificuldade em se aceitar os imigrantes, desde as preocupações relativas à concorrência por postos de trabalho, até às associadas a medos maiores sociais e culturais.

Ora, devemos considerar que para se integrar os imigrantes, ou no caso em estudo os retornados, é necessário se (re)construir "rotinas que suportem a reposição da segurança ontológica e da facticidade do mundo e aprendizagens sociais que, alargando o fundo de conhecimentos comuns, viabilizem a participação em novos espaços de negociação e reconhecimento" (Pires, 2003: 95). Por outro lado, segundo Costa (2015), a política de integração visa promover a coesão social, através da criação de condições sociais, económicas e culturais semelhantes ou aproximadas às dos nacionais, procurando-se gerar um sentimento de identificação com a comunidade nacional (Costa, 2015: 56).

Deste modo, a questão do acolhimento liga-se ao conceito de integração social (e ambas estão interligadas) no que diz respeito à adaptação dos indivíduos a um novo espaço geográfico, uma nova sociedade e uma nova cultura. A aceitação do "outro" e sua inclusão na sociedade de acolhimento reveste-se assim da maior importância em locais de imigração, tal como sucedeu quando Portugal recebeu o fluxo aqui em análise.

Segundo Costa (2015:57), o sucesso da integração está dependente de três atores: o Estado, os grupos e os indivíduos, sendo igualmente condicionado por uma série de fatores externos como a política de gestão dos fluxos migratórios, o pluralismo da sociedade, a proximidade cultural e/ou a ligação existente com o grupo de origem e o próprio Estado.

Para Boswell (2003), as áreas que compõem a integração são: a integração económica e social, a integração cultural e a integração política. Nas dimensões económica e social da integração, por exemplo, a integração está relacionada com a entrada no mercado de trabalho, na educação e no sistema de segurança social.

Bäckström & Castro-Pereira referem que "o modo como uma pessoa é acolhida num novo grupo ou sociedade e, particularmente, num novo país onde procura refazer a sua vida, marca a diferença em todo o percurso da sua inserção" (Bäckström & Castro-Pereira, 2012: 93). No caso da integração dos "retornados" de África na sociedade portuguesa (e madeirense em particular) lembramos que estamos perante uma situação com moldes diferentes daqueles que normalmente dizem respeito a um processo de integração de imigrantes, isto devido a dois principais motivos: a) Cerca de 60% dos retornados voltavam para aquele que era o seu país de origem (Portugal); b) Os restantes, apesar de saírem do seu local de origem (África), vinham de uma colónia também ela portuguesa.

Recorremos à opinião de Garcia (2012), que nos diz que apesar das pessoas terem sido todas apelidadas de retornados, muitas delas não possuíam qualquer ligação afetiva a Portugal pois já haviam nascido em África. Mesmo para aqueles que realmente voltavam, por terem nascido em Portugal, houve um grande número de pessoas que manifestavam uma ligação afetiva mais forte com África do que propriamente com o nosso país (Garcia, 2012: 29).

Para além disso, o abandono das suas vidas estabelecidas, da forma repentina e urgente com que teve de ser feito, será sempre uma situação difícil de gerir, provocando um grande impacto nas suas vidas e levando muitas vezes a angústias desmedidas. Assim, consideramos que este grupo de pessoas pode ser considerado como particularmente vulnerável e sujeito à situação para a qual nos alerta Ramos, relativamente à migração em geral, que é o facto de esta situação poder ser considerada por alguns retornados como “um processo complexo e contraditório, uma experiência de desenraizamento, perda, rutura, luto e mudança” (Ramos, 2014: 232). Segundo Cabecinhas (2010: 31), este retorno terá sido mesmo uma experiência traumática para os portugueses residentes em África, tratados como invasores estrangeiros, tiveram de lidar com a hostilidade dos portugueses da metrópole que os viam como ameaças aos escassos empregos e um perigo moral para a sociedade devido aos seus valores e estilos de vida.

Esta experiência de desenraizamento aumenta muito quando a partida se faz por motivos alheios à sua própria vontade e com toda a carga emocional vivida por quem foge de uma guerra, como foi o caso de muitos dos "retornados" de África, deixando para trás não só os bens materiais como também, possivelmente, o seu modo de vida e segurança financeira de que disponham.

Apesar das referidas dificuldades, existem fatores facilitadores de uma boa integração que, de acordo com Bäckström & Castro-Pereira (2012: 93), são: o domínio da língua, ter um posto de trabalho, ter uma boa rede de apoio, conseguir uma boa integração dos filhos na escola e a existência de maior facilidade no processo de legalização. No caso concreto em estudo, podemos afirmar que o domínio da língua e a condição de cidadania que os retornados já possuíam eram, portanto, vantagens para a sua boa integração. Todavia, as condições facilitadoras à integração foram maiores para os retornados que tinham família em Portugal (que os acolheu) e para uma parte deles, os funcionários públicos, o facto de

terem beneficiado de um programa de recolocação profissional, através do ingresso no Quadro Geral de Adidos, foi outra vantagem (Pires, 2003: 237).

De acordo com Selim Abou (citado por Sousa, 1999: 52-53), ao se inserirem num novo espaço geográfico (distinto do seu) as pessoas tendem a passar simultaneamente por três processos: a adaptação, a integração e a aculturação, sendo este percurso muito mais difícil de realizar quando a migração é do tipo forçada. Deste modo, diz este autor que a adaptação é a acomodação ao meio físico do país de acolhimento onde se recria o local de origem no novo espaço. A integração resulta da inserção dos recém-chegados nas estruturas económicas, sociais e políticas do país de acolhimento. E por fim, a aculturação corresponde ao conjunto de interferências culturais que sentem os imigrantes a nível da sua adaptação e integração, resultantes do constante confronto entre ambas as culturas (a de origem e a da sociedade de acolhimento) (Sousa, 1999: 52-53).

No tema em estudo, da (re) integração dos retornados na sociedade portuguesa, devemos considerar, como exposto por Marques, que as condições em que essas pessoas tiveram de regressar à metrópole “foram momentos de difícil gestão de emoções, devido à situação de carência em que a maioria se encontrava. Sem comodidades, dependia do auxílio familiar, do Estado ou de organizações humanitárias civis e eclesíásticas” (Marques, 2013: 53). Esses fatores, por si só, poderão ter influência na capacidade de integração na sociedade recetora devido à fragilidade que provocam.

Ainda assim, Pena Pires refere que a integração dos retornados de África em Portugal Continental foi um sucesso, resultado de uma multiplicidade de causas, orientada e construída pelo Estado. Lembra-nos este autor que em comparação com outros processos similares, como foi o caso do Reino Unido (que também recebeu à volta de 500 mil pessoas), onde a maioria dos retornados embarcaram para os Estados Unidos, em Portugal poucas pessoas emigraram e os que o fizeram, na sua maioria, assumiram um carácter transitório para depois voltar (Almeida, S. J., 2014).

Na verdade, o papel do Estado foi importante desde o início do processo e as preocupações dos governantes da altura cresceram à medida em que se apercebiam que se estava perante um fluxo sem precedentes de entrada de pessoas no país, pequeno como é Portugal, num momento em que atravessava uma grave crise económica internacional, com uma

democracia ainda a dar os primeiros passos e com todas as dificuldades daí resultantes. Por esses motivos, entre outros, a independência das ex-colónias portuguesas trouxe desde logo o problema ligado à questão da conservação ou perda da nacionalidade portuguesa por quem havia nascido nas ex-colónias. Foi por esse motivo que, de acordo com Pena Pires, receando-se a eventualidade de surgir uma forte imigração africana rumo a Portugal, se avançou com uma medida legislativa de alteração da lei da nacionalidade (Pires, 2003: 125-126).

Até então, o regime legal da nacionalidade prevalecente em Portugal baseava-se no critério do *jus soli*, que significava que quem tivesse nascido nas então colónias portuguesas, tal como os nascidos em Portugal Continental e Ilhas, tinha o direito à nacionalidade portuguesa por toda a vida. Com a descolonização, mantendo-se a lei da nacionalidade inalterada, receava-se a ocorrência de um fluxo de refugiados para Portugal maior do que o país poderia suportar (Pires, 2003:126-127). Por outro lado, considerava-se necessário facultar à população branca residente nas ex-colónias a opção pelo repatriamento, dada a insegurança generalizada que essas pessoas estavam a sentir, "resultante da crise e da guerra ser agravada pelo receio de uma inversão da discriminação racial colonial" (Pires, 2003: 127). Segundo Pena Pires,

Não podendo exercer aquela selectividade numa base racial, as autoridades políticas portuguesas da época resolvem o dilema – facilitação do repatriamento da população branca / dificuldade do fluxo de refugiados negros – remetendo para o critério do *jus sanguinis* a possibilidade de conservação da nacionalidade pelos naturais ou domiciliados nas ex-colónias.

(Pires, 2003: 127)

Fica então definido, pelo Estado português, através do seu Decreto-Lei 308-A/75, que após a data da independência conservavam a nacionalidade portuguesa quem à data de 25 de Abril de 1974 tivesse uma destas duas condições: a) Todos os descendentes de portugueses até ao terceiro grau; e b) Todos os aturais das ex-colónias que residissem há mais de cinco anos em Portugal Continental ou Ilhas adjacente (Decreto-Lei n.º 308-A/75, Art.º 1, n.º 1 em Ferreira, 1994: 88).

Segundo Pena Pires, a história subsequente da imigração em Portugal foi profundamente marcada pelos efeitos desta medida legislativa

Em primeiro lugar, porque diferenciou o repatriamento das ex-colónias da imigração de estrangeiros com a mesma origem, construindo assim a especificidade daquele primeiro movimento populacional. Em segundo lugar, porque definiu as condições jurídicas e simbólicas (no terreno das pertenças identitárias) de integração dos futuros imigrantes, estrangeiros, e dos

seus descendentes, na sociedade portuguesa. Em terceiro lugar, porque contribuiu para a percepção do fenómeno imigratório como ameaça e seleccionou como estratégia específica para lidar com essa ameaça a redução de direitos dos imigrantes enquanto elemento (considerado) dissuasor do crescimento dos fluxos e, em particular, do desenvolvimento de uma imigração de fixação.

(Pires, 2003: 128)

Como resultado, dentro do fluxo de pessoas vindas para Portugal após a descolonização, muitos tornaram-se assim imigrantes e/ou refugiados em Portugal porque não reuniam as condições impostas pelo Estado português para terem a cidadania portuguesa. Coexistiam assim, dentro da vaga de retorno, dois outros grupos distintos de pessoas: os refugiados (sobretudo angolanos e moçambicanos) que fugiam da guerra civil que se despoletou e permaneceu naqueles países durante longos anos e uma migração laboral (composta por cabo-verdianos) (ibidem:133). Nessa altura, conforme Marques (2013:51), muitos portugueses tiveram de abandonar Moçambique, numa situação que em muito se assemelhava ao vivido por refugiados, ou seja, foram expulsos do país onde viviam numa situação de caos social e sem lá poder voltar,

Em 1977, cerca de 45.000 portugueses que se tinham mantido em Moçambique, a maioria dos quais funcionários públicos que aceitaram ficar a trabalhar por mais dois anos após a independência com o estatuto de cooperantes, foram expulsos do país, por recusarem abdicar da nacionalidade portuguesa.

(Marques, 2013)

Na questão das políticas de inclusão a adotar pelos Estados, relativamente aos fluxos migratórios e/ou de refugiados que atravessam as suas fronteiras, situação bem presente na Europa atual, continuam a haver, tal como outrora com a questão dos regressados das ex-colónias, vozes discordantes quanto aos procedimentos mais adequados a seguir pelas instâncias políticas e governamentais.

De acordo com Almeida (2014), quando Portugal passou pelo processo de descolonização procurou ouvir a experiência de quem já havia passado pelo mesmo, por forma a evitar erros do passado, pois de acordo com esta autora, o comissário português para os desalojados foi a França se inteirar do processo de integração dos retornados àquele país após a descolonização francesa. Os responsáveis com quem este se encontrou aconselharam a que se procurasse fazer uma dispersão da população retornada pois, segundo eles, um erro francês tinha sido a concentração das populações coloniais (vindas da Argélia) em Marselha (Almeida, 2014: s.p.).

Também, contrariamente ao que foi feito em França, o Estado português evitou que se falasse em indemnizações, por se considerar que "enquanto as pessoas estiverem direccionadas para o que perderam ficam ligadas a isso e não se identificam com o resto" (ibidem).

As políticas de (re)integração dirigidas pelo Governo foram sobretudo medidas legislativas, que deram ao retornado um estatuto legal, sendo a lei da nacionalidade a principal delas (Pires, 2003: 228-229). Mas não só, para além disso, de acordo com Pinto & Faria (1996: 11-12), foram criadas as seguintes ajudas institucionais:

- a)** A criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) que tinha múltiplas funções, desde a de promover o transporte gratuito de retornados, familiares e bagagens, passando pela receção e acolhimento na metrópole, concessão de subsídios de viagem, residência, instalação, alimentação e vestuário, apoio médico e hospitalar e ajudar na pretensão de emigrar para outros países (a quem o quisesse fazer). As atribuições do IARN foram posteriormente alargadas.
- b)** Criação do Quadro Geral de Adidos, cujo objetivo era defender os interesses dos servidores do Estado que desempenhavam funções no território ultramarino;
- c)** Criação da Comissão para o Alojamento de Refugiados (CAR) que tinha como missão, como o próprio nome indica, providenciar alojamento aos refugiados;
- d)** Criação do Comissariado para os Desalojados, que procurava corrigir injustiças na atribuição dos meios disponíveis e reduzir ao máximo a ocorrência dos chamados "subsídios puros" sem carácter reprodutivo;
- e)** Criação da Secretaria de Estado dos Retornados, que foi integrada no Ministério dos Assuntos Sociais e da qual o IARN passou a depender;
- f)** Conversão gratuita das cartas de condução e de licenças de instrutor emitidas nas ex-colónias portuguesas;
- g)** Disponibilização de linhas de crédito, como a Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados (CIFRE), cujo objetivo era promover a criação do posto de trabalho pelo próprio retornado; e o Programa de Crédito à Habitação Própria, que permitia a aquisição de habitação com recurso a crédito bonificado (com taxas de juro mais baixas).

Constata-se assim, pelas medidas elencadas, que os funcionários públicos tiveram um maior acautelamento dos seus interesses por parte do Estado português e isso poderá tê-los beneficiado na sua integração em Portugal.

1.5 (Re) construção identitária e influências culturais processo de integração

O conceito de identidade é multifacetado, sendo que os sociólogos identificam a existência de dois tipos de identidade: a pessoal e a social, existindo variadas definições para cada uma delas, mas também uma concordância de que a identidade resulta sempre de um processo de inserção num determinado contexto sociocultural sendo, por isso, socialmente construída. Como Giddens refere, "o facto de estarmos envolvidos em interações com os outros, desde que nascemos até morrermos, condiciona certamente as nossas personalidades, os nossos valores e comportamentos" (Giddens, 2001: 29).

A identidade pessoal pode ser definida como a forma que cada indivíduo se vê a si próprio, ou seja, a maneira como percebe a sua própria individualidade. Já a identidade social corresponde à forma como os outros o veem, liga-se ao desempenho de papéis sociais: mãe, professora, estudante, etc., possibilitando agrupar indivíduos a partir de atributos comuns (ibidem). De acordo com Hall, atualmente a identidade caracteriza-se mais pela fragmentação, pela variabilidade e pela inconstância; temos "identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas" (Hall, 2006: 13).

Constata-se que a construção da identidade é um processo dinâmico e flexível para o qual contribuem uma série de influências e experiências que vão moldando o indivíduo ao longo do tempo e do espaço. Neste processo, os grupos de pertença têm um papel importante, mas de peso variável, sendo que as estratégias identitárias abarcam geralmente um conjunto de características individuais, conjuntamente com as características do grupo de pertença, que vão sendo absorvidas pelo indivíduo no decorrer do seu processo de socialização (Abranches, 2007: 23).

De forma idêntica, Ferreira diz que

A construção da identidade é um processo que vai buscar significado às relações vividas no

dia-a-dia, onde o “outro” também faz parte do processo construtivo. Portanto, o processo de construção da identidade condiciona o comportamento do indivíduo em determinadas situações, intimamente relacionadas com a cultura e a sociedade em que esse indivíduo está inserido.

(Ferreira, s.d: 3)

Já para Simmel os indivíduos estão ligados a vários círculos sociais, sendo a individualidade garantida pela combinação daqueles em que ele se insere, o que é variável de pessoa para pessoa (Simmel, 1995). No mesmo sentido Maalouf diz que "A identidade não se compartimenta, não se reparte em metades, nem em terços, nem se delimita em margens fechadas. Não tenho várias identidades, tenho apenas uma, feita de todos os elementos que a moldaram" (Maalouf, 1999: 10).

Deste modo, a construção tal como a reconstrução da identidade “corresponde sempre à integração do novo no já possuído (tal como em determinada aprendizagem), donde resulta não uma adição, mas antes uma integração feita um pouco ao modo de cada um” (Vieira, 2015: 97). Assim sendo, diz-nos Abranches que os fenómenos migratórios constituem lugares privilegiados para esses estudos, na medida em que as próprias categorias que se poderiam imaginar universais movem-se entre pelo menos dois espaços diferentes e, conseqüentemente, duas culturas diferentes (Abranches, 2007: 30). Portanto, em relação ao nosso caso em estudo acreditamos que possa existir esta ligação dos retornados para com dois lugares, dois países: Portugal e país africano de onde vieram (Angola / Moçambique).

Assim, interessa-nos neste trabalho procurar perceber também de que forma esta vivência entre dois contextos socioculturais tão diferentes (segundo os relatos dos próprios retornados que falam dessas diferenças) se fez sentir na construção identitária destas pessoas, sobretudo dos mais jovens (filhos dos retornados).

De acordo com Oliveira (2008: 13), para muitos dos retornados o regresso implicou uma nova redistribuição de papéis, provenientes do topo das hierarquias sociais nas ex-colónias tiveram que integrar-se nas bases da sociedade portuguesa, perderam privilégios, poder económico e social e tiveram que recorrer a ajuda externa (fatores esses que também podem ter tido influência na sua identidade).

Para além da identidade pessoal e da identidade social, a psicologia intercultural refere a existência de uma identidade étnica, que no estudo em apreço há que considerar, definida

como “o sentimento de pertença baseado numa história partilhada e numa cultura e tradições comuns - sendo a língua e a religião domínios centrais nesse padrão cultural de pertença - associado a um território específico” (Abranches, 2007: 28).

Na sociedade de acolhimento (Portugal neste caso), os traços de cultura de chegada que vão sendo adquiridos entram em negociação com as referências do espaço de origem (África), cruzando-se as várias pertenças no processo de construção identitária, adquirindo-se diferentes combinações (Abranches, 2007: 23). Neste sentido, recorremos à opinião de Marques que diz que os antigos colonos portugueses em África eram portadores de uma identidade euro-africana que assumia aspetos dualistas:

Tinham interiorizado ser portugueses ultramarinos, porque os seus costumes quotidianos, a maior liberdade de expressão e de consumo através da importação de produtos ocidentais vendidos na África do Sul, a sua gastronomia e *modus vivendi* em permanente contacto com a natureza e o clima tropical, contrastava enormemente com o modo de vida de um Portugal isolado, pobre, com uma implacável censura às liberdades cívicas, sem a multiculturalidade que se encontrava em Angola e Moçambique devido à presença de comunidades cabo-verdianas, santomenses, indianas (goesas, hindus e muçulmanas).

(Marques, 2013: 52)

Apesar de, neste caso, não estarmos perante um grupo que possamos incluir na categoria de imigrantes e do facto de Portugal também não ser um país desconhecido para muitos dos retornados, mais propriamente cerca de 60%, devemos ter em consideração o referido por Marques (2013:52) de que para muitos desses retornados já não existiam laços afetivos nem relações de proximidade para com a metrópole. Na verdade, não era hábito a vinda frequente ao continente português, o que favorecia uma maior identificação com os territórios ultramarinos onde viviam, levando à perda do vínculo afetivo que os unia a Portugal.

Assim, talvez não seja despropositado considerar que este grupo de pessoas (retornados) possa ter passado por um daqueles processos referenciados por Pena Pires (assimilação ou etnicização). Nestes, a assimilação corresponde a uma reconstrução do espaço identitário através da inclusão de novas referências, já a etnicização consiste na construção de uma identidade coletiva edificada num sentimento de solidariedade e de pertença a uma coletividade com uma ascendência comum, sendo esta pertença um dos elementos que influencia a constante construção e reconstrução dos percursos identitários (Pires in Abranches, 2007: 28).

Outra situação que pode suceder nestes casos é a emergência de comunidades, constituídas

normalmente com base em características comuns como a religião, nacionalidade ou género, aspetos cuja especificidade a etnicidade tende a reforçar (Castells, 1997 in Abranches, 2007: 30). Existe um certo risco ligado a este conceito de comunidade, que é o facto de este impor "identidades coletivas fortes e fronteiras socioculturais nítidas entre a população que a constitui e aquela que a circunda" (Abranches, 2007: 30). Contudo, no caso português parece não ter acontecido isso, de acordo com o estudo de Pena Pires (2003), ao contrário do que aconteceu por exemplo em França com os *pieds-noirs*⁴.

Convém também ter em conta aquilo a que se entende por socialização externa, que surge através dos contactos estabelecidos com a cultura do país de acolhimento e culturas minoritária lá presentes. Na identidade do imigrante/retornado é possível identificar, não apenas o lugar físico de origem e as tradições a ele associadas como estruturantes da identidade, também e sobretudo as novas redes de relações sociais estabelecidas em diferentes contextos, na sociedade de acolhimento, sendo as próprias tradições uma realidade em constante movimento e transformação (Santos Silva, 1996 in Abranches, 2007: 26).

De acordo com Pinto & Faria, a inclusão dos retornados de África na sociedade portuguesa revela:

trajetórias muito distintas das que caracterizavam a grande maioria dos portugueses e que naturalmente veio introduzir nela novos saberes, estilos de vida e de valores (...) Ao nível das consequências do retorno para a sociedade portuguesa, estas particularidades contribuíram para: uma recomposição das hierarquias sociais; uma maior liberalização dos costumes; a adopção de novas orientações estéticas e novos usos da linguagem; bem como para a incidência de novos valores e comportamentos.

(Pinto & Faria, 1996: 14-15)

1.6 Rememorar o retorno

Este será um trabalho de rememoração e de escuta, um retornar ao retorno feito pelos próprios através da lembrança e da partilha daquilo que viveram, indo ao encontro daquilo que Castelo refere "Mais do que as imagens do passado colonial e a recordação dessas imagens, interessam-nos os modos e as lógicas de reconfiguração dessas imagens no presente, em função de considerações do nosso tempo" (Castelo, 2006: 3).

⁴ A designação *pieds-noirs* teve origem na colonização francesa da Argélia, sendo usada pelos argelinos para designar os colonos franceses

De acordo com Machado, a memória é a

construção de referências importantes sobre o passado e o presente (...). Construída a partir de subjetividades, a memória não produz, por isso, verdades únicas e absolutas. Faz-se coerente, não com tudo e com todos os momentos, mas com aquele momento em que determinado fato é lembrado.

(Machado, 2012: 84)

Esta questão de trazer para o presente a memória do passado, através do contacto e conversa com pessoas que vivenciaram essa situação é muito importante neste trabalho porque, segundo Castelo, não existe em Portugal qualquer política de preservação de memória relativa ao colonialismo português: não existem por exemplo museus, centros de pesquisa nem estão incluídos nos programas escolares a evocação à nossa presença colonial em África (Castelo, 2006: 4-5). Apesar disso, denota-se nos últimos anos um interesse crescente pelo tema da descolonização portuguesa, como refere Castelo "Parece haver uma urgência de convocar essas memórias, mesmo da parte das gerações mais novas que já nasceram depois das independências" (2006: 5).

Recorremos à opinião da historiadora Yara Aun Khoury (2001: 84), segundo a qual todas as pessoas manifestam a sua cultura através, não apenas do seu comportamento, do próprio discurso oral onde interferem variados fatores (sonhos, expectativas, projetos, fabulações e memórias) que podem ser analisados e objeto de reflexão por parte do entrevistador.

Consideramos que é de facto muito importante recorrer a testemunhos vivos de quem passou pela descolonização africana, porque essa é uma parte importante da história de Portugal que ainda não está devidamente documentada e, embora já existam alguns estudos a nível nacional, a situação é mais complicada quando procuramos informação acerca do que se passou com os retornados vindos para a Região Autónoma da Madeira. No entanto, devemos também atender à opinião de Le Goff, que diz "que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente" (Le Goff, 1990: 41).

Assim, depreendemos que a memória que hoje terão os retornados acerca dos acontecimentos e os próprios sentimentos que essa memória lhes causa no presente pode não coincidir com aquela que teriam há dez anos atrás, ou que teriam há vinte anos atrás, pois também como Castelo refere "a lembrança e o olvido são processos em recomposição

permanente, em função das estratégias e das agendas de cada grupo social, situado historicamente" (Castelo, 2006: 7), sendo no entanto, efetivamente, sobre a percepção que hoje têm os retornados acerca do "ontem" vivido que nos move e sobre o qual este trabalho se irá focar.

Parte II – Opções metodológicas

2.1 Metodologia

Sendo este um tema ainda pouco investigado, a nível nacional e regional, desenvolvemos um trabalho do tipo exploratório que nos permite adquirir conhecimento a partir da exploração dos dados obtidos no terreno.

Este trabalho insere-se no âmbito de um estudo de caso, do tipo qualitativo, cujas características vão ao encontro das elencadas por Merriam para estes casos (Merriam, 1988 in Carmo & Ferreira, 2008: 235):

- a) Particular, uma vez que se dedica a um acontecimento específico;
- b) Descritivo, porque no final o resultado será uma descrição do fenómeno em causa;
- c) Heurístico, pois, possibilitará se compreender o fenómeno estudado;
- d) Indutivo, pois não se procuram informações para verificar hipóteses pré-estabelecidas, mas sim desenvolver conceitos e alcançar a compreensão dos fenómenos estudados através da análise de padrões resultantes da recolha de dados;
- e) Holístico, pois tem em conta a realidade na sua globalidade com toda a sua envolvência.

Será também, por isso, uma investigação voltada para o estudo das práticas e opiniões dos participantes, acerca dos acontecimentos pelo qual passaram e de que têm memória. Esta narrativa, da sua experiência pessoal, reveste-se de uma importância fulcral. Recorremos à opinião de Eliene Oliveira (2015:175), que faz referência à importância da história oral que de acordo com ela é:

Como um caminho de produção e análise das memórias de homens e mulheres que, ao narrarem suas vivências e memórias, (re)significam sua história. A entrevista, momento crucial na produção da narrativa, é, sobretudo, momento de encontro (...) as diferenças não são apagadas, mas em que se cria utopicamente uma experiência de igualdade

(Oliveira, 2015:175)

É, portanto, através deste diálogo entre o investigador e o entrevistado que pretendemos recolher informação e estudar a experiência de vida dos próprios retornados, que viveram esta situação procurando atender a toda a sua dinâmica envolvente. Esta nossa opção de enveredar pelo inquérito por entrevista, como método preferencial de recolha de dados, é feita não apenas tendo em conta o já anteriormente exposto, mas também ao facto de precisarmos encontrar respostas para as nossas questões que, de outra forma, não nos seriam

possíveis obter.

Salientamos ainda que este tipo de investigação não se pretende rígida, pelo contrário, poderá ser revista, mediante uma assídua reflexão por parte do investigador acerca dos dados que vão sendo recolhidos, podendo também ser ajustada e reajustada sempre que isso se afigure necessário. Foi isso que, efetivamente, veio a suceder neste trabalho conforme veremos já de seguida.

2.2 Etapas da pesquisa

A pesquisa levada a cabo neste trabalho desenvolveu-se em três etapas não necessariamente sequenciais, pois no decorrer do trabalho de campo surgiram novos contactos exploratórios aos quais tivemos necessidade de recorrer, por forma a aprofundar o conhecimento acerca do nosso objeto de estudo. Foi o caso do Dr. Alberto Vieira, com quem falamos numa fase já adiantada do trabalho, em que decorriam simultaneamente as entrevistas aos participantes neste estudo. Igualmente, o voltar à pesquisa bibliográfica ocorreu em vários momentos, ao longo de todo o processo investigação para colmatar carências que só com o decorrer da investigação é que foram sendo sentidas.

- a) Trabalho de pesquisa bibliográfica e contactos exploratórios
- b) Trabalho de campo com recurso a entrevistas
- c) Análise do material recolhido

2.2.1 Pesquisa bibliográfica

De acordo com Carmo & Ferreira (2008:73), para atingir os objetivos "o investigador necessita de recolher o *testemunho* de todo um trabalho anterior, introduzir-lhe algum valor acrescentado e passar esse *testemunho* à comunidade científica". Assim, este processo reveste-se de grande importância sendo ponto de partida para qualquer trabalho de investigação e foi com esse espírito de descoberta que recorremos a várias fontes, procurando informação pertinente e de valor científico, que nos permitissem dar o arranque necessário ao presente trabalho.

Tendo por base os objetivos deste estudo e com o foco nos temas que o englobam (migração,

colonização, descolonização, retornados, acolhimento, identidade e integração) recorreremos a bibliotecas e arquivos, bases de dados em suporte digital, livros e revistas especializadas.

Através da consulta do material que fomos conseguindo encontrar, procurou-se aprofundar o conhecimento sobre a problemática em estudo, identificar dificuldades e conhecer as linhas de investigação já existentes sobre o tema.

Nesta fase da pesquisa, deparamo-nos com uma grande dificuldade resultante da inexistência de trabalhos e/ou estatísticas relativos ao nosso objeto de estudo: integração dos retornados na Madeira. Essa dificuldade fez com que a procura de informantes qualificados na matéria se tenha revestido da maior importância, por permitir aceder aos primeiros relatos sobre o tema por pessoas que tinham algum conhecimento do assunto. Estes primeiros encontros foram também cruciais na medida em que facultaram outros possíveis contactos.

2.2.2 Trabalho de campo

O trabalho de campo foi levado a cabo através de um “ir ao encontro” de pessoas que, quer por motivo de experiência pessoal, quer por qualquer outro motivo, fossem conhecedoras do tema em estudo.

Através da exploração no terreno, foi possível falar com algumas pessoas que, apesar de não terem passado elas próprias pela experiência em estudo, tinham conhecimentos que nos ajudaram a ficar com uma vaga ideia sobre o que aconteceu entre os anos 1974 e 1976 (sobretudo ao longo do ano de 1975), quando desembarcaram na Madeira cerca de 8.000 pessoas fugidas de África.

Esses contactos preliminares permitiram chegar a outros, constituindo uma amostra que foi crescendo, naquilo que se pode definir como uma amostragem em bola de neve (Carmo & Ferreira, 2008:217).

Após essa primeira etapa, a escolha do método de entrevista foi equacionada como essencial para se obter informação na primeira pessoa de quem realmente passou pela experiência da descolonização africana e vinda para a Madeira.

Assim, para esta etapa foram constituídos dois guiões de entrevista (Anexos 4 e 5) tendo em vista os objetivos do trabalho. Pretendeu-se (através destas entrevistas) recolher o relato dos

retornados, através de um “voltar atrás no tempo”, recorrendo à sua memória para recuperar os factos que fizeram com que abandonassem África, como chegaram à Madeira e em que condições foram recebidos, bem como, todo o seu percurso posterior, incluindo as dificuldades por que terão passado e quais foram também os apoios que obtiveram.

Estas entrevistas foram do tipo semiestruturadas, efetuadas presencialmente, através de uma interação direta entre investigador e entrevistado, onde procuramos obter respostas para as nossas perguntas, permitindo também que as pessoas desenvolvessem o seu raciocínio e rememoração daqueles episódios da sua vida de uma forma mais ou menos livre.

2.2.2.1 Informantes qualificados

Uma das primeiras dificuldades com que nos deparamos nesta pesquisa prende-se com o facto de não existir atualmente nenhum organismo ou departamento, quer governamental ou outro, que tenha estado envolvido na questão do retorno e/ou acolhimento de retornados na Ilha da Madeira. Pela pesquisa efetuada, foi possível constatar (através dos vários depoimentos prestados pelos participantes) que existiram duas pequenas delegações do IARN na Madeira, uma no concelho do Funchal e outra no concelho de Machico. Para além disso, houve também uma Comissão de Retornados⁵, no concelho de Santana, tutelada por aquele Instituto. Não existe também nenhum material estatístico, de qualquer espécie, sobre o tema “retornados” na Direção Regional de Estatística da Madeira.

Desta forma, não havendo nenhum organismo público a quem pudéssemos efetivamente recorrer, o trabalho tornou-se mais moroso e foi desenvolvido através de uma pesquisa no terreno, procurando descobrir possíveis informantes qualificados que tivessem informação acerca deste episódio da história madeirense. Foi desta forma que acabamos por chegar a algumas pessoas que, por motivo da sua atividade profissional, tinham algum conhecimento sobre o tema.

⁵ Funções desta Comissão: prestar informação aos retornados acerca dos seus direitos; fazer um levantamento no concelho de Santana sobre o número de pessoas retornadas; ajudar na elaboração de requerimentos, para quem queria pedir o empréstimo que o Estado concedia, para promover o seu posto de trabalho.

Falamos assim com quatro pessoas (informantes qualificados), procurando reunir elementos e possíveis contactos, que nos permitissem dar início às entrevistas com retornados: o Sr. Alberto Olim, atual presidente da junta de freguesia de Machico; o Sr. Manuel Nicolau, fotógrafo de profissão reformado; o Sr. padre Martins, antigo presidente da câmara municipal de Machico (em exercício no ano em que chegaram os retornados ao concelho) e o Dr. Alberto Vieira, diretor do Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA).

A nossa conversa com o presidente da Junta de Freguesia de Machico permitiu localizar um bairro naquela freguesia onde estão realojadas várias famílias de retornados.

De seguida, falamos com o Sr. Manuel Nicolau (fotógrafo) que estava presente no cais de Machico, naquele dia em que aquele concelho presenciou algo inédito: a chegada de algumas traineiras vindas da longínqua África, trazendo a bordo pessoas sofridas e desgastadas, não só pela viagem por mar, mas também pela guerra que vivenciaram e da qual vieram fugidos. O Sr. Manuel Nicolau, para além do seu testemunho, colaborou também conosco através da disponibilização de algumas fotografias do seu espólio pessoal (*Fotografias anexas de 1 a 4*), tiradas no ano de 1975, e que mostram alguns espaços onde ficaram alojadas várias famílias no concelho, bem como, duas das embarcações utilizadas na viagem.

A terceira pessoa com quem falamos foi o Sr. padre Martins, pároco e político na Ilha da Madeira, na altura exercendo o cargo de presidente da Câmara Municipal de Machico. Este, teve um papel ativo no alojamento de algumas famílias, regressadas de África, que foram morar para aquele concelho. Este contacto facultou-nos informação pertinente e permitiu também conhecer a experiência daquele ex-autarca, que viveu de perto e acompanhou o drama daquelas pessoas, bem espelhado pela forma como começou a nossa conversa dizendo "*compreendi-os logo, vieram desesperados!*"

Por último, contactamos com o diretor do Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA)

Dr. Alberto Vieira⁶, que nos falou sobre a forma como se recebe os nossos emigrantes que

⁶ Alberto Vieira é, para além de diretor do CEHA, um académico e investigador doutorado em História grande conhecedor da realidade madeirense sobre a qual tem trabalhado (praticamente em exclusivo) com várias publicações.

retornam à Região, independentemente de se tratar do fluxo dos retornados de África ou não (até porque confirmou-nos este investigador que não existe qualquer estudo acerca da integração dos retornados de África na Madeira), baseada nos estudos que efetuou e analisada mais à frente neste trabalho, em que o próprio associa a forma de receber o “outro”, com a existência de uma limitação criada pelo espaço “o poio madeirense”.

2.2.2.2 Entrevistas aos retornados

O objetivo destas entrevistas foi o de reconstituir a experiência vivida pelos entrevistados, que vieram de África após a descolonização portuguesa, averiguando como decorreu o seu processo de integração na Madeira.

Foram entrevistadas 23 pessoas: 13 mulheres e 10 homens, de diferentes grupos etários, residentes em diferentes concelhos: Funchal, Machico, Santana, Santa Cruz e Câmara de Lobos. Com habilitações literárias diversas, desde o ter apenas frequentado o primeiro ano de escolaridade, até ao mais qualificado que possui grau de mestre, bem como, uma grande diversidade de profissões/ocupações (domésticas, pescadores, reformados, professores, uma bióloga, entre outros). Quanto à sua proveniência, 12 pessoas vieram de Angola e 11 de Moçambique (vide anexo 3).

2.2.2.3 Pressupostos éticos

Neste contacto com os participantes guiamo-nos sempre por pressupostos éticos, dos quais destacamos os seguintes:

Como preconizado por Carmo & Ferreira (2008: 283), obedecemos ao carácter voluntário da participação uma vez que só avançamos para a entrevista após a clara explicação dos propósitos e objetivos da mesma, bem como, prestando todos os esclarecimentos que tenham sido solicitados e após a total concordância dos participantes.

Este consentimento verbal, foi também efetuado por escrito, seguindo assim um dos princípios referenciados por Ervin (2000:30). Foi por isso dado a ler e assinar um protocolo de consentimento informado da entrevista (Anexo n.º 6), tendo também sido lido em voz alta às pessoas que manifestaram maior dificuldade em fazê-lo. Todas as pessoas que

participaram neste estudo declararam compreender os objetivos da entrevista e aceitaram participar voluntariamente e, como tal, assinaram o respetivo documento.

Foi também garantida a confidencialidade e o direito à privacidade dos participantes, através da utilização de pseudónimos, tendo as pessoas sido devidamente informadas desse facto, acautelando assim o pleno respeito pela sua privacidade e identidade e obedecendo também a outro dos princípios éticos destacados por Ervin (ibidem).

Seguindo também os pressupostos éticos, de Carmo & Ferreira (2008: 283), guiamo-nos sempre pela honestidade nas relações estabelecidas com os participantes e respeitamos a decisão de quem não quis participar, situação aliás que ocorreu em relação a um dos nossos contactos.

2.2.3 Análise do material recolhido

Neste trabalho seguimos critérios da análise qualitativa onde "a importância implica a novidade, o interesse, o valor de um tema" (Carmo & Ferreira, 2008: 271). Esta etapa de análise do material recolhido consistiu na audição e transcrição das várias respostas dadas pelos retornados nas entrevistas e posteriormente na sua análise e comparação.

A análise dos relatos de vida dos nossos inquiridos incidiu sobre quatro temas previamente estabelecidos:

- a)** A experiência de vida em África;
- b)** A experiência do retorno para a Madeira;
- c)** A experiência da integração na Madeira;
- d)** A permanência de ligações com África.

Procuramos sempre respeitar os relatos dos nossos entrevistados, através da transcrição fiel das suas palavras, dando particular atenção às suas próprias interpretações da realidade por eles vivida e evidenciada.

Após transcrição dos relatos foi feito um trabalho de interpretação e comparação entre as diversas experiências procurando encontrar similaridades e também divergências entre elas, bem como, através do estabelecimento de uma ponte entre esses resultados e o nosso suporte teórico indo ao encontro do referido por Bardin: o tratamento de dados trata-se da fase da

inferência e da interpretação, reflexão e intuição, onde se confronta o conhecimento adquirido com o conhecimento previamente acumulado (Bardin, 2009).

2.2.4 Dificuldades de investigação

Ao longo deste percurso de investigação tivemos de ultrapassar algumas dificuldades sobretudo as quatro que passamos a descrever: **a)** A carência de bibliografia especializada (académica e/ou científica) e estatísticas acerca da realidade madeirense, seja a nível das migrações, seja em relação ao fluxo sobre o qual nos debruçamos neste trabalho: retornados de África; **b)** A inexistência de qualquer organismo que tivesse participado no acolhimento daquelas pessoas ou de qualquer levantamento no terreno que permitisse obter informações; **c)** A morosidade do processo de contatos com os entrevistados; e, **d)** O tempo exigido para a transcrição das entrevistas.

2.3 Identificação e seleção da amostra

Neste estudo, procuramos assegurar a diversidade da amostra a inquirir, utilizando um tipo de amostra não probabilística, mais propriamente a técnica de amostragem em bola de neve. Este tipo de amostragem "implica que a partir de elementos da população já conhecidos se identifiquem outros elementos da mesma população. Os primeiros indicam os seguintes e assim sucessivamente" (Carmo & Ferreira (2008: 216). Conseguimos reunir uma mescla de grupos etários, de ambos os géneros, vários locais de residência, atividades profissionais e habilitações académicas muito diversificadas, de modo a ter contributos de diferentes origens (Bogdan e Biklen, 1994). As condições para a seleção da amostra foram três: **a)** Ter a nacionalidade portuguesa; **b)** Encontrar-se no ano de 1974 a residir numa ex-colónia portuguesa em África (altura em que se inicia a descolonização); e **c)** Ter vindo, conseqüentemente, após esse período residir para a Madeira.

Apesar da descolonização portuguesa ter também sido feita nos territórios da Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, verificou-se pela pesquisa efetuada que o grande volume de pessoas veio de Angola e Moçambique, possivelmente pelo facto de serem nestes dois países onde se concentrava o maior número de civis portugueses.

Talvez esse seja o principal motivo justificativo para o facto de, ao longo da nossa pesquisa, apenas encontrarmos pessoas provindas das ex-colónias de Angola e Moçambique. A nossa amostra foi assim sendo constituída por pessoas vindas daqueles territórios, à medida que íamos avançando e conseguindo novos contactos, através de um trabalho de pesquisa no terreno e da colaboração de alguns inquiridos que facultaram outros possíveis contactos.

Este trabalho acabou por se tornar relativamente moroso porque, apesar do número de pessoas vindas para a Madeira ter rondado os cerca de 8.000 indivíduos, constata-se (por relatos feitos) que muitos voltaram a emigrar. Algumas pessoas referem mesmo que havia incentivos à reemigração para outros países, nomeadamente para o Brasil, através de um apoio a nível de emissão de documentação legal que lhes permitia entrar naqueles países. Salientamos, contudo, que a percentagem de reemigrações dificilmente poderá ser contabilizada, visto não existir quaisquer estudos ou estatísticas acerca desse facto.

Parte III – Contexto histórico: O mundo e Portugal

Capítulo III

Este capítulo destina-se a fazer um breve enquadramento histórico, relativamente à migração portuguesa em termos gerais e mais especificamente a que era feita para as colónias ultramarinas. Analisa-se também a emigração e retorno de madeirenses à Região, bem como, o fim das colónias portuguesas. A questão do retorno dos portugueses de África e a sua integração na sociedade madeirense são também aqui discutidas. No final do presente capítulo, apresentamos a opinião de alguns informantes qualificados sobre a matéria e fazemos uma breve caracterização socio-política e económica da Madeira nos anos 70.

3.1 Emigração / Imigração Portuguesa

Relativamente a Portugal, este é um país com uma já longa história de emigração que, de acordo com o Observatório da Emigração (OE), rondava no ano de 2015 o número de 2,3 milhões de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo. Segundo Pena Pires, este é "o país da União Europeia com mais emigrantes em proporção da população residente. O número de emigrantes portugueses supera os dois milhões, o que significa que mais de 20% dos portugueses vive fora do país em que nasceu" (Pires, 2015: 21). Para além disso, mais recentemente, Portugal tornou-se também num país recetor de imigrantes, embora seja um fenómeno bastante mais reduzido comparativamente com o fenómeno da emigração, bem como, em comparação com a média dos países da União Europeia (UE). Esta característica de alta emigração e baixa imigração inclui, no entanto, Portugal "no conjunto dos países europeus de repulsão, onde se encontram também a Bulgária, Roménia, Lituânia e Eslováquia" (Pires et al, 2015: 29).

Segundo Rocha-Trindade (1995: 153), a emigração portuguesa fazia-se até finais dos anos 50 para lá dos oceanos, sobretudo rumo ao Brasil. De acordo com Costa (2002:24), no início de 1960 dá-se o encerramento do grande ciclo migratório transatlântico e surgem novos destinos no horizonte dos portugueses.

Assim, o período que medeia os anos 1960 e 1973 é denominado por Costa como "A explosão da emigração para a Europa" (Costa, 2002: 24), sendo a França, Alemanha, Luxemburgo e Suíça os destinos mais procurados. A este fluxo juntava-se o já existente,

dirigido para a fixação nos territórios ultramarinos, sobretudo Angola e Moçambique.

A França torna-se o principal destino dos Portugueses e a emigração faz-se de duas formas: uma pela via legal, obedecendo às regras impostas, e outra de forma clandestina. De acordo com Rocha-Trindade (1995: 153), ao chegar a solo francês os emigrantes portugueses depararam-se com uma relativa facilidade em conseguir as suas regularizações e isso provoca, a partir do ano de 1962, um grande aumento de partidas clandestinas rumo àquele destino, estimando-se que essas deslocações ilegais tenham atingido mesmo os 61% de todo o volume de entradas de portugueses naquele território. Um ano depois (1963), aquele país era já o destino mais procurado pela emigração portuguesa, calculando-se que nos anos 80 o volume de portugueses lá estabelecidos fosse na ordem de um milhão de pessoas.

É também a partir dos anos 50 que a saída de portugueses para África começa a aumentar. Segundo dados apresentados por MacQueen, “Entre 1955 e 1968, a população branca de Angola triplicou, passando de 100 000 para 300 000 pessoas (...) entre 1950 e 1968 a de Moçambique quadruplicou, subindo de 50 000 para 200 000 pessoas” (MacQueen, 1997: 29). Já Droux refere que, relativamente à população branca a residir em África nos anos 60, é difícil se fazer a distinção entre aqueles que devem ser denominados de “colonizadores” e os que devem ser denominados de “emigrantes” uma vez que grande parte dessas pessoas tinha migrado para aquele território em tempos recentes (Droux, 1986: 17).

Segundo Castelo, as motivações por detrás da forte emigração portuguesa verificada entre 1900-1974 eram de natureza económica:

Os emigrantes vêm-se compelidos a procurar melhores condições de trabalho fora do país. A economia nacional demora a modernizar-se: “*arrasta-se*” a crise da agricultura devido ao desequilíbrio na distribuição da propriedade (...) baixa produtividade e à persistência de técnicas tradicionais; e a industrialização é tardia e incipiente.

(Castelo, 2007:172)

Relativamente à imigração, a partir dos anos 60, com a ocupação do designado Estado da Índia (constituído por Goa, Damão e Diu) pela União Indiana, dá-se início a um movimento migratório vindo daquele país em direção a Portugal e Moçambique, que veio mais tarde a crescer com as guerras de libertação emergidas em Angola, Moçambique e Guiné e que culminaram no processo de descolonização portuguesa nos anos 70.

Simultaneamente, verifica-se também uma entrada gradual de mão de obra cabo-verdiana

em Portugal, que vinha colmatar carências provocadas pela deslocação de milhares de portugueses para as colónias africanas (para cumprir o serviço militar) (Rocha-Trindade, 1995: 198). Segundo dados do ACIDI (2013:30), estes fluxos foram continuados entre os anos de 1975 e 1979, período em que o número de nacionais de África a residir em Portugal aumentou das cerca de 500 pessoas para as 20.000 pessoas. Esse número continuou a crescer progressivamente até aos 60.000 cidadãos no início da década de 80 e atingiu o volume de “80 mil em 1985, com uma preponderância dos africanos, nomeadamente dos cabo-verdianos, que representavam nestes anos mais de 40% do total de estrangeiros em situação regular no país” (ACIDI, 2013: 31). De acordo com Costa,

A imigração para Portugal tornou-se mais significativa a partir da independência das ex-colónias africanas, em meados dos anos 70, tendo aumentado progressivamente até aos nossos dias. Para o aumento dessa afluência contribuiu em grande medida a melhoria da situação económica do país e a adesão à Comunidade Económica Europeia.

(Costa, 2004: 53 – 54)

Quanto ao fluxo de refugiados provindos dos PALOP, devido aos conflitos político-militares em Angola e Guiné-Bissau, foi contínuo, porém os dados estatísticos não revelam a grandeza do fenómeno. Isto, devido ao carácter restritivo da legislação portuguesa sobre asilo e sua aplicação, que na prática apenas concedeu o estatuto de refugiado a uma muito pequena percentagem de pessoas que o solicitaram. Assim sendo, de acordo com Sousa, “as referências aos refugiados reconhecidos por lei são escassas nos trabalhos sobre imigração em Portugal” (Sousa, 1999: 76)

Portugal é considerado atualmente como um país de emigração/imigração, que tem passado ao longo das últimas décadas por variações de equilíbrios entre ambas as suas vertentes.

Fora da Europa, os principais países de destino da emigração portuguesa integram o espaço da comunidade de países de língua oficial portuguesa (PALOP), sendo que Angola ocupa o sexto principal país de destino de portugueses, para onde emigraram em 2014 cerca de 5.000 pessoas, seguidamente, aparece Moçambique para onde foram no ano de 2013 cerca de 4.000 e por fim o Brasil com uma média de 2.000 entradas no ano de 2014 (ACM, s.d.). É interessante se verificar que tanto Angola como Moçambique, passados vários anos do acontecimento que afastou milhares de portugueses do seu território, voltam novamente a ser destinos atrativos para a emigração portuguesa.

3.2 Migração portuguesa para as Colónias Ultramarinas

De acordo com MacQueen (1997: 24), o domínio português em África consolidou-se em 1913 relativamente a Moçambique, 1914 em relação a Angola e 1915 relativamente a Guiné. Em simultâneo, com o domínio militar desenvolveram-se as estruturas administrativas, exploraram-se os recursos económicos desses territórios e promoveu-se a migração portuguesa para lá.

Segundo Castelo (2007: 172), a população branca de Angola em 1920 rondava as cerca de 20.700 pessoas e a população branca de Moçambique, no período da I Guerra Mundial, rondaria as cerca de 11.000 pessoas. É a partir de 1927 que se dá um aumento significativo da migração para Angola que “relaciona-se provavelmente com a política de povoamento branco do alto-comissário da República para Angola, Vicente Ferreira” (Castelo, 2007: 174). A inversão deste movimento ocorre no ano de 1930 e dura até 1937 e estaria relacionada com a “conjuntura internacional criada pela “Grande Depressão” de 1929 e da política de equilíbrio das contas públicas de Oliveira Salazar” (Castelo, 2007: 174). Quanto a Moçambique, a migração para aquele território é gradual entre 1927-1930, mas numericamente modesta comparativamente ao que sucedia em relação a Angola. Nos últimos anos da década 1930 ocorre “uma tendência de crescimento dos metropolitanos fixados em território moçambicano” (Castelo, 2007: 174-175).

Todavia, é a partir de 1947 que se dá um crescimento do fluxo de entradas, tanto em Angola como em Moçambique, de pessoas provindas do continente português e ilhas. Esta situação, segundo Castelo (2007: 175), relacionar-se-ia com o crescimento económico que se deu naqueles territórios durante a II Guerra Mundial, bem como, com uma política de colonização levada a cabo por Salazar, que se fez através da suspensão pelo período de 7 meses da emigração para o estrangeiro, procurando incentivar as deslocações para as colónias Portuguesas.

O início da guerra colonial conduz a um abrandamento do fluxo de entrada de portugueses naqueles territórios. Em 1961, o número de saídas de Angola é superior às entradas, representando um saldo negativo de perto de 5.000 pessoas, facto motivado pelo clima de insegurança que se viveu naquele ano após ataques às fazendas do Norte promovidos pela União das Populações ao Norte de Angola (UPA). Um ano mais tarde, regista-se, contudo,

o regresso de muitos dos que haviam partido no ano anterior, atingindo o volume de 19.965 entradas só em Angola e 8.967 em Moçambique. Estes valores poderão estar relacionados com a “certeza transmitida pelo governo de Lisboa de que não iria ceder como sucedera no Congo Belga e da total liberalização da migração no espaço nacional” (Castelo, 2007: 176).

Este fluxo de entrada nos territórios ultramarinos, seja para Angola ou para Moçambique, torna-se contínuo até ao ano de 1972 para Moçambique, e 1973 para Angola, anos em que se dá uma maior quebra do número de entradas naqueles territórios. De acordo com Castelo (2007: 176), esse crescimento da migração para aqueles territórios relacionava-se com o desenvolvimento económico vivido por aquelas colónias naquele período.

É após esses anos, de 1972 - 1973, que diminui drasticamente o número de entradas de portugueses nas ex-colónias portuguesas e sobretudo após o ano de 1974, iniciando-se o processo de retorno em massa dos que lá se mantinham.

3.3 Emigração e retorno de Madeirenses à Região

A Madeira conviveu sempre com problemas de subsistência, que se agravaram nos períodos de conflitos mundiais, tendo por isso a emigração se tornado a única solução para muitos madeirenses. Por esse motivo, regista-se ainda hoje uma elevada taxa de emigração que, de acordo com Vieira (2016a: 9), corresponde a mais de 1 milhão de pessoas espalhados pelo mundo. Segundo este autor, as ilhas sempre foram espaços de permanente movimento populacional, porto de chegada e partidas, "funcionando como válvula de escape para as limitadas possibilidades do espaço" (Vieira, 2016a: 2). Assim, observa-se a "tendência quase permanente da sociedade madeirense para a mobilidade transformando o madeirense num cidadão global, que desde meados do século XV chegou a todo o lado, em oposição ao madeirense barricado no seu poio" (Vieira, 2016b: 10).

A emigração foi então uma constante na história madeirense, como aliás também se sucedia no restante território nacional. Relativamente à Madeira, Vieira (2008) diz-nos ter havido dois períodos distintos no fluxo emigratório madeirense: a emigração que se fez até ao Séc. XIX e a que se efetua após o Sec. XIX. A diferença reside na conjuntura que motivava o movimento de saída da Ilha que, segundo este historiador madeirense, num primeiro

momento dependia de solicitações externas a que respondiam pessoas com espírito aventureiro, buscando sobretudo satisfazer interesses políticos ou financeiros, sendo que, após a II guerra mundial as motivações da saída de madeirenses da Região passam também a ser dominadas por fatores internos da ilha.

A proibição da destilação dos produtos e subprodutos da vinificação, impostas pelas necessidades do regime sacarino da Madeira, constituíam uma limitação importantíssima ao escoamento da produção vitivinícola (...). Os condicionalismos derivados essencialmente da consecutiva falta de transportes e agravamentos dos custos dos fretes tiveram um efeito negativo no sector.

(Silva, 2011: 41)

Refere ainda Vieira que "A crise do comércio e produção do vinho pautou a conjuntura económica, provocando crises de fome" (Vieira, 2008: 33) que impeliam as pessoas a emigrar. E, para além disso, há que considerar a motivação descrita por Nascimento "de 1961 a 1974, está relacionada com a fase da Guerra Colonial em África, altura em que muitos jovens partiram para não serem obrigados a exercer serviço militar" (Nascimento, 2009 :31).

Nascimento (2009) acrescenta outro fator motivador da emigração madeirense, que deriva das grandes dificuldades da sua agricultura, que obrigavam a um trabalho árduo e pouco rentável (devido às características dos terrenos: pouco volume de terrenos aráveis e uma orografia difícil ao cultivo) levando muitos jovens a sonhar com a emigração. Igualmente, Câmara refere que a área agrícola da Madeira era de 31,3 % da área total (72,800 hectares), sendo que "o grau de declive e a configuração dos socalcos ao dificultarem a substituição do trabalho humano encarecerem os custos de produção" (Câmara, 2011: 9). Para além disso, refere também esta autora, o regime de colónia vigente na altura, que fazia com que o agricultor (colono) ficasse com apenas metade da colheita, visto a outra metade ser entregue ao proprietário da terra (senhorio), era outro factor que condicionava muito a obtenção de rendimento da terra (Câmara, 2011: 14). Deste modo, a vida dos agricultores na Região era muito difícil, havendo também uma grande escassez de trabalho em outras áreas.

Segundo Nascimento, "Desde o século XVI, muitos barcos, de diversos locais, começaram a atracar na pontinha pelos mais variados motivos, permitindo, desde essa altura, que o madeirense tivesse uma forte vontade de conhecer o que estava para além do mar que visualizava" (Nascimento, 2009: 36).

Verificamos então, pela análise dos dados, que nas motivações de partida dos madeirenses

rumo ao exterior interferiram dois fatores: o de repulsão (resultante da crise económica vivenciada naquele período, das dificuldades da agricultura, a falta de trabalho e por não querer ir para a guerra colonial) e o de atração (devido às oportunidades de emprego de países como o Brasil e a Venezuela).

Contata-se que até o ano de 1950, os principais destinos dos madeirenses eram, sobretudo, os Estados Unidos da América, o Brasil, a Venezuela e África do Sul. Havia também ocorrido um volume significativo de saída de emigrantes madeirenses rumo a Curaçau, entre os anos 1936 e 1948, devido à necessidade de mão de obra que aquela ilha das antigas Antilhas Holandesas teve naquele período específico. Entretanto, destes locais muitos dos emigrantes seguiram para novos destinos, como a Venezuela, o Canadá, a Austrália, a América do Sul, Angola e Moçambique (Vieira, 2008: 35). Contudo, para conseguir sair da Ilha era necessário despender uma quantia significativa de dinheiro e cumprir com uma série de requisitos que nem todos conseguiam reunir. Para termos uma ideia, de acordo com Nascimento (2009: 43-44), nos anos 50 o pai para poder ir para a Venezuela teve de reunir os seguintes documentos:

O requerimento ao Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal para a concessão do passaporte, o recenseamento / documento militar, o registo criminal, o atestado médico, a certidão de diploma (conclusão do ensino primário elementar), o requerimento para a obtenção do “visa de ingresso” ou “permisso” na Venezuela, o termo de responsabilidade de quem enviou a carta de chamada, com a obrigação de pagar ao nosso pai 300 bolívares por mês durante dois anos, bem como a alimentação, e o boletim de informação da Junta da Emigração. No total, para a obtenção destes documentos, incluindo selos, o nosso pai teve de dispensar a grande quantia de 1.663\$20.

(Nascimento, 2009: 43-44)

Ainda assim verificou-se, na década de 50 e também na seguinte, uma grande intensidade em termos de saídas de madeirenses para fora do seu território insular, intensificada pelo aumento do desemprego provocado pela crise económica que se vivia, associada também às oportunidades de emprego entretanto surgidas em Portugal Continental devido à escassez de mão de obra disponível (nomeadamente por causa do envio das tropas para as ex-colónias em África). Todavia, verificou-se também neste período, "a saída de muitos madeirenses que fugiam ainda jovens ao recrutamento militar e à mobilização para a guerra colonial, a que se juntaram opositores ao regime político, perseguidos pela polícia política" (Vieira, 2008: 38). Assim, ao longo destas duas décadas, estima-se que tenham abandonado a Ilha da Madeira cerca de 74.000 pessoas (ibidem).

Este fluxo de saída de madeirenses manteve-se até meados dos anos 70, altura em que:

As mudanças políticas resultantes da Revolução do 25 de Abril de 1974 conduziram à valorização do espaço socioeconómico da ilha, condicionando a emigração. As mudanças políticas ao nível mundial, a situação dos habituais mercados recetores de mão-de-obra madeirense em contraste com a melhoria das condições de vida na ilha, fizeram com que o madeirense buscasse o Eldorado na sua própria terra e que muitos regressassem. Primeiro foram os chamados “retornados” das ex-colónias e depois os da Venezuela e África do Sul.

(Vieira, 2008: 36)

Para além da grande diminuição do volume de saídas registadas na década de 70, que passou das cerca de 28.800 saídas registadas na década anterior para as cerca de 5.800 na década de setenta (Vieira, 2008: 36), é também um período em que voltaram milhares de pessoas retornadas de África: cerca de 8.000 (Oliveira, 2008:7).

Salienta-se que o fenómeno do retorno é relativamente comum à realidade madeirense, apesar de não existirem estudos científicos dedicados especificamente a essa temática, que já passou por vários fluxos dessa natureza: “o caso dos retornados da ex-colónias no período de 1974 a 1975 e depois (...) o retorno de emigrantes da África do Sul e da Venezuela” (Vieira, 2008: 39). Segundo Vieira, a Venezuela é o país que tem proporcionado um maior número de regressos à Madeira, que têm ocorrido de forma regular nos últimos 25 anos "A primeira leva aconteceu na década de oitenta do século XX, com os motins populares de 1989, seguindo-se depois outra nos finais da década seguinte, provocada pela instabilidade política e enxurradas de Vargas" (Vieira, 2008: 39). Atualmente verifica-se uma nova vaga de regresso de pessoas vindas daquele país, já noticiadas em alguns órgãos de comunicação social⁷, fruto da instabilidade social e política que ali se vive, para além da falta de condições de vida, segurança e de saúde, numa situação que em muito se assemelha àquilo que sucedeu com os portugueses residentes em África nos anos de 1974-1976, pese embora a Venezuela ainda não esteja a viver uma situação de guerra civil.

Pela consulta do relatório dos Censos 2011 (último ano que analisou indicadores acerca do retorno de madeirenses), verifica-se que 18,2% da população portuguesa residente na Madeira já residiu no estrangeiro durante pelo menos 1 ano. Os principais países de onde

⁷ <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2017-04-28-Mais-de-700-pessoas-da-Venezuela-inscritas-no-Centro-de-Emprego-da-Madeira-em-6-meses>
<https://www.noticiasaminuto.com/pais/784393/mais-de-700-venezuelanos-no-desemprego-na-madeira-em-seis-meses>

retornaram foram da Venezuela (37,1%), Reino Unido (17,5%), África do Sul (12,1%) e França (7,5%) (INE, 2012: 30)

A esse respeito, diz-nos Ribeiro que uma característica crescente da emigração é o seu caráter temporário, sobretudo em relação à migração dentro da Europa, com a diminuição do número de saídas definitivas: "A emigração definitiva deixou de ser uma constante da nossa sociedade e a sociedade do século XXI propicia mecanismos de aproximação mais fáceis entre os que partiram e os que ficaram" (Vieira, 2008: 41-42).

3.4 O fim das colónias portuguesas

Antes de avançarmos convém indagar sobre o conceito de "colónias" para, depois, se procurar compreender o que foi a descolonização e de que forma esses processos foram feitos na Europa em geral e em Portugal em particular.

Assim, uma colónia pode ser definida como um "território governado por um Estado, dita metrópole, fora das suas fronteiras geográficas"⁸ ou como um "território situado fora das fronteiras geográficas de um país e que fica subordinado ao seu domínio político e económico"⁹. Estas colónias, de acordo com Droux, encontram-se intimamente relacionadas com invasões destrutivas (Droux, 1986: 19).

Segundo Ribeiro, "Portugal definiu-se simultaneamente como o centro de um império colonial e como uma periferia da Europa" (Ribeiro, 2004: 28). Nesse sentido, em Junho de 1930 foi publicado o Ato Colonial tratando-se de um

diploma que pode ser classificado como a lei fundamental do imperialismo português do século XX. O Acto Colonial acabaria por vir a ser incorporado na Constituição salazarista de 1933 (...) O Império, cuja área era 22 vezes maior do que a da metrópole, foi fundamental para a pretensão de Salazar reclamar para Portugal a duvidosa qualidade de potência mundial
(MacQueen, 1997: 28)

Na verdade, o volume de territórios alvo de colonização nos anos 40, não só por Portugal, mas também por outros países Europeus, era muito grande. Segundo Mello, após a II Guerra Mundial, cerca de dois terços da população mundial estava sujeita à colonização. (Mello,

⁸ Definição encontrada em dicionário língua portuguesa. Fonte: <https://www.priberam.pt/DLPO/col%C3%B3nia>

⁹ Definição encontrada em dicionário língua portuguesa. Fonte: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/col%C3%B3nia>

s.d.: 5).

Em Abril de 1945, na Conferência de S. Francisco, à qual Portugal não foi convidado a participar, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), que foi formalmente oficializada a 24 de Outubro do mesmo ano. Esta organização integrava inicialmente 51 Estados membros fundadores e, para além de Portugal ter ficado excluído da participação desta cooperação de Estados, o país vê no ano seguinte ser vetada a sua candidatura (Teixeira, 2005: 105). Na Conferência de São Francisco fica decidido, entre outras coisas, que os países deveriam transmitir ao Secretário-Geral das Nações Unidas informações estatísticas acerca das condições económicas, sociais e educacionais dos seus territórios. É nesse sentido que, no decorrer do ano de 1946, vários países o fizeram (Inglaterra, Estados Unidos, França, Bélgica, Austrália, Nova Zelândia, Dinamarca e Holanda), mas Portugal pôs-se à margem dessa decisão (ibidem).

De acordo com MacQueen, o interesse português em África era sobretudo de cariz económico, interesse esse que, após o ano de 1945, começou a corresponder às expectativas da metrópole, pois “às fontes de rendimento existentes juntaram-se os primeiros lucros significativos resultantes da extração mineira (ferro em Angola e carvão em Moçambique)” (MacQueen, 1997: 29).

Posteriormente, no ano de 1950, foi proposta por 43 Nações de África e Ásia a "Declaração sobre a outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais", tendo sido aprovada por maioria, sem nenhum voto negativo (89 votos positivos e 9 abstenções), e formalizada através da Resolução 1.514 (XV). Portugal foi um dos países que aprovou esta Declaração de Independência (Mello, s.d.: 7). Contudo, curiosamente, um ano mais tarde (1951), de acordo com Rosas (1994:514), Salazar procede à revisão constitucional, integrando nela o Ato Colonial, onde transforma as colónias e o império em “províncias ultramarinas” definindo Portugal como uno e pluricontinental. A este propósito, dizem Afonso & Gomes, “A pouco e pouco, o Estado Novo limpou em definitivo, do vocabulário português, as palavras “colónia” e “colonial” (Afonso & Gomes, 2000: 20). O Governo português procurava assim “subtrair-se às disposições da Carta das Nações Unidas, que estipulavam a responsabilidade e os deveres das potências coloniais para com os territórios seus dependentes” (Marques, 1998: 535).

Entretanto, a União Indiana começa a reclamar a Portugal a soberania da Índia sobre os territórios de Goa, Damão e Diu, colónias até então portuguesas, vendo-se Salazar pela primeira vez confrontado com o problema da descolonização e com a possibilidade de, caso cedesse nesta questão indiana, deixar de possuir legitimidade para manter as outras colónias portuguesas (Teixeira, 2005: 109). Enquanto isso, a entrada de Portugal na ONU em 1955 dá início ao fim da tolerância internacional quanto ao regime do Estado Novo e a sua política colonial, sendo que, o "clima internacional em torno da política colonial portuguesa agrava-se depois do confronto ideológico na Assembleia Geral da ONU chegará, para Portugal, o confronto diplomático e militar" (Teixeira, 2005: 109)

Assim, apesar das inúmeras advertências por parte da ONU e dos seus países membros, intensificadas após a entrada do país naquela Organização (lembrando as obrigações exigidas pelo Capítulo XI, relativamente às colónias), "Respondeu-lhe Portugal que seus territórios eram províncias ultramarinas, partes integrantes da Metrópole, não sujeitos, portanto, aquelas determinações" (Pires, 2003: 191).

Segundo Marques (1998: 555-556), a partir da década de 50 surgem movimentos a favor pela independência de Angola, saídos de dois focos principais e um terceiro de menor importância:

- a)** Um movimento baseado numa ideologia marxista, que veio a formar o partido Movimento pela libertação de Angola (MPLA) em dezembro de 1956. Os principais nomes do partido eram Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Viriato Cruz;
- b)** Um movimento revolucionário ligado a emigrantes angolanos no Congo Belga, unidos por associações semisecretas de raiz tribal e política regional. Liderado por Holden Roberto fundaram a União das Populações ao Norte de Angola (UPA), tendo mais tarde mudado o nome para Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA);
- c)** Foco revolucionário de menor importância constituído por emigrantes de Cabinda no Congo Belga, surgiu em 1966, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) liderada por Jonas Savimbi.

É já no decorrer da década de 1960 e meados da de 1970 que “uma serie de movimentos nacionalistas se desenrolou nas colónias africanas e asiáticas, levando à sua descolonização

e, por conseguinte, à constituição de novos Estados independentes no mundo” (Moreira, 2006: 10).

Em Fevereiro de 1961, começam os conflitos em Luanda, Angola, onde centenas de filiados no MPLA “passavam ao ataque armado de prisões, quartéis e estação emissora de Luanda” (Marques, 1998: 556). As autoridades portuguesas ripostaram contra os independentistas, prendendo centenas de suspeitos e reforçando as guarnições angolanas, através do envio de tropas da Metrópole.

Em Março, tribos do norte de Angola revoltaram-se com o auxílio ou instigação de Congolezes, massacrando selvaticamente centenas de colonos e suas famílias. Toda esta situação levou à repressão violenta por parte das autoridades e dos próprios colonos, apoiados por elas, aliás, com o auxílio de não poucos indígenas. Centenas, senão milhares de negros, parece terem perecido, à medida que operações de *limpeza* em larga escala se realizavam em aldeias indígenas, com a fuga consequente de milhares de africanos para o vizinho Congo.

(Marques, 1998: 556)

Enquanto isso, o Estado português estava cada vez mais isolado no que concerne à sua política colonialista, tendo cada vez mais opositores incluindo o Brasil e Espanha. Contudo, Salazar não se mostrava aberto a qualquer alteração do caminho traçado (Teixeira, 2005: 111). Desta feita, a 1 de Maio de 1961 chegam as primeiras tropas portuguesas a Luanda, com o objetivo de proteger a população civil e preservar a titularidade das colónias. Portugal elevou assim exponencialmente os seus militares no terreno onde, de acordo com Marques (1998: 558), de 9.000 homens armados (4.000 brancos e 5.000 negros) passou-se gradualmente até ao ano de 1974 para os cerca de 70.000 homens (40.000 brancos e 30.000 negros). Inicia-se simultaneamente uma política de desenvolvimento do Ultramar e “Em menos de dez anos, fez-se mais para promover o desenvolvimento do Ultramar do que nas três décadas anteriores” (Marques, 1998: 549).

Entretanto, em Dezembro de 1961, a União Indiana acabou por invadir e ocupar os territórios de Goa, Damão e Diu, sem que nenhum dos parceiros portugueses da NATO tenha apoiado Portugal (Teixeira, 2005: 109). A Índia já estava perdida e o problema estende-se para África.

A guerra então desencadeada durou 13 anos, dizimou milhares de pessoas, provocou o maior êxodo populacional de portugueses e um dos maiores da Europa e fez surgir também um grande fluxo de refugiados, não só no decorrer desses anos de guerra colonial, como também

com as guerras civis, que se prolongaram durante vários anos após a independência de Angola e Moçambique. A exemplo disso recorreremos ao caso de Angola que, de acordo com Tavares (2005), levou a uma fuga na ordem dos 435.000 angolanos que se refugiaram na República Democrática do Congo, Zâmbia, Namíbia, Congo-Brazaville e África do Sul.

Portugal iniciou uma luta diplomática internacional, pela defesa do ultramar, que durou até 1974 (...) em Fevereiro e Março de 1961, iniciou-se a revolta em Angola, na Guiné em 1963 e, em 1964, em Moçambique. Em África, o governo português respondeu com a resistência militar, durante 13 anos, e com uma força permanente de cerca de cem mil soldados, a uma guerrilha rural desgastante.

(Droux, 1986: 36)

Enquanto isso, reforçavam-se os pedidos da ONU para que Portugal libertasse as colónias, coisa que não acontecia, com a incompreensão e desagrado de todos os restantes países, que iam, entretanto, dando a independência aos seus territórios colonizados. Consequentemente, em Novembro de 1966 também a UNESCO "decidiu não dar nenhuma ajuda a Portugal no domínio da Educação, da Ciência e da Cultura, e não o convidar a participar de conferência e outras atividades pertinentes à UNESCO, enquanto ele não renunciar à sua política de dominação colonial e de discriminação racial" (UNESCO in Mello, s.d.: 11).

A pressão internacional para Portugal libertar os territórios africanos sob sua dominação continuou e intensificou-se, sendo que, em Fevereiro de 1972 o Conselho de Segurança da ONU condenou Portugal por este não estar a cumprir com as resoluções aprovadas e apela uma vez mais para que este termine com as guerras coloniais e dê a independência àqueles territórios "insistindo mais uma vez com todos os Estados-Membros para proibirem qualquer ajuda a Portugal que o capacitasse a prosseguir na sua repressão, além de impedirem lhe fossem fornecidas armas e equipamentos militares" (Mello, s.d.: 14). Acentua-se assim o isolamento e a hostilidade internacional para com o Estado Novo e, também por isso, a questão colonial torna-se uma preocupação quase exclusiva da política externa portuguesa (Teixeira, 2005:110).

O fim da mais longa ditadura na história da Europa Ocidental (portuguesa) chegou em 25 de abril de 1974, dia em que o governo de Marcelo Caetano¹⁰ é deposto.

¹⁰Marcelo Caetano havia substituído Oliveira Salazar a 27 de Setembro de 1968, naquele que foi o último governo da ditadura em Portugal, quando aquele por motivos de doença teve de ser exonerado do cargo

Segundo Ferreira, "A formação do II Governo Provisório, a 18 de Julho de 1974, marca indiscutivelmente, o início de um outro entendimento oficial sobre a questão ultramarina em Portugal" (Ferreira, 1994: 57). O tema "descolonização portuguesa" ganha cada vez maior importância (e a forma de fazê-lo passa a dominar as preocupações políticas do Verão de 1974), sendo que, ainda de acordo com este autor "a evolução do poder político em Portugal é determinada essencialmente pela descolonização entre 25 de Abril de 1974 e 28 de Setembro inclusive" (Ferreira, 1994: 83). Assim, com a mudança do regime político em Portugal, inicia-se um processo acelerado e generalizado de descolonização, fruto da "incapacidade do Estado português para garantir o controlo do processo de transição para a independência, rapidamente internacionalizado, bem como, no caso de Angola, a situação de guerra civil" (Pires, 2003: 195).

Foi a 26 Julho de 1974 que, oficialmente, o presidente da República, general António Spínola, veio a promulgar a Lei n.º 7/74 que formalizaria que "o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos" (Dec. Lei n.º 7/74 de 27 de Julho de 1974 do Diário do Governo, 1974). No entanto, segundo Ferreira (1994: 61), a Guiné-Bissau já se tinha autoproclamado independente em 1973, ou seja, um ano antes de Portugal aceitar esse facto, como um marco que dá início ao ciclo de descolonização portuguesa, que culminou com a liberalização de todas as colónias portuguesas em África. Essa situação da Guiné levou a uma partida abrupta dos quadros técnicos que lá trabalhavam, uma vez que estes profissionais estavam muito dependentes da máquina militar, com a retirada das tropas portuguesas, os engenheiros, médicos e docentes deixam também esse território. Ao que se seguiu a saída de muitos comerciantes, trazendo preocupações às autoridades locais, que ficaram desprovidas de quadros técnicos (Matos, 2015).

Devido à resistência de Salazar em dar a independência às colónias portuguesas, a descolonização acabou por acontecer bem mais tarde do que nos restantes países que passaram pelo mesmo, pois enquanto se desenrolavam os outros processos de repatriamento europeus, no nosso país acentuava-se a mobilidade portuguesa com destino a Angola e Moçambique, fazendo com que Portugal, que foi a primeira potência colonizadora dos tempos modernos, tenha sido também a última a deixar de o ser. Henriques fala-nos desse

período da história portuguesa, relatando que naquele período em que os outros países europeus negociavam as independências africanas e asiáticas "Portugal reforçava o carácter obstinado do seu colonialismo (...) Os responsáveis políticos portugueses baseavam-se na suposta *"singularidade do seu colonialismo para recusar as mudanças da história"* (Henriques, s.d: 1).

Como consequência, diferentemente também do que sucedeu nos outros países em que o regresso dos colonos ocorreu em períodos de prosperidade económica, em Portugal o regresso de um grande volume de pessoas provindas das ex-colónias apanhou um pior momento conjuntural no país e na Europa. Este período, caracterizou-se por um abrandamento do crescimento económico a nível internacional, associado a uma crise económica interna, devido a vários motivos, nomeadamente às alterações havidas no sistema monetário internacional, os choques petrolíferos e o *crash* nas bolsas de valores, bem como, uma certa agitação social, resultante do ainda recente estabelecimento da democracia no país (Pires, 1987: 21-22).

Assim, apesar de adiado, o processo de descolonização português veio mesmo a acontecer e começou com o 25 de Abril, conforme vimos anteriormente, inicialmente com António de Spínola como Presidente da República, por escolha dos elementos da Junta de Salvação Nacional (Droux, 1986: 39). Já na opinião de Ferreira (1994: 56), o processo teve início pelas mãos de Mário Soares e Almeida Santos, que foram os políticos civis mais envolvidos na primeira fase das negociações com os movimentos pela libertação daquelas colónias, sendo que

do lado português se pretendia, fundamentalmente, o cessar-fogo nos territórios em que havia luta armada, e do lado dos guerrilheiros se almejava o rápido reconhecimento do direito à independência, consubstanciada numa transferência de soberania através dos movimentos emancipalistas, sem consulta popular prévia.

(Ferreira, 1994: 56)

Segundo Vieira, "Portugal cede em cinco meses o que conquistou ao longo de cinco séculos. O primeiro acordo para as independências africanas é assinado com o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), em Argel, em Agosto de 1974: Lisboa reconhece a República da Guiné-Bissau, assim como o direito de Cabo Verde à independência" (Vieira, 2007: 177). Como já vimos anteriormente, esta ex-colónia já havia se autoproclamado independente um ano antes em Madina do Boé, a 24 de Setembro de

1973, obtendo o reconhecimento de 80 países membros da ONU. O acordo feito entre Portugal e o PAIGC abrangia também o arquipélago de Cabo Verde, onde era reconhecido o direito daquele povo à autodeterminação e independência (Ferreira, 1994: 61).

Seguidamente, a 7 de Setembro de 1974, Portugal acorda com a FRELIMO a independência de Moçambique reconhecendo esse partido como seu representante legal. De acordo com Ferreira (1994:66), o período pós 25 de Abril até ao acordo de Lusaca foi muito conturbado em Moçambique, com o surgimento de vários movimentos que procuravam "tirar à FRELIMO, pelo menos, a exclusividade da representatividade política no território" (Ferreira, 1993:66). Aqui ficam alguns exemplos de movimentos surgidos na altura: Grupo Unido de Moçambique (GUMO); Frente Independente de Convergência Ocidental (FICO) e Movimento de Libertação de Moçambique (MOLIMO). Apesar disso, o acordo foi apenas assinado entre o Estado português e Samora Machel da FRELIMO (ibidem).

Quanto a S. Tomé e Príncipe, é assinado um protocolo de acordo entre o Estado português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), a 26 de Novembro de 1974, onde se reconhece aquele movimento como representante legítimo do povo daquele arquipélago (Ferreira, 1993: 64).

Ainda segundo Ferreira (1994: 69), em Angola a situação era bem mais complexa, pois existiam três movimentos (FNLA, MPLA e a UNITA) que lutavam pela independência daquele território, mas que não se entendiam entre si devido às existentes questões étnicas e rivalidades políticas entre eles,

a divisão entre os movimentos de libertação veio dar azo a uma internacionalização dos conflitos internos que muito perturbou o acesso à independência de Angola e o período subsequente, aumentando a rivalidade entre a URSS e os Estados Unidos da América na África negra.

(Ferreira, 1994: 69)

Assim, o processo de descolonização de Angola foi o mais difícil e o que maiores preocupações trouxe a Portugal, isto apesar de, em termos militares, não ser uma situação tão problemática como a que existia em Moçambique e Guiné, pois o contingente militar que Portugal tinha em Angola nos anos 70 ultrapassava os 60.000 homens (Ferreira, 1994:71).

Apesar das dificuldades de negociação inerentes a toda essa problemática, o acordo para a

independência acabou por ser conseguido, acordado entre Portugal e os três movimentos de libertação de Angola: a FNLA dirigida por Holden Roberto; o MPLA presidido por Agostinho Neto; e a UNITA de Jonas Savimbi. Diz Marques que “Lisboa esperou que os três líderes traçassem um esquema de transição célere, pacífico e exequível, considerando que Portugal se deveria abster de o fazer, sob pena de ser acusado de qualquer tipo de ingerência neocolonial no futuro” (Marques, 2013: 22). Este acordo é oficializado em Alvor, aos 15 de Janeiro de 1975, estipulando o dia 11 de Novembro desse ano como data oficial para a independência de Angola.

E é assim que, ao fim de mais de uma década de lutas armadas em África, com ventos de mudança a operar em Portugal, ficou decidido dar independência às colónias portuguesas (Droux, 1986: 24), numa decisão que, pela sua demora, deixou marcas a vários níveis, seja a nível económico, como político e social, mas sobretudo, a que diz respeito à perda de inúmeras vidas humanas.

Ainda hoje, o processo de descolonização portuguesa em África gera polémica entre aqueles que acham que Portugal fez o que tinha de ser feito e os que consideram que os governantes portugueses se precipitaram na decisão. Maior descontentamento gera porém, não a própria decisão material de se descolonizar mas a forma como ela foi conduzida, referida por muitos dos nossos inquiridos como tendo sido feita de forma abrupta e sem uma preparação prévia dos povos das antigas colónias portuguesas, para que pudessem tomar as rédeas do seu país. Não houve também o cuidado de acautelar os direitos dos portugueses que viviam em África (e lá tinham a sua vida, trabalho e bens) e que foram forçados a abandonar tudo, por forma a proteger a sua integridade física e salvar a sua vida. Esta perspetiva vai ao encontro do afirmado por Marques que diz:

No Alvor, Portugal não se bateu pela permanência dos portugueses em Angola, após a independência, como fez para conseguir deter tantas pastas ministeriais quantas as que eram tuteladas por cada Movimento (...) pois não era sua missão defender os interesses dos portugueses que depois do dia 11 de Novembro de 1975 seriam apenas estrangeiros.

(Marques, 2013: 22)

Portugal passou assim pelo processo de descolonização, entre os anos de 1974 e 1975, altura em que terá recebido, consequentemente, cerca de meio milhão de pessoas vindas de África. Ficaram conhecidos como os retornados do Ultramar e constituíram o maior movimento populacional da história recente de Portugal, com a inclusão de um grande número de

pessoas num curto espaço de tempo (Oliveira, 2008: 1).

Este processo de descolonização foi um dos que envolveu um maior número de efetivos populacionais na Europa, tendo sido apenas superado, em termos absolutos, pelo conjunto de fluxos de repatriados franceses, que incluíram mais de um milhão e seiscentas mil pessoas oriundas das colónias do Extremo Oriente e da África Ocidental e do Norte. Inclui-se nestes fluxos o originário da Argélia, que envolveu, só durante o ano de 1962, cerca de 650 mil *pieds-noirs*. (Pires, 2003: 191).

Comparativamente com o processo Inglês, foi sensivelmente idêntico em termos absolutos ao número de ingleses que regressaram ao Reino Unido (cerca de 550 mil) e ao dos italianos que abandonaram África (aproximadamente 530 mil), superando o número de holandeses que deixaram a Indonésia (cerca de 300 mil), de espanhóis oriundos do Norte de África e da Guiné Equatorial (cerca de 150 mil) e de belgas do Congo, Ruanda e Burundi (cerca de 100 mil) (*ibidem*).

Contudo, em termos relativos correspondeu ao maior contingente deste tipo, uma vez que o número de retornados recebidos em Portugal representava cerca de 5% da sua população residente¹¹, enquanto em França e Holanda essas percentagens eram de, respetivamente, 3,5% e de 2,6% (Pires, 2003: 191).

Uma outra característica do fenómeno de descolonização portuguesa que gostaríamos de referir tem a ver com a sua concentração no tempo, comparável ao que sucedeu em França com os *pieds-noirs*, em que num processo bastante rápido a França recebeu os seus ex-colonos da Argélia durante Fevereiro e Dezembro de 1962. Também o repatriamento das ex-colónias portuguesas se deu basicamente no decorrer de um ano (1975). Contrariamente, o repatriamento de holandeses da Indonésia estendeu-se entre 1945 e 1957, desdobrando-se em quatro vagas migratórias sucessivas (Pires, 2003: 192).

3.5 Retornados portugueses de África

Conforme vimos anteriormente, de acordo com as estatísticas, a maioria dos portugueses

¹¹ Conforme resultado dos primeiros Censos à população portuguesa após a descolonização, feitos no ano de 1981. Fonte: Pordata

radicados nas colónias havia emigrado para África nas décadas de 50 e 60, o que, de acordo com Pena Pires (2003:194), resultou de uma profunda reorientação do sistema colonial português, promovida pelo Estado, após o início da guerra colonial. Dados do recenseamento populacional do ano de 1960 indicam que nesse ano "a população branca da Guiné era de 13.686 habitantes, a de Moçambique de 97.268 e a de Angola de 172.529" (Ferreira, 1994: 84) tendo esse número sido crescente até o mês de Abril de 1974, altura em que o processo se inverte e as pessoas começam a sair daqueles territórios.

É efetivamente a partir de meados do ano de 1974 que se verifica o início de um movimento de retorno massivo de pessoas residentes em África. Segundo Pena Pires, este acontecimento resultou da incapacidade de intervenção dos portugueses lá residentes, naquilo que seria a gestão da transição daqueles territórios para a independência. Esta inabilidade, derivava do caráter recente da sua fixação naqueles territórios e por não terem qualquer participação política no regime anterior a 1974 (Pires, 2003:197). Com a descolonização portuguesa em África calcula-se que tenham vindo para Portugal cerca de meio milhão de pessoas (ibidem).

Verificou-se naquele período que, apesar da dimensão do fenómeno de retorno ser muito grande, era difundida a ideia de que grande parte dos portugueses residentes em Angola havia de se manter naquele território após a sua independência. Não foi isso, contudo, que se veio a verificar, sendo que o regresso dos nacionais se iniciou logo após o 25 de Abril e intensificou-se com o acordo de Lusaca em Lourenço Marques.

Esse dia, 7 de Setembro de 1974, ficou marcado pela assinatura de um acordo de cessar-fogo, entre o Estado português e a FRELIMO, feito em Lusaca, sendo também reconhecido formalmente o direito do povo moçambicano à independência, bem como, acordada a transferência progressiva de poderes que Portugal detinha sobre aquele território para as mãos daquela Frente de Libertação. Contudo, acabou por ficar também lembrado pela violência que se gerou no país imediatamente após essa resolução, face ao descontentamento muito grande da população lá residente, que reclamava da forma como foi conduzida a descolonização entregando o país a um único partido considerado minoritário.

Em resultado, nesse mesmo dia os ditos "colonos" revoltam-se em Lourenço Marques e vão para a rua protestar, tendo inclusivamente ocupado a Rádio Clube de Moçambique. A situação descontrolou-se de tal forma que "Seguiram-se dias de pânico, de saque e violências

(3.000 mortos?), de fuga em massa para territórios vizinhos, de prisões e degredos e mortes anunciadas" (Costa, 2014: s.p.). Setembro torna-se sinónimo de fuga em Moçambique, tendo África do Sul se tornado o destino imediato de muitos deles. É constatado que, "ao contrário do que afirmavam os dirigentes políticos e militares, essa fuga era cada vez mais uma partida definitiva e feita frequentemente de forma abrupta" (Matos, 2015: s.p.).

De acordo com Ferreira (1994: 85), havia sido noticiado pelo jornal "O Século", a 29 de Outubro de 1974, que nesse mês encontravam-se já cerca de 15.000 pessoas em África do Sul, que tinham fugido de Moçambique após aqueles incidentes de 7 de Setembro. Esse fluxo aumentou progressivamente, calculando-se que um mês após a independência daquele país, o número de saídas tinha já atingido as 50.000 pessoas rumo sobretudo a Portugal, mas também para outros países, principalmente África do Sul (Ferreira, 1994: 85). É também em finais de Outubro desse ano que "vários funcionários públicos de Moçambique pedem o "repatriamento imediato de pessoas e haveres por motivo da sua situação se ter tornado intolerável" (Matos, 2015: s.p.).

Era desejável que o processo de libertação das colónias fosse feito de forma lenta e equilibrada, por forma a acautelar os interesses das populações, contudo não foi isso que sucedeu. Questionado sobre os motivos da urgência em descolonizar, Almeida Santos¹² explica:

(...) A guerra tinha durado dez anos em três frentes. Morreu muita gente e muita também ficou estropiada. Isso imprimiu uma urgência à necessidade de fazer a paz". Até porque "o Exército português, que nunca compreendeu muito bem as causas daquela guerra, a partir do 25 de Abril passou a defender e a pressionar a urgência da paz.

(Santos, 2014)

Em relação a Angola, Matos refere que "Portugal não desejava criar incompatibilidades que pusessem em perigo as relações com o futuro Estado angolano e não defendeu os seus cidadãos ou os bens que possuíam, por se tratar de um legado do regime deposto em 25 de Abril de 1974" (Matos, 2013: 20). O pânico estava instalado naqueles territórios e a população (sobretudo branca) tentava a todo o custo sair de África. Já por parte dos movimentos de libertação havia uma:

¹² Entrevista a Almeida Santos no jornal "Público" do dia 20/04/2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/04/20/sociedade/noticia/os-ultimos-filhos-do-imperio-1632525>

Corrida aos quartéis deixados devolutos (e aos que ainda não estavam), as invasões de imóveis do Estado e de habitações particulares, os assaltos permanentes e as prisões arbitrárias, entre outros actos de apropriação ilícita e de ofensa à integridade física dos cidadãos.

(Matos, 2013: 17)

De acordo com Matos (2015), a partir de Junho de 1975 começam grandes manifestações a ter lugar em Luanda, de portugueses junto ao Palácio do Governo a exigir uma solução que os trouxesse de volta a Portugal. Enquanto isso, centenas de pessoas permaneciam paradas às portas das agências de viagens e das companhias de transportes aéreos e marítimos, procurando comprar bilhetes de viagem rumo a Lisboa. O quotidiano na cidade de Luanda tornava-se cada vez mais difícil, faltava o pão, deixou-se de fazer a recolha do lixo, os transportes funcionavam mal, começava-se a sentir uma generalizada falta de mão de obra e o número de pessoas a querer fugir crescia a cada dia. Perante a situação, as autoridades portuguesas

resolveram organizar uma “ponte aérea”, que resultou num plano geral de evacuação dos nacionais ainda residentes em Angola no começo desse verão de 1975 (...) era constituída por seis ou sete aviões *Boeing 747* que faziam todos uma viagem por dia desde os primeiros dias de Agosto até às vésperas da independência, prevista para 11 de Setembro.

(Ferreira, 1994: 85)

Para além destes voos da TAP (Transportadora Aérea Portuguesa), inicia-se também uma ação de colaboração internacional, com o apoio de outros países, nomeadamente Suíça, França, EUA, Alemanha, Rússia e Reino Unido, que disponibilizaram aviões a Portugal de maneira a se poder evacuar as pessoas que pretendessem abandonar as ex-colónias portuguesas em África o mais rapidamente possível (Ferreira, 1994:86).

Com o aproximar da data da independência de Angola, o Estado português encontrava-se, em Setembro de 1975, com sérias dificuldades para conseguir evacuar o grande número de pessoas que ainda lá se encontravam (isto a dois meses da independência daquele país) motivo pelo qual se tenta encontrar uma saída para o problema que passava pela utilização do aeroporto de Nova Lisboa. A 26 de Setembro de 1975 é feita uma reportagem¹³ acerca do transporte de retornados de Angola para Portugal, onde o tenente coronel Gonçalves Ribeiro explica as várias dificuldades que tinha no momento, donde se destaca a que deriva

¹³ Fonte: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/reportagem-sobre-o-transporte-dos-retornados-de-angola/#sthash.AI7hjnNm.L8tTiqXr.dpbs>

da utilização do aeroporto de Nova Lisboa

Concretamente o problema de Nova Lisboa que constitui neste momento uma ilha, visto que a única possibilidade de se atingir Nova Lisboa com segurança é utilizando os meios aéreos. Nova Lisboa apesar de nunca ter sido um terminal continental (...) foi adaptada em termos de urgência a essa função e fundamentalmente com boas vontades, já que o equipamento de terra para uma movimentação diária de 9 a 10 aviões se estima que possa chegar de 15 a 20 aviões. São duas escadas, um gerador que não está famoso e um outro que há pouco tempo deixou de funcionar (...) este é o quadro sob o qual se inscrevem agora toda uma série de ações que consideramos necessárias para processar a evacuação das pessoas que o desejam para Portugal e cujo número era em Março / Abril estimado em 250.000 e que com os últimos acontecimentos de Junho / Julho ascendeu a cerca de 300.000.

(Gonçalves Ribeiro, 1975)

Esta decisão permitiu aumentar consideravelmente a resposta portuguesa à grande quantidade de solicitações, aumentando consideravelmente o número de voos diários daquele destino rumo a Portugal. Estima-se que, até o mês de Outubro, haviam já chegado ao continente português, por via da ponte aérea, cerca de 138.000 retornados (Ferreira, 1994: 86).

O número de pessoas a desembarcar em Portugal vindas de África nessa altura rondaria os quatro mil por dia, provocando simultaneamente o esvaziamento de cidades angolanas, que ficariam abandonadas enquanto as populações maioritariamente brancas fugiam rumo a Portugal ou para África do Sul.

(Matos, 2015: s.p.)

Segundo Matos, o ano de 1975 foi por isso, para Portugal, um ano de chegada. O regresso de retornados de África era intenso, no entanto, "os jornalistas não os mostravam. E os dirigentes políticos e militares faziam de conta que não os viam e escondiam dos portugueses aquilo que já sabiam estar a começar em África: o maior êxodo da História de Portugal" (Matos, 2015b: s.p.). Assim, embora o êxodo aumentasse dia após dia, o assunto "passava ao lado" dos jornais locais (metrópole) daquele tempo. Foram muito poucas as reportagens feitas na altura, sendo que as "emissões noturnas da BBC demonstravam claramente que o interesse internacional pelo assunto superava o dos portugueses" (Garcia, 2012: 35-36). Também Matos refere, a esse propósito, que os retornados "começaram a chegar muito antes de o país saber como os devia designar (...) Durante meses os retornados são invisíveis nas páginas dos jornais portugueses. Também não se fala deles nas rádios nem na televisão" (Matos, 2015b: s.p.).

Este silêncio por parte da imprensa portuguesa não ajudou no esclarecimento da população sobre o que se estava a passar na realidade, situação que levou a especulações e à percepção

de que “se tratava de pessoas que tinham explorado os territórios e populações negras e, por isso, não tinham direitos nem deveriam merecer o apoio das estruturas nacionais” (ibidem).

O fluxo de entradas no país, prolongando-se ao longo daquele ano de 1975, atingiu o volume de cerca de meio milhão de portugueses provenientes das antigas colónias. Destes, cerca de 8.000 vieram para a Madeira, representando cerca de 3,2% da população residente na altura (Oliveira, 2008: 7), afigurando-se também um grande volume para uma Ilha tão pequena (que de acordo com os censos do INE para 1981 tinha, por essa altura, uma população residente a rondar as 253.891 pessoas).

É de referir, no entanto, que de acordo com Pena Pires, a ausência de informação estatística fidedigna fez surgir, ao longo do tempo, estimativas discrepantes sobre o volume e características da população retornada (facto esse também constatado ao longo da nossa pesquisa). Ainda assim, na falta de melhor indicador, tomamos como referência os censos populacionais do INE do ano de 1981 (primeiros censos da população após a chegada dos retornados), ressalvando, porém, que tendo esta estatística sido feita cinco anos após a chegada do grande volume de pessoas, ela omite o volume de pessoas que reemigrou (após passagem por Portugal) durante esse intervalo temporal.

Assim, de acordo com os censos do INE, existiam em Portugal no ano de 1981 perto de meio milhão de retornados (471.427 pessoas), sendo 290.504 pessoas oriundas de Angola (61%), 158.945 pessoas provindas de Moçambique (34%) e apenas 21.978 pessoas vindas das restantes ex-colónias (5%). Destes, estima-se que 63% nasceram em Portugal, embora esta proporção se inverta nas camadas mais jovens onde calcula-se que 75% nasceram já em solo africano (Pires, 2003: 199-200).

Atendendo à origem dos retornados nascidos em Portugal, constata-se que 32% eram naturais do Norte do país; 36% do Centro; 20% da Região de Lisboa; 9% do Sul do país e 4% dos Açores e da Madeira (ibidem:201). Ao chegar à metrópole, segundo Machado, dá-se uma dispersão dessa população com 53% dos retornados a voltar para o distrito da sua naturalidade e os restantes instalam-se nos centros urbanos. Essa dispersão pelo país poderá ter sido um fator importante na integração dos retornados portugueses (Machado, 2011: 72).

A chegada desse grande fluxo de pessoas foi encarada por muitos residentes como uma

ameaça, até porque os portugueses retornados de África eram normalmente mais qualificados do que os que cá viviam. Isso trouxe alguns problemas que Garcia refere:

As desconfianças em relação à multidão de intrusos eram enormes e não só devido a assuntos laborais: quem cá estava estranhava o sotaque, as roupas, a abertura de espírito e até os hábitos culturais de quem chegava. O preconceito nem sempre lhes permitiu entender os dramas de meio milhão de pessoas que haviam perdido tudo depois de anos de trabalho árduo e se viam forçadas a viver num país que nada lhes dizia, e onde poucos os recebiam bem.

(Garcia, 2012: 38-39)

Como principal obstáculo à boa integração desta população chegada de África, emergia a complexa situação económica do país. Outra dificuldade resultava do facto de muitos retornados estarem no Ultramar há várias gerações, não conhecendo nem reconhecendo outro país como sua "*casa*" e de terem já perdido as ligações a Portugal. Segundo Garcia, mesmo para aqueles 63% de retornados nascidos na metrópole, a ideia de abandonar as colónias era aterradora (Garcia, 2012: 29).

De acordo com Garcia, a primeira vaga de pessoas foi suficiente para demonstrar a Portugal e aos seus governantes a falta de capacidade para dar resposta aos problemas de centenas de milhares de indivíduos que ainda estavam para desembarcar na metrópole, vindas sobretudo de Angola (Garcia, 2012: 40). Isto porque, nesse período o Ministério da Coordenação Interterritorial (MCI), sucessor do antigo Ministério do Ultramar, dispunha apenas de dois setores que se ocupavam das pessoas provenientes do Ultramar: o Centro de Apoio e de Assistência aos Desalojados (CAAD) e o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos (CATU). Nenhuma destas instituições tinha capacidade para fazer frente ao fluxo de pessoas chegadas durante esse período, que sucedeu à libertação das colónias portuguesas em África, o que forçou o governo a criar uma nova estrutura. Assim, surge o Gabinete de Apoio aos Desalojados do Ultramar (GADU), na dependência do MCI, que tinha por finalidade acolher e ajudar a solucionar os problemas imediatos dos desalojados das ex-colónias. Posteriormente, com a necessidade de aumentar a capacidade de resposta ao problema, este organismo foi substituído pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) (Garcia, 2012: 31-32).

Criado em Março de 1975, o IARN tinha como finalidade dar apoio tanto ao retorno das ex-colónias como ao retorno dos emigrantes em geral. Segundo Pena Pires, a sua atividade centrou-se sobretudo na prestação de apoios de emergência, a nível de assistência, através

de medidas sociais supletivas e apoio administrativo na “regularização de situações jurídico-administrativas indocumentadas ou não cobertas pelos procedimentos correntes da administração” (Pires, 2003: 229). Outros apoios do Estado com vista a facilitar a sua integração foram dados, conforme já anteriormente referidos e elencados, como por exemplo a atribuição de créditos para início de atividades económicas com condições mais vantajosas.

Embora essas tenham sido medidas importantes, não serão, contudo, explicação suficiente para possíveis diferenciações a nível do processo de integração, comparativamente com outros países que enfrentaram também processos idênticos de descolonização, visto em Portugal os apoios terem sido muito menores do que os concedidos pelos governos desses outros países (Pires, 2003: 218-227).

Segundo Pena Pires, em Portugal seria também de se esperar “entre os repatriados portugueses, a emergência de formas de acção e organização coletivas, como aconteceu entre os *pieds-noirs*” (Pires, 2003: 193). Contudo, não foi isso que ocorreu o que se explica, segundo o autor, por dois motivos.

Primeiro, o facto de a maioria dos retornados adultos ter emigrado para África há relativamente pouco tempo (foram sobretudo entre os anos 50 e 60), sendo possível que tenham conseguido preservar alguns vínculos e laços familiares com pessoas do seu meio social de origem, ou que tivessem pelo menos uma relativa facilidade em recuperá-los (ibidem: 219). Pelo contrário, a maioria dos repatriados franceses da Argélia e holandeses da Indonésia eram emigrantes de 2ª geração. Na verdade, não só mais de 80% dos *pieds-noirs* tinham nascido já na Argélia, como entre esses existiam numerosos colonos de origem espanhola e africanos de diversas origens étnicas e filiações religiosas (ibidem: 193);

Segundo, porque a maioria dos *pieds-noirs* concentrou-se nas zonas de desembarque, no Sul de França (em torno de Marselha), favorecendo a tendência para uma maior sedimentação de interação entre eles e afastamento em relação às populações metropolitanas, prejudicando “a assimilação dos repatriados na sociedade francesa, uma tal tendência contribuiu para uma relativa marginalização dos *pieds-noirs* no plano da participação social e política” (Pires, 2003: 193). Pelo contrário, como já vimos anteriormente, os retornados portugueses instalaram-se, ou nas regiões do país onde possuíam familiares, ou em outros caso em zonas urbanas onde mais facilmente conseguiriam obter um emprego (caso da área metropolitana

de Lisboa) (ibidem).

Outro fator que pode também ter ajudado na assimilação dos retornados na sociedade portuguesa deve-se à denominada “seletividade do repatriamento” que, de acordo com Pena Pires, resume-se ao facto de Portugal não ter sido o único país destino dos portugueses que deixaram África, visto uma parte deles ter optado por emigrar para outros países (Pires, 2003: 198).

3.6 Integração dos retornados na sociedade madeirense

Comparando as duas sociedades em causa (a da ex-colónia e a madeirense), a nível cultural verifica-se que, apesar dos retornados de África serem pessoas que maioritariamente tinham a mesma nacionalidade e até falavam a mesma língua da sociedade de acolhimento, não se exclui a possibilidade de haver diferenças culturais de fundo no que se concerne à forma de viver, de conviver e de "estar".

Existem relatos, conforme se constata na notícia do "*Público*" (2014, Abril 20), acerca da diferença de mentalidade entre quem veio de África comparativamente com quem morava na metrópole, como o do próprio Pena Pires, relativamente à sua experiência pessoal (também ele vindo de Angola), que afirmou "a vida era mais liberal, os liceus eram mistos, não tinham muros"; ou a afirmação de Luís Montez "Sinto gosto de ter vindo de Angola, também para abrir a cabeça às pessoas, que atrofiavam. A sociedade portuguesa é mesquinha e pequena". Por sua vez, Paula Teixeira da Cruz diz que "Havia em Angola uma discussão que do ponto de vista cultural não havia aqui. Era uma mentalidade mais aberta", dizendo também "Lembro-me de vir de férias e sentir um país muito mais escuro e mais limitado, até na forma como as pessoas se vestiam". Já Carlos Lisboa alega que "as pessoas que viveram em África têm uma mentalidade diferente (...) O relacionamento com amigos em África deu-me uma visão de estar em grupo, de partilhar emoções, a vida colectiva era mais intensa". Testemunho similar é o de Tomaz Morais: "Nós vivíamos de portas abertas, os amigos entravam e saíam, eram quase irmãos. Chocou-me que cá era diferente, era fechado”

Sendo a Madeira, nos anos 70, uma Região pobre e isolada no meio do Oceano Atlântico, é provável a existência de um ainda maior atraso cultural comparativamente com o Continente,

pelo que, cremos que estas diferenças relatadas pelos testemunhos referidos poderão se aplicar ao objeto deste estudo. A esse propósito, Vieira tem uma interessante visão acerca da realidade madeirense "o poio¹⁴ é o lugar que o identifica com o território do arquipélago" (Vieira, 2016b: 6), dizendo também que isso influencia o seu comportamento e atitudes.

De acordo com Vieira, o poio assumiu ao longo do tempo grande importância para os madeirenses, porque era o espaço confinado a cada família, era lá que se construía a casa de habitação e se retiravam os recursos da terra que permitiam a sobrevivência. Mas esse poio (terreno pertencente a cada família) era muito limitado (tal como era a própria Ilha) e por isso muitos madeirenses tiveram de emigrar procurando melhorar as suas condições de vida. De acordo com este autor, apesar dos emigrantes madeirenses normalmente desejarem voltar um dia à sua terra, esse não seria, contudo, o desejo dos seus familiares que cá ficavam. Esse facto é justificado pela pequenez do espaço que limitava os recursos existentes e acabava por influenciar as atitudes de quem recebia aqueles que regressavam, traduzido frequentemente em expressões de animosidade e dificuldades no acolhimento (ibidem).

A criação do poio é assim vista como "um processo de territorialização do espaço da ilha, o lançar das marcas identitárias sobre o espaço (...) que amadurecem na mente e se afirmam como um quadro mental atuante e definidor ou limitador de comportamentos" (Vieira, 2016b: 9). Contrastando com a pequenez do seu espaço geográfico, o madeirense dispõe, porém, da imensidão do mar que o cerca e o envolve com todas as suas possibilidades de riqueza além-fronteiras e é através dele que parte em busca de outras margens que possibilitem a vida que na Ilha não existe.

Contudo, essas partidas muitas vezes resultaram em projetos interrompidos por circunstâncias adversas e que, de acordo com Vieira (2016a: 4), resultaram em três grandes vagas de regresso (na história recente da mobilidade humana para a Madeira), sendo uma delas precisamente o fenómeno do retorno de madeirenses radicados nas ex-colónias portuguesas em África (anos 70), as outras dizem respeito ao regresso de madeirenses a viver na Venezuela e África do Sul (em ambos os casos nos anos 80 e 90), sendo que em relação à Venezuela assiste-se atualmente a uma nova vaga de retorno. Diz este historiador

¹⁴ Os poios são campos de cultivo em socacos amurados, característicos da Madeira devido à sua orografia.

madeirense que esses movimentos geram uma nova realidade social, ainda não estudada na Madeira, havendo "evidentes manifestações de racismo, xenofobia, de intolerância e daquele que parece ser o pecado original do madeirense - a inveja ou, melhor dizendo, a invejidade" (Vieira, 2016b: 5).

É descrita a existência de uma dificuldade em se aceitar o “*outro*”, que é normalmente visto como um intruso e recebido com medo e desconfiança,

porque há dificuldade em aceitar a existência de outros poios ou a dificuldade extrema em conseguir a partilha do nosso reduzido pedaço de terra. Daí as expressões de xenofobia, ou mais propriamente de racismo que se manifestam em palavras e comportamentos, e uma incapacidade de aceitar a presença e a expressão cultural do outro (...) aceitar a presença do outro, até mesmo o nosso próprio irmão que partiu para construir o seu próprio poio fora da ilha e que, por qualquer motivo, é forçado a retornar

(Vieira, 2016b: 14)

No estudo da integração dos retornados de África na Madeira, é muito importante a análise da forma como as pessoas foram vistas e sobretudo acolhidas pela sociedade madeirense em geral, bem como, pelos seus contactos mais próximos (família, amigos e vizinhos) e é isso que procuraremos também averiguar através da leitura dos dados obtidos no terreno.

3.7 A opinião dos informantes qualificados acerca do tema

Relativamente aos informantes qualificados falamos com quatro pessoas, conforme já referido neste trabalho, mas apenas duas permitiram um maior envolvimento, visto terem interagido de forma pessoal com os retornados de África, naquele período de pós-retorno, e terem memórias acerca disso.

O Sr. Manuel Nicolau (fotógrafo) tem presente o sucedido, tendo referido que as pessoas sofreram muito, sobretudo aquelas que não tinham lugar onde se hospedar e que por isso tiveram de ser alojadas no Forte de São João Batista, em condições muito difíceis. Foi por esse motivo, querendo preservar a memória do acontecimento, que fotografou algumas traineiras utilizadas por retornados para voltarem para a sua terra, fotografando também o interior do referido Forte (já depois das pessoas estarem lá acomodadas)¹⁵.

¹⁵ Estas fotografias foram-nos facultadas encontrando-se nos documentos anexos

Por seu turno, o antigo presidente da Câmara Municipal de Machico (em exercício na altura), lembra-se claramente de todos os pormenores do acontecimento em Machico. Refere que as pessoas chegaram magoadas e revoltadas com a situação, e que inicialmente havia uma tendência para canalizar essa revolta para as entidades existentes, situação que acontecia também em relação a ele. A sua opinião é de que os retornados tiveram um primeiro período de adaptação, em que se mostravam ressentidos pelo que lhes tinha sucedido e culpavam o Estado e as entidades que o representavam (e a ele próprio que era a “cara” da câmara municipal). Por sua vez, esta insatisfação era também retribuída por parte da população da freguesia, criando-se um clima de mau estar e animosidade entre ambas as partes, porque de acordo com o Sr. padre Martins as pessoas de cá sentiam que os retornados estavam a ser beneficiados em relação à restante população. Todavia, considera que após aquele choque inicial essas pessoas acabaram por se integrar bem no concelho de Machico e na Região.

3.8 A Madeira nos anos 70

A nível económico, a sociedade portuguesa da época passava por sérias dificuldades. Na Madeira a situação era ainda mais difícil pois “apresentava características próximas de zonas em subdesenvolvimento” (Loja et al, 2008: 149). Dizem estes autores que o rendimento por habitante era menos da metade da média nacional, existia uma elevada percentagem da população vivendo abaixo do limiar da pobreza, aliado ainda a um elevado índice de analfabetismo e a uma larga dependência do exterior no abastecimento da Região. Segundo Vieira, o desenvolvimento na Madeira foi tardando, pois, o centralismo do Terreiro do Paço adiava a resolução das necessidades dos madeirenses, o dinheiro dos impostos arrecadados na Ilha ia para o cofre do Estado e “o pouco que ficava era quase insuficiente para manter o aparelho burocrático” (Vieira, 2014: 168). Isso provocava um grande descontentamento na população madeirense, referido por Vieira como “um sentimento generalizado de orfandade” (Vieira, 2014: 347), que já havia resultado em duas revoluções: uma em 1931 e outra em 1936.

A nível político, a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal era o mais importante órgão de administração do arquipélago da Madeira, tendo funcionado entre os anos de 1836 e 1976, tendo sido governada por vários presidentes, entre os quais o Eng.º Rui Vieira, que se

encontrava no exercício de funções no ano de 1974 e que, em consequência da revolução, acabou por ser afastado através de um decreto-lei que determinava o fim das comissões de serviço iniciadas antes do 25 de Abril. Era este organismo a quem competia o desenvolvimento do distrito nos setores económico, da cultura e assistência, tendo à sua responsabilidade a aplicação dos planos plurianuais de fomento, pese embora o facto de estar muito limitado na sua governação pois estava sujeito a aprovação da República em questões de natureza financeira. (SRETC, s.d.: 307-317).

A 25 de Abril de 1974 dá-se o golpe militar que pôs termo à ditadura em Portugal. Contudo, na Madeira esse acontecimento só foi sentido por pessoas ligadas ao Movimento das Forças Armadas, como por exemplo, alguns oficiais que haviam sido destacados para a Ilha e outros provenientes do abortado golpe das Caldas da Rainha. Para além desses militares, havia apenas uma pequena parte da população urbana que seguia as notícias do Continente através da rádio (Carita, 2007: 161).

De acordo com Vieira, no país rapidamente as movimentações sociais do pós-25 de Abril passam das exigências de melhor bem-estar para a questão da legítima propriedade dos meios de produção e do património físico, tal posicionamento vem aliás do próprio Estado “que entende dever apropriar-se de algumas das mais importantes fontes de riqueza” (Vieira, 2007: 161). Segundo este autor, são ocupadas cerca de 2.000 casas camarárias por todo o país, além de casas particulares, cresces, centros clínicos, parques infantis, entre outros, o que leva ao pânico dos proprietários de casas vazias, com receio de as verem ocupadas por terceiros (ibidem, 163).

Deste modo, por essa altura vivia-se no país tempos de grande instabilidade política e social e acentuavam-se também as tensões existentes entre projetos contraditórios dentro dos próprios partidos, sendo que a Madeira não é alheia a esse clima em que as tensões existentes se misturam, neste caso, com o problema das limitações à autonomia (SRETC, s.d.: 313). É, pois, neste período, que se formam os primeiros grupos políticos e autonomistas na Região (Maio de 1974), sendo que, até ao Verão desse ano estavam já implantados os partidos na Madeira com militantes locais. É também nesta altura que surge a FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira). Este movimento separatista, como o próprio nome

indica, lutava pela independência Região. De acordo com a RTP1¹⁶

Como no resto do país, o Verão de 1975 foi uma época de grande agitação social e partidária na Madeira, marcado por atos violentos. A FLAMA, Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira, uma organização separatista e paramilitar, levou a cabo vários ataques bombistas, que mataram um militar. Pretendiam eliminar opositores, a quem chamavam indiscriminadamente de comunistas, criaram uma moeda própria, o Zarco, uma bandeira e um hino.

Diz Vieira que com a deposição do regime político vigente "se abre uma nova página de esperança para os madeirenses que não desistiram da sua luta por uma autonomia capaz de satisfazer as suas necessidades de desenvolvimento económico e social, com a adequada utilização dos seus impostos" (Vieira, 2014: 351).

Relativamente à receção dos retornados nos anos 70, conforme podemos apurar, parece ter sido feita sobretudo a nível local pelas instituições de maior proximidade, neste caso juntas de freguesia e câmaras municipais. Como não há bibliografia sobre o acolhimento dos retornados na Madeira, apenas podemos fazer referência aos relatos dos nossos entrevistados e informantes qualificados, segundo os quais, ao chegar à Madeira as pessoas se dirigiram para junto dos seus familiares, havendo o IARN que dava algum apoio em bens de primeira necessidade.

¹⁶Fonte: <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/acoreshemadeira-na-revolucao/>

Parte IV – Apresentação e discussão de resultados

Capítulo IV

Neste capítulo, procedemos à apresentação e análise dos resultados da presente investigação, começando por introduzir uma breve apresentação dos participantes neste estudo.

Avançamos depois para a interação e análise das entrevistas efetuadas, nomeadamente, acerca dos motivos de partida, a forma como decorreu a integração em África, as vivências em ambiente de guerra e pós-independência, o retorno e chegada à Madeira, o acolhimento, os apoios institucionais, as dificuldades sentidas e a integração.

4.1 Percursos migratórios e integração na Madeira

Começamos este capítulo fazendo uma apresentação biográfica sucinta, dos entrevistados, de forma a apresentar os atores chave deste capítulo, os retornados na primeira pessoa. Embora este grupo não seja representativo de todos os retornados que chegaram à Madeira, dadas as condições da sua constituição, faremos de seguida a sua caracterização sociodemográfica.

Procederemos de seguida à interação e análise das entrevistas. Em primeiro lugar, analisaremos os motivos de partida e a forma como decorreu a sua integração no local de destino. Seguidamente, efetuaremos a apreciação da experiência do retorno propriamente dita, ou seja, iremos identificar quais foram as maiores dificuldades por que terão passado quando deixaram África rumo à Madeira e de que forma as superaram. Para isso, iremos explorar, entre outros fatores, a pré-existência ou não de redes socioculturais herdadas do período pré-retorno, relativamente a pessoas que viviam na ilha, identificar se houve ou não apoio por parte das autoridades madeirenses ou nacionais (no acolhimento e integração) e quais foram as principais dificuldades por eles sentidas (tanto daqueles que retornaram à Ilha quanto os que haviam nascido em África). Iremos também indagar quais foram as estratégias de integração empregues para superar as dificuldades. Por fim, procuraremos averiguar de que forma conciliaram a memória da vida passada em África com a vida na Madeira, procurando saber se ainda mantêm laços com a ex-colónia de onde provieram e de como todo este processo influencia a forma como se revêm, ou não, no termo retornado como forma de identidade.

4.2 Breve apresentação dos inquiridos

Iremos fazer uma pequena apresentação das pessoas entrevistadas. Salientamos que foram usados pseudónimos por forma a manter a confidencialidade da verdadeira identidade dos participantes.

4.2.1 Retornados nascidos em Portugal

1 - Sr. Martim, 79 anos, nascido no concelho de Santana, Madeira. Foi para Moçambique no ano de 1962, motivado pelos incentivos que Portugal atribuía a quem pretendesse emigrar para África. Lá exerceu funções enquanto guarda noturno. Regressou à Madeira, em Setembro de 1976, onde fez de tudo um pouco e atualmente encontra-se reformado.

2 - Sr. Carlos, 49 anos, nascido no concelho do Funchal, Madeira. A mãe levou-o para Moçambique quando tinha apenas 1 ano, em 1968, para se juntarem ao pai, que já lá estava e tinha uma empresa de construção na Barragem de Cabora Bassa. Carlos, ficou lá até aos 9 anos e regressou em Agosto de 1975, uns meses após a morte do pai, vítima de uma mina. Atualmente é funcionário público.

3 - Sr. José, 78 anos, nasceu em Machico, Madeira, foi para Angola em 1961 por motivos de trabalho. Lá trabalhou na pesca e regressou em Março de 1975. Continuou a trabalhar na pesca e atualmente está reformado.

4 - Sr. António, 67 anos, nascido no concelho de Machico, Madeira. Foi para Angola em 1962, para se juntar aos pais, que já lá estavam e o tinham deixado num colégio, em regime de internato. Fugiu para casa dos avós e depois os pais mandaram-lhe buscar quando tinha 12 anos. Cumpriu o Serviço Militar em Angola, entre 1970-1972, e foi pescador. Quando voltou, em Março de 1976, continuou nessa profissão até se reformar.

5 - Sr. Sousa, 60 anos, nascido no concelho de Machico, Madeira. Foi para Angola em 1966, com a mãe e irmãos, para se juntarem ao pai, que era pescador e já lá estava. Quando voltou, em Novembro de 1974, já trabalhava com o pai na pesca. Cá, trabalhou na mesma atividade e depois numa empresa de construção. Atualmente encontra-se desempregado.

6 - Sr. Marco, 58 anos, nascido no concelho de Machico, Madeira, foi para Angola em 1962, com a mãe e irmão, através de "*carta de chamada*" do pai, que já lá trabalhava, na pesca. Quando regressou à Madeira, em Setembro de 1975, já trabalhava na pesa. Aqui, manteve-se na mesma profissão que continua a exercer.

7 - D. Matilde, 71 anos, nascida no concelho de Santana, Madeira. Foi para Moçambique no ano de 1968, para se juntar ao marido, que já lá se encontrava a trabalhar. Nunca trabalhou fora e encontra-se atualmente reformada. Regressou em Setembro de 1976.

8 - D. Cláudia, 72 anos, nascida no concelho do Funchal, Madeira. Foi para Angola, para se juntar ao marido, no ano de 1969, e ajudá-lo porque o mesmo estava com dificuldades em estabelecer-se num trabalho. Cláudia trabalhou lá na costura e regressou em Julho de 1975, grávida de sete meses de gémeos (para além das duas filhas pequenas). Atualmente encontra-se reformada.

9 - D. Maria, 70 anos, nascida no concelho de Machico, Madeira. Foi para Angola em 1970, para juntar-se ao marido, que já lá se encontrava a trabalhar como pescador. A mesma não trabalhava, ficando em casa a cuidar dos filhos. Regressou em Janeiro de 1976 e encontra-se reformada.

10 - D. Laura, 57 anos, nascida no concelho do Funchal, Madeira. Foi para Moçambique em 1962, quando tinha 2 anos e lá sempre estudou. Os pais estavam bem, a mãe era enfermeira, o pai polícia e tinham um negócio. Voltou com 15 anos, em Outubro de 1975 e prosseguiu os estudos. A sua profissão atual é a de bióloga.

11 - D. Felismina, 83 anos, nascida no concelho de Machico, Madeira. Foi para Angola em 1954 para Angola, para juntar-se ao marido. Trabalhou em fábricas de peixe e voltou para a Madeira em Outubro de 1975, onde o seu ganha-pão foi a costura. Atualmente está reformada.

12 - D. Lucília, 74 anos, nascida no concelho de Machico, Madeira. Foi, em 1965, para Angola, com intenção de juntar-se às irmãs, que a mandaram chamar. Trabalhou em fábricas de peixe e regressou à Madeira em Outubro de 1975, onde atualmente encontra-se

reformada.

13 - D. Fernanda, 81 anos, nascida no concelho de Machico, Madeira. Foi para Angola em 1966, porque as irmãs que já lá se encontravam e mandaram chamá-la. Trabalhou nas limpezas num consultório médico e regressou em Junho de 1976. Atualmente encontra-se reformada.

14 - D. Sara, de 59 anos, nascida em Lisboa. Foi para Angola com os pais, aos 8 meses de idade, em 1958. O pai era empresário (tinha vários negócios) e a mãe era doméstica. Vieram para a Madeira em Setembro de 1975, porque umas tias que viviam na Região as mandaram chamar (após voltarem para o Continente), dado que ia abrir concurso para professores. Atualmente continua a exercer funções enquanto professora.

4.2.2 "Retornados" nascidos em África

1 - Sr. Nicolau, 56 anos, nascido em Pemba, Moçambique. Veio para a Madeira em Janeiro de 1975, quando tinha 15 anos. Estudava e o pai era empresário em África. Vieram para a Madeira, porque tinham cá família. Continuou a estudar e atualmente tem um pequeno negócio.

2 - Sr. Manuel, 64 anos, nascido em Lourenço Marques, Moçambique. Filho de um administrador¹⁷, veio para a Madeira, em Janeiro de 1977, com 23 anos. Em África era professor e aqui também deu aulas. Depois trabalhou muitos anos num banco e atualmente é gerente de uma empresa. Escolheu a Madeira para viver, sobretudo, porque queria continuar a viver junto ao mar (apesar de também ter alguma família cá).

3 - Sr. Ricardo, 56 anos, nascido em Lourenço Marques, Moçambique, de onde saiu em Outubro de 1974, ainda criança. Estudava, o pai era médico e foram morar para o Continente (Estoril) com o irmão e a madrasta. Só em Maio de 1990 é que vem morar para a Madeira, por motivos de trabalho. Acabou por permanecer na Ilha e atualmente está desempregado.

4 - Sr. Armando, 67 anos, nascido em Benguela, Angola, onde também cumpriu o serviço

¹⁷ Os Administradores tinham amplos poderes com exceção de poder sobre o exército e a igreja, todo mais, poder político, jurídico e judicial era da sua competência.

militar obrigatório (na guerra). Saiu em Outubro de 1975 com 26 anos. Em Angola ajudava o pai, que era pescador, na venda do peixe. Aqui encontrou trabalho como pescador e encontra-se atualmente reformado.

5 - D. Rute, 63 anos, nascida em Quelimane, Moçambique. Filha de um administrador, veio para a Madeira em 1977, com 22 anos. Lá era professora e aqui continuou a lecionar. Atualmente está reformada.

6 - D. Carolina, 56 anos, nascida em Lourenço Marques, Moçambique, de onde saiu com 14 anos, ainda estudava. Foi viver para África do Sul, em Dezembro de 1974, e veio para a Madeira em 1986, porque o marido é madeirense e comprou um apartamento cá. Na Madeira iniciou a profissão de professora que ainda mantém.

7 - D. Manuela, 67 anos, nascida em Malange, Angola. Esta senhora, a única participante neste estudo de cor negra, perdeu a nacionalidade portuguesa, com a nova lei pós 25 de Abril. Contudo, veio para a Madeira em Agosto de 1974, com 24 anos, por ser a terra da família do companheiro. Em Angola era professora, mas cá, as habilitações que trazia não eram suficientes para dar aulas, como tal, fez de tudo um pouco. Atualmente encontra-se reformada.

8 - D. Mariana, 70 anos, nascida em Quelimane, Moçambique. Viveu parte da infância em Timor devido à profissão do pai e aos nove anos veio para a Madeira completar os estudos, visto em Timor o ensino ser só até a 4ª classe. Ficou na Região até aos 17 anos, em casa da avó, depois disso foi para Coimbra tirar a licenciatura. Voltou para Moçambique onde casou e teve filhos. Em Setembro de 1974, com 28 anos regressou à Madeira e começou a dar aulas, profissão que já tinha em Moçambique.

9 - D. Aldora, 93 anos, nascida em Lourenço Marques, Moçambique. Terá saído de lá em 1975/1976, com 52/53 anos, não sabe precisar, de onde seguiu para África do Sul e lá se estabeleceu. O marido trabalhava nas minas, tinha muitos empregados e ela não trabalhava. Mais tarde, com já cerca de 70 anos, veio morar para a Madeira para se juntar aos filhos que vivem cá. Atualmente encontra-se reformada.

4.3 Caracterização sociodemográfica do grupo

Neste trabalho inquirimos 13 mulheres e 10 homens, catorze dessas pessoas nasceram na Madeira (Portugal), nove nasceram em África e uma nasceu em Lisboa, mas foi levada para África ainda bebé (com 8 meses de idade).

Tabela N.º 1

Entrevistados por género

Homens	10
Mulheres	13

Gráfico N.º 1

Entrevistados por género %

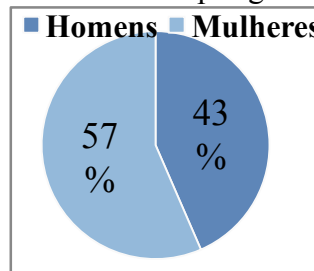


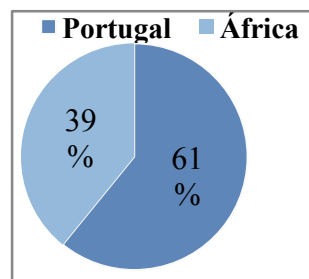
Tabela N.º 2

Entrevistados por naturalidade

Homens	10
Mulheres	13

Gráfico N.º 2

Entrevistados por naturalidade (%)



As pessoas que nasceram em Portugal, emigraram para África maioritariamente nos anos 60 (11 pessoas), apenas duas foram na década de 50 e uma em 1970, conforme podemos constatar pela observação do Quadro Geral de entrevistados (Anexo 3).

As razões que os levaram a emigrar foram sobretudo duas: para trabalhar (ou acompanhar os pais que iam trabalhar, no caso dos menores) ou para se juntar aos maridos, que já lá se encontravam. Vários inquiridos falaram da denominada "*carta de chamada*", que era a forma como os portugueses tinham acesso às colónias Ultramarinas, dizendo um dos inquiridos "*parece incrível que para ir para as províncias era preciso uma carta de chamada, era tão difícil como embarcar para a Austrália ou para a América*" (António / Angola).

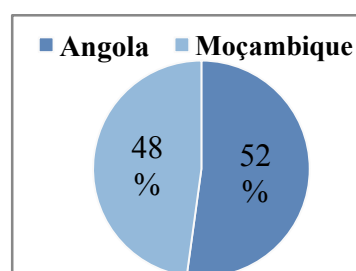
No trabalho de Pena Pires (2003), encontramos referência à carta de chamada onde se explica que “era exigida pela autoridade colonial sempre que não houvesse um contrato de trabalho antes da emigração, responsabilizando-se o autor da carta pela subsistência do novo imigrado” (Pires, 2003: 220). De qualquer forma, a partir de finais dos anos 60 deram-se maiores facilidades à migração (para aquele território) como forma de incentivar o aumento da população branca nas colónias. Frequentemente os homens iam sozinhos, embora casados, chamados por algum familiar ou amigo que se encontrava lá, depois de estabelecido mandava então chamar a mulher e os filhos.

Quanto ao local de residência em África, doze dos nossos inquiridos residiam em Angola, distribuídos pelas seguintes cidades: Benguela, Terra Nova, Baía Farta, Lobito e Malange. Os restantes onze inquiridos viviam em Moçambique, sobretudo na capital Lourenço Marques (atualmente Maputo) donde vieram mais pessoas (sete) e as restantes quatro vieram de Tete, Pemba e Quelimane.

Tabela N.º 3
Entrev. / país de residência em África

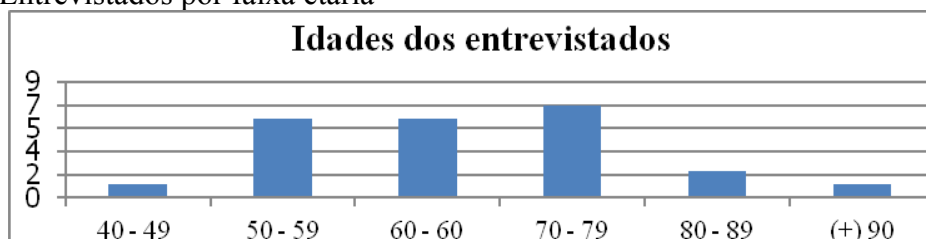
Angola	12
Moçambique	11

Gráfico N.º 3
Entrev. por país de residência (%)



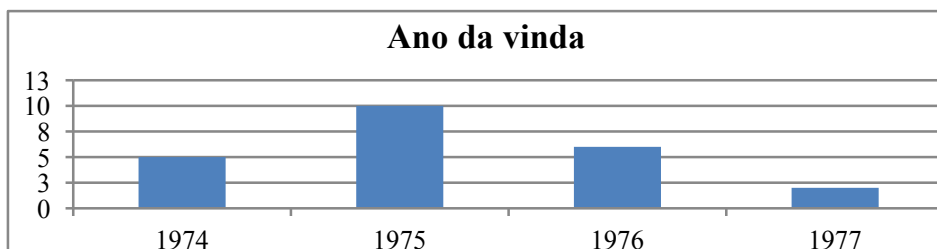
Relativamente às idades dos inquiridos, a média de idades das pessoas situa-se entre os 50 e 79 anos, sendo o grupo etário com maior número de pessoas o que medeia os 70-79 anos, no total de dez pessoas.

Gráfico N.º 4
Entrevistados por faixa etária



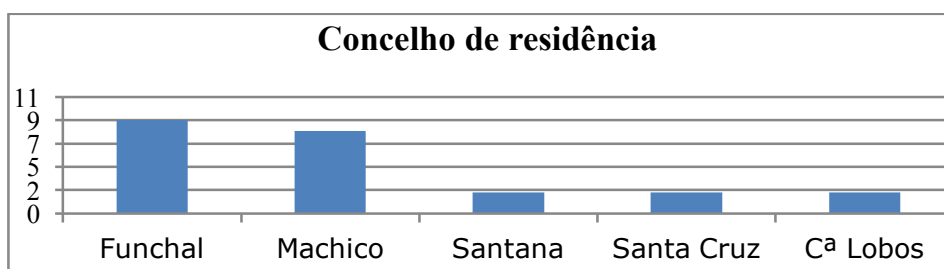
Em relação ao ano do retorno a Portugal, verificamos que a maioria dos inquiridos (perto de 50%) havia saído de África no ano de 1975.

Gráfico N.º 5
Ano da vinda para Portugal



Atualmente, estes inquiridos estão distribuídos por cinco concelhos da Ilha da Madeira, onde maioritariamente residem no Funchal (nove pessoas), facto que não é de estranhar visto ser o Funchal a capital da Madeira e o concelho mais populoso também. De seguida, temos oito inquiridos que vivem no concelho de Machico, por fim, temos dois inquiridos em cada um dos seguintes concelhos: Santana, Santa Cruz e Câmara de Lobos.

Gráfico N.º 6
Distribuição geográfica na Madeira

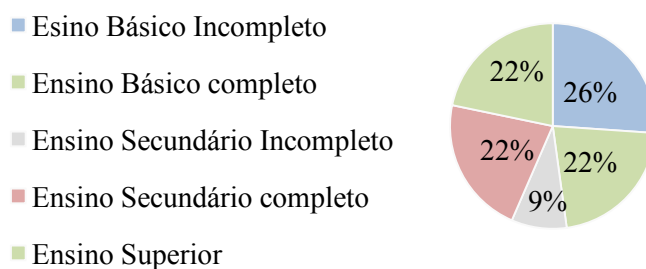


Relativamente às habilitações literárias, é possível constatar que todos os inquiridos frequentaram a escola, sendo que seis dessas pessoas não chegaram a concluir o ensino básico, tendo outras cinco completado esse nível de escolaridade. Duas frequentaram o ensino secundário, tendo uma delas ficado com o 5º ano e outra com o 9º ano, outras cinco pessoas concluíram o ensino secundário. Por fim quatro pessoas possuem licenciatura e uma

outra tem o 3º ano de licenciatura, equivalente, na altura, a um bacharel. Acresce referir que entre o grupo de cinco pessoas que frequentaram o ensino superior, quatro são de Moçambique.

Gráfico N.º 7

Habilitações literárias dos entrevistados



Quanto às profissões / ocupações dos nossos inquiridos em África, aquando da sua vinda para Portugal, seis pessoas eram estudantes, cinco eram pescadores, quatro professores, três domésticas, duas pessoas trabalhavam em fábricas de conserva de peixe, um era guarda noturno, uma senhora trabalhava nas limpezas e outra na costura.

Verifica-se que, maioritariamente, as pessoas que ficaram a residir no Funchal possuíam maiores habilitações e melhores profissões, tanto em África como na Madeira. Constata-se também que a quase totalidade dessas pessoas são provenientes de Moçambique. Já, o grupo de pessoas que foi residir para o concelho de Machico era formado por famílias de pescadores.

Note-se que a escolha do local de residência, de acordo com a análise dos dados, liga-se a três principais fatores:

- a) Existência de uma rede familiar nesse espaço geográfico - “*Tinha a minha família*”;
- b) Por ser a sua terra de origem - “*Era a minha terra!*”;
- c) Por questões de trabalho.

4.4 Experiência de vida em África

4.4.1 Motivações de saída de Portugal com destino às Províncias Ultramarinas

Pela análise do quadro geral de inquiridos, verifica-se que a maioria das pessoas nascidas na Madeira, emigradas para África, o tinham feito sobretudo no decorrer da década de 60. Isso vai ao encontro das estatísticas, segundo as quais, após o início da guerra colonial existiu uma intensificação da emigração para África, promovida pelo próprio Estado português (Pires, 2003: 194).

Não deixa de ser curiosa essa situação, dado a sua natureza contraditória, pois as pessoas normalmente fogem de países em guerra, procurando segurança noutras localidades, mas estas, pelo contrário, dirigiam-se para aqueles países que já se encontravam em luta armada. Neste caso, conforme veremos, prevaleciam razões políticas para o regime e económicas para as pessoas.

Importa também salientar, que nesses anos 60, os confrontos apenas se faziam na mata e as pessoas não sentiam essa guerra, era como se ela não existisse. Ouvia-se falar, mas parecia que estava muito longe, conforme nos relata a nossa inquirida Mariana, “*a guerra estava ali ao lado, só sabia que existia, sabia das recomendações, dos cuidados*” (Mariana / Moçambique). Isto ajuda a compreender a razão pela qual muitas pessoas (e famílias inteiras) partiram para Angola e Moçambique, naquele período em que o Estado português começou a incentivar a migração para as províncias ultramarinas, precisamente durante o período de guerra, indiferentes aos problemas que já lá existiam. Isto porque, quem lá estava transmitia essa segurança aos que cá estavam de que a guerra era “*na mata*”.

Naquela altura, as colónias portuguesas eram também utilizadas pelo regime de Salazar para enviar deportados políticos, ou seja, pessoas que pelas suas orientações políticas eram consideradas um perigo para o regime vigente. Uma das nossas entrevistadas conta que essa foi a causa do seu pai ter ido para Moçambique, por ser filho de um dissidente:

Por exemplo, eu vou te dizer uma coisa, o meu avô paterno teve metido na revolução de 30 (...) O meu pai com 16 anos, para poder ter emprego e trabalho e não emigrar para outro país teve que ir para Moçambique. Lá estudou, lá se formou, lá coisa e fez a sua vida (...). Porque ele aqui não tinha hipótese nenhuma, porque era filho de um dos opositores ao regime de Salazar, não tinha hipótese nenhuma, nem ele nem os irmãos, o meu tio, o meu tio e as minhas tias foram todos para Moçambique. (Mariana / Moçambique)

Por outro lado, quando era o Estado português a enviar deportados para as Províncias Ultramarinas, de acordo com Mariana, havia uma seletividade de quem se mandava para uma ou outra Região, sendo que, para Moçambique enviavam os mais instruídos:

Os criminosos mais vulgares eram todos enviados, deportados para Angola (...) Moçambique foram sempre deportados para lá pessoas que ou médicos, ou professores, o estrato social dos que por motivos políticos iam para Angola ou iam para Moçambique (...) para Moçambique eram mais elevados. (...). Porque mesmo no estatuto do funcionalismo ultramarino era assim (...) como funcionário do Estado português. Se trabalhasse em Angola recebia tanto, se trabalhasse em Moçambique recebia mais, se trabalhava na Índia recebia tanto, se trabalhava em Timor era tanto, se trabalhava em Macau tanto, se Cabo Verde, cada província (...) os salários eram diferentes. (Mariana / Moçambique)

Essa seletividade por parte do Estado fazia com que a população branca portuguesa a residir em Moçambique tivesse um nível superior de cultura e conhecimento, comparativamente com a de Angola. Isso, explicaria o facto, que se constata no nosso grupo de entrevistados, de que as pessoas vindas de Moçambique têm um nível superior de qualificações, contudo, dado o volume da amostra não nos é possível tirar conclusões a esse respeito.

Novamente em relação aos que emigraram para África, a partir dos anos 60, as respostas dos participantes apontam para motivações de índole económica, como principal fator de atração para aquele destino, que oferecia maiores possibilidades de trabalho e de melhoria da qualidade de vida. Este foi o caso de Sousa que diz “*fui por carta de chamada, o patrão precisava de gente*” (Sousa / Angola) e Martim que diz

“O motivo principal foi como aqui não tínhamos saída senão na agricultura, foi por motivos de trabalho, tava em casa de meu pai com 25 anos depois de vir do quartel, comecei a pensar, meu pai dava-me as indicações de namorar esta ou aquela (...) como eu não era muito forte para cavar, assustava-me ir para casa de um sogro que tinha muitas terras para cavar. O que é que eu fiz, como o governo português deu liberdade para ir para África só com o bilhete de identidade, que queriam aumentar a população branca em África nas colónias, e então eu pensei: bem tá dando esta saída vou experimentar! (Martim / Moçambique)

Verificamos que, durante a década de 60, torna-se frequente o embarque de madeirenses rumo àqueles territórios ultramarinos de Angola e Moçambique. Normalmente iam os homens primeiro que, depois de estabelecidos, mandavam chamar a restante família (mulher e filhos), mas não raras vezes acabavam por chamar também irmãos, pais, tios primos, etc.

Este foi o caso de várias das nossas entrevistadas, foram para África por “*cartas de chamada*” de alguém que já lá estava, geralmente o marido. Foi o caso de Felismina, Matilde, Cláudia

e Maria. Outras duas senhoras foram chamadas por irmãos que também já lá estavam, caso de Lucília e Fernanda. Os restantes, eram ainda crianças e foram com os pais.

Podemos enquadrar o fluxo migratório com destino às Províncias Ultramarinas como sendo do tipo económico, explicado pelas já referidas teorias de repulsão / atração. Nele, para além das oportunidades que existiam em África (fator de atração), na Madeira, pelo contrário, verificava-se um fator de repulsão ligado à pobreza existente na Ilha e a falta de recursos e de oportunidades de emprego. Para além disso, Portugal começou também a facilitar as autorizações para entrada de cidadãos nas colónias portuguesas, promovendo assim a intensificação da migração para aqueles territórios de África: "*O governo português deu liberdade para ir para África só com o bilhete de identidade*" (Martim / Moçambique).

O facto de se permitir o embarque apenas com o bilhete de identidade e a carta de chamada seria uma grande facilidade, comparativamente com o que sucedia em relação a outros destinos (principais locais de acolhimento de emigrantes madeirenses), locais esses que para se conseguir autorização era necessário possuir uma série de requisitos e reunir variada documentação (Nascimento, 2009: 43-44), com todas as implicações daí resultantes sobretudo a nível burocrático e económico.

4.4.2 "*Terra de fartura*" - Adaptação e vida em África

O nosso grupo de entrevistados, vindo de Angola, dedicava-se sobretudo à pesca (maior número de pessoas) onde os homens normalmente eram pescadores e as mulheres, quando não domésticas, eram empregadas também na atividade piscícola em fábricas de conserva de peixe. Nessa atividade (pesca) ninguém teve dificuldade em arranjar trabalho, tendo, estas pessoas, se fixado nas zonas costeiras de Angola: Lobito, Benguela e Baía Farta. Já os que não estavam ligados à pesca, tiveram maior dificuldade em se estabelecer num posto de trabalho e, por isso, alguns tiveram várias ocupações em África.

Em relação aos que vieram de Moçambique, constata-se que eram maioritariamente professores e estudantes (5 estudantes e 3 professores), apenas um dos nossos entrevistados estava empregado noutra profissão, a de guarda noturno, e duas senhoras não trabalhavam fora.

Relativamente à vida em África, constata-se neste estudo que tanto as pessoas que emigraram para aqueles territórios como as nascidas lá, falam da existência de um excelente nível de vida naquelas Províncias Ultramarinas, descrevendo-a (quer em relação a Moçambique quer em relação a Angola) como uma vida muito boa, despreocupada, facilitada e tranquila. Também são descritas por muitos como terras de grande fartura, onde não faltava nada, por várias razões que são reveladas pelos nossos entrevistados: **a)** Primeiro, pelo bom clima (tropical) característico; **b)** Segundo, pela abundância de géneros alimentícios que em Portugal não lhes eram acessíveis (nem em variedade, nem em preço) como a fruta, o peixe e o marisco; **c)** Terceiro, pelo custo de vida que era muito baixo permitindo viver bem e sobrar sempre dinheiro; **d)** Por fim, pelo bom relacionamento existente entre todos, quer brancos quer negros. Alguns exemplos que testemunham esta percepção:

Vida boa, muito, muito boa (...) era uma terra farta! (Maria / Angola)

Na altura era muito boa! Era muito facilitada, a vida em Moçambique era muito facilitada porque havia pessoal doméstico para fazer tudo, não é! A gente não fazia nada!¹⁸ (Carolina / Moçambique)

Lá a carne é que era mais cara, o frango principalmente era das coisas também mais caras, mas havia peixe de fartura, havia mariscos de fartura. Também vivia junto ao litoral e de um modo geral havia muita abertura, quando chegava alguém era logo convidado para a mesa. (Sara / Moçambique)

(...) nunca mais encontro como Angola. Angola tem tudo! Não falta nada naquela terra, bom tempo, calor, chuva não, é bem pouca ou nada (...) andava sempre de calções (...) (Sousa / Angola)

Muito boa, muito boa mesmo, uma vida saudável, ganhávamos pouco, mas o pouco¹⁹, o custo de vida era muito barato na altura, e esse pouco dava muito bem para a vida e ainda ficava (...). Comecei a trabalhar depois da descola e com eu dezasseis anos, ainda não tinha feito dezassete, já tinha dinheiro para comprar mota. (Marco / Angola)

Fabulosa, era muito boa (...) foi com muita pena que eu deixei Moçambique! (Aldora / Moçambique)

Nós tínhamos tudo, tudo o que possa imaginar, aos 10 anos eu tinha um avião a gasolina²⁰, (...)

¹⁸É necessário esclarecer que a situação aqui descrita é relatada por vários dos nossos entrevistados de Moçambique, não se verificando o mesmo em relação àqueles que vieram de Angola. Neste caso concreto trata-se de uma família de classe social elevada, a inquirida já nascida em Moçambique era filha de um empresário das minas. O avô era diretor dos caminhos de ferro tendo também sido presidente da Câmara em Lourenço Marques, pessoa muito prestigiada naquele território tinha, inclusivamente, muita coisa com o seu nome (1 ponte, 1 vila, 1 rua) e foi o fundador das linhas aéreas de Moçambique.

¹⁹Na pesca

²⁰Aqui temos mais um exemplo de alguém que veio de Moçambique e que tinha um nível elevado de vida. Filho de um conceituado médico em Lourenço Marques.

Penso que devo ter sido, fui primeira criança de Lourenço Marques que teve um carro telecomandado, isto nos anos 70, 69, pá sei que veio de África do Sul porque nem havia em Moçambique. Esses brinquedos fora de série só havia em África do Sul. (Ricardo / Moçambique)

Por sua vez, Maria falou também das vantagens de viver lá porque "*a vida era muito boa, era uma terra farta, não faltava nada*" (Maria / Angola) e de não precisar de trabalhar, ficando apenas a cuidar dos filhos porque o que o marido ganhava permitia-lhes viver bem. Contudo, deixa um desabafo "*não há como a nossa terra*" (Maria / Angola), aludindo ao facto de se ter habituado àquela vida, mas ter sempre prevalecido uma ligação especial com a sua terra natal.

Outras pessoas tiveram um pouco mais de dificuldade no período inicial de adaptação a África, como Cláudia que disse "*sofremos um bocado porque ele [marido] nunca acertava num trabalho*" ou Martim que diz que no início se sentia só, porque não conhecia ninguém, tendo um pouco de dificuldade nesse aspeto e em encontrar trabalho. Também Fernanda passou pelas suas dificuldades "*eu sofri muito em Angola, muito, eu não era capaz de me habituar àquela terra, eu não era mesmo!*". A inadaptação desta última foi também resultante do seu trabalho ser distante de casa e, por isso, ter de deixar os filhos ainda pequenos ao cuidado dos mais velhos. Isso custou-lhe muito e não lhe permitia sossegar dizendo "*coisas boas eu não tive, amargas sim tive muitas*" (Fernanda / Angola). De acordo com Fernanda, antes de emigrar para África, o dinheiro era pouco (seu único sustento era o bordado e o rendimento do marido na pesca) mas sentia-se tranquila e vivia em paz, porque tinha os filhos junto de si e podia olhar por eles, situação que se alterou em Angola.

4.4.3 Relações interpessoais em África

Questionados sobre os relacionamentos interpessoais, os participantes (maioritariamente) falam da existência de uma amizade muito presente entre os vizinhos brancos nos bairros. Falam da existência de uma maior empatia e partilha entre todos, com frequentes jantares e convívios nas casas uns dos outros:

Os vizinhos também se davam normalmente muito bem e conviviam muito porque como estavam afastados da sua família, da família consanguínea, e longe da sua terra (...) a família lá eram as pessoas que estavam ali à volta, os amigos, os vizinhos e havia uma convivência muito salutar nesse sentido. Fazíamos muitos piqueniques (...) tínhamos o jipe e faziam caçadas, as pessoas convidavam para ir à caça, para fazer piqueniques e isso era muito frequente, muito frequente!

(Sara / Moçambique)

Eu posso lhe dizer, não há! Ainda hoje tenho saudades da vida de lá, não pelo viver bem, vivíamos muito bem, evidentemente, mas independentemente do viver bem, pelo, pela relação entre as pessoas. Não tem nada a ver em relação aqui! (...) o viver bem não significa ter-se dinheiro (...) o viver bem é estarmos bem com todos, inclusive com os próprios naturais de lá.
(Manuel / Moçambique)

Relativamente ao relacionamento com a população negra, não conseguimos detetar qualquer diferença entre as pessoas que emigraram para África (entre os anos 50 e 70) e as pessoas que já nasceram lá e cresceram conjuntamente com a população local. Todos, sem exceção, manifestaram o bom relacionamento existente entre ambas as "*raças*", apesar dos receios infundados de uma das nossas inquiridas que quando questionada acerca de como havia sido a sua adaptação nos disse:

Quando cheguei lá chorei muito, tinha medo dos pretos, ai, tinha pavor! É verdade, acredite que eu tinha um pavor de sair da porta para a rua, de ver tanto negro (...) o medo era meu, eles de mim não tinham medo! (...) eu chorava que fazia, eu fazia poças no chão das minhas lágrimas (...) sofri muito em Angola, estranhei muito! (Fernanda / Angola).

Estranhou bastante e durante muito tempo chorava, nunca se sentindo verdadeiramente ambientada. No entanto, não atribui esse facto a qualquer tipo de problema ou mau relacionamento entre ambas as "*raças*", admitindo sim como sendo um problema seu apesar de não se considerar racista (palavras da própria). Chegou mesmo a ser convidada para madrinha de algumas crianças de "*raça*" negra, tendo "*uns poucos de afilhados*", porque, entretanto, foi se acostumando e a sua dificuldade, por conseguinte, foi diminuindo.

Já Sara, tinha ido para Moçambique ainda bebé e para ela não havia qualquer problema:

Eu sempre tive grande carinho pelas pessoas pronto (...) nós tínhamos os empregados, tinha um criadito, tinha a rapariga que lavava a roupa, que eram as pessoas mais próximas, e que sempre os meus pais me ensinaram a respeitar e eram considerados como pessoas de família, pelo menos na minha casa era assim! (Sara / Moçambique)

Outros relatos:

Por acaso, não tenho nada a dizer daquela gente, não tenho maldizer daquela gente. (Sousa / Angola)

Muito bem, os portugueses relacionavam-se muito bem com aquela gente, convivíamos uns com os outros (...) fazíamos, portanto, chamadas patuscadas, eles connosco, nós com eles, íamos aos bailes em conjunto, não havia dificuldade (...) passávamos tardes a jogar às cartas. (António / Angola)

A relação com aquela gente era muito boa (Marco / Angola)

Sabe que nós tivemos uma boa relação em tudo, muito amigável com a gente de lá, os negros, de maneira que não tivemos problema absolutamente nenhum! (Aldora / Moçambique)

Era muito fácil, eu tinha muitas amigas negras. Cresci com elas, portanto para mim não era nada de especial, quer dizer eram pessoas como as outras, não é! E na minha turma havia negros (...) o convívio era normal, não havia problemas nenhuns. (Laura / Moçambique)

Ainda dentro desta dimensão, quisemos aferir a existência ou não de convívios entre brancos e negros, catorze pessoas responderam que sim, que costumavam conviver com a população local negra e nove pessoas disseram que não tinham convívios com aquela população. É necessário esclarecer que, atendendo aos relatos recolhidos, a existência de convívios com a população negra derivava de questões de proximidade, onde se destaca as existentes entre colegas de trabalho ou de escola e entre vizinhos, e não propriamente da existência de quaisquer tipos de programas feitos com intenção de juntar ambos os grupos (brancos / negros). Como Laura refere "*o convívio era normal, não havia problemas nenhuns (...) estudávamos juntas às vezes*" e Nicolau que disse "*normalmente era na escola (...) não tinha idade ainda de andar solto*" ou Carlos "*eu andava a pescar com eles, trabalhava com eles e tudo (...) às vezes ia-se para a dança e tudo*"

Alguns dos inquiridos que responderam não conviver com a população negra justificam o facto por não ter tempo livre, que trabalhavam muito ou que o tempo livre era passado a cuidar dos filhos e da casa e que, por isso, os convívios não existiam nem em relação à população negra nem, igualmente, em relação à população branca.

Também é referido por algumas pessoas que o bom relacionamento que os negros tinham para com os brancos se perdeu após o 25 de Abril, como o relato de Martim vindo de Lourenço Marques: "*depois disso as coisas mudaram e então começou a haver perseguição aos brancos, não pelos vizinhos [negros de lá do seu bairro] mas por grupos que vinham de outras zonas mais do Norte*" (Martim / Moçambique). Também Cláudia refere que, logo no dia seguinte ao 25 de Abril em Portugal, teve pela primeira vez um tratamento diferente no autocarro que apanhou para o trabalho, onde normalmente os negros se levantavam para a deixar sentar (por estar grávida), em vez disso houve uma pessoa que a olhou e disse em voz alta "*Vai para a tua terra, sai daqui (...) tudo o que é de vocês vai ser tudo nosso*" (Cláudia / Angola). Explica-nos Cláudia, que isso derivou de uma campanha divulgada por aquela

altura "o Agostinho Neto mentalizou aquele poder popular que ele tinha lá nas matas, mentalizou a casa do branco é tua, a mulher do branco é tua, o carro é teu, tudo era deles!" (Cláudia / Angola). Carlos teve uma experiência similar, recordando que que começou a "ouvir bocas", pela primeira vez, após o 25 de Abril:

Por exemplo, tu ias a um lugar, eles viam que era branco e diziam assim "vai para a tua terra, que isto aqui que é nosso" (...), mas eu vou te dizer uma coisa, eu era uma criança, nunca, nunca tive assim ninguém que me maltratasse, tás a perceber?! Nunca! Nem de raça africana, não! Mas a gente ouvia histórias de pessoas que tinham feito isto, ou tinham feito aquilo. (Carlos / Moçambique)

Apesar de terem ocorrido de facto estas situações, há também quem recorde o bom relacionamento existente com aquela população até ao último minuto, normalmente pessoas mais chegadas como os empregados, por exemplo:

Os naturais de lá, naqueles dois anos que nós vivemos, eles já tinham saudades dos portugueses (...) tinha um empregado que dizia-me "menina, menina leva o Alberto, menina leva o Alberto!" (Rute / Moçambique)

(...) lembro-me de quando a minha mãe ia-me por ao aero, ao aeroporto para vir embora, aquela preta de que eu te falei, a dona, a Maria, ela, ela chorou bastante e ela, eu lembro-me de ela dizer que não sabia o que ia ser dela se nós viéssemos embora. (Carlos / Moçambique)

4.4.4 Vivências em ambiente de guerra e o pós-independência

4.4.4.1 Experiência de quem vivia em Angola

Nesta parte das entrevistas, era muito importante se perceber se os participantes inquiridos haviam presenciado situações de guerra e que efeito isso poderá ter tido nas suas vidas.

Assim, relativamente à questão: viveu ou presenciou naquele país situações de guerra? Apenas três dos nossos inquiridos dizem não ter presenciados situações de conflito e/ou guerra, que segundo a maioria iniciaram-se logo após ter-se dado o 25 de Abril em Portugal,

Depois do golpe de Estado cá em Portugal, os militantes, que nós chamávamos terroristas, que eram, eram tropas dos partidos que andavam (...) que era o MPLA, a UNITA e o FNLA (...) quando aconteceu o 25 de Abril houve uma autorização do nosso Governo, ou dos nossos políticos (...) para eles, para essa gente estar fardados e andar dentro das cidades. Que eles não estavam dentro das cidades, o que é que eles fizeram: dentro das cidades eles puseram quartéis (...) eles não andavam por aqui, andavam dentro da mata escondidos dentro das cidades não andavam porque tínhamos a nossa tropa (...) começou a confusão porque eles queriam quanto mais gente militar melhor! (...) Por vezes obrigavam qualquer um a vestir uma farda e uma metralhadora, sem saber trabalhar com uma metralhadora, até crianças eles tiveram e é claro que essa gente não sabia trabalhar, por vezes disparava à toa, e quando ouvia um tiro também se fazia de cowboy, disparava. Não faltava balas, estavam cheios de cintos com balas (...) disparar à toa,

não tinham um objetivo, era como dizer: estou aqui presente, queres ouvir, eu disparo para tu ouvires que eu estou aqui. (Marco / Angola).

Também Maria diz que, após essa data, começaram de imediato troca de tiros em Benguela (Angola), que se ouviam em Baía Farta onde ela morava. Inclusivamente, muitas vezes, teve de fugir com a sua família para o alto mar (de barco), até que as coisas em terra se acalmassem. De igual forma, relata Sara:

Após o 25 de Abril (...) dentro das cidades estávamos sempre protegidos, a guerrilha estava no mato, no mato mesmo, não estava dentro das cidades! A partir do momento em que permitiram, e foi realmente o Governo aqui, não é! Permitiu que os movimentos de libertação, que eram três, em Angola eram três, que entrassem dentro das cidades, eles entraram dentro das cidades e entraram armados! Pronto, estavam habituados a viver no mato e a ter o conflito no mato, e como eles não se entendiam, a guerrilha acabou por dentro das cidades, daquilo que eu presenciei, não era propriamente com os civis, era muito entre eles, entre o MPLA, a UNITA e a FNLA (...) alugaram casas, penso que eram alugadas e formaram as delegações (...) e depois como não se entendiam começaram a guerrear-se dentro das cidades. (Sara / Angola)

Assim sendo, quando os nossos entrevistados dizem que os problemas em África só começaram com o 25 de Abril de 1974, na verdade, estão a referir-se à sua situação em particular e da maioria branca ali residente, decorrente do facto desta população se concentrar dentro das grandes cidades costeiras que, até então, estavam protegidas pelas tropas portuguesas. De facto, apesar da guerra já durar há 13 anos, as pessoas do meio urbano não a sentiam no seu dia a dia. O mesmo já não se pode dizer em relação à população residente no interior, nas vilas e sanzalas, população essa maioritariamente negra.

O testemunho de Manuela, que vivia numa aldeia do interior na província de Malange, por motivo de trabalho²¹ é esclarecedor. Ela descreve que muito antes do 25 de Abril já havia em Angola, para além da guerra, aquilo a que denominou de terrorismo “*na altura onde eu estava havia raptos, a UNITA raptava as pessoas (...) tinha o próprio quartel dentro de Angola e levava as pessoas para lá (...)*” (Manuela / Angola). Por esse motivo, as estradas eram muito perigosas, sendo que, as pessoas para passar em determinadas zonas eram acompanhadas pelas tropas portuguesas (que formavam uma coluna militar).

Com a sua afirmação acerca dos raptos nas estradas perguntamos: raptavam brancos? Ao que ela respondeu com convicção “*não, não! Tá muito enganada, não raptavam os brancos*”

²¹Trabalhava em alfabetização, ou seja, ensinava as crianças negras em zonas onde não havia escolas (esta ação era levada a cabo normalmente pelas missões e igrejas).

e se calhasse a raptar um branco era um ou outro (...) a UNITA tinha o próprio quartel dentro de Angola e levava as pessoas para lá (...) foi sempre assim até 74” (Manuela / Angola).

De acordo com esta inquirida, aquele movimento de libertação raptava jovens negros para dar treino militar e pô-los a participar na guerra, e nas lutas contra os outros movimentos, e raptava também mulheres para se servirem delas (como criadas ou para se tornarem suas mulheres) e isso era do conhecimento da população em geral que vivia com medo. Explica também que aqueles movimentos, que se autodenominavam como libertadores de Angola, *"mais depressa nos matavam, nós negros²² que não aceitássemos o regime deles do que um português, exatamente, se bem que houve portugueses que foram mortos, eu não digo que não, mas muito mais angolanos"* (Manuela / Angola).

Relata, a título de exemplo, que no próprio dia em que se deu o golpe de Estado em Portugal a coluna militar onde ela seguia, juntamente com mais pessoas, foi atacada com granadas, provocando a explosão de dois veículos militares (os últimos da coluna). Acrescenta ainda que viveu a sua infância já em clima de guerra e opressão e passou por momentos dramáticos:

Eu via o meu pai a ouvir o rádio assim, não podíamos ter rádios, o rádio tinha de ser ouvido às escondidas (...) se chegassem lá a fazer uma vistoria e que tivéssemos um rádio, aí Jesus, aquilo já era um perigo! (...) chegou um dia que vieram buscar o meu pai (...) foi preso, e depois ele foi transferido para Luanda, e estive 3 anos (...) três anos e meio preso. (...) nós ficamos em casa, ficamos aí, todos os dias tínhamos de dormir no mato, porque não podíamos dormir em casa (...). Um dia houve muitos bombardeamentos na zona onde nós estávamos, éramos miúdas (...) tinha uns dez anos e nessa mesma noite vieram queimar a nossa casa, quer dizer a missão toda foi queimada! (...) nós ali escondidos, a ver eles de armas e pegaram fogo, nem se preocuparam se estava alguém a dormir ali, pegaram fogo à igreja, pegaram fogo às casas, à escola, arderam com tudo (...)! (Manuela / Angola)

O pai de Manuela foi levado por membros da PIDE, os motivos da detenção, segundo ela, foram de índole política pois qualquer pessoa mais informada era considerada uma ameaça para o Estado português. Todas estas situações que viveu, o clima de medo e insegurança que se vivia no dia a dia, fê-la sofrer muito, ainda mais porque era pequena e não entendia o

²²Esta entrevistada é de cor negra (a única do nosso grupo de entrevistados). Em virtude disso narra situações que parecem ser alheias aos demais entrevistados e um dos principais motivos é que a maioria branca vivia em zonas onde havia a proteção das forças armadas portuguesas.

que se passava.

Já de acordo com o relato de Sara, uns antigos empregados domésticos (negros) da sua casa que normalmente iam visitá-las (a ela e à mãe), começaram a avisar de que o que os partidos diziam aos negros, quando iam fazer comícios para as sanzalas²³, falando no dialeto utilizado nesse meio rural, não era o mesmo que diziam nas cidades quando falavam em português:

Falavam o dialeto ali do Sul e falavam também em português, entretanto antigos empregados de lá de casa (...) eles é que chamaram a atenção que a minha mãe não queria vir embora! Não queria vir embora! E eles disseram *senhora aquilo que os partidos dizem em português não é o mesmo que dizem em umbundo (...) foge com a menina porque eles dizem mata branco, mata branco em umbundo*. (Sara / Angola)

Por outro lado, essas mesmas pessoas que as avisavam, que o clima não era propício a que elas se mantivessem no país, também transmitiam uma grande apreensão pelo facto dos brancos irem embora porque, segundo ela, tinham noção de que existiam muitas divergências entre os três movimentos e que enquanto lá estivessem os portugueses as tensões se iam controlando, mas que logo que estes se fossem embora as coisas iriam piorar para a população local.

Sara chegou a fugir dos tiroteios trocados entre os movimentos de libertação, perpetuados normalmente durante a noite. Ela e a mãe fugiam para a ponta da restinga²⁴ de Lobito, o sítio onde estavam mais protegidos, porque "*passava*" na rádio que as pessoas podiam se refugiar lá, pois a tropa portuguesa controlava a restinga e os havia de proteger. As pessoas que lá viviam abriam as portas e todos "*se amanhavam como podiam até as coisas acalmarem e poderem voltar para casa, por vezes durante semanas*" (Sara / Moçambique).

A experiência de Marco foi igualmente marcada pelo conflito. Conta que houve um dia em que ia de carro fugido (com o sogro) em direção ao cais, para se abrigarem no barco de pesca (eram pescadores), pois havia tiroteios na cidade. Pelo caminho encontraram dois portugueses feridos a pedir ajuda, pararam para socorrê-los, levando-os para o hospital,

Nós a chegarmos lá, com os quatro piscas ligados, tava lá dois militantes, tava mais, mas só na

²³Sanzalas – povoações onde vivia a população negra, geralmente em cubatas (casa típica africana).

²⁴Restinga: manga que entra pelo mar dentro. A restinga no Lobito, Angola, tem uma grande avenida no meio e grandes vivendas em ambos os lados. Era uma zona luxuosa nos anos 70.

porta tava dois, e começaram a disparar para nós, era do MPLA (...). Ou seja, o hospital já tava dominado pelo MPLA (...) porque o carro, são tão, na altura eram tão brutos, porque o carro era amarelo e o amarelo não era da cor do partido deles (...) mas conseguimos chegar ao hospital (...). Os médicos tinham desaparecido, tudo o que era pessoas de, com grandes trabalhos, já tinham desaparecido. O que é que existia dentro do hospital: algum enfermeiro e algum, alguma pessoa de limpeza que lá estava (...) tudo negros já, o branco fugiu tudo. (Marco/ Angola)

Igualmente, Fernanda, também em Angola, teve de fugir com os seus quatro filhos para a praia "*debaixo de tiros*" e, já dentro do barco, viu a execução de uma pessoa de cor negra, que se escondia entre os barcos procurando fugir a uma perseguição. Um testemunho que nunca mais, diz ela, conseguiu esquecer. Outra coisa que a afetou, foi o facto de tornar-se relativamente frequente ver passar carros cheios de indivíduos, como ela diz, "*armados até aos dentes*" e que, sem mais nem menos, apontavam as armas às pessoas de forma ameaçadora.

No seu testemunho, Cláudia refere que após aquela data viu muita coisa (e teve conhecimento de muitas atrocidades), inclusivamente, assistiu a algo que diz nunca esquecerá:

Estava eu na boutique (...) ela [colega de trabalho negra] chamou-me à varanda "*ó menina anda ver o que vai aqui!*" Eu disse o que foi? E quando a gente vê aquelas tropas, já, já tinham entrado pela cidade de Luanda dentro em 75! Já eles, aquelas armas a abater (...) houve um combate na cidade, chamava-se a Maria da Fonte, tava assim uns tropas, eles vieram pelas costas tiraram a cabeça do nosso tropa, cortaram com aquela catana e depois começaram a ferir uns poucos (...) quando ela chama-me "*ó menina, ó menina venha cá*" e a gente vê, nunca me esquece de ver um tropa vir, um vinha com a cabeça dele (...) aquilo custou-me a ver! (Cláudia / Angola)

José, por sua vez, chegou a ver invadida a sua casa por duas ou três vezes, não lhes fizeram mal (nem a si nem à sua mulher), todavia, metiam-lhes medo ameaçando "*Angola é nossa*" (José / Angola).

Assim, no geral, as pessoas vindas de Angola referem ter presenciado sobretudo tiroteios, normalmente perpetuados entre indivíduos de diferentes facções, o MPLA, a UNITA e o FNLA, numa luta pelo poder. Estes problemas, dizem, surgem após a permissão do Estado português para que esses movimentos entrem nas cidades. Com isso, eles tomam conta de prédios onde instalaram as suas sedes e delegações. A esse respeito, conforme já vimos anteriormente, com o Acordo de Alvor, a 15 de Janeiro de 1975, foi negociada a independência de Angola que é agendada para 11 de Novembro desse ano. No entanto, não

obstante a assinatura do o acordo, na prática verificou-se que aqueles grupos não estavam dispostos a ultrapassar as suas divergências políticas, nem tão pouco a dividir entre si a governação de Angola. Assim, os conflitos e violência entre os vários movimentos intensificaram-se e a população assistia impotente ao que ali se passava "*a parede da casa ficou toda furada das balas*" (Felismina / Angola).

4.4.4.2 Experiência de quem vivia em Moçambique

Quanto às pessoas vindas de Moçambique, a maioria diz ter assistido a tiroteios (que eram frequentes nas estradas), alguns presenciaram mesmo assassinatos e o incendiar de carros com pessoas lá dentro.

Laura, por exemplo, conta que via do prédio onde morava as pessoas a correr e por vezes a se esconder dentro do seu prédio relatando:

O prédio era alto e conseguíamos ver o que é que se passava ao longe e lembro-me de ver ao pé da praça de touros, havia tropas e havia movimento de pessoas a fugir (...) inclusivamente houve um dia que eu tava na varanda com as minhas irmãs e em baixo havia um café no prédio e parou um carro de caixa aberta com corpos, corpos dentro! (Laura / Moçambique)

Já Nicolau presenciou tiroteios, viu pessoas a ser queimadas na estrada e chegou a se refugiar, conjuntamente com a sua família, na casa de um tio. Conta este entrevistado um episódio que se passou com ele, tinha apenas 15 anos, quando na estrada um membro da FRELIMO lhe encostou uma arma à barriga apenas por causa das suas botas. De acordo com este inquirido "*eles implicavam por coisas mínimas e por muito pouco matavam*" (Nicolau / Moçambique). Dessa vez diz que teve muito medo, pânico mesmo, porque pensava que ia ser morto à frente dos seus familiares. O seu instinto foi tentar tirar as botas, mas o tal indivíduo não deixou, avisando-o que não o queria ver mais com elas.

Uma prática que se tornou rotineira nas estradas após o 25 de Abril, segundo os depoimentos recolhidos, efetivamente, foi a presença de membros da FRELIMO nas estradas a ameaçar a população. Nicolau diz-nos que esses indivíduos perguntavam através de gestos (fazendo o sinal com os dedos) um ou dois? No início as pessoas não percebiam o que aquele sinal queria dizer e faziam o sinal de dois, pensando que o que eles queriam era o gesto de vitória, mas não era isso! O que eles afinal pretendiam saber era se as pessoas queriam um governo

de um ou dois partidos, não aceitando a resposta de quem fazia o gesto com dois dedos. Diz Nicolau que se cometeram atrocidades só por isso, como pessoas que foram queimadas na estrada por esse facto, que afirma ele próprio ter visto:

Houve combates, houve tiroteios e houve pessoas mortas na cidade (...). Um tio meu telefonou ao meu pai e pediu, pediu para a gente irmos para a casa dele que era mais seguro! (...) foi isso que fizemos, atravessamos essa estrada e vi de facto pessoas a serem queimadas (...) e lembro-me de quando chegamos à parte final e lembro-me de ver o meu pai a chorar (...) chocou-me mais por ver o meu pai a chorar e ver aquelas cenas e eu como miúdo agarrado a ele! (Nelson / Moçambique)

Por seu turno, Carolina viveu também momentos de pânico, durante o ano de 1974, tendo chegado a fugir de Lourenço Marques (Moçambique) debaixo de fogo.

Quando eles invadiram Lourenço Marques, vieram do Norte e invadiram, e aí rebentaram com tudo, vieram armados (...) queimavam pessoas dentro do carro e tudo! Quer dizer, não foi fácil não é! Nós saímos do sítio que nós vivíamos (...) ao pé do Rádio Clube e a primeira coisa que foi atacada foi o Rádio Clube, não é! E era através do rádio que eles se comunicavam entre eles (...) o meu tio veio nos buscar, a mim, à minha irmã, ao meu irmão e aos meus avós (...) levaram-nos debaixo de fogo! (Carolina / Moçambique)

Afirmou ainda que uma tia sua foi violada na estrada, por negros, à frente do marido e dos filhos. O seu pai também foi levado por membros da FRELIMO. Nesse dia, de acordo com o seu relato, levaram todos os brancos que estavam na casa, mas posteriormente soltaram-nos. Ela própria chegou a ter uma espingarda apontada à cara quando regressava do ténis para casa (porque estava de saia curta) e, noutra ocasião, à saída do cinema, conjuntamente com os seus colegas, foram ameaçados por homens armados que lhes apontaram armas.

Matilde, é outra pessoa que relata o clima de medo que pairava no ar em Moçambique, devido às ameaças e pressão psicológica que era exercida sobre os brancos quando os negros "*olhavam para a gente e faziam assim, a dizer que iam cortar o pescoço*" (Matilde / Moçambique).

Outro dos nossos entrevistados, Martim, viveu na pele a situação dos raptos uma vez que foi vítima de uma emboscada na estrada. Foi sequestrado, conjuntamente com um seu familiar, tendo sido maltratados e abandonados no mato, amarrados a uma árvore. Conseguiram libertar-se das cordas que os prendiam e foram a pé, até encontrar uma estrada, onde conseguiram que um taxista parasse para os ajudar. Esse foi para ele um momento de

viragem, o atingir do limite, momento em que decidiu ir ao consulado pedir ajuda "*com as lágrimas a me escorrer pela cara abaixo*", para que arranjassem um voo (para ele e a sua família) alegando o sequestro que sofreu e a probabilidade de vir a ser preso. O consulado conseguiu incluí-lo, conjuntamente com a sua família, num voo destinado a casos urgentes (doentes, prisioneiros) 10 dias após o seu pedido.

Quanto a Manuel, conta que o pai era administrador e viviam sempre em zonas denominadas de "100%", isto é, classificadas como as mais perigosas. Numa dada ocasião foram atacados por morteiros, no posto onde viviam, fugiram para os abrigos subterrâneos ali existentes. Este inquirido, apesar de ter vivido em Cabo Delgado, que era uma zona de guerra, nunca deixou de ir à caça e diz nunca ter tido problemas (nem sentido medo), talvez por ter já crescido naquele ambiente hostil que, segundo o próprio, encarava com naturalidade.

Acredita Manuel que os "*guerrilheiros*" não lhe queriam fazer mal e que as estradas, apesar de tudo, eram mais perigosas, sobretudo devido às muitas minas lá colocadas. Por isso, sempre que tinham necessidade de sair da sua zona, faziam-se acompanhar de um carro do exército com militares à frente a "*picar*" as estradas procurando detetar minas para desarmá-las. No entanto, diz, também aconteciam muitos acidentes que derivavam do facto de muitos dos militares portugueses não terem a devida preparação para a guerra, embora fossem todos considerados estatisticamente como mortes em combate. Igualmente, Rute falou também de acidentes provocados por meros descuidos e inexperiência:

Não tinham as precauções, não conheciam o terreno, não conheciam as características da guerra em si e eram alvos fáceis (...) por isso facilitavam acidentes, muitos acidentes de viação, do género de se sentarem, por exemplo, num canto de um jipe e o jipe ter de travar e caírem por terra e morrerem! (Rute / Moçambique)

Analisando os relatos obtidos, constata-se que em Moçambique existiram várias mortes de civis por membros da FRELIMO, mas houve também muitas ações que tinham como único propósito assustar os brancos provocando a sua fuga daquele território. Consequentemente, o pânico estava instalado e é isso que os participantes deste estudo dizem ter sentido.

Um evento marcante para quem vivia em Moçambique foi o 7 de Setembro que, conforme já vimos, resultou em muitas mortes sendo descrito por Ricardo, como uma tentativa de golpe de Estado, levado a cabo por moçambicanos (brancos e negros, mas sobretudo brancos), que se revoltaram contra o facto de Portugal ter entregue aquele território à

FRELIMO sem auscultar a população. Nesse dia, fruto dessa revolta, morreram muitas pessoas de ambas as partes.

Rute, uma das pessoas que faz referência àquela data, diz:

Guerra aberta eu nunca presenciei, a não ser depois (...) em que houve uma alteração entre comandos portugueses e negros, e então os negros avançaram todos sobre a cidade (...) e aí a situação teve bastante feia (...) foi um incidente que aconteceu na baixa da capital e depois tomou proporções gigantescas (...) e houve uma marcha de todos os negros da periferia em que pronto mataram, mutilaram, fizeram tudo, destruíram, partiram tudo! (Rute / Moçambique)

Nesse dia, diz esta entrevistada, em resultado dos acontecimentos teve de se refugiar numa zona mais central da cidade porque, na periferia, os brancos foram forçados a fugir.

Para além destes episódios, diretamente relacionados com o conflito existente, para quem ficou depois da independência surgiram novas regras que não agradaram à maioria da população branca. Uma delas tinha a ver com as obrigações comunitárias a serem cumpridas.

De acordo com Rute, uma vez por semana (aos sábados, no caso dela) havia atividades em prol da comunidade e ela tinha que colaborar na machamba coletiva (cultivo da terra) e na limpeza das casas de banho da sua escola. Já Manuel, tinha também aos sábados a horta da escola para cuidar (a partir da independência criou-se a ideia das escolas se tornarem autossuficientes) e lá plantavam de tudo um pouco e tratavam de galinhas. Os alunos tinham também a obrigação de ajudar nessas tarefas.

Outra situação que muito incomodou Rute foi esta:

O regime pediu auxílio às tropas (...) dos países vizinhos, e tínhamos miúdos de 14 / 15 anos com Kalashnikovs na mão e quer dizer! Vimos que não havia condições de segurança para, para estarmos lá. Nós íamos a um cinema e estávamos habituados, eramos jovens, tínhamos 20 anos (...) saímos do cinema e estávamos todos cercados "*bilhete de identidade!*" na altura (...) quem não tivesse levado o bilhete de identidade era preso e ia para paradeiro incerto. (Rute / Moçambique)

A situação antes descrita deriva do facto da FRELIMO ter tido, na guerra pela independência, o apoio de países vizinhos como por exemplo a Tanzânia e o Malawi (Garcia, 2001: 94) que lhes dava formação política e treino militar. De acordo com Manuel, esses países que apoiaram aquela frente de libertação, após o acordo de Lusaca, mobilizaram jovens para passar a imagem de que a FRELIMO tinha um grande número de combatentes:

Samora Machel fez uma marcha onde ele disse de Rovuma ao Maputo (...) correu o Moçambique inteiro para entrar nas cidades, vitorioso, que tinha ganho a guerra! (...) as tropas que o

acompanhavam eram miúdos de 15 anos, 16 anos que não falavam português (...) emprestados, vinham de países vizinhos e as fardas nem cabiam! (Manuel / Moçambique)

Segundo Rute, começou também a haver controlo e limitação à liberdade e livre circulação da população, exemplificando com algo que começou a suceder quando casais de namorados se encontravam em lugares públicos, passaram a ser abordados por polícias que lhes exigiam os documentos. Para além do bilhete de identidade, nesta situação, tinham também de ter consigo a certidão de casamento porque não os tendo eram de imediato detidos com acusação de prática de ato de prostituição.

Todas estas situações aqui relatadas começaram após a independência de Moçambique, já sob o novo regime de Samora Machel, sob o qual, afirma, passou a haver muita opressão e controlo da população branca, não compatível com aquilo a que estavam habituados anteriormente.

4.4.4.3 Ao serviço da pátria

Para além destes relatos, dois dos nossos inquiridos (António e Armando) presenciaram a guerra mais de perto, e de forma pessoal, visto terem servido o exército português no cumprimento do serviço militar em Angola.

António, esteve durante dois anos no Norte do país, entre os anos 1970 e 1972, na chamada zona operacional. Afirma nunca ter dado um tiro, apesar de ter presenciado algumas mortes em combate. Recorda-se também de terem sofrido uma emboscada, onde dois dos seus companheiros foram agarrados e levados e nunca mais voltaram. Para este inquirido não foi uma situação fácil de lidar conforme descreve:

É uma situação bastante caricata, andei numa guerra sujeito a morrer, eu e os meus companheiros, e até hoje não sei porque é que andei na guerra! Não consigo compreender (...) passados 2 anos que eu saí da guerra entregaram tudo o que me disseram que eu tinha que defender, entregaram de mão beijada! (António / Angola)

Por sua vez, Armando cumpriu três anos e meio de serviço militar e aí presenciou o verdadeiro cenário de guerra apesar de, por essa altura (entre 1970 e 1973), e segundo o seu relato, a situação já estar mais calma no terreno. Depois de cumprir a sua obrigação, não assistiu a situações complicadas onde vivia, apesar das recordações que tem de perseguições

e trocas de tiros na cidade. Diz este inquirido que a preparação de guerra que tinha ajudou-o a não se deixar perturbar por esses episódios, limitando-se a ser cauteloso no seu dia a dia.

4.4.5 Reflexões acerca da experiência de vida em África em período de guerra e pós-independência

Pelos relatos feitos, e anteriormente descritos (tanto das pessoas que vieram de Angola quanto as que vieram de Moçambique), constata-se que as pessoas sofreram muito e isso fica bem patente na questão seguinte, em que procuramos averiguar como viveram aquelas situações e se estas resultaram ou não em algum impacto na sua vida. Assim, a estas questões as pessoas responderam maioritariamente que sim, que essas situações vividas em África os tinham afetado. No nosso grupo de entrevistados, apenas três pessoas disseram que estas vivências não tiveram qualquer impacto nas suas vidas.

As respostas mais ouvidas, quanto aos impactos sentidos nas suas vidas, foi o medo que sentiram naquele período e o desespero para conseguir libertar-se daquela situação em que se encontravam. É também referido, por alguns inquiridos, o facto de terem perdido amigos em resultado daquela guerra colonial. A maioria das pessoas com quem falamos diz ter superado essas situações, com o passar do tempo (uns mais facilmente do que outros), mas não todos. Duas pessoas têm ainda hoje pesadelos e precisaram de recorrer à ajuda médica na Madeira, Martim e Matilde. Outra senhora, Fernanda, não consegue esquecer o drama que viveu, quando vê notícias de Angola pede para mudarem de canal porque, diz ela, depois já não consegue dormir de noite (com o avivar das suas memórias).

Perguntamos também aos nossos entrevistados se consideravam a guerra colonial justa. Em resposta, obtivemos uma resposta quase unânime "*nenhuma guerra é justa*". Ainda assim, houve quem dissesse compreender os motivos que levaram o nosso país a entrar em guerra, pela manutenção das colónias ultramarinas, e três pessoas disseram que não percebiam nada do que se estava a passar.

Verifica-se que, apesar de todo o clima e tensão que se vivia (seja em Angola como em Moçambique), após o 25 de Abril muitas pessoas se mantiveram vários meses naqueles territórios (e em alguns casos anos), talvez acalentando a esperança de que a situação acalmasse e lá se pudessem manter. Contudo, a situação deteriorou-se cada vez mais e as

dificuldades para sair daqueles territórios foram se tornando cada vez maiores, com o progressivo aumento da violência e com o aumento gradual do número de pessoas a querer fugir.

4.5 A experiência do retorno

4.5.1 Local de destino: Madeira

Relativamente à experiência de retorno para a Madeira (Portugal), temos uma diversidade muito grande de situações que passamos, seguidamente, a analisar.

Dentro do grupo de inquiridos, catorze pessoas vieram diretamente para a Região, após a saída de África, maioritariamente de avião com escala em Lisboa (não existiam voos diretos para a ilha) e as restantes nove pessoas estiveram em locais diversos antes de cá chegar: duas pessoas estiveram a viver vários anos em África do Sul, uma pessoa foi para o Zaire e lá ficou durante 3 meses, cinco outras pessoas estiveram a residir no Continente Português e um dos nossos entrevistados passou por vários sítios antes de chegar à Madeira (veio de barco de pesca).

As pessoas cuja saída de África se fez por barco foram quatro, uma num navio (não está certo se foi o "*Moçambique*" ou o "*Príncipe Perfeito*") e os restantes três saíram em pequenos barcos de pesca numa aventura pelo Oceano Atlântico.

Na viagem de avião ou de navio não se registaram, segundo os participantes, quaisquer incidentes. Já as três pessoas que saíram de barco de pesca tiveram dificuldades conforme veremos mais à frente.

Relativamente à escolha do local para viver a quase totalidade dos intervenientes no estudo justificou a decisão em virtude de ter família na Ilha e/ou por ser a sua terra de origem. Também se constata, que ao decidir vir para a Madeira, era já sua intenção fixar residência.

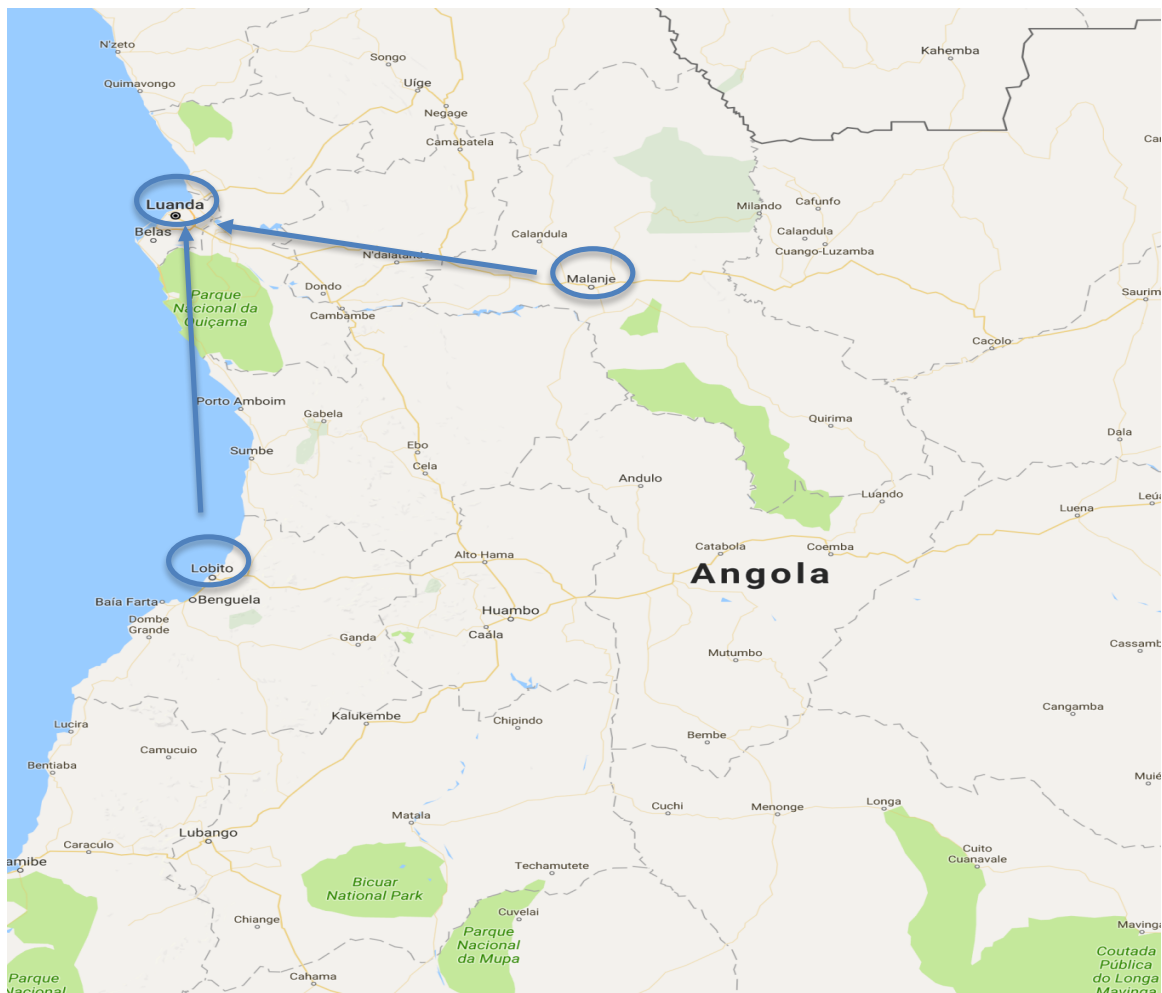
4.5.2 Ponte aérea Angola - Portugal

A ponte aérea que ligou Portugal a Angola foi levada a cabo pelo Estado português durante o verão de 1975. O seu objetivo era retirar de Angola, até a data da sua independência, todos

os portugueses que quisessem regressar ao país. Não obstante a importância dessa medida, a ligação era feita apenas entre Portugal e Luanda (Angola).

Desta forma, para quem vinha de outras localidades de Angola, havia uma primeira dificuldade a ultrapassar, seja ela de índole financeira, motivos de ordem logística e/ou motivos de segurança, que consistia em chegar àquele aeroporto. Na verdade, as distâncias a percorrer eram muito longas (vide figura 1), por exemplo, a distância entre Malanje e Luanda é de cerca de 450 Km e entre Lobito e Luanda são 515 Km.

Figura N.º 1 - Mapa de distância entre Malanje - Luanda e Lobito - Luanda



Já para quem veio de Lourenço Marques (atualmente Maputo), Moçambique, as distâncias eram muito maiores. Atualmente, o voo de ligação do aeroporto da antiga Lourenço Marques

para Luanda faz-se numa média de 4 horas de tempo, para além disso, várias pessoas estavam afastadas da cidade de Lourenço Marques e, portanto, tinham de apanhar primeiro um voo (caso existisse) ou arriscar ir de carro durante horas a fio. Um exemplo demonstrativo é o caso de Tete (de onde proveio um dos nossos entrevistados) em que atualmente se demora cerca de 20 horas a ir de carro até Maputo (antes Lourenço Marques). Outro exemplo, é Quelimane que leva um pouco mais (cerca de 22 horas de carro).

A questão financeira foi, segundo Ricardo, determinante para quem veio de Moçambique por não ter tido (por parte das entidades portuguesas) o mesmo tratamento que Angola: "*só saiu de lá quem teve dinheiro para sair e a maioria foi para África do Sul de carro*" (Ricardo / Moçambique).

É referido neste trabalho que em Setembro de 1975, faltando dois meses apenas para a independência de Angola, encontrava-se ainda naquele território cerca de 300.000 pessoas à espera de voo para Portugal. Por forma a agilizar essa evacuação, o Estado português começou também a utilizar o aeroporto de Nova Lisboa, apesar das dificuldades da sua utilização.

4.5.3 Saídas de África no ano de 1974

Pela análise das respostas dadas, constata-se que as pessoas que tiveram menor dificuldade para sair daqueles territórios foram, efetivamente, as que vieram ainda no ano de 1974. Sobretudo para quem provinha de Angola, a situação encontrava-se relativamente pacífica e controlada. Refere José:

Tivemos de vir da Baía Farta para Lobito (...) pernoitamos lá uma ou duas noites, salvo erro, depois o governo tinha um barco que nos transportava para a cidade de Luanda (...) e de Luanda para Lisboa e depois para a Madeira (José / Angola).

Quanto a Manuela, teve um entrave no controlo do aeroporto porque não a queriam deixar passar, segundo a própria pelo facto de ser negra, mas que foi de imediato ultrapassado porque os militares portugueses intervieram para que a deixassem seguir viagem.

Já para aquelas pessoas que saíram de Moçambique nesse ano, situação que sucedeu após o acordo de Lusaca em Setembro de 1974 (em resultado dos conflitos e mortes que se sucederam nas estradas), houve dificuldades distintas.

Entre as cinco pessoas vindas nesse ano de 1974, apenas uma refere a dificuldade que teve na viagem de carro até ao aeroporto de Lourenço Marques (para apanhar o voo para Luanda) *“fomos com escolta militar, os passageiros, as criancinhas todas debaixo dos bancos, nada era seguro (...) quando fomos para o aeroporto, com o mínimo indispensável (...) quem quisesse depois ponha as coisas e mandava por barco”*. (Mariana / Moçambique)

Outros obstáculos muito referidos foram o facto de não poderem trazer os seus bens e estarem limitados quanto à quantia de dinheiro que podiam trazer.

Sáimos de lá, cada um com quinhentos escudos, uma família de 5 pessoas cada um com quinhentos escudos, era o máximo que deixavam sair. As mobílias, tudo, fica para trás. Casas. Tudo o que a gente tinha, perdemos tudo! (Carolina / Moçambique)

Carolina, que saiu de Moçambique em Dezembro de 1974, conta que os pais a levaram e aos irmãos de carro para África do Sul. Deixaram-nos aos cuidados de uma pessoa amiga e regressaram a Moçambique porque:

*(...) não nos podiam sustentar de outra forma. Não tinha trabalho na África do Sul (...) nós tínhamos ido de férias. Nós fomos de férias e já não voltamos, nós os três filhos. Só voltou o meu pai e a minha mãe (...). Começaram as coisas a complicar a nível do Apartheid, não é!? Começaram relações entre Moçambique e África do Sul a ficar más e então a minha mãe disse *bem temos de pensar na nossa vida, porque qualquer dia fecham as fronteiras, nem os filhos veem para Moçambique, nem nós vamos para África do Sul* e então o meu pai resolveu ir-se embora* (Carolina / Moçambique).

Contudo, para esta entrevistada, houve uma primeira dificuldade que a marcou:

Primeira coisa foi ter que renegar a minha nacionalidade, que eu acho, acho que não é justo. Porque o governo português não aceitava a dupla nacionalidade e se eu ficasse moçambicana não podíamos sair. Não podíamos sair! Porque o governo moçambicano não deixava (...) só com a autorização deles. E por exemplo, se fosse uma família, nós éramos cinco, se fossemos todos moçambicanos a família não podia sair toda junta, saíam uns ficavam outros (...) para garantir que voltávamos! Porque havia muitos que saíam de férias e não regressavam (...) porque eles começaram a se aperceber que precisavam do topo (...) meu pai na altura teve de abdicar porque nós éramos menores, tanto eu como os meus irmãos (...) meu pai abdicou da nossa nacionalidade! (Carolina / Moçambique)

4.5.4 Saídas de África nos anos de 1975 e 1976

Quanto às pessoas vindas entre os anos de 1975 e 1976 (maioria dos retornados), a situação

foi mais complexa, resultando em dificuldades acrescidas para sair daqueles países. Juntamos os dois anos neste capítulo, visto não se encontrarem diferenças substanciais entre as experiências de vida das pessoas que vieram num ou no outro ano. Passamos seguidamente à análise das respetivas experiências, primeiro de quem veio de Angola e de seguida dos que vieram de Moçambique.

4.5.4.1 A fuga de Angola (1975 / 1976)

Neste grupo, duas pessoas assinalam que a sua maior dificuldade foi o facto de "*terem vindo sem nada*", ou seja, sem bens materiais e com pouco dinheiro. Ainda assim, essa não terá sido a maior dificuldade para muitos dos retornados, como será demonstrado através dos testemunhos demonstrativos da grande aflição que muitas pessoas passaram para conseguir sair daqueles territórios.

Sara, por exemplo, que morava em Lobito, Angola, diz que a certa altura já não havia aviões no aeroporto de Lobito, e os navios grandes deixaram de fazer viagens para o Sul de Angola (não descendo para além da cidade de Luanda). Para além disso, a viagem por terra era muito perigosa.

Para colmatar essa situação, no porto de Lobito foi alugada uma barça para transportar os funcionários do Estado para Luanda (vide figura 1). Todavia, o funcionário do porto não lhes queria vender os bilhetes de que necessitavam, porque elas (entrevistada e a mãe) não eram funcionárias públicas. Valeu-lhes o gesto de um amigo da mãe, também ele funcionário daquele porto, e que por ter direito a dois lugares em cada trajeto daquela barça ofereceu-os a elas, pois sabia que estas não tinham nenhum familiar que as pudesse ajudar.

Para além dessa dificuldade, tiveram de enfrentar também as más condições da viagem, pois a barça ia completamente "*abarrotada de gente*", não havendo sequer espaço para estender as pernas, numa viagem que se fez durante um dia e uma noite, segundo o seu relato, até chegar ao seu destino.

Para Marco, a maior dificuldade que teve (conjuntamente com a sua família) foi a viagem de carro que tiveram de fazer entre Benguela e Luanda, porque a circulação nas estradas era muito perigosa. O trajeto, segundo o seu testemunho, durou oito horas de carro e, durante

esse percurso, houve várias pessoas mortas em ataques nos carros em que seguiam. Após essa assustadora viagem, ainda tiveram a dificuldade comum a todos os que vieram nesse período que era conseguir lugar num voo para Portugal.

Igualmente, para Lucília, Fernanda e Felismina, a principal objeção foram os respectivos trajetos de carro até Luanda, para apanhar um voo para Portugal, a primeira vinda de Benguela, a segunda de Baía Farta e a terceira de Lobito. As forças do MPLA interpelavam e questionavam os viajantes, procurando saber para onde iam e o que iam fazer, e fazendo-o de forma intimidatória, uma experiência que dizem ter sido muita assustadora. Após chegarem a Luanda ainda ficaram dois ou três dias num campo de refugiados improvisado, junto ao aeroporto, "*Fomos para um campo de refugiados (...) tive no campo dos refugiados dois dias ou três que até ia-me morrendo lá um filho dentro de um poço (...) no campo de refugiados junto do aeroporto*". (Lucília / Angola)

O marido de Felismina ficou ainda mais tempo em Angola, para vir de barco com um irmão. Porém, a viagem foi marcada por acidente pois o barco onde seguiam naufragou junto ao arquipélago de Canárias.

Outra situação delicada, e difícil, foi a de Cláudia, que morava na cidade de Terra Nova (Luanda, Angola) e estava grávida de gémeos (7 meses de gestação) tendo o seu médico avisado que ela tinha de regressar à Madeira. O médico avisou-a de que não tinha condições para lhe fazer a cesariana de que ela necessitava, nem tinha já enfermeiros ao seu serviço. Com essa advertência, o marido tentou marcar de imediato viagem para Portugal, em Julho de 1975, no entanto, a funcionária da TAP disse-lhe que não podiam transportá-la devido ao número de horas de viagem. Era perigoso trazer alguém naquele estado e que a companhia não se poderia responsabilizar.

Após essa situação, Cláudia foi pedir ajuda ao seu médico que, através dos serviços competentes, lhe passou um relatório confirmando a sua condição de gestante e da necessidade urgente de ser incluída, conjuntamente com as duas filhas (uma com 6 anos e outra com 8 anos) num voo especial (prioritário) para Portugal. Na sequência deste processo, veio rapidamente para Lisboa onde foi recebida por um médico que a encaminhou para um alojamento do INATEL. De acordo com esse especialista, os bebés estavam muito agitados da viagem, ela precisava de descansar uma noite antes de apanhar um voo para a Madeira.

O marido desta senhora, ainda teve de ficar em Angola à espera de voo (por não o poderem incluir no voo prioritário onde veio a família), chegou à Madeira quase dois meses após o seu regresso.

Também Maria passou por momentos de grande aflição. Descreve esta entrevistada como, conjuntamente com o marido e várias famílias de vizinhos (18 famílias no total), decidiram fugir de Angola por mar, utilizando para isso dois barcos de pesca. A fuga foi programada para o mês de Agosto de 1975 e ainda antes de soltarem as amarras dos barcos, no porto de Baía Farta, apanharam um grande susto porque, justamente nessa altura, começaram tiroteios enquanto o seu marido estava a ajudar pessoas a subir para os barcos obrigando-o, inclusivamente, a atirar-se ao mar para se proteger. Tirando o susto, esta situação foi ultrapassada sem que ninguém ficasse ferido.

A primeira etapa da fuga destas pessoas foi em direção ao Zaire, num percurso feito durante a noite com recurso às velas, sem ligar os motores para evitar serem ouvidos. Contudo, tiveram dificuldades pois ao chegar às águas do Zaire os seus barcos foram atacados a tiro por militares que se encontravam naquele porto, confundidos talvez com barcos de guerra (devido à cor das embarcações: uma de côr verde e outra cinzenta).

Segundo afirma esta entrevistada, foi um rapaz que por acaso estava naquele cais (também ele de Angola) que conhecia os barcos, que foi à base militar avisar o que se estava a passar no porto, dizendo que as pessoas que vinham nos barcos eram apenas pescadores fugidos da guerra. Após isso, membros da tropa do Zaire dirigiram-se ao porto e pacificaram a situação. Ainda assim, depois de atracarem os barcos, ainda estiveram três dias na doca à espera de autorização para ir a terra.

Após isso, foram mandados para um hotel inativo e ali permaneceram durante três longos meses, esperando uma solução que lhes permitisse vir para Portugal. Maria afirma que passou muita fome durante o tempo que ali estiveram, porque os alimentos que recebiam dos armadores (de oito em oito dias) não eram suficientes. O marido desta senhora, para conseguir algum dinheiro para comida, começou a vender nas ruas os seus bens e das outras famílias, com o respetivo consentimento, por forma a poderem sobreviver.

Para além disso, Maria V. passou um grande drama naquele país pois ali perdeu o filho mais

novo, com apenas 5 anos, que lhe morreu nos braços:

Morreu-me um filho lá que adoeceu, no Zaire, adoeceu com muita febre, muita febre, mandaram-me para o hospital (...) eu tava lá no hospital, quando o meu filho piorou e eu vi o meu filho morrer (...) era o mais moço, deram-lhe uma injeção e ele ficou preto. (Maria / Angola)

Finalmente, passados três meses, o Estado português enviou dois aviões para trazer o grupo e, depois disso, já não tiveram mais problemas até chegar à Madeira.

Outra pessoa que veio para Portugal por via marítima foi Armando, saiu de Angola em Outubro de 1975, utilizando o barco de pesca do pai “*vinha com um barco de pesca com o meu pai, vim de barco a navegar (...) fugimos de lá e o barco foi para o fundo em Canárias, naufragamos (...) nós arriscamos sempre sós, sempre sozinhos*” (Armando / Angola).

Esta aventura, que terminou também em naufrágio nas Canárias (tal como aconteceu com o marido de uma das nossas entrevistadas), começou semanas antes, com o planeamento da fuga e para a qual teve de superar vários desafios. De acordo com Armando, as suas principais dificuldades para sair de Angola foram duas. A primeira foi abastecer o barco porque, na altura, os “*guerrilheiros*” já estavam mais atentos ao porto, visto já terem saído anteriormente bastantes embarcações querendo, a todo o custo, evitar que mais barcos saíssem de Angola. Conforme este entrevistado afirma, eles consideravam que tudo o que havia naquele país lhes pertencia, não permitindo o abastecimento dos barcos para evitar novas fugas, deste modo, controlavam os postos de combustível.

A segunda dificuldade de Armando foi sair do porto de Baía Farta devido à vigilância, mas que lá conseguiu superar, com um pouco de criatividade. Primeiro comprou tambores de óleo vazios que ia enchendo de combustível, nas bombas de gasolina, discretamente (e poucos de cada vez para não dar nas vistas),

Tavas na bomba a encher, vinham aquelas forças militarizadas deles com vários partidos e perguntavam (...) *Para que é esse combustível? Para que é esse gasóleo? Há, isto é para regar as bananeiras que eu tenho uma fazenda de bananas* (...) havia muita banana lá, mas como não tinha as levadas, a rega era feita através das motobombas (...) tínhamos que arranjar esquemas. (Armando / Angola)

Esses tambores, depois de cheios, eram guardados numa fábrica existente no porto (que já não estava em funcionamento) e que alugou para o efeito. Acabou por obter a ajuda de um amigo, que trabalhava com um camião cisterna, e que lhe fez a venda de 13.000 litros de

combustível (ao todo reuniu 60 tambores de combustível). A saída, depois de terem abastecido o barco com o combustível e mantimentos necessários (o que foi feito sempre com muita descrição, durante a noite), foi feita igualmente de noite à vela,

Só os três [o próprio, o tio e o pai] no meio do mar (...) tivemos muitos dias a ser levados pela corrente (...) O nosso leme não resistiu (...) o barco foi enchendo de água (...) foi para o fundo. Entretanto apareceu um barco (...) apanhou-nos, levou-nos para Canárias (...) entregaram-nos como náufragos a Canárias no porto de Las Palmas (...) o cônsul português teve conhecimento e arranjou-nos um quartinho para os três (...). Só havia uma vez por semana avião de Canárias para cá. Tivemos uns 3 dias lá ou quatro (...) (Armando / Angola)

Fotografia N.º 1 - Duas traineiras usadas por retornados para sair de África rumo à Madeira (Anica e Manelinha), ano de 1975



Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista. Ano de 1975

Outra pessoa que veio de barco de pesca, António, afirma não ter tido grandes dificuldades para sair de Angola. Ele, o sócio e as esposas, saíram de barco durante a noite, rumo a África do Sul, numa viagem que decorreu sem sobressaltos. Chegados lá, as mulheres saíram e vieram de avião para Portugal, enquanto os homens aguardaram o apoio do Estado português para vir por via marítima.

Efetivamente, essa ajuda do Estado chegou através da marinha portuguesa. Foram integrados

numa frota de 35 barcos, vinda de África do Sul, tendo ao comando um capitão de mar e guerra²⁵. Segundo ele, o capitão traçou um plano que consistia em navegar a 700 milhas da costa de Angola para evitar os aviões Mig (aviões russos). Navegaram com um rebocador a dar apoio até ao Equador, onde três barcos se afundaram durante uma grande tempestade, tendo os seus ocupantes sido ajudados pelos restantes.

No Equador, um navio da marinha portuguesa, *Chulo Xavier*, foi ao encontro daqueles barcos para os reabastecer e acompanhar no resto da viagem. Demoraram 33 dias a chegar a Tenerife, depois foi mais um dia e uma noite para chegar ao Funchal. Na Região ficaram sete traineiras de madeirenses (mas já tinham vindo 3 barcos antes a reboque de um navio).

4.5.4.2 A fuga de Moçambique (1975 / 1976)

Entre os participantes neste estudo, duas pessoas dizem não ter tido quaisquer dificuldades em relação à fuga de Moçambique. Laura, que saiu de Lourenço Marques em Janeiro de 1975, veio para a Madeira de avião, e Aldora, que também saiu da mesma cidade e no mesmo ano, mas fugida para África do Sul de carro.

Já para Carlos, a maior dificuldade sentida foi para obter um voo doméstico da cidade onde vivia (Tete, Moçambique) para Lourenço Marques, porque tinha havido ataques a aviões naquela localidade e por isso a situação no aeroporto era caótica. Contudo, a hipótese de ir de carro para Lourenço Marques parecia-lhes ainda mais descabida e assustadora, visto serem 20 horas de percurso e as estradas estarem muito perigosas. Para além dos relatos ouvidos, acerca do que se passava nas estradas, Carlos também tinha perdido o pai numa estrada de Moçambique "*vítima de uma mina*", pelo que, a opção de ir por terra não era colocada pela mãe. Assim, foram esperando até conseguir voo para Lourenço Marques, onde apanharam outro avião para Luanda e, de seguida, para Portugal.

Já Matilde, que saiu de Moçambique em Setembro de 1976, passou por algumas dificuldades porque teve de fugir de casa, visto terem começado "*a rondar guerrilheiros da FRELIMO*" (Matilde / Moçambique). Estes chegaram, inclusivamente, a invadir a casa (onde se

²⁵ Para além do relato deste entrevistado, é possível confirmar a veracidade do que é dito através da leitura da notícia publicada no "Diário de Notícias" do dia 5 de Maio de 1976 (recortes 1,2 e 3 anexos)

encontrava, com o marido e filhos). Nesse dia ninguém lhes fez mal, no entanto, perceberam que já não era seguro continuar naquelas condições.

Depois do susto, fecharam a casa e saíram dali com a ajuda dos fuzileiros portugueses, trazendo apenas os bens essenciais. O marido ainda se aventurou a voltar para buscar as mobílias e as deixar em casa de um amigo, funcionário público, que como tal tinha a possibilidade de trazer os bens posteriormente.

Na estrada viveram, contudo, horas de pânico porque a FRELIMO tinha o controlo e havia troços do viaduto que estavam cortados, com troncos caídos, para forçar os carros a parar e procederem a ataques. Outras vezes apenas questionavam para onde as pessoas iam e o que iam fazer. Diz Matilde "*nessa altura que a gente saía de casa e tava os carros a arder, era eles, deitavam árvores no caminho, postos da luz, o carro chegava lá batia e depois eles iam lá (...) cortavam as pessoas e depois deitavam fogo*" (Matilde / Moçambique). Quando esta senhora chegou à cidade (com a sua família) foi pedir ajuda a uma comadre, ficando na casa dela durante dois meses, até que conseguiram o voo de regresso à Madeira (com escala em Lisboa).

A respeito das mortes nas estradas, que o relato anterior alude, também Nicolau falou da existência destes episódios dizendo mesmo que um amigo seu foi queimado no carro numa destas emboscadas.

Quanto às dificuldades da fuga, para Nicolau (que neste caso saiu de Moçambique em Janeiro de 1975) para além da insegurança vivida nas estradas o que mais o afetou foi o facto de terem deixado tudo o que tinham para trás "*pronto, nós viemos de mãos vazias praticamente. Não trazíamos nada, apenas a roupa do corpo, uns saquinhos com roupa e coisa (...). Meu pai ficou ainda lá um tempo para vender as coisas para ver se ainda ganhava algum dinheiro (...).*" (Nicolau / Moçambique)

Quanto a Martim, que saiu em 1976, a sua principal dificuldade para sair do país:

Foi para conseguirmos transporte que era difícil. Quer dizer a TAP fazia uma viagem ou era duas por semana e com aquela gente toda a querer vir para cá não era suficiente (...) como eu fui assaltado, espancado e maltratado, e que eu até essa data não queria vir para cá, que eu sabia que aqui que era difícil, aconteceu que fomos com as lágrimas pelos olhos abaixo junto ao consulado português pedir ao cônsul que nos arranjasse um transporte (...) ela [funcionária do consulado] marcou para daí a uns 10 dias (...) disse temos passagens para prisioneiros, para doentes e tal e vamos arranjar um lugar. (Martim / Moçambique)

4.5.5 Saídas de África no ano de 1977

"Por questões políticas tive de sair, porque passamos de uma direita de extrema para uma esquerda de extrema e o sistema era comunista, mas era um sistema comunista muito duro de perseguição, de medo, de terror mesmo!" (Rute / Moçambique)

Este relato é de Rute, esta senhora viveu durante dois anos sob o regime de Samora Machel porque não era sua intenção sair do seu país. Contudo, a insegurança aumentava cada vez mais em Moçambique. Para além disso, faltavam muitos géneros alimentícios e passaram a existir obrigações que não eram compatíveis com a sua forma de ser e que limitavam a suas liberdades. Por exemplo, se queriam ir a uma praia (e estavam habituados a ir percorrendo longas distâncias) tinham de pedir autorização ao denominado "*grupo dinamizador do bairro, que era um núcleo político de bairro, autorização para ir à praia (...) sempre que queria sair da minha área de residência tinha de pedir autorização*" e depois, ao longo do percurso, havia vários pontos de paragem obrigatória onde os carros eram revistados.

A maior dificuldade sentida por Rute quando decidiu pela vinda para Portugal foi:

Ele [marido] tinha optado pela nacionalidade moçambicana (...) não me podia dar a nacionalidade, a minha mãe não me podia dar porque era moçambicana, então o meu pai que nasceu na Índia portuguesa é que me deu a nacionalidade portuguesa para eu poder sair de Moçambique, senão não era permitido! (Rute / Moçambique)

Como já foi visto neste trabalho, a lei da nacionalidade portuguesa foi alterada em 1975, precisamente para evitar a ocorrência de um êxodo em massa daquelas colónias, superior ao que o país conseguiria suportar. Não podemos esquecer que, para além da população branca residente em Angola e Moçambique, muitos dos residentes naqueles territórios, de descendência africana, teriam interesse em sair daqueles novos países, sobretudo, os combatentes que lutaram na guerra colonial pelo lado português e que por esse motivo poderiam ser alvo de represálias dos novos regimes.

No caso de Rute, teve de renunciar à sua nacionalidade moçambicana para poder sair do país e isso deixou-a muito triste porque, efetivamente, aquele era o único país que conhecia.

Outra entrevistada, Manuela, perdeu também a nacionalidade portuguesa quando mudou a lei:

Nós angolanos lá eramos todos portugueses, cheguei cá perdi. Só depois de 12 anos é que eu

consegui, porquê, porque a minha mãe veio cá, trouxe-me a documentação exigida e então eu consegui (...) eu pagava todos os anos a minha permanência aqui, exato, 3.000 escudos todos os anos²⁶ (Manuela / Angola)

A segunda maior dificuldade sentida pelas pessoas que vieram no ano de 1977 foi de índole burocrática, devido às dificuldades impostas pelas autoridades moçambicanas que tentavam manter os quadros que restavam no país.

Na verdade, já haviam saído muitos profissionais de Moçambique (tal como de Angola) não havendo no país suficiente número de pessoas formadas, aptas a substituir o grande número de saídas verificadas após o 25 de Abril de 1974. Situação essa a que o Estado português não está isento de responsabilidade visto, segundo Manuela, nunca ter investido na educação da população negra daquelas ex-colónias portuguesas.

Uma das medidas que visava impedir essa saída de mão de obra qualificada do país era consolidada através da entrega da casa ao Estado (dita nacionalização). Mas, não bastava a entrega, era necessário o cumprimento estrito e rigoroso de vários trâmites. Primeiro, se tivessem algum empréstimo para pagamento da casa não podiam sair sem liquidar a dívida. Isso era controlado através da entrega de um documento de residência que atestava onde as pessoas moravam, efetivamente, e que não havia quaisquer ónus ou encargos sob essa residência (nem contas por pagar da água, luz ou gás). Para superar essa dificuldade, diz Martim, houve pessoas que fecharam as suas casas e foram morar por uns tempos para uma pensão ou casa alugada, depois pediam ao dono para passar o atestado como lá estavam a residir e era esse papel que depois entregavam às entidades moçambicanas.

Porém, segundo Rute, os Serviços que recebiam os papéis de residência estavam também cada vez mais atentos a essas situações. Eram esses que emitiam um papel azul, que depois tinha de ser carimbado por todos os Serviços correspondentes: Água, Luz, Telefone, Gás e Casa, atestando que estava tudo pago (um carimbo para cada serviço), papel esse que tinha de ser apresentado no aeroporto para o embarque. Se faltasse algum daqueles carimbos era recusada a saída do país.

Para além disso, após terem reunido todas as condições exigidas pelo Estado moçambicano,

²⁶Em relação a este pagamento de permanência na Madeira refere-se à autorização de residência.

era ainda feita uma vistoria à casa para conferir se estava tudo em condições. Se houvesse algo danificado dentro de casa tinham de o arranjar primeiro, só depois das condições da casa passarem na vistoria é que lhes era carimbado o *papel azul* e, a partir daí, o Estado tomava conta da habitação, não podendo eles para lá voltar.

Outra dificuldade relacionava-se com os bens que queriam trazer. Cada família só podia trazer um carro e todos os outros bens materiais tinham de estar descritos em inventário de forma detalhada. Era um trabalho tão minucioso ao ponto de, por exemplo, relativamente aos livros que Rute tinha (e eram muitos devido à sua profissão de professora e simultaneamente condição de aluna), haviam de constar os nomes de todas as obras. Já os talheres tinham que estar todos discriminados: quantos garfos, colheres de sopa, de sobremesa, facas de peixe, facas de carne, etc. Após feita esta lista, sujeitavam-se a uma comissão que tinha de autorizar o embarque de tudo. Por exemplo, em relação às cortinas foi-lhe dito "*deixa no lugar*", ou seja, não tinha autorização para as tirar do sítio (seu apartamento). Depois de autorizada a lista já refeita, segundo as instruções dadas, tudo era verificado no porto antes de ser arrumado no contentor, para ser enviado para Portugal, não passando nada para além do autorizado na lista.

Outra situação, referida por esta entrevistada, foi o facto de já em viagem, quando o avião parou em Angola (para reabastecimento), os passageiros terem saído naquele aeroporto escoltados por tropa armada com kalashnikov e permanecido todos sentados com as armas apontadas na sua direção. Isso foi assustador, mas diz Rute que era jovem e estava já relativamente familiarizada com aquelas situações, pelo que, isso não a afetou de sobremaneira.

4.5.6 Reflexões gerais acerca das principais dificuldades do retorno

A experiência do retorno, conforme verificamos, trouxe variadas dificuldades para as pessoas. Fazemos de seguida um breve apanhado das principais (mais referidas):

- a) Facto de terem de abandonar a maioria dos seus bens, muitos saindo mesmo em situação emergente vindo apenas com "*a roupa no corpo*";

- b)** Em Angola os civis corriam perigo de ser apanhados em confrontos entre grupos de “*guerrilhas*” de diferentes fações (MPLA, UNITA e FNLA) com frequentes tiroteios nas ruas;
- c)** Em Moçambique, a FRELIMO amedrontava os civis nas estradas com emboscadas e pontos de paragem obrigatória para revistá-los. Nesse território haviam sido colocadas, também, bastantes minas nas estradas pelo que se corriam grandes riscos ao circulá-las;
- d)** Há relatos de raptos de pessoas por guerrilheiros, tanto em Angola como em Moçambique, com a finalidade de fazê-las seus soldados ou suas mulheres;
- e)** O facto de as pessoas não poderem trazer o seu dinheiro era outra coisa que os afetava psicologicamente e a nível financeiro. Havia um dado montante que podiam trazer e ainda assim, ao chegar a Portugal, esse dinheiro não valia nada a não ser que fosse trocado por escudos, sendo que, o IARN apenas trocava uma pequena quantia;
- f)** Para quem quis vir de avião para Portugal, o que representa a maioria das situações, havia o longo tempo de espera por um voo. E mesmo depois de criada a ponte aérea entre Luanda e Portugal, com o apoio de outros países, não se compadecia com o volume extraordinário de solicitações durante o ano de 1975;
- g)** Em Angola, para quem queria trazer o seu barco, abastecê-lo veio a tornar-se uma verdadeira aventura porque a dada altura não era permitido fazê-lo;
- h)** As dificuldades de navegação, para quem vinha em traineiras de pesca, porque estes homens (pescadores) não tinham experiência de navegação em alto mar, uma vez que a pesca lá praticada era feita junto à costa;
- i)** Houve pessoas que optaram por ir de carro para África do Sul e para isso tiveram que aventurar-se nas perigosas estradas, atravessar o rio e até o deserto do Namibe;
- j)** Após a independência de Moçambique, quem quis sair daquele país teve de inventariar todos os bens que quisesse trazer para Portugal e apresentá-los a um Serviço para aprovação. Havia bens que não eram autorizados a trazer. Tinham também de entregar a casa ao Estado e em condições de habitabilidade. Não podiam ter qualquer dívida: de empréstimo, conta da luz, da água ou do gás nem nenhuma renda em atraso, caso contrário era negada a sua saída daquele território.

k) Muitas pessoas nascidas naqueles territórios perderam a nacionalidade portuguesa, com a mudança da Lei (entrada em vigor através do Decreto-Lei 308-A/75), com todas as consequências que isso trazia para as suas vidas, sobretudo em termos de igualdade de direitos relativamente aos nacionais, por altura da sua vinda para Portugal.

4.6 Chegada à Madeira: A dura realidade

Depois de tudo o que passaram em África chegam à Madeira e para alguns foi o acordar para o drama em que se encontravam, sobretudo para os mais jovens:

Foi bastante difícil para mim, porque eu era uma criança, tava habituado a um tipo de vida bom, cheguei aqui, isto, a Madeira era atrasada nessa altura! Em relação a lá, foi. O choque foi esse! (Carlos / Moçambique)

Efetivamente, para aqueles que tinham emigrado para África há cerca de uma década, alguns menos ainda, não era novidade nenhuma a realidade madeirense, contudo, para os que vieram pela primeira vez à Ilha, esta era incrivelmente pequena e usando a expressão de Rute “isto era um rochedo cinzento (...) isto era escuro” (Rute / Moçambique).

De seguida iremos analisar como foi então inserir-se nessa nova realidade, quais foram as maiores dificuldades e também os apoios que tiveram na integração.

4.6.1 A família: principal fonte de acolhimento

Apesar da integração na Madeira não ter sido fácil para a maioria dos nossos inquiridos, estes dizem ter tido o apoio da família e de que essa foi a principal ajuda que obtiveram. Dezanove dos nossos inquiridos ficaram inicialmente alojados em casa de familiares e apenas quatro não tiveram ou necessitaram de quem os acolhesse. Para isso, deve ter contribuído o facto de a maioria dos nossos inquiridos ter mantido os contactos com familiares a residir na Região, feito sobretudo através da troca de correspondência.

Tive todo o apoio das minhas tias (...) tive essa, essa coisa muito boa que eu agradeço sempre a Deus. As minhas tias me terem recebido a mim e à minha mãe, com todo o carinho, com todo o amor (...) porque realmente houve pessoas que não foi assim. (Sara / Angola)

Sara, teve a sorte de ser recebida em casa de tias que viviam sozinhas e que o facto de receber duas pessoas (Sara e a mãe) não constituía um problema para elas. Podemos dizer que esta situação, no grupo de participantes neste estudo, representa uma pequena minoria de casos.

Na verdade, maioritariamente, as pessoas recebidas por familiares, tiveram dificuldades no alojamento atendendo à falta ao espaço. É natural que assim fosse, porque as pessoas tinham a casa em função da dimensão da sua família, ao receberem os seus familiares vindos repentinamente de África (normalmente famílias com vários membros) a gestão do espaço tornou-se num grande desafio.

Deste modo, vários entrevistados referiram a falta de um sítio digno para morar, aliado à ausência de muitos bens de primeira necessidade, como as maiores dificuldades com que tiveram de lidar ao chegar à Madeira. Vejamos alguns exemplos:

Olhe eu passei a guerra, mas a casa onde a minha sogra arranjou é que eu sofri! (...). Um beco, uma casa a meio de bananeiras (...) não tinha casa de banho (...) era de aluguer, já vim pagar dois contos, naquela altura!” (Cláudia / Angola)

Minha mãe morava num empeno²⁷ mais meu irmão e a gente fomos todos morar para aquele empeno (...) olhe eu dormia de cócoras, atrás da porta para os meus filhos poderem dormir no chão deitadinhos em cima de uma roupa. E eu atrás da porta de cócoras, mais o meu marido, porque os que chegaram e os miúdos tinham que ter melhor acomodaçãozinha e o empeno era pequenininho, não cabia mais gente (...). Eu tinha cinco filhos e a minha irmã também tinha cinco ou seis. (Fernanda / Angola)

Após esse período, Fernanda foi uma das pessoas que foi morar para o Forte de São João Batista e aí, apesar de faltar de tudo um pouco, já estava mais à vontade quanto ao espaço.

Maria foi também recebida pela mãe no concelho de Machico, embora sem condições pois esta já tinha a casa cheia. Segundo o seu testemunho, na mesma cama dormiam três pessoas (ela, o marido e a mãe) e no chão ficavam doze crianças (as suas e as da sua irmã), e assim ficaram uns dias até que decidiram ir também para o referido Forte.

Mas houve também quem tivesse melhores condições à chegada, atendendo ao nível económico da família. Por exemplo, Nicolau foi conjuntamente com a sua família morar para uma casa do seu avô (quintinha) que estava vazia na altura. Sara, já antes referida, foi acolhida pelas tias que não lhe deixavam faltar nada e Carolina (que já veio anos mais tarde, depois de estar a viver em África do Sul) foi morar para um apartamento que o marido já tinha adquirido na Madeira.

De qualquer forma, a função da família não se restringiu à questão do alojamento e as

²⁷ Não encontramos o significado de empeno, contudo, Fernanda usa como referência a uma palhota com 2 quartos.

pessoas entrevistadas, no geral, dizem ter tido o apoio dos seus familiares e terem se sentido bem-recebidos por eles, facto que não aconteceu na generalidade em relação aos desconhecidos, conforme analisaremos mais à frente.

4.6.2 Apoios institucionais

Pelas descrições obtidas, é possível verificar que o IARN abriu duas delegações na Região. Todavia, o seu papel parece ter sido diminuto na Ilha, contrariamente ao que sucedeu no continente. Constata-se que todos os participantes conheciam este Instituto, porque fizeram referência a ele, sobretudo aludindo o câmbio da moeda que traziam das Províncias Ultramarinas, e que era feito por esse instituto, embora num valor não superior a determinado montante (considerado pouco por eles).

Para além desse papel, algumas pessoas falam que o IARN dava alguns bens de primeira necessidade (enlatados, mantas e roupas). Fernanda diz *“Só o IARN, o IARN é que deu algumas peças de roupa que a gente nem trouxemos, quem vem fugido nem traz roupa”* (Fernanda / Angola). Também Lucília disse que o IARN lhe deu alguns artigos de primeira necessidade *“era cobertor, era leite em pó (...) e deram-me dois catres para os meus filhos dormir”* (Lucília / Angola). Também Carlos disse *“Eles uma vez deram uns cobertores, umas coisas muito grossas que a minha avó chegou a casa, ela nem sequer quis aquilo, e deram-nos uns enlatados”* (Carlos / Moçambique).

Houve ainda quem fizesse referência a um pequeno subsídio, calculado consoante o número de pessoas por agregado familiar *“eles é que deram não sei quanto no dia que a gente chegamos, em Lisboa, eles deram por cada filho (...) não sei se foi cinco contos, a gente todos, foi isso. O IARN”* (Matilde / Moçambique). Por outro lado, esta situação foi minorada pelos restantes inquiridos que disseram não se recordar de receber valores de subsídio. Também para José o apoio do IARN foi pouco:

Na altura havia, como é que se chamava aquilo, havia uma entidade, o IARN exatamente, havia o IARN que dizia que ajudava, mas ajudava o bolso dos senhores que lá trabalhavam! (...) Quando a gente precisava de alguma coisa, ou tentava pedir alguma coisa, nunca tínhamos possibilidades de falar com os graúdos, era sempre o intermediário que nos atendia e que nos dizia olhe venha amanhã, olhe venha para a semana. O Dr. João não está, foi a Lisboa! O Dr. Pedro teve de se deslocar ao Porto Moniz! E andávamos sempre nessa roda (...) (José / Angola)

Quanto ao alojamento, apenas Manuela diz ter tido o apoio daquele Instituto, através do qual ficou hospedada (com o marido e filhos), durante um mês, numa pensão no concelho do Funchal. Após esse período foram avisados, conjuntamente com outros retornados que lá estavam na mesma situação, que tinham de abandonar aquele espaço. Nessa situação, acabaram por ir à procura de uma casa desocupada nas mediações.

Encontraram duas quintas fechadas (propriedade de emigrantes) e, conjuntamente com outros retornados da pensão, ocuparam-nas. Mais tarde, diz esta entrevistada, o Governo Regional para os retirar daqueles espaços que haviam ocupado, em parceria com o IARN, fez obras num antigo quartel para servir de alojamento temporário para aquelas famílias, para onde foram morar e lá ficaram durante alguns anos. Durante muito tempo não pagaram nada, nem aluguer, nem luz, nem água. Diz Manuela que só quando as pessoas já estavam todas integradas e a trabalhar, foram lá instalar contadores de luz para cada família pagar o seu gasto (com exceção da água, que a junta de freguesia fornecia gratuitamente).

Convém salientar que em resposta à pergunta: recebeu ajuda por parte de alguma entidade (governamental ou de cariz social e/ou humanitário) quando chegou à Ilha da Madeira? Manuela foi a única, entre os nossos vinte e três entrevistados, que falou acerca da participação do Governo Regional numa situação concreta de apoio, neste caso através do alojamento no antigo quartel, contudo esse apoio foi dado anos mais tarde e não quando chegaram. Em resposta à mesma pergunta, por exemplo, Felismina respondeu “*não, não! Da minha parte não. (...) Não tive nada disso!*” (Felismina / Angola).

Outra situação referida por um dos nossos inquiridos foi o facto de, após ter solicitado apoio na câmara municipal da sua área de residência (Santana), lhe ter sido facultado um trabalho na “*Comissão de Retornados*”²⁸ onde esteve cerca de 2 anos.

Outra instituição que proporcionou apoio foi a Câmara Municipal de Machico, concelho que recebeu o maior número de retornados de África. Assim, entre os retornados que ficaram hospedados em casas de familiares, há um grupo de famílias que lá esteve por muito pouco

²⁸Comissão de retornados: criada ou pelo Governo Regional ou pelo IARN, não sabe ao certo, nem nos foi possível esclarecer. A função desta comissão era prestar informação aos retornados, fazer um levantamento do número de pessoas que foi para o concelho, e também para os retornados que o pretendessem se inscreverem em projetos beneficiando de empréstimos a juros mais baixos.

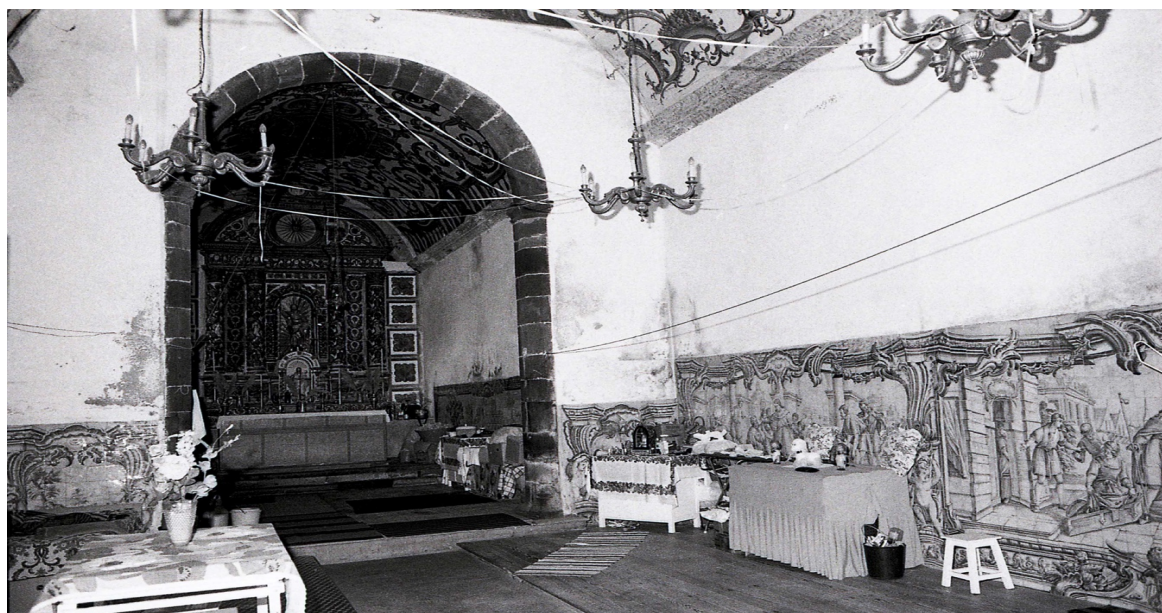
tempo (devido às parcas condições dos seus familiares), após o qual foram para um forte existente no concelho de Machico - o Forte de São João Batista (fotografias 2 a 4). Esta mudança ocorreu após autorização do Sr. padre Martins, que era o presidente da Câmara Municipal em exercício e a quem competia a gestão daquele espaço. Este Forte funcionava como creche e colónia de férias para crianças (durante a o verão no período de interrupção letiva), num projeto ainda em fase embrionária, conforme nos relatou o Sr. padre.

O papel da câmara municipal de Machico, na integração dos retornados, consistiu sobretudo em procurar soluções de alojamento, através do aluguer de casas a expensas da câmara. Inclusivamente, alguns casais foram alojados no Centro de Informação Popular que era um prédio da igreja. No entanto, havia muitas pessoas em dificuldades, conforme vimos no ponto anterior, e que se juntaram para pedir ao presidente da C.M. que os deixasse ir para a capela de São Roque (fotografia 2) e uma outra capelinha existente no forte de São João Batista. Estas capelas não estavam a ser usadas nos anos setenta.

O Sr. padre Martins lembra-se bem desse período:

Queriam ocupar aquilo e metiam-me entre a espada e a parede (...) disseram-me o forte é para aquilo, cabe lá tanta gente (...) tem uma capela e tal. Primeiro eu disse tá bem, então vão para a capela, ficaram lá na capela. (Pe. Martins, 2016)

Fotografia N.º 2 - Interior da Capela de S. Roque, ano de 1975 (já ocupada por retornados após a autorização do Sr. Padre Martins)



Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista, Ano 1975

Para além da questão do alojamento, conta-nos Fernanda, foi esta autarquia que lhe deu o primeiro trabalho depois de chegar à Madeira. Na altura, estava a usufruir de um subsídio de desemprego quando foi chamada para se apresentar na Câmara, foi-lhe proposto um trabalho "*na vassoura*" que prontamente aceitou.

Pouco depois, com o aumento do número de retornados chegados ao concelho, necessitando de alojamento urgente por não ter onde ficar, começa a aumentar o número de pedidos. É então sugerido, pelos retornados, que o Sr. Padre Martins abrisse o forte de São João Batista (porque até então apenas tinha-lhes sido disponibilizado o espaço da capela e que fica anexa a este forte) pois aquele espaço era grande e permitiria alojar bastantes pessoas. Apesar da indecisão inicial, a autorização acabou por ser dada:

Vi-me aflito porque por um lado iam correr as crianças dali, que gostava muito, mas por outro lado também eles precisavam e então fizemos uma obras (...) fizemos divisórias naquele salão enorme e pronto nós tivemos vários casais, muitos casais e estiveram durante muito tempo, durante muito tempo! (Pe. Martins, 2016)

Fotografia N.º 3 - Vista para o pátio do Forte S. João Batista, ano de 1975



Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista, Ano 1975

O forte tinha dois grandes salões, entretanto, quando foi aberto aos retornados as pessoas conforme iam ocupando *“iam fazendo as suas divisões com, com cobertores (...) iam marcando os seus cantinhos: um quarto, dois”* (Maria / Angola). Várias famílias foram para lá residir e ali se mantiveram durante quase três décadas, entre o ano de 1975 e 2002, altura em que finalmente foram realojados pela Câmara Municipal de Machico em apartamentos construídos para esse efeito.

Relativamente às difíceis condições de habitação às quais tiveram de se adaptar, diz José:

Ainda foi uma sorte! Ainda foi uma sorte aquele forte estar desocupado. Porque se aquele forte estava ocupado (...) chegamos a viver lá 32 casais! Onde é que se ia por essas pessoas se aquele forte estava ocupado!? E sem condições nenhuma! (...) andamos nessa situação vinte e tal anos, nessa situação a viver de promessas, de promessas, promessas! Graças a Deus que conseguiram resolver esse problema, essa é mais uma fase que se ultrapassou, mas foi, foi muito, muito, muito complicado! (José / Angola)

Quanto ao Governo Regional, não nos foi possível apurar se existiu algum tipo de apoio concedido visto, na altura, a Madeira estar sob a gestão de uma Junta Autónoma, conforme já explicamos neste trabalho, organismo esse extinto após a Região ter sido dotada de autonomia político-administrativa. Para além disso, não existem estatísticas nem encontramos qualquer publicação sobre o tema. Desta forma, as referências aqui assinaladas seguem exclusivamente as informações prestadas pelos nossos inquiridos, que nos dizem não ter tido qualquer tipo de apoio por parte do Governo Regional da Madeira.

4.6.3 - Forte de São João Batista: O alojamento temporário que durou cerca de três décadas

Conforme vimos no capítulo anterior, o Forte de São João Batista albergou várias famílias de retornados. Neste espaço já haviam camas, das crianças que costumavam ali passar férias, algumas mesas, cadeiras e casas de banho. A câmara municipal fez umas divisórias improvisadas e as pessoas foram para lá morar.

Conta Maria:

Chegou-me uma cunhada e disse-me (...) vamos para o forte, que o forte tá vazio só tá lá canalha²⁹
(...) Eu fui e meti-me dentro da capela. Meti-me dentro da capela, mas já tava lá dois casais a

²⁹ Canalha - É um termo muito utilizado na Madeira para se referir a crianças.

morar, na parte de cima atrás (...) a capela onde diziam missa, mas já não tinha santos. Não tinha nada, só apenas tinha o altar e as paredes todas pintadas de preto que a canalha fazia desenhos (...). Meti-me lá, só ia lá dormir, e comer ia à casa da minha mãe, passava o dia na casa da minha mãe (...) e depois atrás de mim veio outra (...) e tudo foi ocupando. (Maria / Angola)

Já no caso de Felismina, encontrava-se acolhida em casa de uma irmã quando

A presidente do IARN, ela mandou-me chamar para ver se eu queria aceitar um canto de lá do forte, porque havia vagas e era melhor do que eu tar no Funchal, por causa do trabalho de meu marido que era do mar, Meu marido mesmo queria vir para aqui por causa do mar e de maneira que teve que ser assim. (Felismina / Angola)

Fotografia N.º 4 - Forte de São João Batista no ano de 1975



Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista, Ano 1975

Fernanda conta que o Sr. padre Martins acabou por autorizar que as pessoas fossem para o forte, e relata desta forma a sua vivência:

Tinha dois quatinhos (...) não tinha cozinha (...) tinha a casinha de banho ali e o quarto grande ficou para se fazer comida. Numa câmara de voto pusemos uma cozinheira (...) ela pôs uma no seu canto encostada à parede e eu pus no meu canto e fazia-se lá o comer. Então tinha as mesinhas que eram dos miúdos da escola, lá com as banquinhas baixinhas ponha-se o comer na mesa e tudo comia (...). Não tinha água, tinha água, mas eles cortaram (...) arranjam na rua uma cozinha pra se cozinhar, pra se tirar as coisas dali, foi-se andando foi-se alargando (...). Depois a casa de banho parou de funcionar. A minha mãe também foi para lá morar, ficou num quatinho, ficava em frente. Olhe, a minha mãe fazia as necessidades na casa de banho dela saía na minha, se eu fizesse na minha saía na dela, depois corria por as paredes do andar de baixo que aqueles canos tavam todos rotos. *O que é que se faz? Isto assim não pode continuar, nem para quem mora lá, nem para os outros que moravam, nem para nós!* Então deixou-se de fazer serviço nas

casas de banho, encerrou-se, desinfetou-se, tirou-se as pias, tirou-se tudo, deitou-se cimento, pintou-se, caiu-se e já servia para um quarto para os filhos (...). As necessidades como se fazia: no penicão. Comprou-se um penicão e depois ia-se deitar para o mar! (Fernanda/Angola)

Os responsáveis do IARN forneceram mantas e cobertores e também mais camas para quem precisava. Posteriormente, fizeram uma visita ao forte e perante as condições miseráveis em que as pessoas viviam, comprometeram-se a fazer obras para dividir os espaços para que as famílias pudessem ter, pelo menos, alguma privacidade. Assim sucedeu, as obras foram feitas, introduziram-se divisórias em plutex que separavam os agregados familiares. Todavia, era possível ouvir o que se dizia no quarto ao lado porque as divisórias não chegavam ao teto, para além do material não permitir isolamento sonoro.

Fotografia N.º 5 - Forte de São João Batista mais recente e desabitado (vista do mar)



Fonte: http://drakonyaz.blogspot.pt/2006_04_01_archive.html

4.6.4 Diferenças sentidas e principais dificuldades

A Madeira nos anos 70, conforme descrito neste trabalho, sofria de diversas carências a vários níveis que são referidas também pelos nossos entrevistados. Diferenças culturais

como o estilo de vida, os comportamentos e as mentalidades, aliadas às dificuldades económicas derivadas de baixos salários e custo de vida elevado foram as mais referidas.

Assim, em resposta à questão sobre quais eram os aspetos em que a vida em África diferia mais da vida na Madeira, várias pessoas dão particular destaque à diferença de mentalidades traduzida na forma de ser, de estar e lidar com os outros. Essa diferença cultural é sobretudo salientada pelos nascidos em África e pelos que, embora naturais da Madeira, haviam emigrado para as ex-colónias ainda pequeninos. Relativamente a estes últimos, temos o exemplo de Carlos, Laura, Marco e José, que chegaram à Madeira com 9, 15, 17 e 18 anos, respetivamente, após terem passado a sua infância / adolescência em África. Atendendo a esse facto, é compreensível que ao regressar à Região, as suas memórias não eram propriamente da vivência que tinham tido na Madeira, mas sim a de África, o que os posiciona na mesma situação dos nascidos lá.

Posto isto, vejamos alguns exemplos que expressam algumas das diferenças mais sentidas por esse grupo de entrevistados (nascidos em África ou que tinham ido para lá pequenos):

Era outro ambiente, aqui é tudo muito pesado. Não sei, é uma coisa completamente diferente, eu quando cheguei cá eu notei, notei que as pessoas eram diferentes (Carlos / Moçambique)

As maiores dificuldades foi aprender a viver num ambiente ultraconservador (Mariana / Moçambique)

Até hoje eu acho que tenho uma postura própria talvez influenciada por ter nascido em África (...) tenho às vezes opiniões muito próprias e acho que são influenciadas por isso. Que as pessoas aqui, como vivem num meio pequeno, isto aqui é tudo muito bonito, que é, mas às vezes as perspetivas são, são, são fechadas, não são amplas e isso às vezes eu noto. (Carlos / Moçambique)

Atrasados no ponto: Eram muito fechados, tás a entender, nós eramos mais evoluídos (...) mais abertos, não se tinha tantos complexos. Se quisesse dizer uma asneirada dizia, tudo na brincadeira, sabendo que a asneirada que eu tou a dizer não tou a ofender. Aqui era o contrário, a asneirada era para ofender (Marco / Angola)

As pessoas não se mexiam e era complicado incutir coisas novas, ainda hoje é complicado. Ainda hoje o madeirense é muito adverso à mudança, leva tempo até assimilar que vai mudar (...) foi o que eu notei. Pronto tinha alguma dificuldade (...) agora de resto, o trabalho em si funcionava (Manuel / Moçambique)

Era uma sociedade um bocadinho fechada, eu achei, pronto. E não era fácil a pessoa integrar-se e depois também muito crítica na altura (...). Também lá eu tava integrada em grupos de desporto, tá a ver? Praticava desporto, tinha outros objetivos, portanto e não ligava tanto a roupas, nem a sapatos, nem a carteiras e aqui uma das coisas que eu notei aqui é que toda a gente reparava nesse tipo de coisas. E depois acabei por ser igual, pronto, depois apanhei as coisas todas também, tá a ver? (...) Notava mesmo nas conversas de café que as pessoas conversavam muito sobre esses aspetos (...) também o acesso às notícias não era tão fácil na altura (...) se calhar por esse facto é que as pessoas ligavam mais a essas coisinhas mundanas, tá a ver? (Laura / Moçambique)

Também Carolina sentiu esse fechamento da sociedade madeirense, dizendo que era difícil deixar entrar alguém naquilo a que ela apelidou do “*círculo*”³⁰, para além de sentir que os madeirenses eram pessoas muito receosas e desconfiadas, e que lá em Moçambique não era assim “*os amigos dos meus amigos passavam a ser meus amigos e convivíamos todos!*” (Carolina / Moçambique).

Igualmente, Armando referiu que o que mais o afetou foi a forma das pessoas se relacionarem porque “*as pessoas são mais individualistas (...) ninguém fala com ninguém*” (Armando / Angola).

Outros exemplos:

Era um meio diferente (...) havia uma maior cumplicidade entre os amigos, não havia rivalidades (...) é raro encontrar bons amigos aqui! (Nicolau / Moçambique)

Na Madeira havia muitas convenções, pessoas muito paradas, resignadas, tudo era muito lento! (Rute / Moçambique)

Era uma inveja (...) temos uma maneira de ser diferente. Quer queiramos, quer não. Por fruto da nossa vivência em África, por fruto de tudo, ainda hoje temos uma maneira, uma postura de estar, uma maneira diferente! (Manuel / Moçambique)

Por sua vez, relativamente aos que emigraram para África já na idade adulta, e que com a descolonização voltavam então para a sua terra (Madeira), a questão económica foi a que mais lhes trouxe dissabores.

Maiores dificuldades foi começar a vida do zero, uma luta grande (...). Chegar sem nada, tar dependente da família, tar dependente do tio, da tia, do primo! (Marco / Angola).

Claro a experiência não foi lá muito famosa, não é! Eu dependente dos meus pais, não é, mas senti que eles estavam em dificuldades, não é?! Vieram de mãos vazias! (Nicolau / Moçambique)

Porque nós tínhamos um nível de vida baixo, mas não passávamos fome, tínhamos a nossa comidinha, a nossa roupinha, tínhamos tudo isso e chegamos aqui sem nada! Com a roupa no corpo! Muitos de nós, a gente andava com uma calça o dia, a minha mãe tinha de chegar à noite lavar a calça para vestirmos no outro dia, porque não tínhamos! Não nos deram possibilidade do pouco que lá tínhamos trazer! (José / Angola)

O desafio de recomeçar uma vida na Madeira, nas condições socioeconómicas em que se encontravam, foi grande para a totalidade dos participantes, ainda que, diferentemente sentida por cada qual.

³⁰ Círculo – Termo utilizado pela inquirida naquilo que consideramos ser uma referência ao grupo de pertença.

Como sabemos, a capacidade de superação das dificuldades sofre influências de variados fatores. Neste caso poderá ter sido influenciada por situações como: **a)** Existência de redes de apoio; **b)** Capacidade económica da família; **c)** O rápido regresso à vida ativa; **d)** Resiliência de cada um.

Verifica-se, mesmo para aqueles que conseguiram de imediato trabalho na Madeira (e com trabalhos de melhor rendimento comparativamente com a generalidade da população ativa), as divergências salariais e de custo de vida em relação àquilo que tinham em África eram, ainda assim, muito elevadas. Por exemplo, Manuel, que era professor em Moçambique, assim como a sua esposa, e que na Madeira voltaram à lecionação, esclarece-nos o que se passou com eles. Em Moçambique, apesar de jovens, já tinham casa própria e dois carros, bons ordenados, empregados domésticos (um para a lida de casa e um para engomar) e as despesas eram bem poucas permitindo-lhes ter uma vida privilegiada:

Não termos de pagar renda porque o apartamento era nosso é muito bom, não é?! Os carros também dados é muito bom! Depois ganhávamos os dois 30 contos na altura, naquela altura trinta contos em África, com o custo de vida em África (...) três vezes mais barato do que aqui, aquele dinheiro podíamos comer todos os dias fora! (...) Não se gastava ao fim do mês! (...). Viemos para aqui precisamente a ganhar metade, o custo de vida quatro vezes e a ter de começar do zero! A ter de começar do zero, do nada! (Manuel / Moçambique).

Na Madeira, conforme descrito por Manuel, tiveram dificuldades logo à chegada, com o facto de não possuírem dinheiro para transportar os seus bens para a Região. O contentor com as suas coisas, bem como os dois carros³¹, ficaram vários meses no porto de Lisboa porque o Estado português só se responsabilizou com o seu transporte até ao continente. Ora, como não tinham dinheiro, só passados vários meses é que conseguiram fazer esse pagamento e receber os seus bens na Região.

Quando receberam o contentor no Funchal, logo venderam um dos carros para ganhar alguma verba que ajudasse no aluguer do apartamento. Quanto ao outro, ficou muito tempo parado porque não tinham dinheiro para o combustível.

Igualmente, Ricardo que foi morar para o Continente vindo de Moçambique (ainda criança)

³¹ Apesar de só estarem autorizados a trazer um carro para Portugal, conseguiram trazer os dois porque cada um tinha um carro em seu nome de solteiro. Mandaram os carros com três meses de diferença temporal um do outro, por forma a não dar nas vistas.

conta que apesar do pai (que era médico) ter começado de imediato a trabalhar no hospital Egas Moniz a maior dificuldade “*penso que foi a falta de dinheiro, porque foi recomeçar uma vida de novo, tudo o que ele tinha deixou em África (...) houve grandes dificuldades!*” (Ricardo / Moçambique).

Para além das pessoas não estar autorizadas a trazer grandes valores monetários, juntava-se o facto, não menos importante, que não tinham investido na compra de imóveis em Portugal, nem colocado o seu dinheiro em contas neste país. Assim, conforme nos esclarece Rute, ficou lá tudo porque ninguém pensava vir um dia para Portugal. O pai dela, por exemplo, tinha várias casas alugadas. Surpreendentemente, já depois do 25 de Abril, comprou também um apartamento para a filha, em Moçambique, para o oferecer como prenda de casamento³².

A dificuldade para começar a vida na Madeira era tanta, para a maioria dos entrevistados, que de acordo com Cláudia superou o próprio trauma da guerra:

Custou-me mais a ver a situação que eu tava vivendo aqui, do que eu vivi lá, que lá eu tinha tudo! Tínhamos a vida boa! Cheguei a ver aquilo fiquei triste (...) claro que eu cheguei aqui eu via-me com os dois bebés e as duas meninas, tive que lutar por eles! (...) A primeira fase que eu tive aqui foi muito difícil, muito difícil! Enfrentei muitas dificuldades aqui! (Cláudia / Angola)

Outra diferença muito referida pelos nossos entrevistados relaciona-se com o nível de vida existente na Madeira nos anos 70. Esta diferença é definida por Rute como um “*nível grande de subdesenvolvimento*” (Rute / Moçambique).

Comparativamente a Moçambique, e então com África do Sul, isto era subdesenvolvido! Era subdesenvolvido! Eu com 17 anos entrei na faculdade, com 17 anos e tenho 62 (...) e fui viver para um apartamento no 15º andar (...) e eu lembro-me que o último apartamento que o meu pai comprou foi num prédio de 33 andares. Agora, em Lisboa eu não vi esse cosmopolitismo e aqui na Madeira era um falso cosmopolitismo porque os estrangeiros, os turistas, é um mundo à parte! (Rute / Moçambique)

Havia muita pobreza e falta de qualidade de vida, nomeadamente problemas de saneamento e salubridade, que contrastava fortemente com a vida a que se haviam habituado em África. Aquela terra de abundância, segundo descrição dos próprios, com grande variedade de produtos e um custo de vida muito baixo. Essas condições propiciavam, mesmo àqueles que

³² Rute casou-se em Dezembro de 1974, em Moçambique.

não tinham grandes ordenados (como era o caso dos pescadores que fazem parte da nossa amostra), uma qualidade de vida muito superior àquela que tinham na Madeira.

Este subdesenvolvimento, existente na Região, foi uma grande surpresa sobretudo para os mais jovens:

(...) Vivemos, estudamos e casamos em Moçambique, nunca saímos de Moçambique para vir para Portugal. Era-nos incutido lá a ideia de que Lisboa era a capital do império, Europa é que era o desenvolvimento e que nós lá estávamos atrasados! Isso era-nos incutido na escola! (Manuel / Moçambique).

A ilha da Madeira era a terra dos meus pais e a minha terra, mas não conhecia nada disto! Depois de cá chegar fiquei desiludido. (Marco / Angola)

Para além destes fatores, Laura refere a questão da falta de espaço (limitação da Ilha) como outra dificuldade para quem vinha de um espaço geográfico tão amplo quanto Moçambique. Diz esta entrevistada que sentiu muito essa limitação, sendo este facto também referido por Sara e Marco vindos de Angola.

Tive que me adaptar também, não é! Porque lá eu andava de bicicleta, à vontade, era pegar na bicicleta e andar, aqui não (...) vivia na Camacha, que é tudo em declive e frio no Inverno. (Laura / Moçambique)

É porque lá você corria, corria sei lá, fazia cinco ou seis mil quilómetros à boleia de uma cidade para outra (...) não tinha fim! Quando cá cheguei fiquei desiludido olhava para um lado mar, mar, isto é tão pequeninho! (Marco / Angola)

Diz-nos Sara que, após se ter formado em geografia, veio a aperceber-se de que o espaço influencia muito a forma de ser e de estar das pessoas, na medida em que "*quando não há tanta rivalidade nem luta pelo espaço (seja ele empregos ou mesmo o espaço físico real) existem muito menos conflitos entre as pessoas*" (Sara / Angola) tendo sentido isso na sua própria experiência pessoal. Em Angola havia um espaço físico enorme, diz ela, trabalho para toda a gente e um custo de vida menor e nunca sentiu essa competição / rivalidade entre as pessoas que apercebeu-se existir na Madeira.

Esta perspetiva vem também ao encontro da posição assumida por Vieira (2015), de que a limitação territorial da Ilha da Madeira restringe também as mentes dos madeirenses e cria entraves à aceitação do outro, normalmente visto como um rival que vem apropriar-se de parte do pequeno espaço de quem já cá está.

Já em relação à forma de viver e conviver (incluindo a ocupação dos tempos livres) houve

pessoas que sentiram uma grande ausência de atividades na Madeira, comparativamente com África. Entre os que vieram, sobretudo os que tinham mais posses (onde se destaca a totalidade dos que vieram de Moçambique), a vida em África era culturalmente ativa e diversificada. Não esqueçamos que tanto Luanda (Angola) como Lourenço Marques (Moçambique) eram consideradas, naqueles anos 70, cidades cosmopolitas com grande nível de vida e todo o tipo de entretenimento.

Desde o cinema, ao teatro, os clubes noturnos e casinos, e ainda os convívios em bares na baixa da cidade eram muito frequentes para uma boa parte dos participantes. Inclusivamente para os mais jovens (caso de Carlos que chegou à Madeira com apenas 9 anos): *“Por exemplo, lá eu ia ao cinema quando eu queria (...) quando eu vim tive não sei quantos anos sem ir ao cinema”* (Carlos / Moçambique). Já havia até, a título de exemplo, naqueles anos 70 o cinema "drive-in" onde se assistia aos filmes ao ar livre dentro da viatura.

Outras diferenças salientadas são as estruturas arquitetónicas, a alimentação, bens de consumo e clima. Havia naquelas cidades de África um maior progresso: existência de grandes avenidas e pomposos edifícios como é exemplo o prédio onde Rute foi morar, nos anos 70, num décimo quinto andar (anteriormente referido neste trabalho).

Na população branca, existia uma maior liberdade nos costumes, por exemplo, as mulheres já usavam biquíni na praia e minissaias e muitas conduziam, coisas que era quase impensável na Madeira e também em Portugal Continental, sendo por isso olhadas pelos populares com desdém.

Quanto à alimentação, existia em Moçambique géneros alimentícios desconhecidos na Madeira como a *fast-food* e a coca-cola e uma diversidade alimentar considerável (resultante daquele ser um polo multicultural) sendo a comida indiana, por exemplo, muito usada. Carlos, por exemplo, diz *"fui muito influenciado e ainda sou, porque eu gosto muito daquelas coisas exóticas (...) gosto daquela comida africana e de vez em quando a minha mãe ainda faz umas coisas"* (Carlos / Moçambique).

Para além disso, havia muitos artigos (como por exemplo os brinquedos) provindos de África do Sul, já muito sofisticados para a época.

Por tudo o anteriormente exposto, é possível aferir que os participantes neste estudo

percecionam a existência de diferenças culturais significativas entre a Madeira e África (tanto Angola como Moçambique) nos anos 70. A nível económico e de desenvolvimento, existiam também diferenças substanciais entre o que existia em África e aquilo que a Madeira disponha. Estas diferenças em termos de cultura, qualidade de vida e progresso trouxeram grandes desafios às pessoas na sua adaptação. Segundo os seus relatos, essas dificuldades foram sendo amenizadas e superadas com o tempo, algumas pessoas ultrapassando-as com maior facilidade, outras com menor, como em tudo na vida. Uma das nossas entrevistadas, por exemplo, diz "*É um pouco uma atitude perante a vida, a vida tem que continuar e temos que aprender a respeitar o meio onde estamos a viver, isso é fundamental (...) respeitar os outros*" (Mariana / Moçambique).

Para além das diferenças anteriormente descritas, foi também referida a relativa ao clima, onde para a maioria das pessoas era melhor em África "*isso era outra coisa porque lá era calor todo o ano (...) estranhei um bocadinho o clima, isso sim!*" (Laura / Moçambique). Naqueles territórios, o clima era mais quente fazendo com que o vestuário fosse mais leve e descontraído (chinelas e calções eram muito usados no dia a dia). Apenas um dos nossos inquiridos considerava o clima pior lá, pela mesma razão que os outros o consideravam melhor: o calor que para esta pessoa era demasiado.

Relativamente a possíveis efeitos na saúde dos retornados, dois dos nossos entrevistados (Matilde e Martim) dizem ter sido afetados no sistema nervoso, em resultado de terem passado pela experiência de guerra em Moçambique:

Nervos, sonhos esquisitos, pesadelos (...) ficamos muito abalados, até o Sr. Dr. quando viemos fomos às consultas (...) ele disse: vocês nunca mais vão ser pessoas normais, porque o que vocês passaram lá não podem ser normais. Ao princípio quase todos os dias sonhos com pesadelos daqueles ataques lá (...) ainda hoje aparecem pesadelos. Os pesadelos de agora são mais distanciados, de meses a meses sonho que estou lá. (Martim / Moçambique)

Passava noites sem dormir! (Matilde / Moçambique)

Outra senhora, Fernanda relaciona alguns dos seus problemas de saúde com as variações climáticas a que foi sujeita, conforme seu relato:

Problemas de saúde houve muitos, porque aquela coisa da gente ir de uma terra fria (...) foi um tormento para eu me habituar àquele clima. Depois de estar habituada ao clima de lá venho para aqui e foi outro tormento para me habituar ao clima. Andava também sempre empalamada (...) já operei este joelho há dezassete anos e agora há seis anos operei este. Já tirei a vesícula, já tirei tanta coisa. Já tive cega dos olhos, já fiz duas operações aos olhos (...) (Fernanda / Angola)

Quanto à questão da participação política em atividades recreativas, sociais, políticas e/ou outras, verifica-se que ninguém do grupo de participantes neste estudo teve qualquer tipo de experiência nessas áreas.

4.6.5 Acolhimento da sociedade madeirense

Em relação ao acolhimento na Madeira, as respostas são maioritariamente positivas, os retornados dizem ter sido bem-recebidos pela população em geral. Um número reduzido de pessoas considera ter sido mal recebido. Tivemos ainda uma resposta neutra acerca do acolhimento: nem bem, nem mal.

Sim mais ou menos, bem, bem não! (Nelson / Angola)

Ao princípio foi difícil, foi difícil, nã... não gostava (...) (Carlos / Moçambique)

Muita hostilidade, só que depois acabamos por nos integrar. (Rute / Moçambique)

Manuela, por exemplo, disse ter tido situações desagradáveis, mas também houve muitas pessoas que a ajudaram, tal como Aldora que refere que as suas vizinhas eram todas fantásticas e ajudavam-na. Ainda assim, constatamos que mesmo entre os que dizem ter sido bem-recebidos existem alguns reparos feitos pelos próprios de que, por vezes, ouviam "bocas" relativas ao facto de serem retornados. Oito pessoas fizeram referência a esse facto.

Eu ouvia retornada, não sei quê, mas isso a mim nunca me incomodou, nunca me senti maltratada (Sara / Angola)

A gente ia-se a uma barraca elas diziam "ah, as retornadas vieram, comeram tudo!" (...) Mas, além de eu tar na minha terra fomos mal recebidas porque vinha-se retornadas. Eu não vim retornada eu vi para a minha terra! (Maria / Angola)

Para José (Angola), os retornados eram mal vistos em todos os sítios para onde iam, fosse ao centro de saúde, ao médico, a uma repartição pública. Já Mariana, diz nunca ter tido problemas, mas, no decorrer da sua profissão como professora, presenciou muitas vezes à marginalização de alunos seus (vindos de África) por parte de alunos madeirenses e sabe que esses sim sofreram muito. Também Sara diz ter sido bem-recebida: "*Como eu fui para o campo dar aulas, lá está, as pessoas do campo nunca me maltrataram, pelo contrário. Os meus alunos, eu tinha 18, os meus alunos tinham 13, 12 e 14, pronto, depois eu tinha a viola e pronto (...) e nunca me senti maltratada*" (Sara / Angola).

A maioria dos participantes neste estudo diz não ter sido discriminado na Madeira, embora tenha havido quem sentisse discriminação. Fernanda, por exemplo, diz que no forte foram alvo de uma atitude discriminatória por parte de um presidente da Câmara (já não o que estava em exercício aquando da ocupação do forte). Conta esta entrevistada o sucedido:

Tudo a acartar aguinha da fonte dos milagres para levar para o forte, cortaram as águas (...) um dia eu disse a ele:

- O Sr. Presidente porque é que cortou a água?

- Ah, porque a água, vocês não precisam da água!

- Ai não? Os pretos eram pretos, mas tomavam banho! (...) O Sr. ponha um contador às pessoas, para as pessoas gastar e pagar, mas não cortava a água!

Foi um tormento para tornarem a por lá água! (...)

(Fernanda / Machico)

Maria não permitia que a incomodassem "*Não menina, eu tava na minha terra e ia-me sentir discriminada porquê? Mas eles mandavam, também ouviam!*" (Maria V. / Angola).

Para Manuela a questão da cidadania foi a forma como se sentiu discriminada, não especificamente na Madeira, mas em Portugal, uma vez que lhe foi negado o direito à cidadania que havia perdido quando Angola se tornou independente. Apesar de viver maritalmente com um português, só conseguiu recuperar a cidadania portuguesa onze anos após a sua perda efetiva, não obstante as suas várias tentativas de legalização.

As outras pessoas que dizem ter sido discriminadas justificam essa sua perceção com as conversas de rua que ouviam, as "*bocas*" já antes referidas que os ofendia e os fazia sentir-se à margem da sociedade madeirense. Para os que regressavam à sua terra era como que uma negação do direito que consideravam ter de voltar para o país/região que era a sua.

Verifica-se também que as pessoas que mais se mostraram incomodadas com a questão de terem sido apelidadas pelo nome de "*retornados*" foram as que tinham menores recursos económicos e, por isso, desde logo, encontravam-se numa posição de maior vulnerabilidade, quer seja a nível económico como social.

Relativamente à aplicação desse termo (*retornados*) que foi usado indiscriminadamente em relação a quem veio para Portugal após a descolonização portuguesa, independentemente de ter nascido ou não no país, as opiniões dividem-se. Há quem concorde com ele porque, efetivamente, estava voltando à sua terra e há quem discorde por vários motivos. As razões

mais apontadas para o facto de não se concordar com a utilização do nome *retornados* decorre do facto de terem nascido em África e por isso considerarem que não podem ser retornados aqui. Deriva também da forma como o termo foi usado, parecendo ter uma finalidade de ofender, ou simplesmente porque veio associado ao drama daquilo que as pessoas viveram. Ainda assim, constatamos pela análise das respostas dos nossos entrevistados que, maioritariamente, as pessoas não se sentiram incomodadas com essa designação.

Matilde, por exemplo, nunca se incomodou porque, diz ela, por essa ordem de ideias também se fosse a Lisboa quando regressasse à Madeira era retornada à sua terra. Já Rute respondeu que não se considera retornada porque nasceu em Moçambique e a mãe também já havia nascido lá. Considera que retornada só se for no sentido de ter abandonado as ex-colónias, no entanto, julga mais justa a designação de *"uma refugiada, uma exilada, da própria terra que não queria deixar, mas por circunstâncias diversas sobretudo por questões políticas tive de o fazer"* (Rute / Moçambique). Já Nicolau, comenta que isso nunca o incomodou, mas conta um episódio que aconteceu consigo, quando um amigo da escola interveio em sua defesa, precisamente em resposta a uma boca de *retornado* que alguém lhe mandou:

Ele é que uma vez me fez refletir nessa coisa que a minha ignorância na altura falavam *"retornados"* (...) e ele um dia defendeu-me! Que ele disse: *"Não tu não és retornado, tás a mandar bocas com ele, tu não és retornado, tu és refugiado!"* (...) e ele zangou-se forte (...) eu nunca tive esses complexos. (Nicolau / Moçambique)

Olhe, claro que a gente viemos de Angola puseram os retornados, não foi eles aqui (...) exatamente era-se retornados (...) nunca me incomodou de dizerem que eu sou retornada, não senhora! (Maria / Angola)

Olhe, não me afetava nada porque realmente eramos retornados, nesse aspeto eramos, nunca achei que houvesse assim um cunho pejorativo sobre o assunto. Se calhar havia, para certas pessoas, não sei, se calhar havia, mas eu nunca liguei, sabe! (Laura / Moçambique)

Constata-se neste estudo que quase um terço dos participantes consideraram esse termo ofensivo e utilizado com intenção de ofender. Carlos, por exemplo, diz que inicialmente não gostava, precisamente devido às conotações negativas que se seguiam à sua aplicação. Como por exemplo, chegou a ouvir *"olha os retornados que vieram nos tirar os trabalhos"* (Carlos / Moçambique).

Igualmente Sara considera:

Era um termo pejorativo sem dúvida e que algumas pessoas ainda hoje utilizam, mas as pessoas que aqui estavam também tinham os seus trabalhos, as suas casas e tiveram que abrir as suas portas para receber os familiares que vieram, por vezes com muitas dificuldades a nível de espaço e outras e também não foi fácil para elas. Por isso compreendia também esse lado e também quem veio não era perfeito e muitas vezes vinham com aquela arrogância de que tinham tudo em África e gostavam de referir isso (algumas até exagerando isso) como quem cá estava não era perfeito então é normal surgir conflitos. (Sara / Moçambique)

E Carolina esclarece:

Olhe, retornado no sentido da palavra é uma pessoa que retorna às origens, muitos deles nem nunca tinham vindo a Portugal! Por isso, acho que, pronto, foi um carimbo que deram às pessoas e que não foi bem aceite e porquê? Porque esse carimbo foi uma ofensa para eles (...) vejo que as pessoas que foram carimbadas com isso têm uma mágoa, porque, porque esse, esse carimbo de retornado vem juntamente com a descolonização malfeita! Com tudo o que perderam, com tudo o que passaram, não é?! Eu também passei, eu passei mal, mas houve gente que passou muito pior do que eu, não é? E que perderam famílias e que ficaram traumatizadas. (Carolina / Moçambique)

Outro exemplo:

Na altura era muito complicado, na altura só a palavra retornado já doía, foi muito complicado (...) não gosto porque há pessoas que pensam que os retornados, *ah o retornado veio tirar o posto de trabalho dos que cá estavam*. É mentira! Porque o retornado, o retornado é português como os que cá estavam. Eu sinto-me madeirense como aquele que nunca emigrou (...) não aceito que uma pessoa que sempre viveu na Madeira e que passe por mim e me chame retornado porque eu, eu quando vim, vim de uma parcela de território portuguesa, não é?! Não vim de um país estrangeiro, vim de uma parcela de território portuguesa! Como aconteceu a mim podia acontecer a essas pessoas que dizem esses nomes. (José / Angola)

4.6.6 Regresso à vida ativa: trabalho e integração

Como referido por Boswell (2003) e Bäckström & Castro-Pereira (2012), a questão do trabalho tem um peso considerável na integração das pessoas em idade adulta. Nestas situações, em que há um afastamento do local onde se exerce a sua atividade (trabalho ou estudos) a entrada no mercado de trabalho ou o regresso às escolas, são fatores fundamentais para uma boa integração social na sociedade recetora.

Neste trabalho foi possível apurar que a quase totalidade dos inquiridos (mais de 90%) começaram a sua vida ativa na Madeira com relativa facilidade e rapidez e em ocupações muito similares às que tinham em África. Os pescadores voltaram para a pesca, pois não faltava trabalho nessa área (de acordo com alguns relatos). As senhoras domésticas

mantiveram essa condição, os professores voltaram a dar aulas³³, os alunos continuaram os seus estudos e algumas pessoas que trabalhavam em serviços encontraram também ocupação em áreas similares.

O facto não exclui, contudo, dificuldades iniciais na integração. Foi o caso de José, cuja adaptação foi difícil porque *“a pesca aqui era diferente da pesca lá. A pesca aqui era mais difícil, envolvia outras modalidades de pesca. Nós lá tínhamos uma modalidade de pesca e aqui havia várias modalidades de pesca, portanto foi um bocadinho difícil”* (José / Angola).

Já Carlos e Ricardo que continuaram os seus estudos ao chegar a Portugal, também tiveram as suas dificuldades:

(...) A comida era outra, era tudo diferente, senti bastante. A escola também era diferente (...) lá eu tava num colégio e quando nós íamos ler, a leitura ou qualquer coisa assim, nós tínhamos que levantar (...) aqui quando a professora mandava ler eu levantava-me e aqui era um motivo de chacota (...) Depois olha, é como tudo, a pessoa tem de se sujeitar e habitua-se. (...) é fácil nessa altura fazer amizades, não tive problemas. (Carlos / Moçambique)

Houve muita gente que veio das ex-colónias, eu não era o único no liceu S. João do Estoril (...). Notava-se perfeitamente era grupos no início (...) por exemplo nós sempre tivemos rivalidades, entre aspas, com os angolanos (...) mas quando, quando surgia uma situação de atrito com alguém do continente os africanos automaticamente tavam todos logo, todos unidos! (Ricardo / Moçambique)

Conforme vimos neste estudo, uma das medidas levadas a cabo pelo Estado português para promover a integração dos retornados foi a criação do quadro geral de adidos, pelo Ministério da Coordenação Interterritorial, por forma a encaminhar os funcionários do Estado para postos e ocupações similares àqueles que tinham nas ex-colónias portuguesas. A esse respeito, relativamente ao nosso caso em concreto, só o marido de Cláudia foi integrado cá na Madeira (numa escola) após reunir e entregar todos os papéis que lhe foram solicitados. Mesmo assim, diz ela, foi uma grande dificuldade para que a sua situação se convertesse em vínculo definitivo, devido a um papel que não estavam a conseguir encontrar. No entanto, esta pessoa esteve sempre a receber, primeiramente subsídio de desemprego durante um tempo e, de seguida, vencimento como funcionário da escola. Contudo, não via a sua situação ficar segura devido a essa falha no seu processo, mas que acabou por ser

³³Apesar de não terem beneficiado da inclusão no quadro de adidos, porque não estavam nos quadros em África, vieram numa altura em que se abria concursos para a contratação de professores e eles, que tinham mais formação do que a maioria dos professores da Região, foram logo colocados.

ultrapassada com a ajuda de uma pessoa amiga que lhe trouxe posteriormente (anos mais tarde) esse papel de Angola.

De resto, apenas mais duas pessoas estavam a desempenhar funções públicas em África, Manuel e Rute, ambos professores. Apesar da tentativa de entrar no quadro de adidos dizem não ter sido aceites porque em África não tinham ainda vínculo efetivo.

Desta forma, quando questionado acerca se havia tido algum apoio institucional, aquando da sua vinda para a Madeira (Portugal), Manuel responde “*governamental zero, o Estado português não cumpriu com nada do que estava feito no contrato*” (Manuel / Moçambique). Apesar disso, este entrevistado não teve qualquer dificuldade em relação à procura de emprego na Madeira pois um mês depois da sua chegada começou a dar aulas.

Verifica-se que o facto de a generalidade das pessoas ter rapidamente voltado à vida ativa na Região (seja com o retomar dos estudos, seja através de um novo emprego) teve um papel muito importante na sua integração visto, efetivamente, estas se considerarem bem integradas, não obstante, as dificuldades que passaram inicialmente. Na verdade, na experiência de vida do nosso grupo de entrevistados não existiu nenhum caso de desemprego de longa duração.

Há também quem defenda que os retornados eram pessoas muito “*desenrascadas*” que arregaçavam as mangas e iam à luta:

Um pormenor que eu admirei nos, nos retornados, era o empenho de se dedicarem ao trabalho. Sei que eles lá viviam um, viviam um estatuto de vida desafogado, à vontade (...). No entanto, vi alguns dos retornados a trabalhar afanosamente nos trabalhos mais humildes! Aquele rapaz (...) esperto, dinâmico (...) acontece que esse rapaz inteligente e tal (...) lá devia viver muito bem, dedicou-se, sujeitou-se a tirar areia para a ribeira (...) jogou-se ao trabalho! (P.e Martins / Machico)

Quando cheguei foi na agricultura [depois] comissão de retornados, depois pedreiro numa empresa de construção civil e depois jardineiro no liceu em Santana (...) O que fez eu conseguir, conseguir ir vivendo é que eu tava habituado a fazer de tudo. (Martim / Moçambique)

Em relação à forma como foram recebidos pelos colegas de trabalho, não houve problemas de maior. As pessoas dizem ter sido tratadas como os restantes e os problemas havidos não têm qualquer relação com facto de estes serem ou não retornados:

O pescador sabe o que é que tem que fazer, você faz o seu, eu faço o meu (...) não há discussão (...) tudo bem, convivíamos bem. (Marco / Angola)

O que eu não gostei foi de pedreiro porque os colegas bebiam muito e eu como não era alcoólico tinha problemas (...) havia ameaças uns com os outros (...) bêbedos, faziam partidas uns aos outros, maldades. É a brincar, mas ofende! (Martim / Moçambique)

Para aquele grupo de pessoas que não ficaram em casa de familiares, mas sim foram morar para o forte de São João Batista, o facto de viverem conjuntamente com outros retornados também foi uma fonte de suporte na sua integração. Formou-se uma rede de partilha e entreajuda que os possibilitou ir enfrentando os problemas do dia a dia e ultrapassando-os na medida do possível. Vejamos três exemplos de quem viveu no forte:

Estavam todos com o mesmo problema. (Lúcia / Angola)

Porque éramos todos retornados não tínhamos que atirar nomes uns aos outros! (José / Angola)

Todos passavam cá as mesmas dificuldades! (Fernanda / Angola)

Questionados quanto à existência, ou não, de relações de proximidade com outros retornados, confirma-se a existência de vínculos por parte de algumas pessoas, mas não tanto por esse facto (característica comum) quanto por motivo de se terem tornado vizinhos, como é o caso das pessoas de Machico que ficaram realojadas no mesmo bairro.

Pela nossa pesquisa bibliográfica e no terreno, constata-se que nunca foi formado qualquer grupo ou associação de retornados na Região, a não ser mais recentemente (com as novas redes sociais) um grupo do facebook a que dois dos nossos entrevistados dizem pertencer. É um grupo constituído por pessoas vindas de Moçambique e que de tempos a tempos organiza um jantar para convívios entre eles. Apesar disso, esse grupo, por ser recente, não teve qualquer influência na forma como estas pessoas se integraram na sociedade madeirense.

4.6.7 Reflexões acerca da integração na Madeira

Pela análise dos nossos dados, confirma-se que relativamente às pessoas que participaram neste estudo repete-se o cenário já traçado por Pena Pires (em 2003), em relação ao Continente, em que um dos fatores que favoreceu uma melhor integração dos nossos retornados (comparativamente com o que sucedeu com casos idênticos em outros países) foi, precisamente, a manutenção dos laços com a família no local para onde retornaram, tendo beneficiado desse apoio à chegada. Verificou-se também, neste caso, que esse contato

com a família na Madeira era mantido sobretudo através da troca de correspondência. No nosso grupo entrevistado, há duas pessoas que apesar de nascidas em África já conheciam a Madeira, Laura, que havia feito anteriormente férias na Região e Mariana que apesar de nascida em Moçambique viveu a infância em Timor (devido à profissão do pai) vindo aos dez anos de idade para a Madeira para completar os estudos (visto em Timor o ensino ser feito só até a 4ª classe). Nesse período viveu em casa da avó, depois foi para Coimbra tirar o curso superior e completados os estudos voltou para Moçambique.

O segundo fator que contribuiu para a boa integração dos retornados resultou, a nível nacional, da dispersão das pessoas pelo país, sobretudo, para os seus locais de origem ou para onde tinham família. Pelo nosso estudo, é possível afirmar que a situação dos nossos inquiridos foi idêntica, apesar de se constatar que houve uma maior concentração de pessoas no concelho de Machico, por motivo de ser o local de origem da maioria dos nossos entrevistados, no entanto, esse volume não chegou nunca a ser problemático para o concelho.

A estes dois principais fatores junta-se-lhes a questão da emigração para outros países, que parece ter sido grande na Região, pois apesar de não termos dados estatísticos quanto a esse facto (por não existirem), pelos relatos feitos constata-se que poderá ter ocorrido em grande número. Três dos nossos entrevistados estiveram em outros países após o regresso à Madeira, Sousa, José e Marco, o primeiro no Panamá, o segundo na Guiné e o terceiro andou por vários países:

Saí, tive sempre na pesca. Tive em Panamá, tive nos Estados Unidos, tive em África do Sul, tive em Cuba, em Porto Rico, tive no México, foi só em trabalho, na pesca (...) O lugar que tive mais tempo em terra foi na Califórnia em San Diego mas não quis ficar (...) já tinha família. (Marco / Angola)

Para além disso, de acordo com Manuela (entrevistada) e o Professor Alberto Vieira, terá havido uma política de facilitação de vistos (por parte do IARN ou de entidades governamentais) para os retornados que quisessem emigrar para outros países, como por exemplo o Brasil. Manuela ainda ponderou aproveitar essa facilidade, mas, como aqui era a terra do marido e onde ele tinha família, acabaram por se manter na Madeira.

Quanto ao IARN, referido em estudos nacionais pelo seu importante papel no alojamento de retornados, parece não ter desempenhado essa função na Região, sendo apenas referido por

Manuela que ficou hospedada um mês numa pensão por conta daquele Instituto. Os restantes inquiridos desconhecem quem tenha beneficiado desse apoio nas suas freguesias /concelhos.

As principais ajudas facultadas pelo IARN, de que beneficiaram alguns participantes neste estudo, foram a entrega de bens alimentícios e roupas: *"Era cobertor, era leite em pó (...) e deram-me dois catres para os meus filhos dormir, duas camas de ferro"* (Lucília / Angola).

O câmbio de um determinado valor monetário, trazido das províncias ultramarinas, é também referido por alguns entrevistados. Para além disso, uma pessoa diz ter beneficiado de um pequeno subsídio que variava conforme o número de pessoas do agregado familiar. Outro inquirido beneficiou de um crédito a juros mais baixos, conseguido através daquele Instituto, que usou para adquirir, conjuntamente com o pai e o tio, dois barcos de pesca nos Açores. Martim, por sua vez, relata que esteve a trabalhar na Comissão de Retornados em Santana, uma dependência daquele Instituto, e explica em que consistia:

Puseram lá três pessoas, por conta do governo, para receber os nomes das pessoas que iam chegando e depois fazendo os requerimentos para pedir dinheiro, quem queria dinheiro a juros [mais baixos] foi isso, embora não funcionasse foi isso (...). Ao fim de dois anos foi extinta. (...) Penso que foi o IARN que fez isso. (Martim / Moçambique)

Relativamente aos seus hábitos e costumes verifica-se que, maioritariamente, não sofreram alterações significativas, sendo que, para os nascidos na Madeira os hábitos que tinham em África eram os que haviam levado da Região. Entretanto, com a vinda para a Madeira, houve hábitos que foram adaptados, por exemplo, em termos de alimentação era difícil manter o consumo da diversidade de géneros que tinham em África, isto porque, para além de não haver tanta variedade na Madeira, a alimentação aqui era muito mais cara. Também a nível do vestuário, a roupa em África era mais leve e tinha outros padrões tipicamente africanos, as diferenças na forma de vestir os tornava facilmente identificados como retornados.

Eu acho que fui me adaptando (...). Eram diferentes [as roupas] completamente. Usei os primeiros tempos, depois, é porque depois ficava tudo a olhar para mim (...) era diferente porque havia muita influência também de África do Sul e depois as pessoas não tavam aqui habituadas (...) notavam logo que era diferente! (...) Mas adaptei-me sem problemas nenhuns! (Laura / Moçambique)

4.7 Relações com África

Apenas alguns dos nossos inquiridos voltaram ao local de África de onde vieram nos anos 70, mas são uma pequena minoria, quatro pessoas.

As razões apontadas para não terem mais voltado são sobretudo de natureza económica, contudo há também quem aponte outros motivos: **a)** As memórias tristes com que ficaram do período pré-retorno associadas àquele espaço geográfico foi muito referida; **b)** Por motivos de segurança porque aqueles países estiveram em guerra civil durante muito tempo “*Não senhora, não, não, nem que me pagassem! Há medo!*” (Maria / Angola); **c)** O facto de para lá ir ser necessário um visto que não é fácil obter; **d)** Por terem conhecimento de que o que irão encontrar hoje não corresponde ao que guardaram na memória, pois têm pessoas conhecidas e/ou familiares que ainda lá estão ou voltaram em visita e lhes transmitiram isso; **e)** Um dos nossos entrevistados tem receio de que caso vá, não queira mais voltar.

Primeiro as finanças (...). Quem abandonou aquilo como tava na altura, agora volta lá e vê muita pobreza (...) depois também é assim eu, que cheguei aqui com 15 anos não é (...) depois de passar 15 anos a gente vai lá e talvez já não se conhecesse (...) perdi aquele entusiasmo (...). O meu intuito era esse, voltar lá e tornar a ver aquilo que eu passei, mas com olhos de ver, não é? (Nicolau / Moçambique)

Eu não vou encontrar a terra que eu deixei, eu não vou encontrá-la, não vou encontrá-la e, e prefiro guardá-la na minha memória como ela era do que completamente, completamente destruída! (...) Porque Moçambique retrocedeu, retrocedeu, retrocedeu 30, 40, 50 anos e já não vou encontrar a terra que eu deixei e quero guardar aquilo (...). Tenho muito medo de, de perder a memória que eu tinha, a imagem que eu tenho de, de África, tenho mesmo muito medo de perder essa imagem! (Rute / Moçambique)

Apesar disso, constata-se a vontade que muitos dos entrevistados têm de regressar a África:

Não é que não tenha vontade sabe!? Tenho imensas saudades, tenho pelo menos essa parte da cidade de Lobito bem viva na minha memória, como se tivesse saído de lá ontem. Tenho, tenho a impressão que se eu voltasse hoje lá que eu ia, ia ter aos mesmos sítios, andar por onde eu andei quando era jovem (...) tenho essa percepção que conseguiria andar por esses caminhos e tenho muitas saudades sabe!? (José / Angola)

Não calhou, não proporcionou, este ano pensamos, eu alvitrei, mas depois recuei (...) estamos a pensar (...) tenho, sempre tive receio de chegar lá e não querer voltar! Porque eu sou muito, eu gosto muito daquela terra! (...) o motivo que eu nunca fui para lá, que eu já podia ter ido, é precisamente o receio de sentir-me, de não querer vir! (Manuel / Moçambique)

Questionamos também os nossos inquiridos se ainda acompanham a situação local daquele país africano de onde vieram, maioritariamente responderam que sim (dezassete pessoas),

mas não regularmente.

Já em relação à manutenção de laços de amizade com pessoas que vivam ainda em solo africano (de onde eles vieram) verifica-se que catorze pessoas ainda mantêm contactos com alguns familiares e amigos que lá ficaram e nove pessoas já não. Os que mantêm esses contactos são, sobretudo, pessoas nascidas lá ou descendentes de famílias que viveram mais tempo naqueles territórios.

4.8 Descolonização portuguesa sob o ponto de vista dos entrevistados

Quisemos saber qual era a opinião que as pessoas tinham acerca do processo de descolonização levado a cabo por Portugal. É referido pelos entrevistados como tendo sido um processo muito mal gerido pelo Estado.

Respostas como "*muito mau*", "*mal preparado*", "*péssimo*", "*muito triste*", "*horroroso*", "*muito feio*" e "*mal aplicado*" foram todas empregues pelos nossos inquiridos e são bem reveladoras do que pensam estas pessoas, ainda hoje, acerca daquele acontecimento que afetou as suas vidas já lá vão mais de quarenta anos.

Verifica-se, nesta questão acerca da descolonização, que de todos os inquiridos apenas duas pessoas desculpabilizam o Estado português pela forma como foi feita a descolonização. É o caso de Laura, que considera que foi feito o que era possível na altura, porque haviam muitas pressões internas e externas e, ainda assim, considera que os retornados tiveram algum apoio do Estado português. Também Sara, justifica a forma "*atabalhoada*" como foi feita a descolonização pelo clima que se vivia em Portugal Continental, num período que era pós-revolucionário, dizendo que o que sucedeu em África foi também o reflexo do que se vivia no país.

As pessoas referem que o que lá se passou, com a descolonização (sobretudo a forma como foi feita), não foi apenas mau para os portugueses brancos que lá viviam, mas sim para toda a população civil. Quem ficou nesses novos países, Angola e Moçambique, veio a ter muitos mais problemas, que se prolongaram durante anos e anos, com as guerras civis que se sucederam. Isso, segundo Sara e outros participantes neste estudo, é também responsabilidade do nosso Estado português que não soube preparar aqueles povos, através

de um período de transição anterior à efetivação da independência, pois toda a administração das colónias era feita quase exclusivamente pela população branca.

Interligado a esta questão da preparação dos povos africanos, residentes nas ex-províncias ultramarinas, encontra-se a questão da educação que, de acordo com os nossos entrevistados, não era promovida pelo Estado português no que se concerne à população negra. Por exemplo, os negros tinham as suas escolas nas aldeias que só ensinavam até ao quarto ano, para continuar os seus estudos tinham de ir para as cidades, isso não era viável às suas famílias, era muito raro um negro ir além do quarto ano de escolaridade.

Acho que eles tinham o direito a terem uma palavra e as oportunidades que nós tivemos, porque é que a cor da pele vai mudar, não faz sentido! (...) Só porque é negro não tem capacidades?! Claro que tem! (...) Não foram-lhes dadas foi as oportunidades e aí foi onde o governo português pecou. Porque é negro não vai para a escola (...) a instrução primária não, mas daí para a frente sim. Porque daí para a frente o povo vive no mato e no mato só há até a quarta classe. Tá limitada, quem é que pode pagar um colégio? Só os brancos. (Carolina / Moçambique)

5 Reflexões finais

Verifica-se, após análise dos dados deste trabalho, que a maioria dos retornados participantes neste estudo, havia emigrado para aqueles territórios na década anterior. Os locais de destino deste grupo de pessoas eram Angola e Moçambique e lá concentravam-se nas cidades de Luanda e Lourenço Marques, bem como, nas cidades costeiras onde muitos foram se dedicar à pesca, caso de Lobito, Benguela e Baía Farta.

No entanto, nem todos eram naturais desta Região, havendo entre o grupo de participantes neste trabalho várias pessoas nascidas em Angola e Moçambique. Alguns são filhos de indivíduos que haviam emigrado muito antes, para aqueles territórios, ou seja emigrantes de primeira geração, e outros cujos pais já nasceram também em África, ou seja, emigrantes de segunda geração. Por esse motivo, alguns não se consideram retornados, mas sim refugiados.

Atendendo às características desse fluxo, a denominação aplicada na literatura revista, qualifica estas pessoas como sendo retornados, repatriados, deslocados, desalojados e refugiados.

Este fluxo ocorre num momento em que a Madeira da época se debatia com problemas de subsistência. A sua população vivia na pobreza e basicamente da agricultura, uma atividade muito dura e pouco rentável. Consequentemente, os madeirenses viviam com muitas dificuldades e, para muitos, a única hipótese de melhorar a sua vida era através da emigração.

Por esses motivos, a taxa emigratória na Madeira sempre foi elevada, sendo os principais destinos dos madeirenses sobretudo os Estados Unidos, o Brasil e a Venezuela. Nos anos 60, as províncias ultramarinas tornam-se também muito atrativas e na Madeira dão-se facilidades para quem queira embarcar para aqueles territórios. Consolida-se uma redução da burocracia e dos custos inerentes a todo o processo para aprovação da emigração, que se conjuga com as boas oportunidades de trabalho e de qualidade de vida existentes, na altura, em África. Estes fatores tornam aquele destino muito apetecível aos madeirenses provocando uma grande procura.

Para quem já tinha familiares lá, acrescia as facilidades que o Ministério do Ultramar implementou para que se fizesse a reunificação familiar, através do próprio pagamento da viagem, segundo alguns relatos, às mulheres e filhos que não tivessem posses. A intenção

política seria aumentar o povoamento de população branca, tanto em Angola como em Moçambique.

Este fluxo migratório, para as colónias ultramarinas, pode ser enquadrado no âmbito da migração internacional, considerando a transposição de fronteiras geográficas, ou de migração interna, atendendo ao fator Estado, visto estas pessoas se deslocarem, apesar da longa distância, para territórios considerados pelo Estado português como suas províncias, isto, apesar de os movimentos de libertação, e mesmo a ONU, não concordarem.

Constata-se que a experiência de vida em África, dos participantes neste estudo, tanto dos nascidos lá como dos madeirenses, era muito boa, denotando-se da sua parte uma ligação a África que parece ultrapassar a questão económica, referida em termos de vivência e de ligações afetivas que várias pessoas fazem questão de salientar. Uma vida facilitada, alegre, despreocupada e com muita fartura, é assim que é descrita a vida em Angola e Moçambique, contrária àquela que deixaram para trás quando emigraram e que voltaram a encontrar quando regressaram.

Os participantes neste estudo começaram a abandonar África ainda no ano de 1974, devido aos conflitos ocorridos nas cidades de Lourenço Marques e Luanda. Esses problemas trouxeram muitas dificuldades à população branca e negra, que acabou por ser forçada, em grande medida, a abandonar aqueles territórios.

O maior fluxo de regresso para a Madeira ocorre entre os anos de 1975 e 1976, sendo o avião o meio de transporte mais utilizado. Nessa fuga de África, as pessoas passaram por inúmeras e diversificadas dificuldades, conforme se constata pelos testemunhos dados, desde a insegurança nas estradas, passando pelo encerramento de aeroportos e o cancelamento de viagens por mar. A espera por um voo era longa e houve pessoas que se aventuraram por mar, em pequenas embarcações de pesca, por forma a poderem trazer o seu meio de subsistência para a Região.

Enquanto isso, Portugal reuniu apoios internacionais para fazer uma evacuação massiva de todos os portugueses que quisessem regressar ao país. Foi assim que se criou a ponte aérea que unia Portugal a Angola. O facto destes voos saírem apenas de Luanda (na maior parte do período de evacuação) trazia, no entanto, enormes dificuldades para quem vinha de outros

locais de África. As estradas eram muito perigosas devido aos ataques e raptos lá perpetuados. Já a necessidade da utilização de outros aeroportos, para se fazer viagem até Luanda, como por exemplo o de Tete, era muito dificultada porque nem sempre eles encontravam-se em funcionamento (devido à falta de segurança e a ocorrência de ataques aos aviões). Ir de barco para Luanda tornou-se também impossível para quem vivia mais a Sul, porque os barcos deixaram de fazer viagem para esses portos.

Já para quem vinha de Moçambique a situação era ainda pior, visto as distâncias serem bem maiores e terem de aguardar por disponibilidade de voo (normalmente só havia uma vez por semana). Esse foi um dos motivos pelo qual muitas pessoas optaram, em vez disso, em ir para África do Sul de carro, apesar do grande perigo que se vivia naquelas estradas.

Com o intensificar do volume de pedidos para sair daqueles locais, tanto de Angola como de Moçambique, a espera por um voo era cada vez maior e o desespero também. Enquanto isso, a violência crescia naqueles territórios, sendo que, a maioria dos retornados afirma ter presenciado situações de conflito e guerra antes de vir para a Madeira. Situações como tiroteios nas estradas, violência e agressões verbais dirigidas aos brancos, do tipo "*vai para a tua terra*", tornaram-se rotineiros no seu dia a dia e a população vivia com medo.

No planeamento da partida daqueles territórios em guerra constata-se, pela bibliografia consultada e pelas experiências de vida dos participantes neste estudo, que os portugueses optaram por diferentes soluções para o seu problema: **a)** Houve pessoas que vieram para Portugal, distribuindo-se por todo o território nacional, incluindo Ilhas, por motivo de terem familiares e/ou por ser o seu local de origem. **b)** Houve também aqueles que fugiram para África do Sul de carro devido à proximidade e/ou por se sentirem mais ligados àquele território do que a Portugal. Daqueles que foram para África do Sul, muitos acabaram por voltar a Portugal posteriormente, como é o caso de duas das nossas participantes neste estudo.

Relativamente às características do grupo de pessoas vindas de Angola, comparativamente com o grupo de pessoas vindas de Moçambique, é possível constatar que os que vieram de Moçambique são pessoas com maior capacidade económica, com mais estudos e melhores profissões.

Verificou-se também que para quem havia nascido naquelas províncias ultramarinas a saída foi mais penosa, sobretudo porque, para além de todo o drama vivenciado e de todas as dificuldades inerentes de ter de recomeçar uma vida em outro local (a muitos quilómetros de distância do território onde nasceram e sem possibilidade de poder voltar), acresceu a grande decepção que foi chegar à Madeira e deparar-se com a sua realidade.

A Madeira não era nada daquilo que haviam imaginado, nem Portugal era a metrópole imponente e majestosa que lhes haviam ensinado nas escolas em África. As pessoas que ainda não conheciam a Ilha relatam a surpresa e a tristeza que tiveram ao constatar para onde tinham vindo, uma Região “*pobre*” e “*subdesenvolvida*” segundo as palavras dos próprios. Para além disso, estas pessoas dizem ter sentido uma grande diferença em termos culturais, sobretudo, na forma de ser dos madeirenses (mentalidades e comportamentos).

Constata-se que a grande maioria dos entrevistados foram acolhidos pela família, que lhes deu alojamento temporário e ajudou naquilo que foi sendo necessário, até se conseguirem estabelecer. Neste aspeto, não existem diferenças entre os que haviam nascido na Madeira ou não, todos os que tiveram necessidade de apoio foram acolhidos por familiares. No grupo de participantes neste estudo, apenas duas pessoas não chegaram a usufruir desse tipo de apoio por não terem necessitado do mesmo (vieram anos mais tarde após um período de permanência em África do Sul).

Para que o referido apoio familiar se concretizasse contribuiu o facto de regra geral as pessoas terem preservado os vínculos familiares, apesar da longa distância que os separava, laços esses mantidos sobretudo através de correspondência regular. O facto de terem emigrado há relativamente pouco tempo teve também um peso importante. No entanto, verifica-se um grande volume de reemigração dentro do grupo de retornados vindos para a Madeira, conforme vários relatos, sobretudo para o Brasil, onde já existia uma grande comunidade madeirense.

Na Madeira, a nível governamental, a Câmara Municipal de Machico teve um papel importante no alojamento de várias famílias, feito através da disponibilização de algumas casas (aluguer a cargo daquela autarquia) e da permissão para que várias famílias (cerca de 30) fossem residir para o forte de São João Batista. Este alojamento provisório tinha poucas condições de habitabilidade, sobretudo, pelo facto de não se tratar de um edifício preparado

para residências, mas sim um espaço que funcionava, naquele tempo, como cresce e colónia de férias das crianças (no verão). As pessoas que lá viveram, durante cerca de três décadas, passaram por inúmeras dificuldades para adaptar o espaço às suas necessidades, no entanto, beneficiaram da entreatajuda que se formou entre todos os que lá viviam. Este apoio que davam uns aos outros foi uma importante ajuda para conseguirem superar, na medida do possível, as dificuldades do seu dia a dia.

Para além da ajuda camarária, houve também o apoio do IARN. A sua intervenção fez-se primeiro em Lisboa, através do câmbio para escudos de um determinado valor monetário, havendo também relatos acerca do recebimento de um subsídio, antes do embarque para a Madeira (apenas duas pessoas). No entanto, os restantes inquiridos neste estudo dizem não se recordar de ter recebido qualquer valor por parte daquele Instituto.

Na Região, o IARN não participou nas soluções de alojamento para os retornados, contrariamente ao sucedido a nível nacional. O seu principal papel, segundo os relatos recolhidos, consistiu no fornecimento de bens de primeira necessidade (enlatados e roupas). Para além disso, este Instituto forneceu camas e mantas para alguns moradores do forte de São João Batista e providenciou umas obras de colocação de divisórias no espaço (que trouxeram maior privacidade às famílias ali alojadas).

Um dos nossos inquiridos diz ter também beneficiado do apoio daquele instituto em termos da obtenção do seu primeiro emprego, na Comissão de Retornados (ao Serviço do IARN), após a chegada à Região. E outra pessoa, beneficiou de um empréstimo que usou para ir aos Açores comprar dois barcos de pesca para exercer a profissão na Madeira, conjuntamente com o pai e um tio, porque o barco que possuíam naufragou em Canárias, na viagem de fuga de Angola.

Quanto à integração na Madeira, os participantes neste estudo referem ter tido inicialmente muitas dificuldades a vários níveis, desde a nível económico e de alojamento, como a nível das diferenças culturais sentidas e também, para alguns (numa certa medida), a nível de discriminação da sociedade madeirense.

A nível económico, todos sentiram dificuldades por não poderem trazer dinheiro (excetuado uma pequena verba) e os seus bens. Já a nível cultural, são sobretudo os nascidos naqueles

territórios que relatam a grande dificuldade que sentiram em se adaptar à Madeira porque, de acordo com os próprios, as pessoas eram mais fechadas, receosas e desconfiadas e com dificuldade em receber e aceitar “o outro”.

Em relação à discriminação ela existiu, embora a maioria dos participantes neste estudo digam não a ter sentido. Nesse aspeto, não se deteta qualquer diferença entre as pessoas nascidas em África e os naturais da Madeira, todos passaram pelo mesmo. Encontramos discriminação a nível individual (feita sobretudo através das “*bocas*” ofensivas que lhes eram dirigidas) e a nível coletivo, como por exemplo, o facto de haver quem tenha perdido a nacionalidade portuguesa, após a independência das antigas províncias ultramarinas, e que por esse motivo consideram ter sido vítimas de ato discriminatório por parte do Estado português.

Todas as dificuldades antes descritas, decorrentes deste processo por que passaram as pessoas retornadas de África, de vivência em ambiente de guerra, fuga daqueles territórios, o começar uma vida “*do zero*” na Madeira e enfrentar a hostilidade e o choque cultural na Ilha, foram sendo ultrapassadas com o tempo. Tiveram para isso o apoio da família, seu principal amparo, e a sua capacidade enquanto agentes ativos capazes de superar as adversidades. Por outro lado, o facto de as pessoas terem conseguido voltar rapidamente à vida ativa na Região, quer seja através do trabalho ou do retomar dos estudos, contribuiu grandemente para a sua integração.

Relativamente à utilização do termo *retornado*, e apesar de a maioria das pessoas não se ter incomodado com o facto, verifica-se que muitos discordam da utilização desse termo para os definir, sobretudo aqueles que não nasceram na Madeira (nem em Portugal). Há também referência de que não era o nome em si que incomodava, mas a forma como era dito, parecendo haver da parte de quem o dizia uma intencionalidade de diminuir e ofender o “*outro*”, ou pelo menos era assim que o sentiam, ou seja, percecionavam essa designação como uma forma de discriminar as pessoas vindas de África.

Atualmente, as pessoas consideram-se bem integradas na Madeira e, maioritariamente, não perspetivam a sua vida em outro lugar. Mesmo para aqueles que anseiam regressar a África, para “*matar saudades*” do período lá vivido, a quase totalidade dos inquiridos não pondera a hipótese de voltar a viver lá porque, dizem, aquilo “*não é o que era*”. Há apenas uma

exceção de alguém que diz que caso volte a Moçambique receia não querer mais regressar à Madeira.

Regra geral, os participantes neste estudo não voltaram à ex-província ultramarina onde viveram. Os motivos prendem-se com as suas memórias do período pré-retorno, razões económicas e as questões de falta de segurança que durante muito tempo se viveu naqueles países. Ainda assim, houve quem já voltasse a visitar a sua terra (três pessoas, todos naturais de África) e familiares e amigos que ainda lá têm.

Devemos considerar também neste trabalho que houve pessoas afetadas psicologicamente pela experiência vivida em África, embora poucas (duas referências dentro do grupo de entrevistados), que necessitaram de recorrer a ajuda médica para superar os traumas vividos naquele período.

Antes de finalizar, salientamos que os nossos entrevistados, maioritariamente, tiveram uma grande abertura e transpareciam uma quase necessidade de relatar a sua experiência. Houve uma exceção, apesar de ter colaborado de livre vontade e ter respondido a todas as perguntas feitas, começou por dizer "*vai-me tocar numa ferida que dói*" (Fernanda / Angola).

Concluimos este trabalho, salientando que muito mais havia para explorar neste campo, a limitação de tempo não nos permite ir mais além, contudo, deixamos aqui a referência a dois temas que seria muito útil se explorar no futuro.

Em relação à reemigração de retornados das ex-colónias, interessava saber se se confirma a existência de um grande volume de saídas da Madeira após a sua entrada na Região. Era útil se saber, por exemplo, quais foram os principais destinos dessas pessoas e se por lá ficaram ou, posteriormente, regressaram.

Seria também importante, se aprofundar o conhecimento acerca da intervenção institucional e / ou governamental na integração dos retornados na Madeira, nomeadamente através da exploração da pista acerca da existência de uma Comissão de Retornados na Ilha.

No momento em que estamos a concluir este trabalho, coloca-se novamente o desafio de integrar um grande número de pessoas retornadas à Madeira. Desta vez, deparamo-nos com um fluxo de regresso de madeirenses residentes na Venezuela, fruto da grande instabilidade política, social e económica que lá se vive. As características deste fluxo assemelham-se, em

muito, ao caso que desenvolvemos ao longo desta dissertação de mestrado, nomeadamente, em questão da dimensão numérica, pois segundo noticiado por vários órgãos de comunicação social este volume ronda já os cerca de dez mil retornados, bem como, o facto de virem em fuga de uma situação que não sendo ainda de guerra civil muito se aproxima disso.

Com este trabalho, deixamos um contributo acerca da integração dos retornados na Madeira, através da análise da experiência vivida pelo grupo de participantes neste estudo, esperando contribuir também para o conhecimento da temática do retorno pós-colonial no contexto português.

Bibliografia

ABRANCHES, Maria (2007). “*Pertenças Fechadas em Espaços Abertos – Estratégias de reconstrução de mulheres muçulmanas em Portugal*”. Alto Comissariado para a imigração e para o diálogo intercultural (ACIDI). Lisboa [consultado aos 10 de janeiro 2016]. Disponível em:

http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/13_MA.pdf/625c9d4c-1cb7-40b4-b4fd-9a2a4f30f9e7

ABRANCHES, Maria (2004). “*Mulheres muçulmanas em Portugal: Que estratégias de (re)construção identitária?*”. Atas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia [consultado aos 10 de janeiro 2016]. Disponível em:

http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e518e7f68_1.pdf

ACIDI (2013). “*Diagnóstico da População Imigrante em Portugal. Desafios e Potencialidades*” [consultado aos 9 de dezembro 2016]. Disponível em:

http://www.cm-gondomar.pt/uploads/writer_file/document/3721/15_Estudo_Nacional_Populacao_Imigrante_2013.pdf

ACM (2009). “*Glossário sobre Migração*” [consultado aos 9 de dezembro 2016]. Disponível em:

<http://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Gloss%C3%A1rio.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7b>

ACM (2011). “*Relatório da ONU classifica Portugal como o 1º em políticas de integração*” [consultado aos 25 de julho 2016] Disponível em: <http://www.acm.gov.pt/pt/-/o-que-fazemos-identidade-visual>

ACNUR (2015a). “*Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto*”. [consultado aos 10 de janeiro 2016]. Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>

ACNUR (2015b). “*Tendências Globais sobre refugiados e pessoas de interesse do ACNUR*” [consultado aos 10 de janeiro 2016] Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/relatorio-do-acnur-revela-60-milhoes->

[de-deslocados-no-mundo-por-causa-de-guerras-e-conflitos//](#)

ACNUR(2015c)."Relatório do ACNUR revela 60 milhões de deslocados no mundo por causa de guerras e conflitos" [consultado aos 28 de outubro 2016]. Disponível em:

<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/relatorio-do-acnur-revela-60-milhoes-de-deslocados-no-mundo-por-causa-de-guerras-e-conflitos/>

ACNUR (2015c). "*Global Trends Forced Displacement in 2015*" [consultado aos 15 de outubro 2016]. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf>

ACNUR (2016). "*Global Trends Forced Displacement in 2015. Deslocamento forçado atinge recorde global e afeta uma em cada 113 pessoas no mundo*" [consultado aos 3 de junho 2017]. Disponível em:

<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/deslocamento-forcado-atinge-recorde-global-e-afeta-uma-em-cada-113-pessoas-no-mundo/>

AFONSO, Aniceto & GOMES, Carlos (2000). "*Guerra Colonial*". Editorial Notícias. Lisboa.

ALMEIDA, João F. (1993). Integração social e exclusão social: algumas questões. "*Análise Social*". Vol. XXVIII. Lisboa.

ALMEIDA, São José (2014). "*Retornados uma história de sucesso por contar*". "*O Público*" [consultado aos 18 de fevereiro de 2016]. Disponível em:

<https://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408>

ALMEIDA, São José (2014). "*Os últimos filhos do império*". "*O Público*" [consultado aos 2 de julho de 2016]. Disponível em: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/os-ultimos-filhos-do-imperio-1632525>

AMORIM, Rogério (2015). "*O Adeus a Angola. Diário da fuga pela Costa dos Esqueletos*". (1ª ed.). Vila do Conde. Editora Verso da História.

ANES, Cesaltina M. (2006). "*Imigrantes em Portugal. Filhos ou enteados de uma nova Nação?*". Lisboa. UAB. Dissertação de mestrado [consultado aos 5 de setembro de 2016]. Disponível em: <http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/706/1/LC227.pdf>

ARANGO, Joaquín (2003). "*La explicación Teórica de Las Migraciones: Luz Y Sombra*". Red de Revistas Científicas de América Latina Y el Caribe, España Y Portugal. Universidad

- Autónoma del Estado de México [consultado aos 4 de julho de 2017]. Disponível em:
http://pendientedemigracion.ucm.es/info/gemi/descargas/articulos/42ARANGO_La_Explicacion_Teorica_Migraciones_Luces_Sombras.pdf
- BÄCKSTRÖM**, Bárbara & **CASTRO-PEREIRA**, Sofia (2012). “*A questão migratória e as estratégias de convivência entre culturas diferentes em Portugal*”. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Ano XX, n. 38, p. 83-100, Brasília [consultado aos 18 de janeiro de 2016]. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n38/a06v20n38.pdf>
- BÄCKSTRÖM**, Bárbara; **COSTA**, Paulo M.; **ALBUQUERQUE**, Rosana & **SOUSA**, Lúcio (2016). “*Migrações e Diversidades Culturais*”. CEMRI. Universidade Aberta [2 de fevereiro de 2017]. Disponível em:
http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5673/1/e-book_MDC-N%C2%BA1_21_setembro_final.pdf
- BARDIN**, Laurence (2009). “*Análise de Conteúdo*”. Lisboa. Edições 70.
- BOGDAN**, Robert & **BIKLEN**, Sari (1994). “*Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*”. Porto. Porto Editora.
- BOSWELL**, Christina (2003). “*European Migration Policies in Flux. Changing Patterns of Inclusion and Exclusion*”. London. Blackwell Publishing.
- CABECHINHAS**, Rosa, **FEIJÓ**, João (2010). “*Collective Memories of Portuguese Colonial Action in África: Representations of the Colonial Past among Mozambicans and Portuguese Youths*”, *IJCV*, Vol. 4 [consultado aos 10 de julho de 2017]. Disponível em:
<http://www.ijcv.org/index.php/ijcv/article/view/54>
- CÂMARA**, Benedita (2011). “*O contrato de colônia na Madeira: ambiguidade entre a parceria e a enfiteuse?*”. [consultado aos 13 de julho de 2017]. Disponível em:
http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_3d/benedita_camara_paper.pdf
- CARMO**, Hermano & **FERREIRA**, Manuela (1998). “*Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*”. 2ª Edição. Lisboa. Universidade Aberta.
- CARMO**, Hermano (coord.); **PINTO**, Carla; **DOMINGOS**, Caeiro, et al (2001) “*Problemas Sociais Contemporâneos*”. Lisboa. Universidade Aberta.
- CARVALHO**, Alberto D. (2016). “*A educação para os direitos humanos e o drama dos refugiados: Pressupostos e desafios de uma cidadania universal*”. Atas do V Colóquio

Internacional SOFELP. Migrações, Cidadania e Direitos Humanos: Um Puzzle para a educação? Porto. Instituto de Filosofia da Universidade do Porto [consultado aos 11 de janeiro de 2015]. Disponível em:

<http://sofelp.com/gallery/actas%20congresso%20sofelp.pdf#page=224>

CASSARINO, Jean-Pierre (2013). "*Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno*". REMHU. Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana - Brasília, Ano XXI, n.º 41, p. 21-54, jul./dez. 2013 [consultado aos 20 de novembro 2016]. Disponível em:

<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/402/341>

CASTELO, Cláudia (2007). "*Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*". Porto. Editora Afrontamento.

CASTELO, Cláudia (2006). "*Apresentação: Memórias coloniais: práticas políticas e culturais entre a Europa e a África*". Cadernos de Estudos Africanos, n. 9/10, p. 9-21 [consultado aos 17 de setembro 2016]. Disponível em: <https://cea.revues.org/1195>

CASTLES, Stephen (2000). "*Las migraciones internacionales 2000*". Revista internacional de ciências sociais - n. 65, p. 17-32 [consultado aos 16 de agosto 2016]. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SHS/pdf/165-fulltextspa165.pdf>

CASTLES, Stephen (2005). "*Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: Dos trabalhadores convidados às migrações globais*". Lisboa. Editora Fim de Século.

CASTLES, Stephen & **MILLER**, Mark (2009). "*The age of migration*". International Population Movements in the Modern World. (4ª ed.). Basingstoke: Palgrave MacMillan [16 de agosto 2016]. Disponível em:

<http://www.age-of-migration.com/uk/assets/pdfs/sample.pdf>

COSTA, Joaquim T. (2002). "*Sociedade Portuguesa Contemporânea*". Lisboa. Universidade Aberta.

COSTA, Miguel (2014). "*Moçambique, 7 de Setembro de 1974: os dias do fim*". Observador. 7 de Setembro de 2014 [consultado aos 16 de agosto 2016]. Disponível em: <http://observador.pt/opinioao/mocambique-7-de-setembro-de-1974-os-dias-fim/>

COSTA, Paulo (2015). "*O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português*". Política & Sociedade, 14(30), p. 56-71 [consultado aos 10 de janeiro 2016].

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n30p56/30354>

COSTA, Paulo M. (2004). "*Políticas de imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*". Instituto Piaget.

CMMI (2005). "*As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*". Relatório da Comissão Mundial sobre Migrações Internacionais Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian [consultado aos 10 de janeiro 2016]. Disponível em: https://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy_and_research/gcim/GCIM_Report_Complete_PT.pdf

CPR (1996). "*Asilo em Portugal*". Lisboa. CPR.

DREM (2014). "*Estatísticas Demográficas da RAM 2014*" [consultado aos 29 de março de 2016]. Acedida em: <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/energia-gb/energia-ee-gb/energia-ee-quadros-gb/finish/813-estatisticas-demograficas-da-ram-2014-em-construcao/4427-estatisticas-demograficas-da-ram-2014-cap-8-populacao-estrangeira>

DROUX, Arnaldo (1986). "*Os repatriados da descolonização portuguesa. Alguns aspectos psico-sociais da sua reintegração*". Porto. Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado [consultado aos 20 de novembro de 2016]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10208?locale=pt>

ERVIN, Alexander (2000). "*Applied Anthropology: Tools and Perspectives for Contemporary Practice*". Massachusetts, Allyn and Bacon.

FERREIRA, José M. (1994). "*História de Portugal. Portugal em Transe. (1974-1985)*". 8ª Volume. Coordenação de José Mattoso. Editorial Estampa.

FERRO, Marc (1994). "*História das Colonizações*". 1ª Edição. Lisboa. Editorial Estampa

EXPRESSO (2016). "*Pedidos de asilo mais do que duplicaram na UE*" [consultado aos 20 de novembro de 2016]. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-03-04-Pedidos-de-asilo-mais-do-que-duplicaram-na-UE>

FERREIRA, Suelda. (2008). "*A identidade no processo de construção da nova identidade*". Lisboa [consultado aos 9 de julho de 2017]. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/fich/2/artigorevistainterlegerer.pdf>

FLICK, Uwe (2005). "*Métodos Qualitativos na Investigação Científica*". (1ª ed). Lisboa.

Edição Monitor.

GARCIA, Rita (2012). "*Os que vieram de África. O drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar*". Lisboa. Edição Oficina do Livro.

GARCIA, Rita (2016). "Luanda como ela era. Histórias e memórias de uma cidade inesquecível". Lisboa. Oficina do Livro.

GARCIA, Francisco M.G.P.P. (2001). "*Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*". Porto. Universidade Portucalense. Dissertação de Mestrado [consultado aos 20 de Julho de 2017]. Disponível em:

http://ultramar.terraweb.biz/Livros/FranciscoGarcia/Analise-global-de-uma-guerra_.pdf

GIDDENS, Anthony (2008). "*Sociologia*". 4ª Edição. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

GUERRA, João Paulo (2009). "*Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas*". 1ª Edição. Lisboa. Oficina do Livro.

GUIMARÃES, Sérgio "*O choque cultural do “retorno”*:" E-REI: Revista de Estudos Interculturais do CEI. n. 1, p.1-23. Porto [consultado aos 28 de agosto de 2016].

Disponível em: [https://www.iscap.ipp.pt/cei/E-](https://www.iscap.ipp.pt/cei/E-REI%20Site/1Artigos/Trabalhos%20EI/Sergio%20Guimaraes_O%20choque%20cultural%20do%20retorno.pdf)

[REI%20Site/1Artigos/Trabalhos%20EI/Sergio%20Guimaraes_O%20choque%20cultural%20do%20retorno.pdf](https://www.iscap.ipp.pt/cei/E-REI%20Site/1Artigos/Trabalhos%20EI/Sergio%20Guimaraes_O%20choque%20cultural%20do%20retorno.pdf)

HALL, Stuart. (2006). "*A identidade cultural na Pós-Modernidade*". 11ª Edição. Rio de Janeiro. DP&A Editora.

HENRIQUES, Isabel (2015). "*Colonialismo e História*". Dicionário de Historiadores portugueses [consultado aos 28 de agosto de 2016]. Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_colonialismo_hist.htm

INE. (2012). "*Censos 2011. Resultados Definitivos - Região Autónoma da Madeira*" [consultado aos 24 de agosto de 2016]. Disponível em: <https://estatistica.madeira.gov.pt/jdownloads/Social/Populao%20e%20Condies%20Sociais/Censos/Censos%20%20Publicaes/pdf - censos 2011 ram.pdf>

INFOPÉDIA. (2003) "*Na Senda da Descolonização (1885-1950)*" Porto. Porto Editora [consultado aos 7 de julho de 2017]. Disponível em:

[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$na-senda-da-descolonizacao-\(1885-1950\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$na-senda-da-descolonizacao-(1885-1950))

KING, Russel (2012). "*Theories and Typologies of Migration: An Overview and a Primer*".

Malmö: Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare, Malmö University [consultado aos 18 de setembro 2016]. Disponível em:

<https://www.mah.se/upload/Forskningscentrum/MIM/WB/WB%203.12.pdf>

LE GOFF, Jacques (1990). "*História e Memória*". Campinas. SP Editora da UNICAMP.

LOJA, António E. et al (2008) "*A Madeira na História*". 1ª Edição. Lisboa. Âncora Editora.

MAALOUF, Amin (1999). "As identidades Assassinas". Lisboa. Difel

MACQUEEN, Norrie (1997). "*A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*". Inquérito História. Editorial Inquérito.

MACHADO, Bruno (2011). "*Os filhos dos "retornados": a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade*". Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado [consultado aos 25 de março de 2016]. Disponível em: [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Os%20Filhos%20dos%20Retornados%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Os%20Filhos%20dos%20Retornados%20(1).pdf)

MARQUES, Alexandra (2013). "*Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)*". Rev. Inter. Ciências Humanas. Vol. 2, nº 2, p. 1-12 [consultado aos 24 de agosto de 2016]. Disponível em: <http://journals.epistemopolis.org/index.php/humanidades/article/view/706/276>

MARQUES, A. H. Oliveira (1998). "*História de Portugal - Volume III. Das Revoluções Liberais aos nossos dias*". 13ª Edição. Lisboa. Editorial Presença.

MATOS, Helena (2015a) "*Há 40 anos, o desespero dos retornados: Tirem-nos daqui?*". Observador. 19 de Setembro de 2015 [consultado aos 7 de setembro de 2016]. Disponível em: <http://observador.pt/especiais/tirem-nos-daqui/>

MATOS, Helena (2015b). "*Chamaram-lhes retornados*". Observador. 11 de Setembro de 2015 [consultado aos 7 de Setembro de 2016]. Disponível em: <http://observador.pt/especiais/chamaram-lhes-retornados/>

MELLO, Arnon. (1974). "*Portugal e as colónias da África*". Brasília. [consultado aos 15 de Setembro de 2016]. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222404/000024733.pdf?sequence=3>

MILAGRE, Cristina (2015). "*Interculturalidade e Mobilidade no Espaço Europeu*". ACM. Portugal. I Encontro Nacional de Clubes Europeus [consultado aos 10 de julho de 2017]. Disponível em:

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/DSPE/Clubes_Europeus/Boletim_sete/12_acm_c

ristina_milagre.pdf

MOREIRA, Júlia (2006). "*A questão dos refugiados no contexto internacional (de 1943 aos dias atuais)*". Programa San Tiago Dantas. UNESP. Dissertação de mestrado. [consultado aos 2 de janeiro de 2016]. Disponível em:

<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/julia.pdf>

MULLER, Paulo Ricardo (2013) "*Noções de solidariedade e responsabilidade no campo da cooperação internacional para a proteção de refugiados*". Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. n. 40, p. 229-244 [consultado aos 2 de janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v21n40/14.pdf>

NASCIMENTO, Allan (2011). "*Pessoas deslocadas internamente. Da actuação do Estado soberano à intervenção da comunidade internacional*". Sociologia, problemas e práticas. n. 66, p. 117-134 [consultado aos 28 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://spp.revues.org/479#tocto1n3>

NASCIMENTO, Joselin S. (2009). "*Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*". Universidade da Madeira. Funchal. Dissertação de Mestrado [consultado em maio de 2017]. Disponível em:

<http://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/142/1/MestradoJoselinNascimento.pdf>

NETO, Félix (2002). "*Psicologia intercultural*". Lisboa. Universidade Aberta.

OE (2015). "*Portuguese Emigration Factbook 2015*". Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMFB2015

OLIVEIRA, Nelson (2008). "*A integração dos ""retornados"" no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda*". VI Congresso português de sociologia. Mundos Sociais: saberes e práticas. n.150 [consultado em 2 de janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/150.pdf>

OE (2015). "*Emigração Portuguesa. Relatório estatístico 2015*". [consultado em 2 de janeiro de 2016]. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/>

OFFICE OF THE HISTORIAN. (2017) "*Decolonization of Asia and Africa, 1945–1960*" [consultado aos 7 de julho de 2017] Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/asia-and-africa>

ONU (1998) "*Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos*". Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários [consultado aos 22 de novembro de 2016].

Disponível em:

https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/GP_Portuguese.pdf

ONU (2013). "*International migration and development*". Report of the Secretary-General. [consultado aos 22 de março de 2016]. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/migration/ga/SG_Report_A_68_190.pdf

PAPADEMETRIOU, Demetrios (2003). "*Policy Considerations for Immigrant Integration*" [consultado em 27 de janeiro de 2017]. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/policy-considerations-immigrant-integration/>

PEIXOTO, Carolina (2011). "*A mídia portuguesa e o retorno dos nacionais*". Coimbra. Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento. [consultado aos 2 de janeiro de 2016]. Disponível em: http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n6/documentos/06-Carolina_Peixoto.pdf

PEIXOTO, João (2004). "*As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*". n. 11/2004. Socius - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Universidade Técnica de Lisboa [consultado em 4 de julho de 2017]. Disponível em: <https://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>

PENNINX, Rinus & **MARTINELLO**, Marco (2010). "*Processos e políticas (locais) de integração: estado do conhecimento e ilações*". Estado-nação e migrações internacionais. Universidade de Amestardão [consultado aos 28 de janeiro de 2017]. Disponível em: https://pure.uva.nl/ws/files/1027676/153998_Processos_e_Politicass_Penninx_Martiniello.pdf

PERISTA, Pedro & **BAPTISTA**, Isabel (2010). "*A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção*". *Forum Sociológico. Série II. p. 39-46* [consultado aos 24 de maio de 2017]. Disponível em: <https://sociologico.revues.org/165>

PINTO, Cláudia & **FARIA**, Susana (1996). "*Retornados": Identidades de um grupo (in)conformado*". Seminário de Investigação em Sociologia da Cultura. Leiria. Instituto Politécnico de Leiria [consultado aos 2 de janeiro de 2016]. Disponível em: <http://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/196>

PIRES, Rui Pena et al. (1984). "*Os "retornados": Um estudo sociográfico*". Lisboa. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

PIRES, Rui Pena (2003). "*Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*". Oeiras. Celta Editora.

PIRES, Rui Pena(coord.), **PEREIRA**, Cláudia, **AZEVEDO**, Joana et al (2015). "*Emigração Portuguesa*" Relatório Estatístico 2015. OE [consultado aos 7 de julho de 2017] Disponível em:

http://observatorioemigracao.pt/np4/file/4447/OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatisticos.pdf

PNUD (2009). "*Relatório de Desenvolvimento Humano*". Green Ink Edições [consultado aos 2 de janeiro de 2016]. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2009-portuguese-summary.pdf>

PORTES, Alejandro (2004). "*Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante*". Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 69, p. 73-93. Coimbra. [consultado aos 7 de agosto de 2017]. Disponível em:

<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/69/RCCS69-073-093-Alejandro%20Portes.pdf>

PORTES, Alejandro (2006). "*Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*". Lisboa. Edições Fim de Século.

QUIVY, Raymond; **CAMPENHOUDT**, Luc. V. (2005). "*Manual de Investigação em Ciências Sociais*" (4ª ed.) Lisboa. Edições Gradiva.

RAMOS, Maria Natália (2015). "*A psicologia e os desafios do mundo contemporâneo*". Salvador. UFBA [consultado aos 10 de janeiro de 2015]. Disponível em: http://elearning.uab.pt/pluginfile.php/299960/mod_resource/content/1/N.%20Ramos%20%282015%29%20A%20Psicologia%20%20e%20desafios%20do%20mundo%20contemporaneo.pdf

RAMOS, Maria Natália (2009). "*Saúde, migração e direitos humanos*". "*Mudanças - Psicologia da Saúde*". v. 17, n. 1, p 1-11 [consultado aos 7 de julho de 2017] Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/1924/1938>

RIBEIRO, Margarida (2004). "*Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*". Centro de Estudos Sociais. Porto. Edições Afrontamento.

- RODRIGUES**, Teresa (2010). "*Dinâmicas migratórias e riscos de segurança: A velha Europa*". *Relações Internacionais*. n. 26 [consultado aos 2 de maio de 2017]. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000200010
- ROCHA-TRINDADE**, Maria Beatriz et al (1995). "*Sociologia das Migrações*". Lisboa. Universidade Aberta.
- ROCHA-TRINDADE**, Maria Beatriz (1983) "*O Regresso Imaginado*". Universidade Nova de Lisboa. Repositório Comum. [consultado aos 20 de janeiro de 2017]. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/3459>
- ROSAS**, Fernando, coord. (1994). "*História de Portugal. O Estado Novo. (1926-1974)*". 7º Volume. dir. Mattoso. Lisboa. Círculo de Leitores.
- RUIVO**, Pedro (2006). "*A imigração. Uma visão geral*". Fontes de Informação Sociológica. Universidade de Coimbra [consultado aos 11 de janeiro de 2015]. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2005022.pdf>
- SANTOS**, Boaventura e **NUNES**, João. (2004). "*Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade*". Porto. Afrontamento [consultado aos 11 de janeiro de 2015]. Acedido em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodMultiPort.pdf>
- SILVA**, Ivo M. C. L. (2011) "*Impacto Económico da II Guerra Mundial no Sector Vitivinícola Português - O caso dos Vinhos Comuns*". Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa [consultado aos 26 de julho 2017]. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/6988/1/Impacto%20Econ%C3%B3mico%20da%20II%20Guerra%20Mundial%20no%20sector%20Vitivin%C3%ADcula%20Portugu%C3%AAs.pdf>
- SILVA**, Tânia M. R. A (2015) "*A Violência Sexual e de Género nos Campos de População Refugiada: Análise e Enquadramento Legal*". Universidade do Minho - Escola de Direito. Dissertação de Mestrado [consultado aos 3 de Junho 2017] Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38501/1/Tatiana%20Morais%20Ribeiro%20de%20Aguiar%20e%20Silva.pdf>
- SCHIEFER**, Ulrich & **ALMEIDA**, Filipa (2010). "*Meio século de migrações forçadas em África*". Observare. Universidade Autónoma de Lisboa. [consultado aos 24 de maio 2017] Disponível em:

<http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1076/1/Meio%20s%C3%A9culo%20de%20migra%C3%A7%C3%B5es%20for%C3%A7adas%20em%20%C3%81frica.pdf>

SEF (2015). “*Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*”. OM. Alto Comissariado para as Migrações. Lisboa [consultado aos 11 de janeiro de 2015]. Disponível em: <http://www.om.acm.gov.pt/-/relatorio-sef-imigracao-fronteiras-e-asilo-2015>

SOUSA, Lúcio (1999). “*Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? – Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*”. Universidade Aberta. Dissertação de Mestrado [consultado aos 11 de janeiro de 2015]. Disponível em: <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2106>

TAYLOR, Charles (1994). “*Multiculturalismo: Examinando a Política do Reconhecimento*”. Lisboa. Instituto Piaget.

TAVARES, Rodrigo (2005). “*O regresso dos refugiados angolanos*”. O Público. 26 de Setembro de 2005 [consultado aos 11 de julho de 2017]. Disponível em: <https://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/o-regresso-dos-refugiados-angolanos-40854>

TEIXEIRA, Nuno et al (2005). “*Portugal Contemporâneo*”. Editora Dom Quixote. Lisboa.

TIMUR, Serim (2000). “*Cambios de tendencia y problemas fundamentales de la migración internacional: una perspectiva general de los programas de la UNESCO*”. Revista internacional de ciencias sociales. n. 165, p. 1-16 [consultado aos 16 de agosto de 2016]. Disponível em:

<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SHS/pdf/165-fulltextspa165.pdf>

TOURAINE, Alain (1996). “*O que é democracia*”. Petrópolis. Rio de Janeiro. Brasil. Ed. Vozes.

VALENCIO, Norma; **SIENA**, Mariana; **MARCHEZINI**, Victor e **GONÇALVES**, Juliano C. (2009) “*Sociologia dos Desastres. Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*”. São Carlos, SP. Rima Editora [consultado aos 7 de julho de 2017]. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Victor_Marchezini2/publication/288003997_Colapso_de_barragens_aspectos_socio-politicos_da_ineficiencia_da_gestao_dos_desastres_no_Brasil/links/567db0e608aebccc4e040573/Colapso-de-barragens-aspectos-socio-politicos-da-ineficiencia-da-gestao-dos-desastres-no-Brasil.pdf#page=62

VICENTE, Sérgio & BRÍZIDO, Vanessa (2015). "*Ponte aérea da TAP trouxe centenas de milhares de retornados de África*". RTP Notícias [consultado aos 11 de setembro de 2016]. Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/cultura/ponte-aerea-da-tap-trouxe-centenas-de-milhares-de-retornados-de-africa_v812018

VIEIRA, Joaquim (2007). "*Portugal Sec. XX. Crónica em Imagens 1970-1980*". Lisboa. Bertrand Editora.

VIEIRA, Alberto (2008). "*Um cais de permanentes chegadas e partidas*". CEHA. Funchal. Biblioteca digital [consultado aos 2 de janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/avieira/2008-av-migra.pdf>

VIEIRA, Susana (2013). "*Vindos de África: "retornados" e "desalojados" em Braga (1974-1977)*" [consultado aos 2 de janeiro de 2016]. Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29296>

VIEIRA, Ricardo & VIEIRA, Ana (2015). "*Identidades, aprendizagem e mediação intercultural: uma análise antropológica*". Linhas Críticas, vol. 21, num. 44, pp 95-115. Universidade de Brasília. Brasil [consultado aos 9 de julho de 2017]. Acedido em: <http://www.redalyc.org/pdf/1935/193538270007.pdf>

VIEIRA, Alberto (2016a) "*Ei-los que voltam*". CEHA. Funchal [Consultado aos 5 de maio de 2017]. Disponível em: https://www.academia.edu/27576458/Ei-los_que_voltam

VIEIRA, Alberto (2016b). "*O verso e o reverso da imagem da ilha e do madeirense. Racismo, xenofobia, intolerância e invejidade*". CEHA. Funchal [Consultado aos 18 de fevereiro de 2017]. Disponível em: https://cld.pt/dl/download/f43b4d7e-38e3-4c37-84bd-73b2aa450ba1/C-9ilha_01_invejidade.pdf

Bibliografia online

Vídeos e documentários:

"*Independência e morte: A África Portuguesa*" (2015). TVBrasil (54:24 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GywWEuE0Y_k

"*Retornados ou os Restos do Império (Narrado PT)*" (2015). Paulo Sousa (41:58 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aX7vkNifxTs>

"*Reporter TVI: O lugar onde eu fiquei*" (2016). TVI24 (33:34 min). Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/videos/sociedade/reporter-tvi-o-lugar-onde-eu->

[fiquei/581fb26f0cf2d549d556121f](#)

Linha da Frente (XVIII). "Heróis do Mar" (2016). RTP Play. (27:32 min). Disponível em:

<http://www.rtp.pt/play/p2231/e228705/linha-da-frente>

"Deslocados de Angola" (1975) RTP (4:59 min). Disponível em:

<http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/regressados-das-antigas-colonias/>

"Reportagem sobre o transporte dos retornados de Angola" (1975). RTP Arquivos (13:44 min). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/reportagem-sobre-o-transporte-dos-retornados-de-angola/#sthash.AI7hjnNm.zQ1WYbms.dpbs>

Jornais Online:

Diário de Notícias (2015). "Madeira tem imigrantes de 103 países". Disponível em:

<http://www.dnoticias.pt/impressa/hemeroteca/diario-de-noticias/541206-madeira-tem-imigrantes-de-103-paises-FLDN541206>

Páginas da Internet:

Agência da ONU para Refugiados: <http://www.acnur.org/portugues/>

Alto Comissariado para as Migrações: <http://www.acm.gov.pt/acm>

Instituto Nacional de Estatística:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_princindic

MSF: <http://www.msf.org.br/>

Observatório da Emigração: <http://observatorioemigracao.pt/np4/1308>

Serviço de Estrangeiros e Fronteira: <http://www.sef.pt/portal/v10/PT.aspx/page.aspx>

ENTRARAM ONTEM NO PORTO DO FUNCHAL 35 TRINEIRAS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE

(Continuação da 1.ª página)

ram lutas ruidosas pela posse da cidade e debaixo de fogo. Não conseguimos apurar, contudo, o que será feito quanto a este barco, quando chegar ao Continente.

As traineiras que fundearam no Funchal estão registadas nos portos de Moçamedes, Porto Alexandre, Lobito e Benguela (Angola) e ainda outras duas provenientes de Moçambique, uma das quais viajou unicamente com o seu proprietário desde o porto da Beira até alcançar Durban, na África do Sul, segundo nos informaram também, e até se juntar às restantes em Welvia Bay.

DEZ TRINEIRAS PARA A FROTA PESQUEIRA MADEIRENSE

Como já se referiu, ficarão na Madeira dez traineiras, sendo até agora de 19 o número de barcos propriedade de pes-

cadores madeirenses que chegaram ao nosso porto e que estavam registados em portos de Angola. As que ontem chegaram estão matriculadas com os seguintes nomes: «São João de Deus», «Meu Divino Mestre», «Flore Marys», «Gungaa», «Isabel Maria», «Triunfadora», «Zebra» (esta nunca pescou; é nova), «Santo Agostinho», «Ribeira de São João» e «João António». De momento, não há notícias de que outras traineiras se deslocarão para a nossa ilha.

A bordo das traineiras que ontem chegaram ao nosso porto, são transportados alguns automóveis que os seus proprietários conseguiram embarcar em Angola, além de alguma outra bagagem. As pessoas que viajaram, incluindo alguns negros angolanos, estão todas bem, não se tendo registado nos naufrágios qualquer acidente pessoal, embora muitos tenham passado maus momentos durante o trajecto, numa forma especial por altura da Serra Leoa, onde estiveram algumas horas debaixo de vento ciclónico e chuva torrencial, e nove dias em que as traineiras eram varridas de proa à popa pelas vagas alterosas, dada a nortada que se fez sentir.

«ESPEREI SETE MESES PARA TRAZER O BARCO...»

Logo após a chegada das traineiras, que apolaram junto ao cais de embarque da cidade, contactámos com João

por várias vezes pelos três movimentos que por lá passaram. A minha família chegou à Madeira faz hoje sete meses e eu esperi todo o tempo restante para poder trazer o barco. Lá em Angola deixei um prédio de dois mil contos, que estava a acabar de ser construído, além de outras duas vivendas que eu possuo e do carro. Fora tudo puxado pelo braço... mas lá consegui trazer o barco com que, depois de algumas reparações, penso fazer-me ao mar para ganhar o pão de cada dia.

O João Vicente viajou acompanhado por um genro, que é natural do Continente.

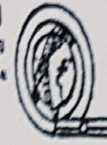
Os barcos que não ficam na Madeira seguirão para portos do Continente, em princípio no próximo sábado.



EXCLUSIVO DE G.L.L. TEL. 300

Avião Novo

TELEX: 22470
Prato de dia
ERVILHAS
Ovos
EROLFADOR



CARAVELA
RESTAURANTE
Telex: 22444
HOJE

AV. MAR
N.º 11

PEIXE
ASSADO

Grão Vasco



O VINHO MADURO
QUE COMPLETA UMA
BOA REFEIÇÃO



V212

Escola Industrial



ERAIS
1 DE JUNHO
E TALVEZ VIOLETA

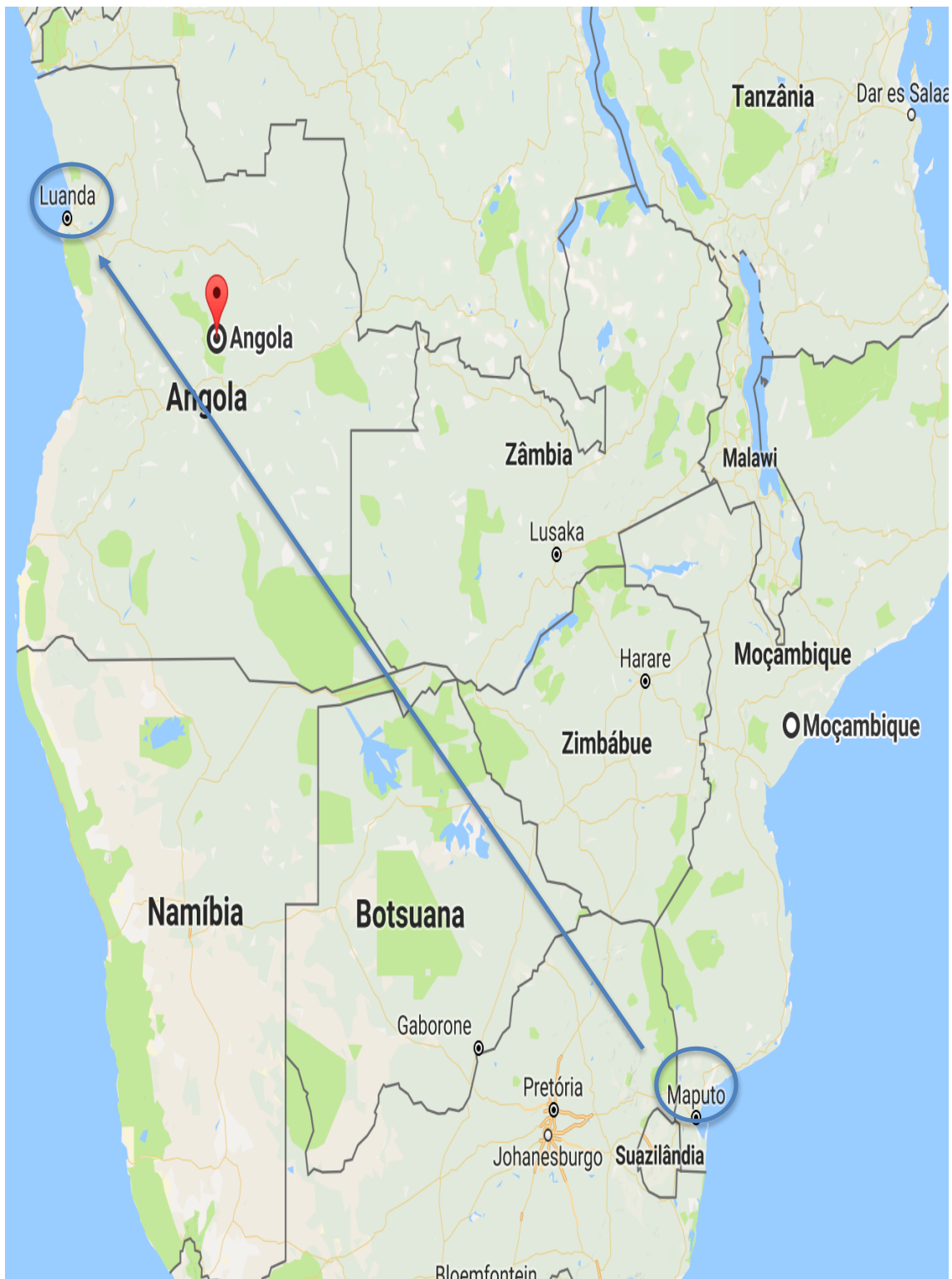
lênças estão fixas neutro...
Milhares de católicos...
catedral rasando...
cidade. Diz-se que o sa...
do São Januário, cont...
receptivos num re/cário...
lho de pedras pedoma, b...
e-se todos os primeiros sã...
de...
Malu, o que não aconteceu...
O cardeal Corrado Ursi, ar...
de Nápoles, culpou a cao...
paga e permissão da Itá...
ativas de legalização do...
os recentes surtos de Y...
b. Mas a teoria que corre...
de Nápoles é que São Ju...
rio está sangado com a c...
esta ter eleito um preside...
Câmara comunista, na Q...
ado.

rd entre os metalúrgicos
patronato
a sindicatos e o patronato da
stra metalúrgica italiana che...
em a acordo quanto a um p...
contrato colectivo, que afecta
milhões de trabalhadores —
ado anunciou a Radiotelevi...
na (RAI).
o abrigo do novo acordo, fir...
e após sete meses de negocia...
os metalúrgicos receberam
aumento salarial de 25.000 li...
mas um bónus de 30.000...
s mensais de retroactivid...
horas semanais de trabalho
reduzidas de 40 para 38.

ASSEMBLEIAS
COMÍCIOS
REUNIÕES

P. C. P.
Hoje, quarta-feira, às 20.30 h
o Partido Comunista Portug...
leva a efeito no seu Centro d...
Trabalho, à Rua da Carreira,
habitual ocasião de esclareciment...
das quartas-feiras, para militar...
tes e simpatizantes.

Mapa N.º 2 - Trajeto para voo de Moçambique (aeroporto de Lourenço Marques, atual Maputo) - Angola (Luanda)



Anexo N.º 3 – Quadro geral dos entrevistados

	Local de Nascimento	Partida para África	Residência em África	Vinda para Portugal	Residência na Madeira
Entrev. 1	Machico	1954	Angola	1975	Machico
Entrev. 2	Lisboa	1958	Angola	1975	Funchal
Entrev. 3	Machico	1961	Angola	1975	Machico
Entrev. 4	Machico	1962	Moçambique	1975	Machico
Entrev. 5	Santana	1962	Moçambique	1976	Santana
Entrev. 6	Machico	1962	Angola	1976	Machico
Entrev. 7	Funchal	1962	Moçambique	1976	Santa Cruz
Entrev. 8	Machico	1965	Angola	1975	Machico
Entrev. 9	Machico	1966	Angola	1974	Machico
Entrev. 10	Machico	1966	Angola	1976	Machico
Entrev. 11	Funchal	1968	Moçambique	1975	Funchal
Entrev. 12	Santana	1968	Moçambique	1976	Santana
Entrev. 13	Funchal	1969	Angola	1975	Funchal
Entrev. 14	Machico	1970	Angola	1976	Machico
Entrev. 15	Moçambique	Nascido lá	Moçambique	1974	Santa Cruz
Entrev. 16	Moçambique	Nascido lá	Moçambique	1974	Funchal
Entrev. 17	Moçambique	Nascido lá	Moçambique	1974	Funchal
Entrev. 18	Moçambique	Nascido lá	Moçambique	1975	Funchal
Entrev. 19	Moçambique	Nascido lá	Moçambique	1975	C. Lobos
Entrev. 20	Moçambique	Nascido lá	Moçambique	1977	Funchal
Entrev. 21	Moçambique	Nascido lá	Moçambique	1977	Funchal
Entrev. 22	Angola	Nascido lá	Angola	1974	Funchal
Entrev. 23	Angola	Nascido lá	Angola	1975	C. Lobos

Anexo N.º 4 - Guião de entrevista aos retornados

Entrevista nº _____ realizada aos _____ local _____

Identificação do entrevistado

Sexo

Idade

Local de nascimento

Habilitações literárias

Estado civil

Profissão atual

Local de residência

1 - Na colónia portuguesa em África

1.1 Em que ano emigrou para África (Angola, Guiné ou Moçambique)?

1.2 Qual foi o principal motivo que o levou a emigrar para aquele país?

- a) Trabalho
- b) Motivos familiares
- c) Qualidade de vida
- d) Outros (anotar)

1.3 Emigrou sozinho ou acompanhado?

1.4 Ficaram em Portugal familiares (ou outras pessoas) com quem tinha uma relação de proximidade?

- a) Sim
- b) Não

1.4.1 Quem? *(Caso a resposta seja sim)*

1.5 Essas ligações com Portugal mantiveram-se enquanto esteve em África?

- a) Sim
- b) Não

1.5.1 De que forma? *(Caso a resposta seja sim)*

1.6 Em África para onde foi morar?

- a) Capital
- b) Outro distrito

1.6.1 Qual? *(se a resposta anterior foi b)*

1.7 Ao chegar àquele país de África integrou-se bem no mercado de trabalho / adaptou-se bem na escola? *(Conforme a situação)*

- a) Sim
- b) Não

1.8 E os filhos integraram-se bem? *(Caso existissem filhos)*

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe / não responde

1.9 Como descreveria a vida que tinha naquele país?

1.10 Como se relacionava com a população local negra?

1.10.1 Frequentava convívios com essa população?

- a) Sim

- b) Não
- 1.10.2 Com que frequência?
 - a) Muito frequente
 - b) Com alguma frequência
 - c) Pouco frequente
 - c) Raramente
- 1.11 Como se ocupavam lá os tempos livres?
- 1.12 Quais eram para si os aspetos em que a vida naquele país diferia mais da vida na Madeira?
- 1.13 Viveu ou presenciou naquele país situações de guerra?
 - a) Sim
 - b) Não
- 1.14 Como viveu essas situações?
- 1.15 Qual foi o impacto que tiveram na sua vida?
- 1.16 Participou em atividades militares / luta armada naquele país?
- 1.17 Considerava a guerra justa?

2 - Do retorno

- 2.1 Em que mês e ano saiu definitivamente do país em que residia (Angola, Guiné, Moçambique)?
- 2.2. Quais foram as principais dificuldades que enfrentou para sair daquele país?
 - 2.2.1 Como superou essas dificuldades?
 - 2.2.2 Teve ajudas nesse sentido?
 - a) Sim
 - b) Não
 - 2.2.3 De quem?
 - 2.2.4 Como foi dada essa ajuda?
- 2.3 Veio para Portugal sozinho(a) ou acompanhado(a)?
 - a) Sozinho
 - b) Acompanhado
 - 2.3.1 Por quem? *(Se veio acompanhado)*
- 2.4 Quando saiu daquele país africano veio logo para a Ilha da Madeira?
 - a) Sim
 - b) Não
 - 2.4.1 Onde esteve antes? *(caso a resposta anterior tenha sido **não**)*
- 2.5 Ao longo desse trajeto teve dificuldades?
 - a) Sim
 - b) Não
 - 2.5.1 Quais? *(caso a resposta anterior tenha sido **sim**)*
- 2.6 Em que data chegou à Madeira (mês/ano)?
 - 2.6.1 Qual foi o meio de transporte utilizado na viagem?
- 2.7 Porque motivo veio para a Madeira?
 - A) Terra de origem
 - b) Presença de familiares
 - d) Outra
 - 2.7.1 Qual? *(caso a resposta anterior tenha sido **outra**)*

2.8 Ao vir para a Madeira era intenção sua/família ficar de forma permanente?

3 - Na Madeira

3.1 Para onde foi morar (concelho)?

3.2 Recebeu ajuda por parte de alguma entidade (governamental ou de cariz social e/ou humanitário) quando chegou à Ilha da Madeira?

- a) Sim
- b) Não

3.2.1 Que tipo de ajuda? *(caso a resposta anterior tenha sido **sim**)*

(Atenção aos vários tipos de ajuda: alojamento, ajuda monetária, emprego, na obtenção de documentos, entre outros)

3.3 Tinha família na ilha?

- a) Sim
- b) Não

3.3.1 A família ajudou-o(a) na sua integração? *(caso a resposta anterior tenha sido **sim**)*

- a) Sim
- b) Não

3.3.2 De que forma? *(caso a resposta anterior tenha sido **sim**)*

3.4 Foi hospedado na casa de algum familiar / amigo / conhecido?

- a) Sim
- b) Não

3.4.1 Na casa de quem? *(caso a resposta anterior tenha sido **sim**)*

3.4.2 Para onde foi morar? *(caso a resposta anterior tenha sido **não**)*

3.5 Quais foram para si as maiores dificuldades quando chegou à Madeira?

3.5.1 De que forma ultrapassou isso? *(aprofundar bem esta questão)*

3.6 Sentiu-se bem recebido(a) pela população residente quando aqui chegou à Madeira?

- a) Sim
- b) Não

3.6.1 Porque é que entende que foi bem/mal recebido?

3.6.2 Acha que algo poderia/deveria ter sido feito de forma diferente?

3.7 Como foi a integração das crianças na escola? *(Caso a resposta à questão 1.4 tenha sido **sim**)*

3.8 Quanto tempo depois de cá chegar é que arranjou trabalho? (procurar saber como o arranjou, que redes familiares ou instituições o/a ajudaram)

3.8.1 A fazer o quê?

3.8.2 Era a mesma atividade que tinha na ex-colónia portuguesa?

- a) Sim
- b) Não

3.8.3 Adaptou-se bem a esse trabalho? *(ter presente se é ou era funcionário público)*

- a) Sim
- b) Não

3.8.4 Adaptou-se bem aos colegas de trabalho?

- a) Sim
- b) Não

- 3.8.5** Porquê? (Em relação às duas últimas questões)
- 3.9** Como se foi relacionando com a sociedade madeirense?
- Bem
 - Mal
 - Indefinido
- 3.10** E em relação à vizinhança, como foi recebido por esta?
- 3.10.1** Porque é que entende que foi bem/mal recebido pelos vizinhos?
- 3.10.1** Que situações concretas recorda que tenham contribuído para ter ficado com essa impressão?
- 3.11** O que acha que contribuiu para que o tivessem recebido bem)?
- 3.12** Esteve envolvido ou desempenhou funções em alguma entidade / associação (recreativas, sociais, políticas ou outras)?
- 3.13** Manteve na Madeira os mesmos hábitos/costumes que tinha em África (nomeadamente na forma de se relacionar com os outros, na alimentação e/ou vestuário)?
- Sim
 - Não
 - Alguns
- 3.13.1** Quais desses hábitos/costumes manteve?
- 3.13.2** Porquê?
- 3.13.3** Esses hábitos sofreram alterações ao longo do tempo?
- 3.14** E a nível económico, como foi para si a experiência de retorno?
- 3.15** Teve algum problema de saúde resultante do processo de retorno?
- Sim
 - Não
- 3.15.1** Que respostas teve ao seu problema? (*Caso a resposta anterior tenha sido sim*)
- 3.16** Relativamente às relações existentes com outros retornados, mantém alguma relação de proximidade (como encontros, convívios, etc)?
- 3.17** Faz parte, ou já fez, de alguma associação constituída por retornados de África?
- 3.18** Essas participações foram importantes para a sua integração? (Caso a resposta à questão 3.15 e/ou 3.16 seja sim)
- 3.19** Sentiu-se alguma vez discriminado na Madeira, quer seja a nível pessoal, a nível profissional ou até mesmo a nível de reconhecimento da sua cidadania portuguesa só pelo facto de ser retornado(a) de África?
- 3.20** Considera-se atualmente bem integrado(a) na sociedade madeirense?
- Sim
 - Não
- 3. 21** Porquê?

4 - Colónia / País africano

- 4.1** Regressou a África?
- Sim
 - Não
- 4.1.1** Por que motivo?
- 4.2** Com que frequência vai àquele país?
- 4.3** Acompanha a situação daquele país a nível político, social ou cultural?
- 4.4** Mantém relações de amizade com pessoas que vivem lá?

a) Sim

b) Não

4.5 O termo "retornados" foi muito empregue na altura para se referir às pessoas que vieram de África após a sua descolonização. Qual é a sua opinião sobre este termo?

4.6 Como avalia o processo de descolonização levado a cabo por Portugal nos anos 70?

Anexo N.º 5 - Guião de entrevista aos "retornados" nascidos em África

Entrevista n.º _____ realizada aos _____ local _____

Identificação do entrevistado

Sexo

Idade

Local de nascimento

Local de residência em África

Local de residência em Portugal

Habilitações literárias

Estado Civil

Com que idade veio para Portugal

Profissão atual

1 - Na colónia portuguesa em África

1.1 Como descreveria a vida que tinha no seu país?

1.2 No momento em que veio para Portugal qual era a sua ocupação em África (Angola, Guiné ou Moçambique)?

- a) Estudante
- b) Trabalhador por conta de outrem
- b) Trabalhador por conta própria
- c) Sem ocupação

1.3 Gostava da ocupação (trabalho / escola) que tinha?

1.4 Como era a sua relação com os colegas?

1.5 Como se relacionava com a população local negra?

1.5.1 Frequentava convívios com essa população?

- a) Sim
- b) Não

1.5.2 Com que frequência?

- a) Muito frequente
- b) Com alguma frequência
- c) Pouco frequente
- d) Raramente

1.6 Como se ocupavam lá os tempos livres?

1.7 Quais eram para si os aspetos em que a vida naquele país diferia mais da vida na Madeira?

1.8 Viveu ou presenciou naquele país situações de guerra?

- a) Sim
- b) Não

1.9 Como viveu essas situações?

1.10 Qual foi o impacto que tiveram na sua vida?

1.11 Participou em atividades militares / luta armada naquele país?

1.12 Considerava a guerra justa?

2 - Do retorno

2.1 Em que mês e ano saiu definitivamente do país em que residia (Angola, Guiné, Moçambique)?

2.2. Quais foram as principais dificuldades que enfrentou para sair daquele país?

2.2.1 Como superou essas dificuldades?

2.2.2 Teve ajudas nesse sentido?

a) Sim

b) Não

2.2.3 De quem?

2.2.4 Como foi dada essa ajuda?

2.3 Veio para Portugal sozinho(a) ou acompanhado(a)?

a) Sozinho

b) Acompanhado

2.3.1 Por quem? *(Se veio acompanhado)*

2.3.2 Porque veio sozinho? *(Se tiver sido esse o caso)*

2.4 Que idade tinha quando isso sucedeu?

2.5 Quando saiu daquele país africano veio logo para a Ilha da Madeira?

a) Sim

b) Não

2.6 Porque motivo veio para a Madeira?

2.6.1 Onde esteve antes? *(caso a resposta anterior tenha sido não)*

2.7 Ao longo desse trajeto teve dificuldades?

a) Sim

b) Não

2.7.1 Quais? *(caso a resposta anterior tenha sido sim)*

2.8 Em que data chegou à Madeira (mês/ano)?

2.8.1 Qual foi o meio de transporte utilizado na viagem?

2.9 Porque motivo veio para a Madeira?

A) Terra de origem

b) Presença de familiares

d) Outra

2.9.1 Qual? *(caso a resposta anterior tenha sido outra)*

2.10 Ao vir para a Madeira era intenção sua/família ficar de forma permanente?

3 - Na Madeira

3.1 Para onde foi morar (concelho)?

3.2 Recebeu ajuda por parte de alguma entidade (governamental ou de cariz social e/ou humanitário) quando chegou à Ilha da Madeira?

a) Sim

b) Não

3.2.1 Que tipo de ajuda? *(caso a resposta anterior tenha ido sim)*

(Atenção aos vários tipos de ajuda: alojamento, ajuda monetária, emprego, na obtenção de documentos, entre outros)

3.3 Tinha família na ilha?

a) Sim

- b) Não
- 3.3.1** A família ajudou-o(a) na sua integração? *(caso a resposta anterior tenha sido **sim**)*
 - a) Sim
 - b) Não
- 3.3.2** De que forma? *(caso a resposta anterior tenha sido **sim**)*
- 3.4** Foi hospedado na casa de algum familiar / amigo / conhecido?
 - a) Sim
 - b) Não
- 3.4.1** Na casa de quem? *(caso a resposta anterior tenha sido **sim**)*
- 3.4.2** Para onde foi morar? *(caso a resposta anterior tenha sido **não**)*
- 3.5** Quais foram para si as maiores dificuldades quando chegou à Madeira?
 - 3.5.1** De que forma ultrapassou isso? *(aprofundar bem esta questão)*
- 3.6** Sentiu-se bem recebido(a) pela população residente quando aqui chegou à Madeira?
 - a) Sim
 - b) Não
- 3.6.1** Porque é que entende que foi bem/mal recebido?
- 3.6.2** Que situações concretas recorda que tenham contribuído para ter ficado com essa impressão?
- 3.6.3** Acha que algo poderia/deveria ter sido feito de forma diferente?
- 3.7** Quando chegou à Madeira foi trabalhar, estudar ou fazer outras atividades?
 - 3.7.1** Era a mesma atividade que tinha na ex-colónia portuguesa?
 - a) Sim
 - b) Não
 - 3.7.2** Adaptou-se bem a essa atividade?
 - a) Sim
 - b) Não
 - 3.7.3** Adaptou-se bem aos colegas?
 - a) Sim
 - b) Não
 - 3.7.4** Porquê? *(Em relação às duas últimas questões)*
- 3.8** E em relação à vizinhança, como foi recebido por esta?
 - a) Bem
 - b) Mal
 - c) Indefinido
- 3.8.1** Porque é que entende que foi bem/mal recebido?
- 3.9** O que acha que contribuiu para isso?
- 3.10** Esteve envolvido ou desempenhou funções em alguma entidade / associação (recreativas, sociais, políticas ou outras)?
- 3.11** Manteve na Madeira os mesmos hábitos/costumes que tinha em África (forma de se relacionar com os outros, na alimentação e/ou vestuário)?
 - a) Sim
 - b) Não
 - c) Alguns
- 3.11.1** Quais desses hábitos/costumes manteve?
- 3.11.2** Porquê?
- 3.11.3** Esses hábitos sofreram alterações ao longo do tempo?

3.12 E a nível económico, como foi para si a experiência de "retorno"?

3.13 Teve algum problema de saúde resultante da vinda para a Madeira?

a) Sim

b) Não

3.13.1 Que respostas teve ao seu problema? *(Caso a resposta anterior tenha sido sim)*

3.14 Relativamente às relações existentes com outros retornados, mantém alguma relação de proximidade (como encontros, convívios, etc)?

3.15 Faz parte, ou já fez, de alguma associação constituída por retornados de África?

3.16 Essas participações foram importantes para a sua integração? *(Caso a resposta à questão 3.13 e/ou 3.14 seja sim)*

3.17 Como avalia o processo de descolonização levado a cabo por Portugal nos anos 70?

3.18 Sentiu-se alguma vez discriminado na Madeira, quer seja a nível pessoal, a nível profissional ou até mesmo a nível de reconhecimento da sua cidadania portuguesa só pelo facto de ser considerado retornado(a) de África?

3.19 Considera-se atualmente bem integrado(a) na sociedade madeirense?

a) Sim

b) Não

3. 20 Porquê?

4 - Colónia / País africano

4.1 Regressou a África?

a) Sim

b) Não

4.1.1 Por que motivo?

4.2 Com que frequência vai àquele país?

4.3 Acompanha a situação local daquele país?

4.4 Mantém relações de amizade com pessoas que vivem lá?

a) Sim

b) Não

4.5 O termo "retornados" foi muito empregue na altura para se referir às pessoas que vieram de África após a sua descolonização. Qual é a sua opinião sobre este termo?

Anexo N.º 6 - Protocolo de consentimento informado - Entrevista Semi-estruturada

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Odete Souto (Aluna da Universidade Aberta), orientada pelo Professor Doutor Lúcio Manuel Gomes Sousa (Professor Auxiliar da Universidade Aberta) e co-orientada pelo Professor Doutor Paulo Manuel Abreu da Silva Costa Sousa (Professor Auxiliar da Universidade Aberta), no âmbito da dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Foram-me explicados e compreendo os objectivos principais deste estudo que constam do protocolo de consentimento informado. Entendi e aceito responder a uma entrevista que explora questões sobre a minha integração na Madeira após o meu retorno de África. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim. Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o conhecimento acerca da integração dos retornados na Madeira, nos anos 70, após a descolonização em África, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício directo ou indirecto pela minha colaboração. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada directamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito.

Nome _____

Assinatura _____

___/___/___